



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXI Nº 183 QUARTA-FEIRA, 9 DE NOVEMBRO DE 2016



BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)

Presidente

Senador Jorge Viana (PT-AC)

1º Vice-Presidente

Senador Romero Jucá (PMDB - RR)

2º Vice-Presidente

Senador Vicentinho Alves (PR-TO)

1º Secretário

Senador Zeze Perrella (PTB-MG)

2º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)

3º Secretário

Senadora Angela Portela (PT-RR)

4ª Secretária

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

2º - Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)

3º - Senador Elmano Férrer (PTB-PI)

4º - Vago



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Rogério de Castro Pastori
Diretor da Secretaria de Atas e Diários

Florian Augusto Coutinho Madruga
Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações

Roberta Lys de Moura Rochael
Coordenadora de Elaboração de Diários

Hélio Lopes de Azevedo
Coordenador Industrial

Deraldo Ruas Guimarães
Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

Quésia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATA DA 165ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 8 DE NOVEMBRO DE 2016	7
1.1 – ABERTURA	7
1.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE	
1.2.1 – Expediente encaminhado à publicação (Vide Parte II)	9
1.2.2 – Oradores	
SENADORA ANA AMÉLIA – Anúncio da apresentação de PEC, de autoria de S. Ex ^a , para reduzir o período da campanha eleitoral no segundo turno; e outros assuntos.	9
SENADORA ANGELA PORTELA – Cobrança ao STF de maior agilidade no julgamento de processos relacionados à Operação Lava Jato.	11
SENADOR LASIER MARTINS – Defesa da PEC 55/2016, que estabelece um limite de gastos para o Governo Federal.	12
SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN, como Líder – Críticas à PEC 55/2016, que estabelece um limite de gastos para o Governo Federal; e outro assunto.	15
SENADOR EDUARDO AMORIM – Críticas ao Governo do Estado de Sergipe pela não construção do hospital de câncer local.	19
SENADOR PAULO PAIM – Preocupação com a posição divergente do STF sobre a Súmula nº 331 do TST.	21
SENADOR JOSÉ ANÍBAL – Considerações sobre a reunião conjunta da CCJ e CAE para debater a PEC do Teto de Gastos.	23
SENADOR REGUFFE – Alerta para a ameaça de racionamento de água no Distrito Federal.	32
SENADOR CIRO NOGUEIRA – Registro da inauguração do Picos Plaza Shopping, no Estado do Piauí.	33
1.2.3 – Suspensão da sessão às 16 horas e 22 minutos e reabertura às 16 horas e 48 minutos	34
1.2.4 – Oradores (continuação)	
SENADOR VALDIR RAUPP – Congratulações à Embraer e ao Ministério da defesa pelo desenvolvimento da aeronave KC-390; e outros assuntos.	34
1.2.5 – Apreciação de requerimentos	
Nº 803/2016, do Senador Ciro Nogueira. Aprovado	38
Nº 804/2016, do Senador Ciro Nogueira. Aprovado	38
Nº 805/2016, do Senador Gladson Cameli. Aprovado	38
Nº 806/2016, do Senador Humberto Costa. Aprovado	38
1.2.6 – Oradores (continuação)	
SENADOR JOSÉ MEDEIROS, como Líder – Críticas aos boatos inverídicos envolvendo os impactos negativos da PEC que limita gastos públicos.	38
SENADOR ATAÍDES OLIVEIRA – Alegria com anúncio do Governo Federal de criação de programa de conclusão de obras inacabadas; e outro assunto.	40
1.2.7 – Fala da Presidência (Senador Renan Calheiros)	
Balanço dos trabalhos da Mesa com destaque para o uso eficiente dos recursos públicos do Senado; balanço das atividades legislativas da Casa; anúncio do retorno da obra “Alumbramento” ao Senado Federal	42
1.3 – ORDEM DO DIA	
1.3.1 – Item extrapauta	
Mensagem nº 88/2016 (nº 487/2016, na origem), da Presidência da República, que submete à apreciação do Senado Federal o nome da Sr ^a MARIA NAZARETH FARANI AZEVÉDO, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegada Permanente do Brasil em Genebra. Aprovada , após Parecer nº 885/2016-CRE (votação nominal)	46



1.3.2 – Item extrapauta

Parecer nº 804/2016, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício "S" nº 13/2016 (nº 408/2016, na origem), de Líderes, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. HENRIQUE DE ALMEIDA ÁVILA à vaga reservada ao Senado Federal no Conselho Nacional de Justiça. **Apreciação adiada**.....

47

1.3.3 – Item extrapauta

Mensagem nº 93/2016 (nº 505/2016, na origem), da Presidência da República, que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. DENIS FONTES DE SOUZA PINTO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Canadá. **Aprovada**, após **Parecer nº 886/2016-CRE** (votação nominal)

50

1.4 – APÓS A ORDEM DO DIA**1.4.1 – Antecipação do período da Ordem do Dia**

Início da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de amanhã às 15 horas.....

51

1.4.2 – Oradores

SENADORA LÍDICE DA MATA – Relato sobre a audiência pública conjunta da CCJ e CAE para debate da PEC 55/2016.

53

1.4.3 – Apreciação de requerimentos

Nº 792/2016, da Senadora Rose de Freitas. **Aprovado**.....

58

Nº 811/2016, da Senadora Kátia Abreu. **Aprovado**

58

1.4.4 – Oradores (continuação)

SENADORA ROSE DE FREITAS – Importância da campanha Novembro Azul no combate e prevenção do câncer de próstata.

58

SENADOR WELLINGTON FAGUNDES, como Líder – Pesar pelo falecimento do Sr. Lamartine da Nóbrega; e outros assuntos.....

60

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES, como Líder – Considerações sobre o programa nacional de segurança pública do a ser lançado pelo Governo Federal.

63

1.5 – ENCERRAMENTO

64

PARTE II**2 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 165ª SESSÃO****2.1 – EXPEDIENTE****2.1.1 – Aviso do Ministro de Estado da Saúde**

Nº 591/2016, em resposta ao Requerimento nº 381/2016, da Senadora Vanessa Grazziotin

65

2.1.2 – Aviso do Tribunal de Contas da União

Nº 816/2016, na origem, que encaminha cópia do Acórdão nº 2.750/2016 (TC 016.187/2016-4)

65

2.1.3 – Comunicações

Da Comissão Especial destinada a acompanhar e fiscalizar as obras inacabadas financiadas, direta ou indiretamente, por recursos federais, referente à sua instalação e eleição do Presidente (**Memorando nº 1/2016**)

66

Do Bloco Moderador no Senado Federal, de indicação de membro para integrar a Comissão Especial das Obras Inacabadas (**Ofício nº 62/2016**).....

67

Da Liderança do PMDB e da Maioria no Senado Federal, de indicação de membro para integrar a Comissão Especial das Obras Inacabadas (**Ofício nº 179/2016**)

68

Da Liderança do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia no Senado Federal, de indicação de membro para integrar a Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional (**Memorando nº 64/2016**)

69

2.1.4 – Discurso encaminhado à publicação

SENADOR PAULO PAIM - Preocupação com a posição divergente do STF sobre a Súmula nº 331 do TST; e outros assuntos.....

70

2.1.5 – Mensagens do Presidente da República

Nº 597/2016, na origem, que restitui os autógrafos do projeto de lei sancionado e transformado na Lei nº 13.354/2016.....

73

Nº 598/2016, na origem, que restitui os autógrafos do projeto de lei sancionado e transformado na Lei nº 13.355/2016.....

74

Nº 599/2016, na origem, que restitui os autógrafos do projeto de lei sancionado e transformado na Lei nº 13.356/2016.....

75

Nº 600/2016, na origem, que restitui os autógrafos do projeto de lei sancionado e transformado na Lei nº 13.357/2016.....

76

Nº 601/2016, na origem, que restitui os autógrafos do projeto de lei sancionado e transformado na Lei nº 13.358/2016.....

77

2.1.6 – Ofícios da Câmara dos Deputados

Nº 107/2016, na origem, que comunica o arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 10/2012.

78



Novembro de 2016	DIÁRIO DO SENADO FEDERAL	Quarta-feira 9 5
Nº 108/2016, na origem, que comunica o envio à sanção do Projeto de Lei do Senado nº 406/2011.....	79	
Nº 106/2016, na origem, que restitui autógrafo do Projeto de Lei da Câmara nº 133/2015, sancionado e convertido na Lei nº 13.352/2016.	80	
Nº 109/2016, na origem, que restitui autógrafo do Projeto de Lei do Senado nº 191/2006, sancionado e convertido na Lei nº 13.353/2016.	81	
2.1.7 – Projetos de Lei do Senado		
Nº 403/2016, do Senador Romário, que altera a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências, para assegurar atendimento prioritário a pessoas com neoplasia maligna que estejam se submetendo a quimioterapia ou radioterapia	82	
Nº 404/2016, do Senador José Medeiros, que acrescenta o § 2º ao art. 927 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para vedar a responsabilização direta de agentes públicos por danos causados a terceiros, salvo em ação de regresso, nos casos de dolo ou culpa.....	86	
Nº 405/2016, da Comissão Diretora, que concede novo prazo para adesão ao Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária (RERCT) de que trata a Lei nº 13.254, de 13 de janeiro de 2016	90	
Nº 406/2016-Complementar, da Comissão Diretora, que altera dispositivos da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), determina a reformulação do cadastro de que o trata o inciso II do art. 37 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, e dá outras providências	93	
Nº 407/2016-Complementar, do Senador Ivo Cassol, que altera a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, que dispõe sobre a política e as instituições monetárias, bancárias e creditícias, cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências, para limitar os juros de cartão de crédito	107	
Nº 408/2016, do Senador Ivo Cassol, que acrescenta os §§ 1º e 2º ao art. 578 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para vedar ao sindicato da categoria profissional a imposição compulsória de quaisquer contribuições, salvo o imposto sindical, aos trabalhadores a ele não filiados...	112	
2.1.8 – Propostas de Emenda à Constituição		
Nº 56/2016, tendo como primeira signatária a Senadora Rose de Freitas, que altera a redação do §6º do art. 66 da Constituição para excluir o sobrerestamento do exame de outras proposições pelo Congresso Nacional quando da apreciação de veto presidencial	117	
Nº 57/2016, da Comissão Diretora e outros Senadores, que altera os arts. 30, 37, 146, 150, 179 e 195 da Constituição Federal para prever que lei complementar conceituará pequeno Município, poderá disciplinar os princípios da Administração Pública e as normas gerais aplicáveis ao processo administrativo fiscal, à substituição tributária, à moralidade tributária, à eficiência tributária e à vedação de confisco, e ao estabelecimento do estatuto de defesa dos direitos contribuintes; dá nova disciplina ao princípio da anterioridade; elimina a exigência de certidão negativa dos débitos previdenciários para participação em procedimentos licitatórios e contratação com o setor público; e fixa a obrigatoriedade de especificação de tratamento diferenciado e simplificado das microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito das normas de caráter geral aplicáveis às empresas	121	
2.1.9 – Requerimentos		
Nº 803/2016, do Senador Ciro Nogueira, de autorização para desempenho de missão no período de 17 a 19 do corrente	127	
Nº 804/2016, do Senador Ciro Nogueira, de autorização para desempenho de missão no período de 10 a 16 do corrente	132	
Nº 805/2016, do Senador Gladson Cameli, de autorização para desempenho de missão no período de 10 a 15 do corrente.	134	
Nº 806/2016, do Senador Humberto Costa, de autorização para desempenho de missão no período de 17 a 19 do corrente.....	142	
Nº 807/2016, do Senador Aloysio Nunes Ferreira, de oitiva da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle sobre a Emenda da Câmara dos Deputados 6/2016 ao Projeto de Lei do Senado nº 238/2008	146	
Nº 808/2016, do Senador Vicentinho Alves, de retirada do Projeto de Lei do Senado nº 351/2014. Deferido...	148	
Nº 809/2016, do Senador Vicentinho Alves, de retirada do Projeto de Lei do Senado nº 227/2014. Deferido...	150	
Nº 810/2016, do Senador Vicentinho Alves, de homenagens de pesar pelo falecimento do Sr. Ruy Rodrigues da Silva	152	
Nº 811/2016, da Senadora Kátia Abreu, de autorização para desempenho de missão no período de 12 a 20 do corrente	155	
2.1.10 – Término de prazo		
Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Resolução nº 57/2016	156	
2.2 – DELIBERAÇÕES DA ORDEM DO DIA		
2.2.1 – Mensagem nº 88/2016		
Lista de votação.....	157	



2.2.2 – Mensagem nº 93/2016

Lista de votação..... 159

PARTE III**3 – ATAS DA COMISSÃO DIRETORA**

Ata da 6ª Reunião, realizada em 1º de novembro de 2016 161

Ata da 7ª Reunião, realizada em 8 de novembro de 2016 172

4 – DESPACHO DO CORREGEDOR DO SENADO FEDERAL 174**5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL** 175**6 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA** 178**7 – LIDERANÇAS** 179**8 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS** 182**9 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO** 202**10 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES** 207**11 – CONSELHOS E ÓRGÃOS** 260

165ª Sessão, Deliberativa Ordinária, em 8 de Novembro de 2016

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

Presidência dos Srs. Renan Calheiros e João Alberto Souza, da Srª. Vanessa Grazziotin e dos Srs. Eduardo Amorim, Lasier Martins, Pastor Valadares, Ciro Nogueira, Magno Malta e José Medeiros.

(Inicia-se a sessão às 14 horas e encerra-se às 20 horas e 9 minutos.)

É o seguinte o registro de comparecimento:



REGISTRO DE COMP^A RECIMENTO E VOTO

Senado Federal
55ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa Ordinária

165ª Sessão Deliberativa Ordinária, às 14 horas

Período: 08/11/2016 07:00:00 até 08/11/2016 20:35:00

Partido	UF	Nome Senador	Presença	Voto
PSDB	MG	Aécio Neves	X	X
PSDB	SP	Aloysio Nunes	X	X
PV	PR	Álvaro Dias	X	X
PP	RS	Ana Amélia	X	X
PT	RR	Ângela Portela	X	X
PSDB	MG	Antonio Anastasia	X	X
PSB	SE	Antonio C Valadares	X	X
PTB	PE	Armando Monteiro	X	X
PSDB	TO	Ataídes Oliveira	X	X
PP	AL	Benedito de Lira	X	X
PP	PI	Ciro Nogueira	X	X
PSDB	SC	Dalírio Beber	X	X
PMDB	SC	Dário Berger	X	X
PSDB	PB	Deca	X	X
PMDB	MA	Edison Lobão	X	X
PSC	SE	Eduardo Amorim	X	X
PMDB	AM	Eduardo Braga	X	X
PTB	PI	Elmano Férrer	X	X
PMDB	CE	Eunício Oliveira	X	X
PT	RN	Fátima Bezerra	X	
PSB	PE	Fernando Coelho	X	X
PTC	AL	Fernando Collor	X	X

Emissão 08/11/2016 20:31:24



Partido	UF	Nome Senador	Presença	Voto
---------	----	--------------	----------	------

PSDB	PA	Flexa Ribeiro	X	X
PMDB	RN	Garibaldi Alves Filho	X	X
PP	AC	Gladson Cameli	X	X
PT	PR	Gleisi Hoffmann	X	X
PMDB	DF	Hélio José	X	X
PP	RO	Ivo Cassol	X	X
PMDB	PA	Jader Barbalho	X	X
PMDB	MA	João Alberto Souza	X	X
PSB	AP	João Capiberibe	X	X
DEM	RN	José Agripíno	X	X
PSDB	SP	José Aníbal	X	X
PSD	MT	José Medeiros	X	X
PT	CE	José Pimentel	X	X
PMDB	TO	Kátia Abreu	X	X
PDT	RS	Lasier Martins	X	X
PSB	BA	Lídice da Mata	X	X
PT	RJ	Lindbergh Farias	X	X
PSB	GO	Lúcia Vânia	X	X
PR	ES	Magno Malta	X	
PRB	RJ	Marcelo Crivella	X	
PSD	AM	Omar Aziz	X	X
PDT	RO	Pastor Valadares	X	X
PSDB	SC	Paulo Bauer	X	X
PT	RS	Paulo Paim	X	X
PT	PA	Paulo Rocha	X	X
PSC	MS	Pedro Chaves	X	X
PSDB	MA	Pinto Itamaraty	X	X
PMDB	PB	Raimundo Lira	X	X
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	X	X
PT	PI	Regina Sousa	X	X
-	DF	Reguffé	X	X
PMDB	AL	Renan Calheiros	X	X
PSDB	ES	Ricardo Ferraço	X	
PP	BA	Roberto Muniz	X	X
PMDB	PR	Roberto Requião	X	X
PSB	RJ	Romário	X	X
PMDB	RR	Romero Jucá	X	
PMDB	ES	Rose de Freitas	X	X
PSD	AC	Sérgio Petecão	X	
PMDB	MS	Simone Tebet	X	X
PSDB	CE	Tasso Jereissati	X	X
PDT	RR	Telmário Mota	X	X
PMDB	RO	Valdir Raupp	X	X
PCdoB	AM	Vanessa Grazziotin	X	X
PR	TO	Vicentinho Alves	X	X
PSC	SE	Virgílio de Carvalho	X	X
PMDB	MS	Waldemir Moka	X	X
PR	MT	Wellington Fagundes	X	X
PP	GO	Wilder Morais	X	X
PTB	MG	Zézé Perrella	X	X

Compareceram 72 senadores.



ATA

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A Presidência comunica ao Plenário que há expediente sobre a mesa que, nos termos do art. 241 do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal*. (vide Parte II do Sumário)

Senadora Angela Portela.

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RR) – Peço a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Comunicação inadiável: Senadora Angela Portela.

Eu me inscrevo pela Liderança do PCdoB.

E a primeira oradora inscrita, a quem convido para subir à tribuna e fazer o uso da palavra, é a Senadora Ana Amélia.

Estamos ainda, desde de 11h da manhã, num debate, na Comissão de Constituição e Justiça, sobre a PEC 55, um debate da mais extrema importância. Portanto, os Senadores estão se revezando entre plenário e Comissão de Constituição e Justiça.

Com a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Senadora Vanessa Grazziotin, que está presidindo a sessão desta tarde, estamos hoje nos virando nos 30, porque V. Ex^a e eu somos membros da Comissão de Relações Exteriores, e, daqui a pouco, haverá uma sabatina com três embaixadores; além dessa, houve a Medida Provisória nº 641, da qual faço parte da Comissão Especial. Há uma reunião de prefeitos em Brasília e temos esse debate na CCJ com a CAE sobre aspectos técnicos da PEC 241, agora renomeada para nº 55.

Tive que sair, eu estava lá, dei presença e pretendia fazer indagações, mas foi impossível. Fiquei sabendo que houve um determinado momento em que foi interrompida a reunião das duas Comissões pela declaração de um professor, dizendo que, se a PEC fosse aprovada, estaria sendo rasgada a Constituição.

Ontem li o despacho do Ministro Roberto Barroso, e penso que é especialmente oportuno. E, se um professor diz que está sendo rasgada a Constituição, posso também ter a liberdade de dizer que ele está rasgando seu diploma de economista.

Disse o Ministro Roberto Barroso:

A responsabilidade fiscal é fundamento das economias saudáveis, e não tem ideologia. Desrespeitá-la significa predeterminar o futuro com déficits, inflação, juros altos, desemprego e todas as consequências negativas que dessas disfunções advêm. A democracia, a separação de Poderes e a proteção dos direitos fundamentais decorrem de escolhas orçamentárias transparentes e adequadamente justificadas, e não da realização de gastos superiores às possibilidades do Erário, que comprometem o futuro e cujos ônus recaem sobre as novas gerações.

Essa é a determinação no despacho do Ministro Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal, ao negar pedido da oposição para suspender a tramitação da PEC do teto dos gastos públicos no Congresso Nacional.

Eu penso que, mesmo que tenha sido uma concessão liminar, não acredito que a Corte Suprema terá uma posição diametralmente oposta à compreensão racional, porque, de novo, ajuste fiscal, responsabilidade fiscal, repito, não tem ideologia. Esta é a questão básica e fundamental. E é disto que nós estamos tratando com esta PEC.

Queria dizer também agora que estou trabalhando intensamente, diante de um quadro que se observou no segundo turno das eleições municipais, em nosso País: um tempo exagerado, porque nós tivemos uma eleição municipal de primeiro turno, com a primeira vez, 45 dias de campanha eleitoral, mas não ajustamos o prazo da campanha eleitoral no segundo turno. Então, ficou um prazo de 45 dias, e 30 dias para a eleição em segundo turno. O que aconteceu? Uma disparidade, uma incoerência!

Estou apresentando uma PEC. Já consegui apoio de vários Senadores, no sentido de que o segundo turno seja realizado no terceiro domingo do mês de outubro. O primeiro turno no primeiro domingo, e o segundo turno no terceiro domingo.

Veja só que, no rádio e na TV, são 20 minutos, no segundo turno, em dois blocos de dez minutos, um às 13h, e outro às 20h30 na TV; e às 7h e às 12h no rádio para cada candidato, e mais 70 minutos de inserção ao longo do dia. São 35 minutos para cada candidato, ou seja, totalizando 110 minutos diários de propaganda,



no total, para dois candidatos no segundo turno.

Veja o que aconteceu em Canoas. Em Canoas, na região metropolitana, e em Santa Maria, na região central do Rio Grande do Sul, os dois concorrentes fizeram um acordo, e cada um fez dois blocos diários de dez minutos, sendo cinco minutos para cada candidato. Ou seja, reduziram o tempo à metade.

A decisão também foi tomada de comum acordo, Senador Lasier Martins, lá em Santa Maria, entre o candidato do PT, Valdeci Oliveira, e o candidato do PSDB, Jorge Pozzobom. Eles fizeram o pedido de redução do tempo para a Justiça Eleitoral, que aprovou a solicitação. O principal motivo foi uma opção de redução dos custos financeiros, porque é muito cara a produção de um programa de televisão.

Em Canoas, os blocos foram reduzidos de 20 minutos para 14 minutos, sete minutos para cada um dos candidatos. Então, eu vejo que houve racionalidade. Mas nem todos os Estados entenderam, a Justiça Eleitoral interpretou possível fazer isso.

Veja, no Rio de Janeiro, o que aconteceu lá. Em alguns Estados, na campanha eleitoral, a Justiça Eleitoral disse: "Bom, se não ocuparem o tempo, eu vou botar uma placa escura lá, constando 'Horário reservado à Justiça Eleitoral'". E, portanto, a televisão teria que ficar às escuras naquele momento. Ora, é inaceitável!

Outra questão fundamental é que a Justiça Eleitoral tem que ter um entendimento e uma interpretação da lei, pelo menos, com alguma uniformidade. Eu andei por 188 Municípios do Rio Grande do Sul e percebi que, em um Município do lado do outro, a interpretação da Justiça Eleitoral era completamente diferente. Em um podia haver carreata, e no outro não podia carreata; em um podia carreata com música, e no outro não podia; e assim sucessivamente; não se podia fazer comício na rua, não se podia fazer nenhum barulho, não se podia botar cartaz, não se podia fazer nada, e no outro Município se podia fazer tudo.

Então, como é que a gente vai entender ou executar a legislação eleitoral, com tal grau de divergência, de interpretação legal por parte da Justiça Eleitoral? Foi o que aconteceu, de *motu proprio* dos candidatos no segundo turno, inclusive entre adversários ferrenhos, como foi o caso de Santa Maria.

No Rio de Janeiro, houve a proposta de redução de dez para cinco minutos do tempo do horário da manhã e no tempo noturno. De acordo com a assessoria de um dos candidatos na época, a falta de recursos foi o principal motivo. E outro candidato disse que as inserções custariam muito caro para os cofres públicos, ou as duas razões são as mesmas.

Em Recife, também houve o mesmo problema. Os candidatos lá em Pernambuco, lá em Recife, o prefeito do PSB e o do PT foram os mais radicais. Além de reduzir à metade o horário eleitoral, eles dispensaram 40% do tempo das inserções ao longo da programação, propaganda mais cobiçada por atingir o eleitor no susto enquanto assistem à televisão, ou seja, eles racionalizaram.

Em Belo Horizonte, os candidatos João Leite e Alexandre Kalil acordaram a redução para cinco minutos para cada um dos blocos. As inserções foram mantidas. Ou seja, é preciso que se tenha... neste caso, no caso da redução do Rio, não aconteceu, porque a Justiça Eleitoral teria uma tela azul com esse aviso de que falei: "Horário reservado para a Justiça Eleitoral". Então, é preciso isso.

Estou apresentando uma PEC que reduz o período da campanha eleitoral no segundo turno. A proposta em fase de coleta de assinaturas define o terceiro domingo de outubro para realização do segundo turno das eleições. Isso é para reduzir o período da campanha eleitoral, o uso do horário da televisão, que é pago pelo contribuinte, entre o primeiro e o segundo turno, e permitir maior participação dos eleitores no pleito eleitoral. E a outra PEC trata do voto facultativo, da criação no Brasil do voto facultativo.

Então, essas duas emendas constitucionais eu penso que têm razoabilidade, sobretudo essa do segundo turno, para reduzir, porque é para fazer uma analogia entre o tempo que foi da campanha eleitoral no primeiro turno e o tempo realizado no segundo turno.

Quero agora terminar, ainda me resta um minuto e meio, e eu quero... sei que a Senadora vai me dar mais um minuto, pelo menos, eu queria só dizer às senhoras e aos senhores que está sendo realizado, aqui em Brasília, um seminário dos novos gestores para a Região Sul, dos novos prefeitos reeleitos e eleitos, reforçando a importância do movimento municipalista.

Agora é hora de mudar, não podemos mais governar como antes. E, nesses dias de evento, nós vamos transmitir aqui informações de modo a orientar os novos prefeitos. O que queremos mostrar é que os prefeitos parem de trabalhar para a União e para os Estados e façam a sua administração. Assim, vocês poderão ser o melhor prefeito que o seu Município já teve.

Essas são as palavras do Presidente da Confederação Nacional de Municípios, Paulo Ziulkoski, na exortação que fez.

Estão sendo realizados encontros regionais dos Municípios. E a situação é realmente preocupante, o cenário é desolador, está longe de ser algo pontual. Um levantamento da Confederação Nacional de



Municípios, feito após o primeiro turno das eleições com 3,155 mil prefeituras, mostrou que 77% delas estão no vermelho. O rombo chega a R\$69 bilhões.

A esperança tênue dos prefeitos é de que agora vai vir o crédito, em dezembro, do fundo de participação, de uma emenda de que sou Autora, mais 1% do FPM que dará R\$234 milhões, em dezembro, e outro valor igual na outra parcela, em julho de 2017. Aliás, também eles aguardam o repasse da repatriação dos recursos com benefício fiscal, que pode chegar, no caso do FPM, a R\$5,7 bilhões.

Para terminar, quanto à reunião que está agora reunindo prefeitos do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, no caso a do Rio Grande do Sul, a principal reivindicação, Senador Lasier Martins – o senhor, eu e o Senador Paulo Paim representamos o nosso Estado –, a principal reivindicação está repousando sobre prioridades na área de saúde e educação. Na pauta de praticamente todos os Municípios, está exatamente essa concentração dessa pauta e dessa demanda.

Então, quero reforçar o meu apoio como Senadora municipalista às iniciativas da Confederação Nacional de Municípios e aos prefeitos que estão aqui para mostrar a gravidade da situação, gerada por uma crise federativa da qual nós aqui, nesta Casa...

(Soa a campainha.)

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... a Casa da República, a Casa da Federação, não estamos nos dando conta. Ela vai se tornar mais aguda ainda se nada for feito para melhorar a distribuição dos recursos entre a União, os Estados e os Municípios. Do jeito que está, não pode ficar.

Muito obrigada.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – A Mesa cumprimenta V. Ex^a, Senadora Ana Amélia, que nem precisou de tanto tempo assim. Cumprimento V. Ex^a pelo seu pronunciamento.

Convido, para fazer uso da palavra, a Senadora Angela Portela, que falará no período de comunicação inadiável, e, na sequência, o Senador Lasier Martins, que falará como orador inscrito.

Senadora Angela Portela.

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RR. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Sr^a Presidente, nossa querida Senadora Vanessa Grazziotin, Srs. Senadores, Sr^s Senadoras, o Supremo Tribunal Federal deu mais uma demonstração de seu cuidado com a ética na política ao decidir – embora interrompido por um pedido de vista – que réus, em ações penais, não podem figurar na cadeia sucessória da Presidência da República. Acredito que essa decisão terá importantes desdobramentos no futuro.

Nada disso elide o fato de que, mais de dois anos e meio depois do início das primeiras investigações contra políticos na Operação Lava Jato, a lista de inquéritos abertos no Supremo Tribunal Federal cresce, mas as decisões da Corte relativas aos casos de corrupção envolvendo Parlamentares e Ministros não seguem o mesmo ritmo. Nenhum político dos mais de 90 investigados foi condenado até o momento. E apenas três Parlamentares já respondem a ações penais no âmbito do Supremo.

Não é essa uma posição isolada. O Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot, admitiu a lentidão dos casos no Supremo Tribunal Federal. A culpa, ressaltou Janot, não é da própria Corte. O tribunal não foi feito para formar processo; o tribunal foi feito para julgar recurso. Quando se inverte a lógica, fica mais lento mesmo, admitiu o Procurador-Geral da República.

O STF, na opinião de Janot, está fazendo o que pode. Nem por isso deixa de haver uma forte pressão da opinião pública, manifesta inclusive na mídia nacional. Só na Lava Jato, o STF conduz, ao menos, 50 investigações, aí incluídos inquéritos, denúncias e ações penais. Mesmo com o trabalho formalmente considerado em dia, a fila de casos da Lava Jato a serem decididos pelo Supremo aumenta.

Enquanto isso, na primeira instância, há denúncias que são oferecidas, recebidas e julgadas em quatro meses, caso de uma investigação que envolvia um ex-Parlamentar e um publicitário. Na média, a sentença leva de seis meses a dois anos para sair, após a denúncia. Isto é percebido pela opinião pública: a diferença entre a tramitação dos processos na primeira instância e na última instância.

O STF tem, ao menos, 38 investigações sobre a Lava Jato em curso, com alvo em 91 pessoas. Em 7 desses inquéritos, a PGR já ofereceu denúncia e aguarda decisão da 2^a Turma do Supremo. Entre eles, há, ao menos, três Senadores da República, colegas nossos, a quem interessaria – se possível, é claro – serem inocentados dessas acusações, caso não se fundamentem as denúncias. Ao menos 8 investigações com base na Lava Jato, mas não relacionadas ao escândalo na Petrobras, tramitam no STF, distribuídas entre gabinetes de outros quatro ministros, além de Teori. Ao menos 5 inquéritos já foram arquivados, 2 remetidos ao Juiz Sérgio Moro e 1 encaminhado à Justiça Federal do Distrito Federal.



O Ministério Público contabiliza ao menos 81 inquéritos com 364 investigados e 17 denúncias oferecidas. Os números da Procuradoria, no entanto, consideram casos arquivados ou remetidos a outras instâncias após a perda de foro privilegiado.

Não se trata apenas da Lava Jato. Um grupo de 30 inquéritos...

(*Soa a campainha.*)

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RR) – ...sobre Parlamentares com foro privilegiado no Supremo Tribunal Federal tramita há mais de seis anos sem desfecho. São os casos mais antigos no Tribunal, segundo levantamento a partir de listagem fornecida pela Corte. Destes, 7 estão há mais de dez anos inconclusos, como é o caso contra um Senador de Roraima. Aberto pela Polícia Federal há quase 14 anos, o inquérito conta com gravação entregue por uma comissão de assentados da reforma agrária na qual o então Prefeito de Cantá havia dito a um empreiteiro que receberia uma comissão de 10% sobre recursos liberados e que um Senador de Roraima também receberia um percentual por emendas destinadas ao Município. Apenas em 2016, o STF autorizou quebra do sigilo bancário.

(*Interrupção do som.*)

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RR) – Os resultados estão sendo analisados pela Procuradoria-Geral da República. Na verdade, pode-se duvidar de que esse processo chegue a uma conclusão. Ninguém mais está acreditando que seja efetivamente concluída a investigação dados os 14 anos em que esse processo se arrasta.

É esse o problema que enfrentamos. Há, sim, uma lentidão. Fazemos daqui uma cobrança. A opinião pública se vê diante de uma espécie de enigma. Na primeira instância, os processos andam com rapidez, como se espera do Judiciário, mas, na mais Alta Corte, na mais alta instância, o mesmo não se repete. Tudo isso conduz a uma percepção de impunidade negativa para a imagem do Judiciário e de todo o nosso sistema político.

Era isso, Sra Presidenta.

Muito obrigada.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – A Mesa cumprimenta a Senadora Angela Portela pelo pronunciamento.

Dando sequência, convido o Senador Lasier Martins para fazer uso da palavra. O Senador Lasier fala como orador inscrito.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr^a Presidente dos trabalhos, Senadora Vanessa Grazziotin, Senadoras, Senadores, telespectadores, ouvintes.

Senador Eduardo Amorim, que está assumindo os trabalhos, está em nossas mãos aqui no Senado a responsabilidade de votar a Proposta de Emenda à Constituição que estabelece um teto para os gastos públicos. Na Câmara, era a PEC 241, que agora no Senado recebe o nº 55. É uma matéria que justamente, neste momento, está em audiência pública desde metade da manhã de hoje, em andamento numa reunião conjunta de a Comissão de Constituição e Justiça e a Comissão de Assuntos Econômicos.

Para alguns, Sr. Presidente, trata-se da PEC do fim do mundo; para outros, é aquela que salvará o Brasil. As dúvidas são muitas, mas, dada a tormenta que enfrentamos, sob o ponto de vista econômico no País, devemos oferecer uma resposta com urgência para a sociedade. Não é demais lembrar que estamos atravessando a pior crise econômica da história do Brasil, particularmente em decorrência da era Dilma, por escolhas erradas que nos lançaram na tempestade econômica mais terrível que este País já viveu.

Não há nenhum exagero retórico quando afirmamos que é a pior crise. Nunca, desde os fatídicos anos de 1930 e 1931, após a quebra da bolsa de valores de Nova York, tivemos que atravessar dois anos seguidos de decréscimo do PIB. Nunca, repito, mas houve uma novidade em relação à década de 1930. Aquele colapso se deveu à maior crise sistêmica da economia mundial. Agora não, não há uma crise econômica em andamento no mundo. Houve, é verdade, a crise de mercado do *subprime* em 2008, mas, de maneira incomum, enquanto o mundo se recuperava e crescia, Estados Unidos, Europa, China, Índia, América Latina, o Brasil se afundava nesta crise inigualável. Como isto se explicaria? A resposta óbvia que salta aos olhos é que os governos do Partido dos Trabalhadores, Lula e Dilma, foram marcados por um misto de conivência com a corrupção, incompetência e visão ideológica de mundo equivocada e ultrapassada.

A economista Monica de Bolle acabou de lançar o livro *Como matar a borboleta-azul - uma crônica da era Dilma*, que traça como as suas escolhas erradas nos lançaram nesta tempestade econômica mais terrível. Antes de alguém acusar a economista de ser neoliberal, ela foi a tradutora do francês Thomas Piketty para o



português. É uma economista moderna e analista certeira dos males que nos afligem.

Pois bem, os governos petistas, principalmente Dilma, foram os responsáveis, é bom frisar, pelo naufrágio do Brasil. O povo não é bobo e sabe disso; apoiou o *impeachment* e puniu o Partido nas urnas. Nas 93 maiores cidades brasileiras – e é bom que esse número fique bem marcado –, capitais e grandes cidades, que têm segundo turno, o PT elegeu apenas um único prefeito. Isso é sintomático. O povo, repito, não é bobo, sabe muito bem quem é o responsável por ter afundado o País.

Por isso, estamos, insisto, em uma situação tão crítica. O País está na UTI, respirando por aparelhos. A taxa de desemprego, segundo dados do IBGE, foi de 11,8% em setembro deste ano. Do mesmo modo, a renda média do brasileiro caiu para níveis semelhantes aos de 2011. O governo Dilma deixou o brasileiro mais pobre, além de ter concentrado renda. Como se não bastasse, os índices de poupança e investimentos estão em queda. Nem a iniciativa privada nem o Governo têm condições de investimento. Além disso, a crise respingou para os Estados e prefeitos, que estão reunidos hoje em Brasília, apresentando as suas agruras. Várias unidades da Federação estão em situação que poderia ser definida, sem exagero, como pré-falimentar.

Sr. Presidente, quis relembrar essas informações, porque é preciso deixar bem evidente, bem clara a situação que enfrentamos. Estamos na UTI em razão de políticas equivocadas. Poderia ter sido diferente.

O conceituadíssimo jornal *Folha de S.Paulo*, no dia 10 de maio de 2005 – é importante observar esse detalhe –, trazia matéria intitulada “Palocci quer aperto fiscal de longo prazo”. Aqui tomo a liberdade de reproduzir um trecho da matéria daquele jornal do dia 10 de maio de 2005:

O ministro da Fazenda, Antonio Palocci Filho, defendeu ontem, no Rio, que o Congresso Nacional defina limites de gastos e de receita do setor público para os próximos dez anos. [Tudo parecido com agora.] Na prática, isso significa o estabelecimento, para os futuros governos, da economia que a administração deverá fazer para os pagamentos de juros da dívida pública, o chamado superávit primário.

Na opinião de Palocci, a definição dessas metas por uma década emitiria ao mercado o sinal de que o país como um todo está comprometido com o ajuste fiscal e o esforço de redução do tamanho da dívida pública em relação ao PIB, que hoje está em 51%.

A consequência da maior confiança seria a redução dos juros que o país paga para captar dinheiro no mercado externo, expressado no risco Brasil, e que as pessoas físicas e empresas desembolsam para se endividar dentro do país. [...]

“O Senado e a Câmara dos Deputados têm de buscar mecanismos que indiquem no longo prazo que o Brasil vai perseguir equilíbrio fiscal consistente”, disse Palocci [segundo a reportagem daquele dia de maio de 2005] ontem, depois de participar do 17º Fórum Nacional, no Rio. O objetivo, acrescentou, é buscar a redução sustentada do gasto público.

[Continuando com a palavra do ex-Ministro de Lula Palocci] Segundo Palocci, a LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) enviada pelo governo ao Congresso já fixa metas de gastos e receitas, mas a sua vigência no tempo é limitada. O ministro quer que o compromisso com a austeridade fiscal transcenda...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) –

... até mesmo um eventual segundo mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que acabaria em 2011, e que permaneça até 2015. “Essa tem de ser uma meta do país como um todo, e não apenas de um governo”, destacou o ministro [Palocci].

Relembro essas frases do ex-Ministro pela semelhança da crise de então com a crise de agora. O Ministro Palocci não caiu por suas virtudes públicas, mas por causa de seus vícios privados. Em seu lugar, a Sra Dilma Rousseff se tornou a grande protagonista do governo Lula e apontou os rumos para outra direção: gastos públicos; intervenção estatal; empréstimos para grandes grupos, como os falimentares Grupo X, de Eike Batista, e a Telefônica Oi; desonerações em larga escala, que custaram bilhões...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – ...aos cofres públicos; concessões atrapalhadas de aeroportos e rodovias; empréstimos secretos para os governos amigos no exterior; omissões nas más gestões das estatais; e por aí afora.

Sabemos, pois, o que não deu certo. Está aí posto para todos nós. Parece evidente que a solução não é repetir o que já foi feito.



Economistas aliados ao Partido dos Trabalhadores afirmam em audiência no Senado que os problemas são outros. O Sr. Júlio Miragaya defendeu que – abre aspas – “as efetivas razões, que são os gastos com juros da dívida pública, responsáveis por 80% do déficit nominal, as excessivas renúncias fiscais, o baixo combate à sonegação e a frustração da receita” – fecha aspas –, enquanto a Sra Esther Duek defendeu...

(*Interrupção do som.*)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – ... que “a redução no resultado primário pode ser explicada mais pela queda de arrecadação do que pelo aumento da despesa”. Parece que estão a tratar de outro País. Não é crível que se escute isso.

Queda de receita foi culpa direta das renúncias fiscais feitas aos montes pelo governo Dilma. Da mesma maneira, o Partido dos Trabalhadores ficou 13 anos no poder e não acrescentou propostas sérias para a reforma tributária, seja para unificar o ICMS, seja para reformar o PIS/Cofins, seja para tornar o sistema tributário mais racional e eficaz.

Sr. Presidente, a PEC 55 é dolorosa, sim, é muito dolorosa – não se ignora –, mas, lamentavelmente, é necessária.

O colunista da *Folha de S.Paulo* Hélio Schwartzman afirmou recentemente em sua coluna: “De minha parte, penso que a criação de um teto de gastos para o governo é necessária. Ainda não inventaram mágica que permita ao Estado gastar indefinidamente mais do que arrecada”. Concordamos com ele. Imaginar que é possível fazer diferente é ignorância ou má-fé.

A PEC 55 cria um novo regime fiscal, porque estabelece uma redução gradual e contínua das despesas do Governo nos próximos 20 anos, com o objetivo de equilibrar as contas públicas.

Para tanto, a partir de 2017, as despesas primárias da União ficam limitadas ao gasto do ano anterior, corrigidas pela inflação.

A duração é de 20 anos, mas, depois de 10 anos, poderá ser apresentado um projeto de lei complementar para que um novo critério de correção de despesa seja observado. Além disso, os limites são fixados individualmente para cada um dos Poderes, Executivo, Legislativo e Judiciário, além do Ministério Público da União e Defensoria Pública da União.

O Governo argumenta que a PEC 55 é necessária para a retomada do crescimento econômico porque se aumentará a confiança no equilíbrio fiscal de longo prazo, o que levará ao aumento de emprego e renda, queda de juros e retomada do investimento privado externo e interno.

Nem tudo são flores, evidentemente. Há preocupações em relação aos gastos com a saúde e a educação.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Em relação à saúde, é preciso lembrar que, em 2015, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 86, que estabeleceu uma nova regra orçamentária para a saúde, de modo que, ao final de cinco anos, o dinheiro destinado à saúde passasse a ser 15% da Receita Corrente Líquida, o que deveria ocorrer, pois, em 2020.

Já estou me encaminhando para o final, Sr. Presidente.

A PEC 55, ao tramitar na Câmara dos Deputados, foi modificada para que o dinheiro destinado à saúde corresponesse, em 2017, a 15% da Receita Corrente Líquida e, daí para adiante, o valor do exercício anterior corrigido pela inflação.

Segundo especialistas da área de saúde, a mudança é positiva pois antecipará para 2017 o atingimento da meta de aplicação mínima de 15% da Receita Corrente Líquida para a saúde, o que antes ocorreria apenas no ano de 2020.

É importante observar que a PEC não afeta em nada o que os outros entes federados – Estados, Distrito Federal e Municípios – investem em saúde.

Em relação à educação, há dois pontos a serem destacados: em primeiro lugar, ainda que seja aprovada a PEC 55, de 2016, a União continuará obrigada a aplicar, no mínimo, o correspondente a 10% do total de recursos aplicados pelos Estados e Distrito Federal nos respectivos fundos, nos termos do inciso VII do art. 60 do ADCT. Os investimentos feitos por meio do fundo estariam, assim, minimamente preservados; em segundo lugar, a PEC estabelece um piso para a educação. Isso é fácil de ver. A partir de 2018, os gastos com o setor serão reajustados pela inflação. O Brasil, é bom dizer, não gasta pouco com a educação. Hoje, o País investe 5,85% do PIB em educação, enquanto a média da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, que congrega os países mais ricos do mundo, é de 5,27% do PIB.

Muitos criticam em relação aos gastos com juros, mas esse é um debate delicado porque a taxa de juros está diretamente relacionada com a inflação. Muitos criticam os juros altos no Brasil, mas esse é um tema para



um outro debate. Não é a PEC que vai resolvê-lo.

Há muitos temores por todos os lados, mas não são apresentadas alternativas. Repito: não são apresentadas alternativas pelos críticos. Qual é a alternativa proposta? Não há. Tivemos 13 anos de governos petistas, e nada foi feito, a não ser, é claro, colocar o País no atoleiro. Ela não seria necessária se, há alguns anos, as medidas de contenção dos gastos tivessem sido tomadas, o que não aconteceu.

Em economia, é óbvio, não existe saída fácil. Assim, parece-nos que as alternativas à PEC são o aumento da carga tributária, redução brutal de despesa no curto prazo, calote ou, então, recorrer à inflação. Essa última alternativa, todos sabemos, já foi experimentada pelo País em décadas passadas, sendo que, na virada da década de 80 para a de 90, o custo foi pago pelos mais pobres, que não podiam se proteger por meio de investimentos indexados. Além disso, a inflação desorganiza a economia e, mais uma vez, o custo mais alto é pago pelos pobres.

(Soa a campainha.)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Nenhuma dessas alternativas parece ser adequada. Todas trazem problemas muito maiores do que aqueles que temos hoje.

Enfim, e em conclusão, Sr. Presidente, a PEC 55 não é a PEC dos sonhos – longe disso –, mas é aquela necessária e inevitável para o momento. A situação é crítica, mas ainda há esperança de que seja um ponto de partida para que se possa, então, colocar a casa em ordem e dar início a um novo ciclo de crescimento com emprego e renda.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, desses trabalhos.

(Durante o discurso do Sr. Lasier Martins, a Srª Vanessa Grazziotin deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Amorim.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco Moderador/PSC - SE) – Muito obrigado, Senador Lasier Martins.

Convidou, como Líder inscrita, para fazer uso da palavra, a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Senador Amorim.

Srs. Senadores, Srªs Senadoras, companheiros e companheiras, Sr. Presidente, diante do pronunciamento que me antecedeu, tenho que mudar a ordem da minha fala para também comentar, mesmo que rapidamente, o assunto que tem me trazido com muita frequência a esta tribuna.

Eu estou me referindo à PEC 55, aquela PEC que estabelece o limite dos gastos públicos, que, muito mais do que uma medida fiscal, como eles tentam passar à sociedade brasileira, é uma medida estruturante que inicia, no Brasil, uma nova formação de Estado nacional, um Estado apartado da responsabilidade das políticas públicas e do compromisso com as pessoas que mais precisam do Estado brasileiro, seja na área da saúde pública, seja na área da educação, seja na área da ciência e tecnologia, da atuação do Estado no processo de desenvolvimento, da construção da infraestrutura necessária ao desenvolvimento.

Lamento que um Senador aqui tenha dito que não se apresentam alternativas e que essa PEC é a única opção para tirar o Brasil da crise. Isso não é verdade! Aliás, nós continuamos... eu estava há pouco num debate – o único da Comissão de Constituição e Justiça em relação à matéria –, e lá várias opções foram colocadas como alternativa.

Eu queria, em primeiro lugar, dizer que foram os próprios defensores da PEC, dois economistas que lá estiveram, que confirmaram tudo o que nós estamos dizendo: primeiro, que, num momento inicial, a PEC congelará os gastos públicos; num segundo momento, ela diminuirá os gastos públicos na área social.

O Sr. Lasier Martins (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – V. Exª me permite um aparte, Senadora?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu não estou na hora do aparte, mas, obviamente, se não houver objeção, visto que não temos muitos Parlamentares...

O Sr. Lasier Martins (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Perfeito. Eu sei que V. Exª tem compromisso.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Perfeito.

O Sr. Lasier Martins (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Casualmente, o Senador que disse da tribuna há pouco que não há alternativa fui eu. Eu gostaria que V. Exª, Senadora Vanessa, nos dissesse agora, para o Brasil que nos acompanha pela televisão...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – A alternativa.

O Sr. Lasier Martins (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – ... quais são as



alternativas.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu tenho participado de muitos debates, Senador.

O Sr. Lasier Martins (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Perfeito.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Em todos eles, lamentar a ausência do Governo – e V. Ex^a sabe tanto quanto eu –, que tem se negado a debater a matéria.

O Sr. Lasier Martins (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Não, não é debate.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Em todos os debates, têm sido apresentadas alternativas – uma delas apresentada com muita força e baseada na experiência internacional. Primeiro, não é verdade que não se apresentam alternativas; segundo, não é verdade que grande parte dos países do mundo adotam a regra que querem empurrar goela abaixo no Brasil. Não é verdade.

O Sr. Lasier Martins (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Sim, mas qual é a alternativa?

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – A proposta, a alternativa, nobre Senador... não quero crer que, a partir de agora, o senhor vá agir igual a alguns colegas nossos...

O Sr. Lasier Martins (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Não, é que eu fui provocado.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ... na ansiedade, porque, se alguém aqui está com pressa, sou eu.

O Sr. Lasier Martins (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Eu fui provocado.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Se alguém está com... Não, não. Eu estou fazendo o meu pronunciamento. Nem citei o nome de V. Ex^a que era para não dar direito ao art. 14.

O Sr. Lasier Martins (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Sim, mas, casualmente, eu era o único.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Falei que não era verdade porque, hoje de manhã, alternativas foram dadas. Primeiro, vamos fazer uma reforma tributária neste País.

O Sr. Lasier Martins (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Por que o seu Partido não fez?

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Vamos deixar... O meu Partido, nobre Presidente...

O Sr. Lasier Martins (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – O seu governo.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – O senhor quer bater boca comigo ou quer, educadamente, me ouvir falar como eu ouvi V. Ex^a falar?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco Moderador/PSC - SE) – Senador Lasier.

O Sr. Lasier Martins (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS. *Fora do microfone.*) – Eu quero respostas.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Não, mas respostas nós estamos dando. Se os senhores quisessem respostas, de fato, os senhores não estariam fugindo do debate; não estariam, como estão, fugindo do debate. Estão fugindo, não permitindo que a Comissão de Constituição e Justiça promova um número significativo de debates.

Mas, vamos lá. Dizem muito que a inflação corrói salário. É verdade. A inflação corrói salário. Agora, o que mais corrói salário do pobre, daquele que vive de salário mínimo é esta carga tributária injusta aplicada no Brasil. E está aqui, mostramos hoje no debate o quanto se paga em carga tributária. Qual é o imposto que se paga quando se compra café? Vinte por cento daquele dinheiro que o pobre tira do bolso, com muita dificuldade, para comprar um quilo de café, ele está pagando de imposto; em material de limpeza e de higiene, varia de 30% a 60%; no leite, de 19% a 20%. E, quando o leite for em pó – porque lá no meu interior é só leite em pó –, chega a quase 28% ou 30%.

O Sr. Lasier Martins (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Mas por que o seu governo não...

(Interrupção do som.)

O Sr. Lasier Martins (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – ... fez a reforma tributária?

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu não estou aqui... vamos voltar lá para a Comissão?



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco Moderador/PSC - SE) – Senador Lasier, por favor.

O Sr. Lasier Martins (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RS) – Não é possível fazer uma pergunta e não haver resposta.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu peço respeito, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco Moderador/PSC - SE) – Não, é porque...

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu respeitei V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco Moderador/PSC - SE) – Pode continuar, Senadora.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu respeitei V. Ex^a. Que V. Ex^a, no mínimo, me trate com o mesmo respeito com o que eu trato V. Ex^a. Eu não o interrompi em nenhum momento.

Essa é uma alternativa. Vamos fazer uma reforma tributária profunda. Neste País, só não paga tributo quem é rico, quem é empresário. Lucros e dividendos não são tributados no Brasil – ou será que isso não é verdade? –, o único país, aliás, ao lado de um outro que nem sei o nome, no âmbito da OCDE, que não cobra esse tipo de tributo.

Ficaram comemorando que, com a vinda dos recursos ilegais que estavam fora do Brasil, o Governo brasileiro vai arrecadar algo em torno R\$51 bilhões. Pois poderia, tributando – mesmo que 15% de lucros e dividendos –, arrecadar anualmente, e não uma única vez na vida, mais de R\$53 bilhões.

Essas são as alternativas que nós apresentamos. Essas são as alternativas a essa PEC do mal, a essa PEC que tira e vai acabar, paulatinamente, com programas sociais como o Bolsa Família, a essa PEC que vai acabar com a escola pública no Brasil, sobretudo do ensino superior.

E eu ter de ouvir de um economista que hoje está ali na Comissão de Constituição e Justiça, defendendo a PEC, que a aplicação de recursos públicos, que os investimentos públicos chegarão aos mesmos patamares de 2005? O que significa isso? Diminuição dos gastos públicos com a área social e com a infraestrutura, porque a população não está congelada; a necessidade em saúde não está congelada; a necessidade de colocarmos mais jovens nas universidades não está congelada. Não estão apresentando nenhuma proposta para limitar os gastos financeiros com o pagamento de juros. E o pagamento de juros consome quase a metade do Orçamento brasileiro.

Então, essa é uma PEC que tem um único objetivo: transformar e aplicar no Brasil a velha política do Estado mínimo, a política neoliberal, aquela que foi derrotada nas urnas durante as últimas quatro eleições. Por isso, o Sr. Jucá falou, em alto e bom som – e o Brasil todo ficou sabendo o que ele disse: é preciso ter pressa e é preciso aprovar agora, com um Governo temporário, porque nenhum Governo saído das urnas terá condições de aprovar essa proposta. E mais: os dois que foram lá, os dois economistas que defenderam a PEC fizeram questão de dizer que ela é só o começo. Depois dela, virá a reforma da Previdência. Depois da reforma da Previdência, virá a desvinculação dos programas sociais ao salário mínimo. E, depois, virá a reforma trabalhista.

E disseram, quando questionados, respondendo aos nossos questionamentos, que o Governo não tem poder sobre os juros e que quem determina os juros é o mercado.

Ora, senhores! É por isso que não nos permitem regulamentar o artigo da Constituição que impõe limite à dívida. E é uma dívida que cresce de acordo como cresce a taxa de juros.

Então, tenham a santa paciência! Não fiquem nervosos. Os senhores estão muito nervosos. Não há necessidade desse nervosismo, porque os senhores, infelizmente, têm maioria nesta Casa. Agora, assumam perante o povo brasileiro que esta é a pior de todas as medidas que poderiam vir.

(Soa a campainha.)

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Os ricos continuam ricos do mesmo jeito, os rentistas, as corporações nacionais e estrangeiras continuam se beneficiando com a maior taxa de juros do Planeta. E nos dizer que nunca o Brasil viveu uma crise tão forte quanto esta? A quem os senhores querem enganar? O governo do ex-Presidente Fernando Henrique deixou o País pior do que Dilma, do que Lula, de quem tanto os senhores falam.

Aliás, o Presidente Fernando Henrique privatizou um monte de empresas e deixou uma dívida maior do que recebeu. E, agora, ficam dizendo que a dívida está descontrolada, para tentar, repito, passar essa medida goela abaixo. Não, senhores.

A inflação deixada por Fernando Henrique também foi maior. As reservas cambiais de agora ultrapassam os R\$350 bilhões – não eram nem R\$40 bilhões na época de Fernando Henrique. E falar da maior crise dos últimos 120 anos para aprovar essa medida danosa ao povo brasileiro, danosa ao Estado brasileiro? E ainda dizem: os senhores e as senhoras terão muito poder, porque agora farão um orçamento realista. Que poder?



Poder fraticista de ver se vai cortar na saúde ou na ciência e tecnologia, ou no turismo, ou na cultura, ou na infraestrutura ou na produção de alimentos? É isso que querem fazer, mas, enquanto isso, corre solta a taxa de juros no País.

O Brasil é o país que mais juros cobra, mais juros paga e esse recurso está saindo do bolso do povo, saindo do bolso do povo.

Então, é lamentável que esteja acontecendo isso, mas tenho certeza de que, mesmo nesse pouco espaço de tempo, nós temos mostrado à Nação brasileira o quanto negativa é essa medida para o nosso País e para o nosso futuro. E não venham dizer que é para enfrentar a crise. Não venham, porque, se fosse, primeiro, não seria...

(Interrupção do som.)

(Soa a campainha.)

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ... medida constitucional e, segundo, não teria durabilidade de 20 anos, ou seja, quando o Brasil tiver uma arrecadação crescente, mesmo assim, não vai poder aplicar no social, mesmo assim, não vai poder aplicar em benefício da nossa gente.

Então, o que eles querem fazer é acabar com todas as conquistas com legado social de criação de mais de 400 universidades no País, entre *campi*, escolas técnicas de nível superior. É esse o legado que eles querem enterrar e voltar a fazer do Brasil um país daqueles que já são privilegiados e que não pagam juro nenhum.

Eu quero pedir desculpas – eu não faço isso –, mas eu tenho compromisso, Senador Medeiros, e tenho rapidamente que falar a respeito do que acabamos de acompanhar: o processo eleitoral na Nicarágua.

Primeiro, foram dois, três dias de intensas atividades antes e durante o dia da eleição. Eu particularmente...

(Interrupção do som.)

(Soa a campainha.)

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Já estou concluindo, Presidente.

Eu particularmente fiquei num grupo que acompanhou o processo eleitoral na cidade de Léon, a 100km aproximadamente da capital, Manágua.

Aqui está um livro branco. Fizemos uma reunião importante com todos os observadores internacionais e havia representantes de quase todos os países. Nós não apenas tivemos várias reuniões com o Conselho Superior Eleitoral, mas obtivemos dele um livro branco, mostrando as dificuldades pelas quais passam os partidos de oposição, porque os partidos de oposição passam por uma dificuldade profunda e, sabedores que são da impossibilidade de vencer as eleições, andaram mundo a fora tentando denegrir e macular o processo eleitoral democrático ocorrido na Nicarágua, que, aliás, é um país que vem crescendo a níveis e a percentuais superiores a todos os seus vizinhos da América Central e do continente americano, como um todo.

Então, quero dizer que para nós foi uma experiência importantíssima, primeiro, porque lá colocaram na Constituição não limites de gastos para o social, mas colocaram na Constituição, Srs. Senadores, a necessidade e a imposição de que o Parlamento seja composto de forma paritária entre homens e mulheres, portanto lá 50% dos Parlamentares são homens e 50% dos Parlamentares são mulheres. Uma eleição interessante. Elegeram Parlamentares para a assembleia nacional, para as assembleias regionais, para o Parlacen, além da Presidência da República.

Não creio que o resultado oficial tenha saído, mas tudo indica que houve um bom percentual de comparecimento – superior a 60% – num país onde o voto não é obrigatório, com mais de 70% dos votos para Daniel Ortega, que deve ser eleito para um terceiro mandato federal.

Também engraçada a Constituição deles, que dá uma vaga: são 90 vagas no Parlamento, sendo 20 eleitos de forma nacional e os outros 70 eleitos pelos departamentos.

E lá as listas também são fechadas, preordenadas, e as campanhas não são feitas em torno de pessoas...

(Soa a campainha.)

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ... e, sim, em torno de propostas, em torno de chapas.

Quero saudar a vitória do Presidente Daniel Ortega, da Frente Sandinista, que vem desenvolvendo um belo trabalho naquele país.

Lamento que a imprensa brasileira tenha noticiado as eleições na Nicarágua como eleições não



democráticas. Isso não é verdade. Foi dito inclusive que todos os observadores foram impedidos de participar. Não é verdade. Havia muitos observadores, Sr. Presidente, e nós tivemos a oportunidade de participar, porque íamos às sessões e lá tínhamos total liberdade para caminhar, andar, conversar com os eleitores, conversar com os mesários.

Era o que eu tinha a dizer.

Obrigada, Presidente.

(Durante o discurso da Srª Vanessa Grazziotin, o Sr. Eduardo Amorim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Lasier Martins.)

(Durante o discurso da Srª Vanessa Grazziotin, o Sr. Lasier Martins deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Pastor Valadares.)

O SR. PRESIDENTE (Pastor Valadares. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Está inscrito o Senador Eduardo Amorim, que tem a oportunidade de se pronunciar.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Moderador/PSC - SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente, Senador Pastor Valadares, pela oportunidade.

Sr. Presidente, Senador Pastor Valadares, Srªs e Srs. Senadores, ouvintes da Rádio Senado, todos os telespectadores da TV Senado, todos que nos acompanham pelas redes sociais, para muitos, o que me traz hoje a esta tribuna pode parecer até repetitivo e fruto de um repertório restrito, entretanto não vou me calar, enquanto pessoas morrem pela omissão, pela covardia de um governo. Essas mortes são fruto da irresponsabilidade, da insensibilidade, do desgoverno do Estado de Sergipe e são marcas do Governo daquele Estado. Até quando, Sr. Presidente, teremos que ver vidas sendo ceifadas pela omissão do Estado?

Lamentavelmente, o que temos presenciado, em Sergipe, já há algum tempo – e quanto tempo! –, é o desrespeito e o desprezo a um dos preceitos constitucionais mais relevantes, mais sagrados da nossa Carta Magna, estabelecido no art. 196, que diz – abro aspas:

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. [Fecho aspas.]

Sr. Presidente, Sergipe tem sido notícia na imprensa nacional, reiteradas vezes, por conta do caos que está instalado na saúde pública do nosso Estado, a exemplo do Profissão Repórter da semana passada, e, ontem, o Jornal Hoje – ambos da Rede Globo – apresentou uma matéria que mostrou a morte de uma senhora de 58 anos, cujo tratamento contra o câncer de pulmão havia sido interrompido três vezes.

D. Maria José Barreto morreu aos 58 anos. Ela era um dos milhares de sergipanos que dependem do Poder Público para o tratamento contra o câncer. Era professora, e, no ano passado, se aposentou por invalidez para cuidar do câncer de pulmão. Foram indicadas 18 sessões de quimioterapia. Ela começou o tratamento em fevereiro e deveria terminar em julho, mas, em março, o medicamento acabou e a quimioterapia foi interrompida. Em abril, o tratamento foi retomado, mas, em julho, o medicamento acabou de novo, e o desfecho dessa história, todos sabemos: a morte, a morte precoce.

Quantas Marias, quantos José teremos que perder, Srªs e Srs. Senadores, até que o Governo de Sergipe seja sensibilizado? Quantos jovens e crianças continuarão morrendo precocemente por falta de assistência? Como podemos admitir que falte medicamento para quimioterapia e o aparelho de radioterapia – que há muito está obsoleto – passe mais tempo quebrado do que funcionando?

Sabemos que o câncer é uma doença que necessita de um diagnóstico precoce e preciso, cujo tratamento deve ser, sobretudo, ininterrupto, pelo fato de que, a cada interrupção, é como se o ciclo de tratamento estivesse sendo iniciado. Isso representa, com toda certeza, perda de vidas.

Esse Governo que lá está é assassino! É um Governo omisso! É um Governo covarde! É um Governo inepto! É inaceitável, Sr. Presidente: para a construção do Hospital do Câncer, em Sergipe, já foram destinadas seis emendas. Agora, este ano, indicamos a sétima emenda. Mais de R\$180 milhões, nas seis emendas, e agora pedimos mais R\$150 milhões, dos quais, com certeza, quase tudo foi perdido, porque nem uma parede sequer foi feita, nem um tijolo sequer foi colocado na obra até agora. É um Governo desumano.

Srªs e Srs. Senadores, é muita insensibilidade – em verdade, maldade mesmo – com o povo sergipano. O projeto do Hospital do Câncer de Sergipe prevê a construção de 30 leitos para internação infantil, 120 leitos para internação de adultos, além de dez leitos de UTI para adultos e dez para crianças. Serão, ao todo, cinco andares; desses, três serão exclusivos para internação, dos quais dois pavimentos para adultos e um para



crianças. Para aplicação da quimioterapia, os pacientes infantis contarão com mais de 20 leitos; e os adultos, com 43. Um pavimento será exclusivo para crianças, com espaço lúdico e brinquedoteca.

Ainda, segundo o projeto, a unidade de saúde contará com um moderno centro de imagens, com dois aceleradores lineares, o que é pouco; dois tomógrafos; um aparelho de braquiterapia, o que é pouco; dois aparelhos de raios X; um aparelho de eletrocardiograma, o que é pouco; dois ultrassons, o que é pouco; um aparelho de cintilografia; um aparelho de ressonância magnética, o que é pouco; um PET-Scan; um mamógrafo digital, o que é pouco; e uma câmara gama.

A unidade prevê também contar com um setor de fisioterapia, de enfermaria e de emergência, consultório para emergência, laboratórios exclusivos para pacientes com câncer, farmácia oncológica, uma central de esterilização, almoxarifados, enfim, o hospital, Sr. Presidente, já nasce pequeno, talvez fruto da pouca vontade ou da maldade do Governo que lá está. Mas nem isso, Sr. Presidente, foi feito, nenhuma parede foi construída até agora – e olhe que estamos travando essa luta desde 2010. Já foram seis emendas, quase todas elas perdidas; as duas primeiras, empenhadas. Estamos indo para a sétima emenda. O que explicar de uma situação como essa, enquanto milhares de sergipanos perdem suas vidas precocemente?

Vou lhes confessar uma coisa, Sr. Presidente: o que mais me causa dor – e como médico especialista em dor – e revolta é saber que recursos não faltaram; o que falta, de fato, é vontade política, é disposição do Governo e do Estado para fazer. É por isso que eu digo que é um Governo covarde, porque não se coloca no lugar daquele que está numa fila de uma quimioterapia ou de radioterapia com um aparelho obsoleto. É um Governo covarde, frouxo, irresponsável e inconsequente, porque não valoriza a vida, nem a vida daqueles que conseguem entrar nos hospitais e, quando lá chegam, não tem os medicamentos, como D. Maria; nem a vida daqueles que tiveram que ser atendidos do lado de fora dos hospitais, sobretudo numa tenda emprestada do Exército, como a que estava lá até a semana passada; nem a vida daqueles que estão nas ruas, daqueles que estão trabalhando: como temos visto nos últimos dias, donos de bares, de restaurantes, advogados, profissionais e trabalhadores estão sendo assassinados, tornando Sergipe o Estado mais violento do Brasil.

Nada é capaz de tirar de mim, Sr. Presidente, a dor de ver tantas e tantas vidas perdidas por conta de uma gestão irresponsável, de um Governo irresponsável, inconsequente, maldoso e perverso. Desculpem-me trazer essa questão, mas não aguentamos perder tantos irmãos, tantos sergipanos.

O que está acontecendo em Sergipe é um verdadeiro genocídio, é um Governo genocida, porque o dinheiro tem, mas ele acompanha a omissão por parte dos que governam, por parte dos que administram.

Governo frouxo, covarde e irresponsável.

Há pouco tempo, Sr. Presidente, o *Jornal da Cidade*, um jornal de grande circulação do nosso Estado, trouxe, em sua capa, a seguinte manchete, mais uma elas – abro aspas: “Obra do Hospital do Câncer está parada” – fecho aspas.

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Moderador/PSC - SE) – A matéria denuncia que a obra que estava prevista para ser entregue até o final deste ano está parada há muito tempo e diz – abro aspas: “No local não há qualquer sinal de que a construção será retomada” – fecho aspas.

É por isso, Sr. Presidente, que eu insisto em dizer: Governo covarde, frouxo e irresponsável.

Realmente, até o momento, a obra não foi retomada.

Enquanto isso, Marias e Josés continuam morrendo, dia após dia, e, junto com eles, morre a esperança dos pacientes oncológicos, daqueles que dependem do serviço público de saúde em Sergipe e de seus familiares. Até quando teremos um Governo assassino? Até quando teremos que viver essa situação?

Sr. Presidente, colegas Senadores, tenho pedido muito a Deus...

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Moderador/PSC - SE) – ... que me conceda serenidade para aceitar o que não posso mudar, coragem, força e perseverança para modificar o que posso modificar, mas, sobretudo, sabedoria para distinguir a diferença entre elas.

Para finalizar, Sr. Presidente, desculpem-me a emoção, colegas Senadores, quero solidarizar-me com a família de D. Maria José Barreto e por seu intermédio prestar a minha verdadeira solidariedade a todos os pacientes oncológicos do meu Estado, que passam por uma gama de dificuldades em seus tratamentos. Tratamentos interrompidos, esperanças interrompidas, vidas perdidas, tudo isso por conta de um Governo covarde, de um Governo omisso; mas a luta continua. Enquanto Deus me der condição de luta, estarei aqui, da tribuna, denunciando o caos com o povo de Sergipe, Senador Aníbal.

(Soa a campainha.)



(Interrupção do som.)

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Moderador/PSC - SE) – ...Senador Aníbal, há dinheiro. Em sete anos, não conquistaram um aparelho, porque S. Ex^a o Governador, de forma mesquinha, pequena e perversa, acha que a ideia foi minha. Foi minha não, a ideia é do sofrimento do povo de Sergipe, a ideia é daqueles que necessitam, daqueles que estão na fila, daqueles que padecem não só com a doença, pois com a doença vêm diversos outros sofrimentos, como a dor. Eu tive oportunidade de tratar e de cuidar de centenas deles.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pastor Valadares. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Parabéns pelo discurso. *(Fora do microfone.)*

Que o povo tenha essa coragem. Nós estamos precisando dessa coragem de dizer a verdade. Não só o seu Estado está passando por isso, mas vários Estados estão dessa mesma forma, mas, com certeza, vamos falar. Nós não podemos parar de falar. Vai dar tudo certo!

Quero convidar o Senador Paulo Paim, que é o quarto inscrito, para falar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Pastor Valadares, Senador José Aníbal, que está aqui, no plenário, eu não poderia deixar de falar no dia de hoje, por isso vim quase que correndo do gabinete, preocupado, porque chegava a minha hora de falar.

Amanhã, dia 9, o Supremo Tribunal Federal julgará a Súmula nº 331. Essa súmula foi editada pelo Tribunal Superior do Trabalho, que não admite a terceirização na atividade-fim. E eu queria lembrar aos Ministros do Supremo que esse tema está em debate aqui, na Casa. Não é só o projeto que eu relato – eu sou Relator do PL 30, que trata da terceirização.

Fiz audiências públicas em todos os Estados; fui aos 27 Estados, inclusive ao seu, Senador Pastor Valadares, e também a São Paulo, Estado do Senador Aníbal. Não deixei um Estado de fora ao debater esse tema. O meu parecer está praticamente pronto. Conversei com todos os setores. A minha preocupação é que o Supremo venha, mais uma vez, legislar sobre um tema que o Congresso está debatendo. Podemos ter posição divergente, mas estamos debatendo. Acho que já fizemos mais de 50 audiências públicas sobre o tema.

Então, eu venho à tribuna pedir para a Presidenta do Supremo que essa matéria não seja pautada lá, no Supremo. Podemos nós aqui chegar ao entendimento de que a matéria tem que ser pautada aqui. Bom, aí é outra coisa. Eu sou o Relator, vou apresentar o meu parecer – que está pronto – na comissão especial, vamos debater e vamos votar. Agora, não pode o Supremo, mais uma vez, atropelar.

O Supremo, daqui um pouco, vai se dar o direito supremo – porque é o Supremo – de dizer: “Olha, não precisa mais do Congresso; eu é que faço todas as leis.” Ele que tome as suas posições, de que eu posso não gostar, como não gostei da PEC 241. O Ministro deu a liminar de que é constitucional, e eu considero inconstitucional, mas esse ministro decidiu dentro da sua alcada. Não foi consultado a mim se eu podia dar a liminar, até porque não posso, não sou juiz. Mas ele assim o fez – eu não gostei, mas temos que acatar – e não foi a primeira vez, mas está dentro da sua alcada. O que não pode é começar a interferir nas questões que são do Legislativo.

Por isso, eu venho à tribuna para fazer essas considerações.

Caso o Supremo admita todos os tipos de terceirização, não há dúvida alguma de que será um retrocesso, no meu entendimento, histórico. E o Parlamento vai fazer o que se o Supremo já decidiu lá?

Os trabalhadores terceirizados ficarão mais fragilizados que hoje. Veja: se nem o Senado paga corretamente os terceirizados... O Senado não paga. Sobre a Qualitécnica, eu perguntava hoje ao líder dos trabalhadores terceirizados aqui, na Casa: “Pagaram a vocês?” “Não, não pagaram.” As empresas terceirizadas fecham as portas, vão embora e não pagam, não indenizam os trabalhadores. Se no Congresso se faz isso, e a tal da responsabilidade solidária não existe... deveria existir, porque a súmula, pelo menos, ampara isso. O próprio Senado diz: “Não, não pago. Os caras foram embora, azar; se virem”. Está mais ou menos assim. Embora eu veja uma boa vontade dos diretores, eles dizem que não podem pagar.

Calcule se o Supremo liberar para todo mundo. Terceiriza tudo, quem quiser paga e quem não quiser não paga. Dizem: “Ah, amanhã entra na Justiça.” Entra na Justiça, o gato desaparece, como é comum, como esse aqui da Qualitécnica sumiu, e ninguém acha. Ninguém acha a Qualitécnica, e são 484 trabalhadores. Se a moda pega – porque nas terceirizadas já é assim –, digamos, para os 40 milhões com carteira assinada que nós temos, os 40 milhões poderão ser terceirizados. Eu quero ver a Justiça do Trabalho e o próprio Tribunal responderem aos milhões e milhões de ações que vão começar a acontecer. Já se fala que a Justiça do Trabalho não atende à demanda; calculem caso se terceirize tudo.

Regulamentar a terceirização dos 12 milhões, 13 milhões vai na linha do relatório que nós estamos



fazendo, mas liberar para todo o mundo vai ser o fim do mundo. Eu poderia dar alguns dados aqui que vão ser até repetitivos: de cada 100 ações na Justiça, 80 são de empresas terceirizadas; de cada 5 mortes no trabalho, 4 são de empresas terceirizadas; de cada 10 acidentes com sequelas, 4 são de empresas terceirizadas. Esse é um mundo que eu não quero que se estenda para os outros assalariados. E gostaria, sim, de resolver a questão dos terceirizados de hoje. Eu faço aqui este apelo.

A Anamatra (Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho) já se posicionou claramente contra esse projeto, contra essa visão de terceirizar, inclusive, a atividade-fim.

Eu uso a tribuna para fazer um verdadeiro apelo à Ministra Presidenta do Supremo Tribunal Federal para que ela faça como fez, em certo momento – eu lembro –, outro ministro que deu um prazo para o Congresso votar uma matéria e, se naquele período o Congresso não votasse, iria regulamentar por lá, porque, como estava, não podia continuar. É claro que foi um puxão de orelha no Congresso, mas o Congresso respondeu. Se eu não me engano, foi no caso do aviso prévio proporcional. Eu até tinha um projeto bem mais avançado, mas, enfim, o Congresso respondeu e regulamentou a questão do aviso prévio proporcional. Esse é o apelo, Sr. Presidente, que eu faço mediante documento que deixo aqui à Ministra Cármen Lúcia, Presidenta do Supremo.

Ministra Cármen Lúcia, eu queria fazer um apelo a V. Ex^a – talvez V. Ex^a não esteja, claro, assistindo à TV Senado, mas quem sabe um assessor seu o esteja fazendo – até pelo respeito que eu tenho a V. Ex^a: calcule o desastre que vai ser. Cobrar que o Congresso regulamente está correto. E o relatório está na minha mão e está praticamente pronto. Se a comissão especial assim entender, eu o submeterei à votação ainda este ano ou nos primeiros meses do ano que vem, já que estamos aqui com a PEC 241, que tem a preferência de debate. Eu gostando ou não, é regimental e é legítimo. E sei que o eixo do debate aqui vai ser a PEC 241. Estou fazendo um apelo, neste momento, à Ministra Cármen Lúcia para que não interfiram dessa forma no trabalho que é nosso. Eu, repito, estou com o parecer do PL da terceirização pronto.

E quero só deixar um outro documento para registro, Sr. Presidente. Sei que o Senador Aníbal vai usar também a palavra. Trata-se de documento referente às agendas que fiz no Rio Grande do Sul para debater, inclusive, a terceirização, a PEC 241 – sobre a qual já me posicionei claramente ontem, dando a minha visão. Estive em Caxias do Sul, estive em Nova Santa Rita, estive no Vale dos Sinos.

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Os encontros contaram com a presença de 600 líderes da região, debatendo reforma trabalhista, reforma previdenciária, terceirização, negociado sobre o legislado, PEC 241, que é a PEC 55 aqui. E terminei em um grande evento na Praça da Alfândega, em Porto Alegre: a Feira do Livro. Lá lancei um livro, como faço todo ano – todo ano eu lanço um livro. O deste ano é o décimo segundo livro, cujo título é *O Martelo, a Pedra e o Fogo*. Este livro trata da democracia, da liberdade, da cidadania, dos temas, claro, em que eu me envolvo aqui...

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... principalmente na Comissão de Direitos Humanos, a questão dos aposentados, a questão da violência, a questão das mulheres, a questão dos deficientes, a questão das discriminações. O livro também aponta um projeto de Nação. Eu não vou aqui dizer que tive a ousadia de apresentar um projeto para a Nação brasileira, mas ele aponta, pelo menos, quais as principais causas que, no nosso entendimento, deviam estar contempladas em um projeto de Nação.

Queria agradecer muito, muito, muito às centenas de pessoas que ficaram ao sol escaldante, Pastor Valadares, esperando o abraço, o beijo, o carinho. E, como o livro eu imprimo pela minha cota no Senado, quando eu fui, no dia anterior, à rádio, eu disse: “O único preço que eu vou cobrar é vocês me darem um abraço” – e me lembrei daquela canção que diz que o mundo cabe em um abraço. E todos vinham e me davam um abraço.

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E eu tinha que pegar o voo das 17h50 para vir para Brasília. Comecei a assinar às 13h, terminei pelas 17h10, e deu tempo de pegar o voo. Foram centenas e centenas de pessoas, todas com o maior carinho. Eu quero, aqui da tribuna, agradecer muito ao povo gaúcho pela emoção daquele momento, que uniu todos nós simplesmente em um livro que fala das causas do povo brasileiro e da caminhada deste Senador.

Muito obrigado, Presidente. Agradeço a V. Ex^a.

Considere na íntegra os dois pronunciamentos.



DISCURSOS NA ÍNTegra ENCaminhados PELO SR. SENADOR PAULO PAIM EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 203, do Regimento Interno.) (vide item 2.1.4 do Sumário)

O SR. PRESIDENTE (Pastor Valadares. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Meus parabéns, Senador, pelo belo discurso. É isso aí. Vamos para frente, que o tempo passa.

Quero convidar o próximo orador, Senador Aníbal, a subir à tribuna.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Pastor Valadares, não tenho a notícia tão entusiasmada do Senador Paim sobre o acolhimento ao seu livro – eu não publiquei nenhum livro ainda aqui, no Senado –, mas quero fazer algumas considerações sobre uma reunião que tivemos hoje, Presidente.

Foi uma reunião conjunta da Comissão de Constituição e Justiça e da Comissão de Assuntos Econômicos, para a qual foram convidados – e estavam presentes – quatro debatedores. Dois foram lá explicar, justificar, mostrar as razões que levaram o Governo a propor a PEC 241, conhecida como PEC do teto, mas que o Senador Ferraço disse que deveria ser conhecida como a PEC da responsabilidade fiscal – com que eu concordo; e os outros dois debatedores foram fazer um questionamento à PEC, um questionamento muito mais político e ideológico do que um questionamento técnico que tenha sustentação.

Eu nem ia trazer esse assunto ao plenário, Sr. Presidente. Entretanto, ouvi a fala da Senadora Vanessa Grazziotin agora há pouco. E a fala da Senadora é um solilóquio: ela fala com ela mesma. Mas, já que ela fala da tribuna do Senado, é importante que a gente venha aqui para contrapor à fala da Senadora Grazziotin um pouco de realidade.

O Brasil acaba de enfrentar uma eleição. E o Partido da Senadora Grazziotin, o PT, perdeu quase todas as posições, considerando a relevância das posições que tinha e a insignificância das posições que tem hoje, em relação ao que tinha até então. Quer dizer, houve um recado muito claro dos eleitores: “Nós não queremos isso que o Senado da República, o Congresso Nacional afastou!” E não é só a ex-Presidente; é tudo o que ela representa, é tudo o que representa esse lulopetismo, que, ao longo de quase treze anos e meio, colocou-nos na pior crise econômica da nossa História.

Foram apresentados lá hoje, Sr. Presidente, gráficos dos últimos 120 anos. Não houve nenhum outro momento na História do Brasil em que nós tenhamos chegado a uma queda na economia tão forte como nesses últimos três anos, 2014, 2015, 2016. E a gente que causou essa queda, que foi deslocada do poder há três meses, vai à Comissão dizer: “Não, é preciso gastar, para estimular consumo, estimular emprego!”

São irresponsáveis, são portadores de uma síndrome grave que é ignorar a realidade muito grave, mas, sobretudo, ignorar a realidade no que ela tem de nefasta para os brasileiros: 12 milhões de desempregados, 22 milhões se contarmos aqueles que já desistiram de procurar emprego, ou aqueles que tentam, mas não conseguem. Enfim, é um contingente formidável dos brasileiros em idade adulta que está privado de renda, por um governo danoso e desastroso que deu R\$500 bilhões ao BNDES, para este distribuir entre seus amigos, os ditos campeões nacionais, que não geraram um novo negócio no Brasil. Fizeram aquisições aqui e acolá, mas não investiram em tecnologia, não investiram em produção, não investiram em infraestrutura.

Desastre, compadrio. E o mesmo compadrio que eles alimentaram nas renúncias fiscais. Neste ano, Sr. Presidente, as renúncias fiscais devem chegar a mais de R\$200 bilhões. Com urgência, nós temos que interromper essa sangria.

O resultado disso, do ponto de vista de competitividade, do ponto de vista de produtividade, é praticamente nenhum. De novo compadrio! Essa gente usou o capitalismo brasileiro sob um discurso esquerdista, para estabelecer com ele, o capitalismo brasileiro, uma relação promíscua e com os atores que lhes faziam a corte, do mesmo modo que hoje tomam a distância necessária, porque o significado desse governo é profundamente danoso para o País, como mostraram as eleições.

Agora, a Senadora vem aqui e a fala dela é repetitiva. Ela tenta cobrar muito comparações com o Governo Fernando Henrique. O Governo Fernando Henrique deixou uma herança bendita para esse Governo Lula. Foi graças a ela que esse governo conseguiu engrenar. Eles não tinham sequer um plano para combate à pobreza, o programa deles de Fome Zero era um blefe, tanto que eles logo tiveram que abrir mão disso e adotar os quatro programas do Governo Fernando Henrique, que eram o Vale Gás, o Programa de Combate ao Trabalho Infantil, o Bolsa Alimentação e o Bolsa Escola.

Então, há ali um ambiente, uma situação que é de derrota total, não aceitação e reiteração, tentando buscar, através da mentira, tirar alguma coisa, seja através de comparação, seja através de dizer que é possível fazer isso ou aquilo hoje. O que é possível fazer hoje é o contrário do que eles estavam fazendo, senão o Brasil não sobrevive.



Esses irresponsáveis, inconsequentes, até o último dia, agravaram o desastre brutal que provocaram nas contas públicas; nas empresas públicas, que foram pilhadas, Petrobras e Eletrobras, destacadamente; nos fundos de pensão, instrumento poderoso para financiamentos imobiliários, financiamentos de toda a natureza, financiamentos de infraestrutura, foram pilhados. Para que os brasileiros saibam, só o fundo de pensão dos Correios terá que pagar – os funcionários ativos e inativos –, durante 23 anos, 17% a mais de contribuição para cobrir o rombo deixado pelo lulopetismo.

Então, a minha fala tem muito o sentido, Sr. Presidente, de tentar recuperar certa racionalidade no debate. O PT criminalizou o debate durante todo o tempo em que esteve no governo – nós contra eles, eles contra nós, o bem contra o mal. Agora, derrotados de uma forma acachapante nas eleições, eles buscam outro caminho para dizer que é possível, imediatamente, recuperar crescimento se adotarmos a receita deles, que foi a receita do desastre da nova política econômica. Aquilo foi um blefe para, até quando deu, pilhar as contas públicas, desorganizar a economia e ficar no poder. No fundo, esse é um partido que tem uma vocação de poder em que vale tudo, e o que menos vale é o compromisso com os brasileiros, com os trabalhadores, com políticas sustentáveis na área social, na área econômica.

A partir de agora, Sr. Presidente, convicção minha, decisão minha, vou ocupar esta tribuna todos os dias, para evitar que o solilóquio petista prossiga como eles têm feito reiteradamente, inclusive nas Comissões. Eles fazem reuniões, fazem convocações, para, na fala deles, reiterar sem dar nenhuma consequência prática...

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – ... que possa nos ajudar a sair dessa situação.

Concedo um aparte ao Senador Magno Malta.

O Sr. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Senador José Aníbal, V. Ex^a traz um tema saudável, embora não seja novo, seja do dia a dia, mas saudável e com competência.

Na verdade, eu não pedi um aparte a V. Ex^a. Eu estou aqui olhando para V. Ex^a o tempo inteiro, balançando a cabeça e concordando, admirando o raciocínio de V. Ex^a e de certa forma também achando graça do discurso da Senadora Vanessa Grazziotin.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Muito obrigado, Senador Magno Malta.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente, por hoje, mas voltarei sempre que eles ocuparem para o solilóquio, a fala com eles próprios, porque os brasileiros já não se ligam neles, e as eleições deixaram isso muito claro.

Mas quero agradecer muito a oportunidade.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Pastor Valadares. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Parabéns ao nobre Senador.

Pois não.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Posso fazer da tribuna, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Pastor Valadares. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Pode.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador novato é bom por isso. (Risos.)

Sr. Presidente, Srs. Senadores, meu nobre Presidente, o senhor ficou bem na cadeira. Senador experiente, um homem vivido, na verdade, novato nesta Casa, está aqui em nome do seu Estado de Rondônia, um sacerdote, um gerador de vidas, burilador de caráter, de dignidade, no exercício do seu mandato, enquanto sacerdote até o dia que Deus quiser lá em Rondônia. E eu agradeço a V. Ex^a, porque é capixaba, mas agradeço ao fato de V. Ex^a ter ido embora de lá, ter saído de lá, é isso que eu agradeço, porque, se V. Ex^a tivesse ficado, eu não poderia chegar, tinha que haver uma vaga. Viu, Senador Aziz? Ele saiu, ficou a vaga para mim, e eu vim do Nordeste e entrei. E, se ele fica lá, não teria vaga para eu entrar. Eu fico feliz da convivência com V. Ex^a.

Na verdade, a minha fala será muito rápida. Na verdade, é essa pincelada, porque não dá também para a gente ficar ouvindo essa cantilena todo dia de que eles falam para o meu próprio convencimento. Esse discurso é assim, estão falando para seu próprio convencimento.

E eles descobriram agora uma maneira de preparar uma milícia a partir de 14 anos de idade, que eles mandam invadir as escolas, porque, com 14 agora, ou com 15, no próximo processo eleitoral já pode votar. E, se foram doutrinados agora, Senador Aziz, invadindo escolas e fazendo vandalismo, ensinado por eles, ensinado, dizendo só que eles têm direitos, porque são estudantes, o futuro deste País... têm deveres a cumprir, porque os outros também têm direitos, os que estão do lado de fora, as famílias, os pais. E eles estão trabalhando uma



milícia.

E esta semana alguns ficaram até com raiva, porque eu disse, por ter comandado a CPI da Pedofilia, que o método deles é o mesmo método de quem trabalha, de quem desregula o emocional, a cabeça de uma criança e de um adolescente para em seguida poder abusar. E isso é abuso, abuso mental, abuso psicológico, ensinando meninos que nunca deram um dia de serviço ao País – um dia! E estão querendo parar o País, porque eles são contra a PEC.

Eles fizeram o Brasil? Uma criança! O Brasil é uma criança, porque é muito novo. O Brasil é uma criança diabética, obesa, precisando tomar insulina. E eles estão lá na Comissão agora, dizendo: "Não, está errado. Tem que dar é chiclete Bubbaloo para esse menino. Está errado. Tem que dar é doce. Tem que dar cocada. Tem que dar um litro de mel para esse menino beber todo dia."

O Brasil, quando o Temer assumiu, com a saída de Dilma... Graças a Deus! Já foi tarde! Com a saída de Dilma, o Brasil não melhorou, mas parou de piorar.

Alguma coisa precisa ser feita. Lá estão dois economistas, muito jovenzinhos, porque eles gostam dessa manifestação, quando colocam meninos nas coisas. Dois jovenzinhos e dois outros economistas que falam, defendem a PEC, como eu falo e defendo a PEC também, porque tenho usado uma figura pelo Brasil afora, Senador, dizendo que o Brasil é um fígado doente. Quem come torresmo, come feijoada e bebe sabe o que o fígado faz quando está inchado: dá dor de cabeça, vontade de vomitar, as pernas incham, o sujeito comece a andar mal. Ou você toma um chá de boldo ou morre!

O Brasil está precisando de chá de boldo. É um fígado doente, precisa sarar. E boldo amarga – boldo amarga! Tome um boldo! "Ah, não, é muito ruim!" Não estou lhe oferecendo doce; estou lhe oferecendo chá de boldo, para poder curar o seu fígado.

Mas aqueles que estão falando lá são os autores, são os mentores da nova matriz econômica. E é até hilário. Não é? A nova matriz econômica é a mãe da contabilidade criativa. Parece até frase de malandro esse negócio. Não é? E ideia criativa, contabilidade criativa, que foi criada pelos pais da nova matriz econômica.

E um pai da nova matriz econômica era o assessor de Guido Mantega, com o Sr. Guido Mantega, que depois se tornou Ministro do Planejamento. E, em seguida, jogaram para fora o Levy Fidelix, e ele assumiu o Ministério, o pai da nova matriz econômica, o homem que criou a contabilidade criativa. Criou, não, inventou. Não é? Porque tudo o que é inventado tem cheiro de mentira.

(Soa a campainha.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Agora, eles estão na convenção na Comissão, fazendo as maiores equações de números, de movimentos mundiais, numa tentativa de mostrar que dois mais dois, em alguns momentos, podem ser seis; que dois mais dois, em alguns momentos, podem ser um e meio, porque... eu sou o último inscrito lá, eu vou voltar para lá para perguntar o seguinte: o PT esteve 13 anos no poder, e por que vocês dois não ensinaram isto para eles, que isso dava certo? E, depois de 13 anos em que dá errado, disse a Senadora Vanessa Grazziotin, do alto da sua capacidade e da sua oratória, sua conterrânea, ela disse: "Só prejudica os mais pobres!"

(Soa a campainha.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – O Brasil hoje, Senador, tem 13 milhões de milionários desempregados, 13 milhões de ricos emergentes desempregados. O Brasil hoje tem 500 ricos desempregados jogados pelas ruas, assistindo a essa conversa fiada pela televisão, a de que nós temos que cuidar dos mais pobres.

E o outro argumento é o de que é preciso taxar as grandes fortunas. Senador, as grandes fortunas estão todas em Curitiba, presas.

Um dos homens que melhor executou esse modelo de que ele estava falando agora, o da nova matriz econômica, e que foi aplaudido pelo Brasil e até pelo mundo está preso em Curitiba. Só em uma conta dele...

(Soa a campainha.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – ... há 1,2 bilhão. Refiro-me a Antonio Palocci, um médico sanitarista. Só isso daria para resolver parte de alguma coisa.

Disse a Senadora Vanessa: "Isso só vai atingir os pobres".

O Sr. Omar Aziz (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – V. Ex^a me dá um aparte, Senador?

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Já vou dar – só não quero perder o raciocínio, porque eu tenho a mente fraca.



Eu quero perguntar à Senadora Vanessa se ela sabe quanto é um quilo de feijão. Quanto custa um quilo de feijão? Agora, são quase 13 milhões de milionários que estão desempregados – 13 milhões de milionários, ricos, emergentes que estão desempregados. Eles sabem quanto é um quilo de feijão? Eu quero perguntar aos meninos que invadiram as escolas: “Pergunte à sua mãe, ao seu pai, quanto é um quilo de feijão? Vocês estão comendo feijão?”

(Soa a campainha.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Não sabem quanto é? Mas eu vou falar na comissão. Não sabem, porque nem há feijão. Dilma Rousseff, a madrinha da nova matriz econômica do Brasil, doou o nosso feijão para Fidel.

Não há o que falar. É conversa fiada: porque a Universidade de Harvard; porque não sei o quê; porque o *tsunami* econômico que partiu da Europa nos levou a isso; porque foi uma marolinha, foi um marolão... sabe o que é? A economia do Brasil está no esgoto. Deu para entender? Esgoto! Como é que a tiramos de lá? Com medida dura, e medida dura amarga, Senador Aziz.

Concedo um aparte a V. Ex^a.

O Sr. Omar Aziz (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Obrigado, Senador. Ouço com atenção V. Ex^a, que coloca a situação de forma bastante fácil, para o entendimento da grande Nação brasileira. Eu sou representante do Estado do Amazonas, e, em sã consciência, quem representa o Estado do Amazonas não pode dizer...

(Soa a campainha.)

O Sr. Omar Aziz (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – ... que estava tudo bem e que, agora, está tudo errado. Não dá! A Zona Franca de Manaus, que é o polo industrial de Manaus e do Amazonas, perdeu receita, e, a cada dia que passa, a situação está cada vez mais difícil. Quem perdeu emprego foram os pobres; são essas as pessoas que estão desempregadas. Eu sempre respeitei os movimentos estudantis, até porque fiz parte deles, Senador Magno Malta, mas eu não posso, a essa altura da minha vida, entender como estudante prejudica estudante, porque eles não estão prejudicando o Governo brasileiro. Veja bem: se eles invadiram as escolas, foi para prejudicar estudantes que queriam fazer um exame. Já lutamos contra reitores, contra a ditadura, contra o retrocesso do País. Eu fiz parte disso, assim como muitos de nós – V. Ex^a também deve ter feito parte de movimentos pela democratização deste País –, mas nunca no sentido de prejudicar um aluno. Muitos que deixaram de fazer o exame se prepararam por anos até chegar àquele momento.

(Interrupção do som.)

(Soa a campainha.)

O Sr. Omar Aziz (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Já há denúncias (*Fora do microfone.*) de fraudes que estão sendo investigadas pela Polícia Federal, o que já é uma coisa desigual. O aluno se prepara, mas vem uma pessoa que não se prepara e manda outro fazer a prova. Isso já é desigual. Agora, eu não posso entender como a União Nacional dos Estudantes, a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas e a União da Juventude Socialista, ligada ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB) – na minha época, era Viração –, podem compactuar, apoiando-o, com um movimento que prejudica alunos, filhos de trabalhadores brasileiros, muitos dos quais estão desempregados. Só eles sabem a dificuldade que tiveram para chegar com os filhos ao Enem. E eles foram proibidos, pelas entidades que os representam, de fazer o exame. Isso não é justo. Primeiro, não é justo com aqueles que se prepararam. Segundo, há 13 milhões de desempregados. Infelizmente, a economia do Estado do Amazonas...

(Interrupção do som.)

O Sr. Omar Aziz (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – ... sofre muito. (*Fora do microfone.*) Quem vive no meu Estado e conhece a sua economia não pode dizer que a situação ficou dessa forma agora com o Temer. Ela vem há dois anos cambaleando e realmente chegou ao fundo do poço, como V. Ex^a disse. Você vê agora o povo americano. De dez entrevistados, oito americanos dizem: “Nós estamos envergonhados da eleição aqui. Nós estamos envergonhados desse debate que não constrói uma nação”. É um debate que não constrói. O debate que a esquerda brasileira está fazendo não constrói absolutamente nada. Nós temos que fazer um debate de alto nível, procurando soluções. Nós somos brasileiros, vivemos aqui. Sejamos evangélicos, sejamos católicos, sejamos comunistas, vivemos aqui e temos obrigação, como homens públicos, de sair com uma solução para o nosso País. E não vai cair do céu essa solução, Senador Magno Malta.



E, quando V. Ex^a coloca: "Aonde nós chegamos?", concordo com V. Ex^a. Nós temos que achar a solução.

(Soa a campainha.)

O Sr. Omar Aziz (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Agora, achar a solução sem esse revanchismo, sem essa pequenez. Eu não levo nem em consideração a eleição. A eleição são momentos. V. Ex^a conhece muito bem. O momento é um, o momento é outro. Já houve o momento do PT. Já houve o momento do PMDB, em 1986, que, dos 27 governadores, elegeu 26, mas não conseguiu, dois anos depois, fazer o Presidente da República. O Dr. Ulysses Guimarães teve uma votação, pela história, pelo que ele representou para o nosso País, pífia do ponto de vista eleitoral. Nada, absolutamente nada, o processo político... Nós o Senado, a Câmara, o Presidente, as forças políticas temos obrigação de achar uma solução para a nossa Nação. Era com isso que eu queria contribuir para o seu pronunciamento, concordando com tudo o que V. Ex^a tem colocado. Realmente, chegamos ao fundo do poço.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – E V. Ex^a contribuiu muito. Eu vou incorporar ao meu pronunciamento.

(Soa a campainha.)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Fazendo referência à fala de V. Ex^a, eu parabenizo o Ministro Mendonça Filho. E ele não tem ainda os cálculos do prejuízo. Ainda há o dinheiro, pois o prejuízo do Enem não foi tão somente prejudicar quem não pôde fazer prova, com o prejuízo emocional e moral que essas famílias sofreram, mas ainda há o prejuízo financeiro que está sendo computado. E nós tomaremos, daqui a pouco, informação desses números. Na verdade, esses garotos que nunca prestaram um dia de serviço ao País, de 14 e 15 anos, estão sendo doutrinados, em nível de Estado islâmico, para se tornar o contingente votante do PCdoB e do PT nas próximas eleições, pois, de uma forma vergonhosa, aliás, de uma forma gloriosa, o povo brasileiro os colocou para sair pela porta do fundo no processo eleitoral.

V. Ex^a tem a palavra.

(Soa a campainha.)

O Sr. Reguffe (S/Partido - DF) – Senador Magno Malta, eu pedi um aparte a V. Ex^a, porque tenho aqui um princípio. Dentre os princípios que eu vejo, um que a Administração Pública tem que ter é o de que um governo não pode gastar mais do que arrecada. Isso para mim é princípio. Um governo não pode gastar mais do que arrecada. E, quando o faz, quem paga o preço disso em um ponto futuro é o contribuinte com aumento de impostos, porque não há almoço grátis. Se o Governo gasta mais do que o que ele tem de arrecadação, há uma dívida. E quem paga isso? Paga o contribuinte em um ponto futuro com aumento de impostos. Não existe dinheiro do Governo. O que as pessoas precisam entender é que não existe dinheiro do Governo; dinheiro do Governo é o dinheiro da população, é o dinheiro dos impostos dos contribuintes brasileiros. Então, o Governo precisa fazer as suas despesas dentro do que tem de receita e não extrapolar; ele precisa ter um limite, até para beneficiar e proteger o contribuinte, aquele que paga impostos.

(Interrupção do som.)

O Sr. Reguffe (S/Partido - DF) – Na minha concepção, nós tínhamos que reduzir as despesas, inclusive para poder em um ponto futuro reduzir a carga tributária deste País, que prejudica o desenvolvimento econômico do País, prejudica a geração de emprego e renda, prejudica as pessoas a empreenderem. O Brasil tem a maior carga tributária dos BRICS, maior que a da Rússia, maior que a da Índia, maior que a da China, maior que a da África do Sul. Eu não posso acreditar que todos esses países conseguem dar conta das suas responsabilidades com uma carga tributária menor do que a brasileira e que o Brasil não consiga. Então, mostra que nós temos um Governo ineficiente, um Governo que não cumpre a sua função, que não devolve serviços públicos...

(Interrupção do som.)

O Sr. Reguffe (S/Partido - DF) – ... de qualidade ao cidadão brasileiro pelos impostos que esse paga, mesmo com uma carga tributária desse tamanho, a maior dos BRICS. Então, o Governo não pode gastar mais do que arrecada. Isso, para mim, é um princípio. E, quando o faz, quem paga a conta disso em um ponto futuro é o contribuinte com aumento de impostos. E é esse contribuinte que eu represento aqui no meu mandato. A minha voz é a voz desse contribuinte, o meu voto é o voto desse contribuinte. Eu quero aqui me somar a V. Ex^a no sentido de que nós precisamos ter responsabilidade fiscal, sim. Ela é importante. Às vezes, as pessoas não entendem à primeira vista, mas ela é importante para a população brasileira, é importante para o contribuinte brasileiro.



O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Incorporo. V. Ex^a com essa sua capacidade e esse princípio é um princípio...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – É princípio de V. Ex^a, é a condução do seu mandato. V. Ex^a, economista que é, observador, faz da sua vida pública o exercício daquilo que crê. Sem dúvida alguma, é uma palavra absolutamente esclarecedora quando você começa a falar de família, que não há almoço de graça, que família que gasta mais do que está ganhando certamente vai receber ordem de despejo; daqui a pouco, o carro está em busca e apreensão; daqui a pouco, os filhos têm que sair da escola. É assim para que se possa entender. E V. Ex^a colocou muito bem.

Sr. Presidente, há outra coisa. Acho que o sacrifício tem que ser de todos. Eu acho que o Governo precisa mandar outra PEC para cá, para completar, chamar o Presidente do Senado, o Presidente da Câmara e a Presidente do Supremo e fazer um teto para os grandes salários. Nós não podemos conviver com gente desempregada, com o pequeno...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – ... empresário não podendo investir e contratar mais uma pessoa, já que da empresa dele foi subtraído, porque há juiz que ganha R\$100 mil, porque há funcionário do Senado que ganha mais de R\$60 mil. Se colocar um teto para todo mundo, por exemplo, nesta crise – vamos embora, para os mesmos 20 anos –, um teto salarial de R\$15 mil, ninguém vai morrer de fome, não, nem Ministro do Supremo, nem Senador, nem Deputado Federal. Seria um teto salarial para todo mundo por 20 anos, até sairmos do fosso. E olha que 15 contos é muito dinheiro.

E, ainda, temos que conviver com a história e a forçação de barra do Ministro e ex-Presidente do Supremo Lewandowski, que, nesta mesa aqui, presidindo o *impeachment*, fez uma lambança aqui só Steven Spielberg faz em seus filmes.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Aquele fatiamento, que não cabe na cabeça do homem mais indouto desta Nação. Estava fazendo força. E nós não podemos dar aumento a Ministros de Tribunal Superior, em hipótese nenhuma. Se não podemos dar para as outras categorias, como fazer isso?

Assim, tem que vir uma outra PEC para cá, em um acordo dos três Poderes. Os três poderes precisam entender que os órgãos deste cidadão chamado Brasil entraram em estado de falência. Ele está na UTI, está amputado, está doente, precisa de cuidados. E como subtrair de um empresário que tem dez, trinta empregados? É por isso que a carga tributária é desse tamanho. Como um funcionário de tribunal...

(*Interrupção do som.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES. *Fora do microfone.*) – ... com os ganhos acumulados (*Fora do microfone.*) ganha R\$50 mil, R\$60 mil, R\$100 mil? Dizem: “Não, porque incorporou, eles têm direito”. E nós vamos ficar vendo uma população de 13 milhões de desempregados, chamando o Brasil para essa PEC que é amarga? E, infelizmente, tem que ser, tem que vir, mas é preciso vir, é preciso ter outra PEC com um acordo dos três Poderes, acordo verde e amarelo, acordo de brasileiros, de quem tem sentimento nativista, de quem ama esta Pátria, esse chão natal, para reduzir salário por 20 anos. E salário de R\$15 mil está bom demais para Senador, está bom para Deputado Federal, está bom para ministro de Tribunal Superior. Ora, se tem cidadão vivendo e convivendo com sua a família ganhando R\$800 ou...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – ... R\$1.200! E alguns pagam aluguel.

Olha, meu irmão, eu não tenho nada, eu tenho um patrimônio porqueira, mas um grande patrimônio para o filho de uma faxineira que saiu de lá de onde saiu. Se reduzir meu salário para R\$15 mil, hoje, eu ainda continuaria sendo um privilegiado por ganhar R\$15 mil.

Os outros lá estão querendo aumento para botar mais seis no salário deles, para chegar a quase quarenta. Como é que um juiz, na cidade em que ele mora, onde ele tem sua casa, ainda recebe auxílio-moradia? Isso é safadeza! Os caras falam: “Não fala, não, porque é juiz, é ministro. Rapaz, não faça essa doidice, não”. Eu tenho lá medo de juiz, rapaz? Eu tenho medo do juízo de Deus – só de Deus.

(*Soa a campainha.*)



O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Então, eu acho que vocês que estão me vendo na rede social deveriam começar a se movimentar. Os três Poderes têm de reduzir salário por 20 anos. Rapaz, aqui no Senado é forte. Eu me lembro de que, quando cheguei aqui, tive de trazer uma pessoa de fora para dirigir. Os caras: “Não, Senador, aqui somos nós. Eles passam oito anos e vão embora; perdem a eleição e nem voltam mais. Mas nós estamos aqui há 30 anos.”

Você vai a um lugar, e há uma loja em um *shopping* do tamanho disto aqui. “Ah! O dono dessa loja é funcionário do Supremo.” Que desgraça é essa? Dono de restaurante, dono de hotel. Que desgraça é essa?

Eu acho, Senador Reguffe, que o Presidente Temer tem esta obrigação de chamar a Cármem Lúcia, de chamar o Presidente Renan, de chamar o Rodrigo Maia. Assim, na próxima pesquisa, o povo não ia desclassificar tanto o Poder Legislativo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – O povo ia dizer: olha, estão tomando atitude, estão sangrando. Porque cortar na carne e remédio amargo para os outros é bom. Nós precisamos participar disso. Nós precisamos participar disso.

Portanto, Sr. Presidente, essa é a minha palavra. Agradeço a V. Ex^a ter me cedido a palavra, a sua sensibilidade, capacidade legislativa, entendimento do Regimento Interno, que me deu a palavra, sem nem eu estar inscrito, para falar por quase uma hora. Obrigado, Senador Reguffe, por ter me dado a oportunidade de ter feito esse aparte tão significativo.

Mas hoje eles estão querendo mudar a situação, legalizando jogo, legalizando bingo, colocando o dinheiro da contravenção, dinheiro de sangue, dinheiro de tráfico de droga. É isso que eles querem. E nós vamos lutar até o final. O que tem de se fazer é um acordo de redução, reduzir e fazer um teto salarial também por 20 anos.

Ouço V. Ex^a.

O Sr. Reguffe (S/Partido - DF) – Senador Magno Malta, só mais um breve comentário. Eu concordo com V. Ex^a em gênero, número e grau que é preciso cortar os privilégios que existem no Poder Judiciário e no Poder Executivo, mas também temos de cortar os privilégios que existem aqui no Poder Legislativo.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Claro.

O Sr. Reguffe (S/Partido - DF) – Isso é algo importante. É importante que o Poder Legislativo dê o exemplo, cortando as regalias e os privilégios que existem aqui dentro do Congresso Nacional.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Eu encerro dizendo que o *lobby* da jogatina tem trabalhado muito. E jogo... eu fiz o enfrentamento... aliás, o Requião chegou, na palavra que eu ia falar...

(*Interrupção do som.*)

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – ... que governava o Paraná. Na época em que os bingos foram fechados no Brasil, eles mandavam formar associação de funcionários para não contratar, para não ter encargo social. Uma garçonete de bingo engravidava e não tinha os direitos que uma gestante tinha, porque era de uma associação. Normalmente, seguranças de bingo são truculentos e expulsos da Polícia. É lugar de lavagem de dinheiro, de sangue, dinheiro de narcotráfico, dinheiro de corrupção, dinheiro de contravenção.

Os juízes começaram a conceder liminares para abrir bingo. Quando começaram a conceder no Paraná – e aí não tem nada a ver com a nossa amizade, Requião, com o nosso relacionamento, que é um relacionamento cordial, de amigos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Mas a sua coragem de não ter cumprido uma! Eu me lembro de uma cena de V. Ex^a em frente a uma casa de lavagem de dinheiro, de contravenção, de drogas, que são os bingos, não deixando abrir! “Não vai cumprir e não vai abrir.” De tantas outras atitudes de V. Ex^a – divergimos em algumas coisas, mas, na maioria, convergimos –, eu me orgulho de sua coragem naquele dia, uma das grandes e belas imagens que eu guardo no meu coração. E sei que, guerreiro como V. Ex^a, nós temos muitos no Brasil, espalhados para fazer o enfrentamento, meu querido líder, ao *lobby* da jogatina, do vício.

Normalmente, as pessoas aposentadas sofrem de problemas neurológicos, porque o vício no jogo é tal qual o vício em cocaína.

(*Soa a campainha.*)



O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Os neurônios são atingidos, as pessoas ficam compulsivas e vendem até os dentes da boca para poder praticar a jogatina.

Fica a minha palavra aqui.

Senador Requião.

O Sr. Roberto Requião (PMDB - PR) – Senador Magno Malta, eu vinha acompanhando pela televisão e pelo rádio o seu veemente pronunciamento. Daqui a pouco, acerca de 16h – faltam três minutos –, nós vamos dar uma coletiva e apresentar uma alternativa à PEC 241/55. É claro que eu concordo com V. Ex^a com relação à necessidade até de congelamento dos salários de Parlamentares, juízes, dessas carreiras de Estado que abusam muito do seu próprio poder na República.

(*Interrupção do som.*)

O Sr. Roberto Requião (PMDB - PR) – Mas mais de 45% da dívida pública é juro. Em 1980, Senador Reguffe, o *Federal Reserve*, o banco americano, pegou aquela dívida flutuante contraída pelos militares e aplicou 20% de juros em cima dela. Se nós não tivéssemos essa aplicação, nós não deveríamos mais nada. Teríamos pagado tudo o que devíamos. Mas essa PEC que está sendo apresentada, com toda essa característica de autoridade, corta investimentos do Estado, diminui investimentos em educação, em saúde, mas libera, de forma absoluta, o pagamento de juros de uma dívida não auditada. A única liberação sem limite é o pagamento de juros. E quem fixa os juros são os bancos.

(*Soa a campainha.*)

O Sr. Roberto Requião (PMDB - PR) – Porque os bancos estão comandando o Banco Central. Os juros não existem no mercado. Eles existem pela vontade dos especuladores através do seu domínio do Copom, que determina ao Banco Central as taxas que devem ser aplicadas. Hoje, no Brasil, nós estamos com uma taxa de referência de 14%, que, na verdade, em juro real, tirando o *spread*, a taxa de risco que eles aplicam, é 6,8%. O segundo juro mais alto do mundo é o juro da Rússia: 2,8%. E a taxa aplicada em cima do cartão de crédito, que parte de uma referência de 6,8%, na mão dos banqueiros, quando acrescentam a taxa de risco, vai a 481%, 482% ao ano.

(*Interrupção do som.*)

O Sr. Roberto Requião (PMDB - PR) – Isso é absolutamente inadmissível. O Paraguai, por exemplo, por lei, limitou os juros do cartão de crédito em 20%, e o juro do cheque especial passa de 320%. Então, o que nós estamos vendo é que, diante dessa corrupção sistêmica que tomou conta do País, corrompeu a política, financiamento de grandes empresas, de grandes bancos, de partidos e candidatos, que está sendo mostrada pela Operação Lava Jato, embute-se um moralismo que não é moral, porque deixa de lado o principal problema, a principal causa do processo: que são as absurdas taxas de juros. É claro que nós sabemos, aqui no Senado – e cada Senador sabe que no Congresso também –, do dinheiro mal usado, do mau emprego do dinheiro, dos superfaturamentos, dos exageros de pagamento de pessoal, às vezes, rigorosamente desnecessários.

(*Interrupção do som.*)

O Sr. Roberto Requião (PMDB - PR) – Estou sendo sabotado pela Mesa. O Ciro Nogueira assumiu a Mesa e começou a me cortar a palavra. Acho que o Ciro deve ser a favor daquela PEC.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – É porque você não gosta de bingo.

O Sr. Roberto Requião (PMDB - PR) – Então, nós estamos apresentando uma PEC alternativa que corrige essas distorções, não interrompe o desenvolvimento, respeita os direitos dos trabalhadores. É claro que precisamos de uma reforma da Previdência pontual, mas não acabar com ela. É claro que há problemas na educação, mas não privatizar tudo como pretende essa PEC. Essa PEC não tem nada a ver com economia. Ela é ideológica. É a PEC do Estado mínimo. E o Estado mínimo significa privatização da saúde, privatização da educação, privatização da Previdência. A privatização da Previdência já aconteceu no Chile. Parecia uma maravilha.

(*Interrupção do som.*)

O Sr. Roberto Requião (PMDB - PR) – Agora, começaram a não receber nada. Então, acho que o fundamental é que isso não seja colocado na marra, como dizia o idealizador e o coordenador, que é um tal de Brant, da PEC 141 e daquele programa Ponte para o Futuro. Na marra, não. Tem de ser muito discutido, esclarecido, e estão tentando forçar isso pela goela do País. Os Estados Unidos saíram da crise com investimentos públicos fantásticos. E a coisa não é bem assim. O Estado e as pessoas não devem gastar só o que



recebem, o que arrecadam. Em determinados momentos, Senador Reguffe, você precisa de um capital para um investimento que vai multiplicar a renda da sua família e as possibilidades de desenvolvimento no país. O capitalismo é assim. O capitalismo existe com essa disponibilidade do dia. Para isso, existem bancos. Porque, se nós dizemos que o Estado não deve gastar nada além do que arrecada, estaríamos propondo a extinção e o fechamento de todos os bancos do País e do mundo, por via de extensão. Não, não é assim. Há momentos em que você se endivida para viabilizar um aumento da sua atividade econômica e do desenvolvimento. Os Estados Unidos, na crise de 2008/2009, estatizaram até a *General Motors* e estão saindo da crise. O problema não é o tamanho da dívida, mas é o juro que se cobra pela sua rolagem. O Japão tem US\$220 bilhões, uma coisa fantástica, de dívida pública, mas ele está rolando isso com juros negativos. Então, isso não incomoda o conjunto da economia. Os Estados Unidos têm cerca de US\$120 bilhões, e as taxas de juros americanas são 0,25% e 0,50%. Nós temos uma dívida muito menor, 65% do PIB, contra os 120, os 220, mas nós pagamos aos rentistas e aos bancos os juros mais altos do Planeta Terra.

(*Soa a campainha.*)

O Sr. Roberto Requião (PMDB - PR) – Então, nós precisamos aprofundar um pouco mais isso. Agora, quanto aos salários das categorias, das carreiras de Estado e tudo isso, tinham que tomar vergonha. Estou vendo gabinetes, nesse momento em que se propõe Uma Ponte para o Futuro, sendo reformados, a essa altura do mandato de cada um, com R\$230 mil, R\$300 mil de custo. A troco de quê? Rigorosamente, a troco de quê? Portanto, vamos aprofundar essa questão. Temos a pretensão de, com um grupo de economistas de todo o Brasil, formular uma proposta alternativa que não penalize a população.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Vou fazer um aparte ao discurso dele. Posso?

Agradeço ao Senador Requião.

(*Interrupção do som.*)

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Encerro, Sr. Presidente, dizendo – de repente, não tenho a capacidade de falar tecnicamente como o Senador Requião, mas vou falar do meu jeito, lá de Maracani, da cidade onde nasci, no interior da Bahia; um homem que estudou pouco, filho de uma faxineira – o seguinte: o buraco onde nós fomos jogados foi por causa de um comportamento econômico ideológico. E estão dizendo que o que estão fazendo é ideológico!

Ora, nós somos políticos, e a nova matriz econômica, que é uma criação do PT – esse troféu é deles – e a contabilidade criativa, que também é deles – ninguém pode tomar isso, é deles, é deles –, são ideológicas!

Tudo bem! Se o que se está fazendo agora, se o remédio amargo é ideológico, tudo tem prós e contras, porque tudo tem efeito colateral. Correto?

(*Interrupção do som.*)

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Ciro Nogueira. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - PI) – Para concluir o seu aparte ao discurso do Senador Requião.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Meu aparte ao discurso do Senador Requião. (*Risos.*) Tudo é ideológico.

E concluo, dizendo o seguinte: o que me dá coceira é quando eles dizem que essa PEC vai cortar dinheiro da educação e da saúde. Assim que a eleição acabou, a Dilma cortou R\$15 bilhões da educação, R\$15 bilhões da saúde, colocaram a viola no saco e ficaram quietinhos. Agora, essa PEC é desgraçada, porque ela vai cortar da saúde. O povo não consegue entender esse tipo de conversa. Então, *a la Macarani...*

Aliás, agradeço, porque nesse final de semana eu estive em Pernambuco – encerro dizendo – no Seminário Teológico Batista do Norte do Brasil, o maior da América Latina. Lá esteve o Senador Armando Monteiro comigo no encontro de ex-alunos. Foi muito lindo! Reencontrei ex-alunos de 32 anos atrás...

(*Interrupção do som.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Para encerrar o aparte.

Voltei àquela instituição e lá, Senador Lindbergh, revi os jovens de 32 anos atrás e pude lhes dirigir a palavra naquela instituição que me abrigou por quatro anos. Lá eu me encontrei com o João Paraíba. Lá eu me encontrei com o Dr. Pedro, que é um Procurador Federal hoje. Eu me encontrei com Dr. Edson.



Eu me encontrei com José Knight, Antonio Figueiredo, pastor José Belarmino, essa turma toda com que junto estive durante todo esse tempo, de 32 anos atrás, quando passamos quatro anos juntos.

Foi uma coisa maravilhosa!

Parabéns ao Seminário Teológico Batista do Norte do Brasil e que seus intentos sejam alcançados. Obrigado, Sr. Presidente.

(Durante o discurso do Sr. Magno Malta, o Sr. Pastor Valadares deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Ciro Nogueira.)

O SR. PRESIDENTE (Ciro Nogueira. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - PI) – Para uma comunicação inadiável, nosso Senador Reguffe.

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Parlamentares, aqui o debate é muito mais um debate nacional, mas, todas as vezes em que eu vir um problema no Distrito Federal ou o Distrito Federal precisar da minha voz aqui nesta Tribuna, assim eu farei.

O Distrito Federal, unidade da Federação que eu represento aqui nesta Casa, Sr. Presidente, está vivendo uma ameaça de racionamento de água, está vivendo o risco de cortes de água de 24 horas, em todo Distrito Federal, dividido por região.

Isso é fruto da irresponsabilidade de sucessivos governos, que simplesmente fecharam os olhos para o problema hídrico aqui na Capital da República. Isso é gravíssimo!

Eu era Deputado Distrital e aprovei, no ano de 2009, na Câmara Legislativa do Distrito Federal, um projeto que foi sancionado pelo governador, virou lei – a Lei nº 4.341 de 2009. É uma lei inovadora, que, depois de aprovada, foi copiada por várias Assembleias Legislativas do Brasil e que concedia e concede um bônus-desconto na conta de água para o consumidor que economizar água, tomando como base o mesmo mês do ano anterior.

O consumidor passa a ter um bônus-desconto de 20% sobre a economia realizada. Se o consumidor economizar, por exemplo, 10% de água, ele já pagaria 10% a menos na conta de água, porque consumiu menos. Com a lei aprovada, ele passa a pagar 12% a menos: 10% e mais 20% sobre os 10%. Se ele economizar 20%, ele passa a pagar 24% a menos: 20% e mais 4%, que são os 20% dos 20%. Um projeto inovador.

São Paulo viveu um problema de crise hídrica. Aí, não. Aí começam a taxar mais os consumidores. Por quê? Porque não há algo preventivo, anterior.

Apresentei essa proposição que foi aprovada.

Tenho aqui, nesta Casa também, um projeto meu tramitando que acaba com a tarifa básica de assinatura, para que o consumidor só pague o que ele efetivamente consumir. A tarifa básica de assinatura faz com que as pessoas consumam: "Ah, já que eu vou pagar mesmo, vou consumir mais".

Desde a aprovação da minha lei, em 2009, até hoje, nenhum dos governos que vieram depois fez nenhuma campanha educativa, pedagógica, para falar para a população brasiliense da existência dessa lei.

Se o cidadão do Distrito Federal que está em casa pegar, neste momento, a sua conta de água, ele vai ver que essa lei está no verso dela.

(Soa a campainha.)

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF) – Está lá, Lei nº 4.341, de 2009. Uma lei de minha autoria, que dá um bônus-desconto na conta de água para o consumidor que economizar água. E a população de Brasília não conhece essa lei, então não economiza. É uma lei que, além de aliviar o bolso, tem um caráter ambiental e pedagógico fortíssimo.

Hoje o Distrito Federal, a Capital da República, vive uma ameaça de racionamento de água, e ninguém fala disso. Não se discute isso nem no Parlamento local, na Câmara Legislativa, nem na Câmara Federal.

Se o governo fizesse campanhas educativas, a pessoa...

(Interrupção do som.)

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF) – Se o Governo fizesse campanhas educativas, ensinasse as pessoas a, quando escovarem os dentes, fechar a torneira...

A água é um recurso natural finito. Isso é importante para o futuro não só da cidade, mas para o futuro do mundo. E Brasília tem uma lei que está sendo repetida por vários outros Parlamentos do Brasil afora, e a população de Brasília não conhece, porque o Governo gasta rios em propaganda, e não faz propaganda educativa da existência dessa lei, para que as pessoas economizem água.

Então, é claro que o debate aqui é mais sobre as questões nacionais – eu mesmo acabei de fazer um aparte em que debatemos a questão nacional. Agora, não vou me omitir todas as vezes em que tiver que



falar do Distrito Federal nesta tribuna. O Distrito Federal tem uma lei que é exemplo para o Brasil, uma lei que está no verso da conta de água de todos os consumidores de água do Distrito Federal, que a população não conhece.

Essa cidade foi exemplo para o Brasil com a faixa de pedestre, fazendo as pessoas pararem na faixa de pedestre. Poderia ser exemplo para o Brasil, se os governos fizessem campanhas educativas, na economia de água, no consumo racional da água. Mas não, o Governo gasta rios do dinheiro público do contribuinte em propaganda e não faz uma única sequer campanha educativa.

De 2009, quando foi aprovada essa lei, até hoje, nenhum governo depois fez sequer uma única campanha educativa para que a população consumisse água racionalmente. O resultado agora é um racionamento e quem vai pagar a conta disso? A coitada da população do Distrito Federal, que não merecia a irresponsabilidade de diversos governos que geraram essa crise.

Muito obrigado.

(Durante o discurso do Sr. Reguffe, o Sr. Ciro Nogueira deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Magno Malta.)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Moderador/PR - ES) – Concedo a palavra ao Presidente Nacional do PP, Senador do Piauí, terra de Francisco Mão Santa, Prefeito eleito da Parnaíba.

Ele me telefonou e falou: "Tu viste? Ganhei, ganhei." Eu fiquei feliz por ter ouvido a voz que está guardada na minha mente, que falava dessa tribuna, o profeta.

Deixe-me fazer um elogio a Mão Santa. O Senador Agripino há de concordar comigo.

Passou oito anos contando essa verdade sobre o PT, no auge de Lula e do PT. Parecia um louco. Perdeu todos os apoios do Piauí – não é, Senador Ciro? Os pobres o abandonaram, porque Lula era o ídolo da pobreza. Os pobres só não sabiam que Lula comia caviar e bebia uísque com os ricos de madrugada.

Mão Santa derreteu politicamente. Era como João Batista: a voz do que clama no deserto. Falava só.

Mão Santa, você foi honrado no processo eleitoral. Foi a paga, o reconhecimento pelos seus discursos aqui, naquela tribuna, quando nenhum de nós acreditava que a profecia de Francisco Mão Santa haveria de se cumprir.

Então, fiquei muito emocionado quando Mão Santa me telefonou para falar da vitória dele, com aquele timbre de voz que só ele tem: "Tu viste? Ganhei."

Senador Ciro.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Vou fazer como o senhor fez com o Senador Requião: muito obrigado pelo aparte.

Sr. Presidente, venho hoje a esta tribuna ressaltar a inauguração de um grande empreendimento no nosso Estado.

Em um momento em que muito se fala no Brasil sobre retomada do crescimento, estímulo ao desenvolvimento regional, necessidade de se acreditar em nossa economia, enfim, em um momento como esse, fico satisfeito por vir a esta tribuna para falar de um empreendimento que, certamente, irá revolucionar o centro-sul do meu Estado, o Piauí. Quero registrar, brevemente, a inauguração hoje de um grande *shopping center* na minha querida cidade de Picos: Picos Plaza Shopping, o primeiro grande *shopping center* de uma região muito importante do nosso Estado. É a realização de um sonho para os moradores dessa cidade. Tenho certeza de que Picos e Parnaíba se transformaram nas duas grandes regiões, depois da nossa capital, Teresina.

Com mais de 140 lojas, esse *shopping* movimentará a região, ao gerar mais de 800 empregos diretos e cerca de 1,2 mil indiretos, beneficiando não só a região de Picos, como também as 50 cidades próximas. Todos poderão aproveitar as facilidades de um complexo muito bom de lazer e de compras.

Quando os *shopping centers* chegaram ao Brasil, há exatos 50 anos, Presidente, sem dúvida, revolucionaram o setor de comércio e mudaram o comportamento dos consumidores, ao oferecer vários tipos de conveniências em um único lugar. Hoje temos mais de 550 *shoppings* espalhados pelo País, e, apesar do cenário econômico turbulento, o número de empreendimentos dessa natureza continua em expansão.

A indústria de *shopping centers* segue gerando empregos e movimenta o setor produtivo: em 2015, por exemplo, criou cerca de 53.800 novos postos de trabalho. Atualmente, o setor assegura mais de 1 milhão de empregos diretos e representa 3% do PIB nacional. São esses investidores e lojistas que demonstram acreditar no potencial dos brasileiros e, com sua força, contribuem para que o nosso País tenha um presente e um futuro ainda melhor.

Desse modo, quero parabenizar toda a querida cidade de Picos, que é polo de influência de toda a região, possui uma das mais belas igrejas do nosso Estado, tem a terceira maior feira livre do Nordeste e é o



segundo maior entroncamento rodoviário do Nordeste, ligando Piauí, Maranhão, Ceará, Pernambuco e Bahia. Picos também é um dos maiores produtores de mel de abelha do País, considerado como o mais puro mel do mundo.

Quero cumprimentar todos aqueles que acreditaram nesse empreendimento: os mais de cem investidores da região que compraram suas lojas, seus espaços e contribuíram para a realização desse grande projeto; cumprimentar os dirigentes do grupo Riverside Malls, da família Guimarães, que, capitaneado pelo grande Napoleão Guimarães, fez acontecer um sonho. Agora, com a chegada dessa iniciativa inovadora, o sul do Piauí se fortalece ainda mais.

Espero que os piauienses dessa região tenham cada vez mais qualidade de vida e oportunidades de trabalho e que a nossa Cidade Modelo fortaleça a sua vocação para o desenvolvimento, realizando grandes negócios.

E, para encerrar, gostaria, Sr. Presidente, de que os empresários reunidos no Picos Plaza Shopping tenham um sucesso enorme para o sucesso de uma grande região.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Moderador/PR - ES) – Obrigado, Senador Ciro.

Senador José Agripino está com a palavra. (Pausa.)

Se V. Ex^a não quer usar da palavra, a sessão está suspensa.

Aviso aos telespectadores que podem não estar entendendo por que o plenário está vazio – se quiserem eu faço outro discurso, mas não vou fazer: está acontecendo a Comissão que está discutindo a PEC de redução dos gastos, a 241. Alguns economistas ainda estão falando, mas, daqui a pouco, nós retomaremos para a Ordem do Dia.

Está suspensa a sessão.

(A sessão é suspensa às 16 horas e 22 minutos e reaberta às 16 horas e 48 minutos, sob a Presidência do Sr. Magno Malta.)

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Moderador/PR - ES) – Está reaberta a sessão.

Passo a palavra ao Senador Valdir Raupp, de Rondônia. (Pausa.)

V. Ex^a tem 45 minutos, renováveis pelo mesmo tempo, se V. Ex^a quiser.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Magno Malta; Sras e Srs. Senadores, Sras e Srs. ouvintes da Rádio Senado, telespectadores da TV Senado, minhas senhoras e meus senhores.

Tudo bem, Senador Magno, que eu já fui atleta, fui jogador de futebol, mas falar 45 minutos, prorrogáveis por mais 45, já é demais. Isso é bom no futebol.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Moderador/PR - ES) – Mas o Senador Mão Santa iria agradecer.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Eu já presidi sessões com Senador Mão Santa falando por mais de uma hora, por 60, 70 minutos. E S. Ex^a agora se elegeu prefeito de Parnaíba, onde ele adora o Delta do Parnaíba, do qual ele sempre falava aqui.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Moderador/PR - ES) – Ele me telefonou. Fiquei muito feliz.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Fiquei feliz com a vitória dele também.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco Moderador/PR - ES) – Digo isso porque o Mão Santa ou alguém tem que resgatar isso. A imprensa precisa resgatar, porque, no auge do Lula e do PT, Mão Santa, nesta tribuna, dizia quem eles eram. E ele virou pó politicamente no Piauí, porque fazia esse confronto ao PT e, naquela ocasião, os pobres o abandonaram, passaram a odiar Mão Santa, que não ganhou mais nenhuma eleição.

E agora até os pobres do Piauí – e eles cantavam uma marra, porque lá começou o Bolsa Família – descobriram quem eles são de fato e deram a eleição de Mão Santa para prefeito, como um troféu para aquele que se comportou como João Batista, a “voz do que clama no deserto”.

Naquela ocasião só ele falava, e até eu e V. Ex^a estávamos enganados com essa rapaziada que o povo brasileiro mandou pela porta dos fundos, no processo eleitoral agora.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Quem não se lembra do Mão Santa falando “atentai-vos; atentai bem”?

Sr. Presidente, eu vou aqui fazer uma breve apresentação de um projeto que eu visitei quando era Relator da área de Justiça e Defesa, no ano passado, do Orçamento da União, Relator setorial.

Eu fui visitar as estruturas da Embraer, em Gavião Peixoto, e lá vi um projeto maravilhoso sendo desenvolvido e que já está praticamente pronto. E ele está sendo cobiçado por muitos países do mundo.

Aqui está. Eu vou fazer aqui uma apresentação da aeronave KC-390, de transporte militar de nova geração. Este avião, Senador José Medeiros, está sendo muito cobiçado, no bom sentido, por grandes nações,



por outros países que querem adquirir essa aeronave do Brasil. Ela está sendo fabricada em uma das fabricas da Embraer, em parceria com o Ministério da Defesa, lá em Gavião Peixoto, no Estado de São Paulo.

Além de atender ao transporte militar, ela atende também a busca e salvamento, combate...

Esse negócio de combate a incêndio, que passou a ser uma das prioridades aqui, foi uma sugestão minha, no ano passado. Não havia ainda esse projeto, e o Presidente Schneider, da Embraer, me disse que iria estudar com carinho. E, para minha alegria, eu vi hoje aqui, neste prospecto, esse avião já sendo desenvolvido também para combate a incêndio, o que é muito importante para a Amazônia brasileira, para o Cerrado, para o Centro-Oeste, e – por que não dizer? – para todo o Brasil. E acredito que o mundo inteiro vai querer também comprar essas aeronaves, para combate a incêndio.

Também são usadas para transporte de feridos, em missões e operações, operações táticas, reabastecimento aéreo, transporte de cargas. Então, esse avião é um projeto aderente ao planejamento, voando rápido e alto. São 91,3% do desenvolvimento já realizado. Já há aviões praticamente prontos para voar, já em teste, lá em Gavião Peixoto, que vai atender, como já disse, à Força Aérea e também vai ficar à venda para outros países.

Vai haver uma projeção global, o Brasil vai se projetar, Senador João Alberto, globalmente com este avião fabricado pela Embraer, em parceria com o Ministério da Defesa. Como eu já mostrei aqui, trata-se de um avião de grande porte, que vai servir para inúmeras operações no Brasil e fora do Brasil.

Então, eu parabenizo a Embraer e o Ministério da Defesa pelo desenvolvimento tanto desta aeronave, do KC-390, como de outras aeronaves também. A Embraer hoje é um orgulho para nós e já está voando em dezenas e dezenas de países por aí afora.

Concedo, com muito prazer, um aparte ao nobre Senador José Medeiros.

O Sr. José Medeiros (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Muito obrigado, Senador Valdir Raupp. Eu queria parabenizá-lo por trazer esse tema tão relevante e que às vezes passa despercebido. Às vezes nós vemos, na mídia nacional, tantos assuntos menores sendo comentados, e uma conquista dessa magnitude às vezes nós não comemoramos, não saboreamos a importância dela. Veja bem: nós temos, aqui no Brasil, a produção de uma aeronave que hoje é *top* na sua categoria – V. Exª mostrou aí muito bem –, com vários países do mundo inteiro querendo adquirir. Isso é muito importante, porque nos leva a outro ponto: nós estamos diante de uma crise muito grande, e isso demonstra que nós temos capacidade, sim, de sairmos dela. Aqui nós temos capacidade de produzir conhecimento, nós temos capacidade de sermos grandes; basta nós nos comportarmos de forma diferente. Agora nós estávamos num debate, ali na Comissão de Constituição e Justiça, e há hora em que eu penso que nós estamos nos comportando como caranguejo. Dizem que – eu não sei se é lenda, mas me contaram essa história e eu achei interessante –, se colocar o caranguejo dentro de um balde, não precisa tampar o balde, porque toda hora em que um vai tentando sair do balde, o outro puxa. E nós estamos agora vendo o Governo tentando uma saída, e você vê o tempo inteiro os outros puxando, para ver se ele não consegue. Então, V. Exª traz esse tema, e eu o considero da maior importância, primeiro porque mostra o quanto nossa Aeronáutica é competente; segundo, porque indica também que temos empresas de ponta e que nos dão orgulho. Ou seja, o velho sonho de Santos Dumont continua vivo aqui no nosso Brasil. Muito obrigado.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Obrigado a V. Exª.

Concedo um aparte à nobre Senadora Ana Amélia.

A Srª Ana Amélia (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador Valdir Raupp, eu tenho acompanhado aqui o seu trabalho e também o seu protagonismo na Comissão de Relações Exteriores, em relação a valorizar a área de defesa. E eu tive a honra de ter participado de uma missão oficial liderada pelo Ministro Raul Jungmann ao Líbano, onde, há cinco anos, o Brasil está comandando a Força-Tarefa Marítima, através da qual a Marinha, com a Fragata Liberal, está patrulhando as águas territoriais libanesas, convivendo com soldados e com marinheiros de outras fragatas de todo o mundo. Houve uma simulação de uma operação, de uma fragata da Indonésia. O Brasil está exportando para o Líbano. Já exportou blindados e também, agora, está exportando tucanos. Nós exportamos material de defesa, como os aviões, que são de excelente qualidade. A Embraer é fabricante dos tucanos e de todos os outros caças que agora está produzindo, os quais tivemos a oportunidade de visitar na sua fábrica, lá em São José dos Campos e também em Peixoto...

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Gavião Peixoto.

A Srª Ana Amélia (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... essa cidade de São Paulo, e ficamos todos impressionados com o grau de transparência, de comprometimento da Embraer e com essa expertise que está havendo na área de defesa, para que o País entenda que investir em defesa é investir também no crescimento econômico e na economia, porque ali está a tecnologia. Toda a tecnologia que nós temos hoje, de computação, de tudo isso, veio do começo da Guerra, do uso na Guerra. Então, não queremos



guerra não, nós somos pacíficos, mas é para ver que a defesa tem um papel estratégico na questão do desenvolvimento tecnológico, científico e tecnológico, e do que nós estamos ganhando com essa exportação de serviços e com a exportação de blindados, de tucanos e de caças, os quais poderemos brevemente estar produzindo também para vender. E eu acho que nós temos que respeitar a instituição, porque também, na avaliação da sociedade brasileira, as Forças Armadas têm um papel destacado de respeito e credibilidade.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Obrigado, Senadora Ana Amélia. Da mesma forma do aparte do Senador José Medeiros, Senadora Ana Amélia, peço a incorporação do seu aparte ao nosso pronunciamento.

Eu mostrava aqui, Senador José Maranhão...

O Sr. José Maranhão (PMDB - PB) – A palavra, V. Ex^a.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – ... já um praticamente pronto. Não é só um, não; deve haver uns dois ou três lá, já praticamente prontos, do KC-390, que vão servir para combate, para abastecimento no ar, para transporte de tropas, para combate a incêndio, e eu tive a feliz ideia, iniciativa, de propor ao Presidente da Embraer que desenvolvesse também um modelo para o combate a incêndio. E está aqui agora, já nesse prospecto, uma apresentação dessa aeronave para combate a incêndio também, o que é muito importante para o Brasil. E aqui eu vejo a projeção dessa aeronave, a quantidade de países do mundo que já querem adquirir essa aeronave da Embraer, que é fruto de uma parceria do Ministério da Defesa e da Embraer.

Então, sempre que eu tive a oportunidade de visitar... já visitei São José dos Campos, já visitei Gavião Peixoto, onde estão sendo fabricadas essas aeronaves. E, quando eu tive a oportunidade também de ser Relator do Orçamento, ou Relator Setorial do Orçamento, ou mesmo nas Comissões, eu nunca hesitei em colocar investimento, recurso, para a Defesa, para o Ministério da Defesa, a fim de ajudar nesses projetos, porque são importantes para o Brasil, para a soberania nacional, para a proteção das nossas fronteiras, para a exportação. A Senadora Ana Amélia acabou de dizer que os nossos blindados, os nossos caças, os nossos tucanos e tantos outros equipamentos são fabricados no Brasil, pela indústria bélica da defesa, para outros países.

Concedo um aparte ao nobre Senador José Maranhão.

O Sr. José Maranhão (PMDB - PB) – Eu gostaria de me juntar a V. Ex^a nesse discurso muito oportuno e justo que faz sobre os sucessos da Empresa Brasileira de Aeronáutica, a Embraer. A Embraer é o resultado de uma decisão que vem de muitos anos atrás, que o governo brasileiro tomou, ao resolver assumir o ensino científico e tecnológico voltado para a Aeronáutica, com o Instituto Tecnológico de Aeronáutica, um centro de formação de engenheiros especialmente voltados para a construção aeronáutica. Mas, por trás desse projeto, houve uma figura extraordinária, a figura do Coronel Engenheiro Ozires Silva, que foi o idealizador, que foi o vibrador, desde os primórdios da fundação da Embraer, hoje dirigida, hoje pertencente a um grupo privado que teve a sorte de encontrar e de adquirir, do governo brasileiro, uma indústria plenamente montada e exitosa, pela qualidade de seus produtos. O recente lançamento desse cargueiro, para fins militares e outras aplicações específicas, como a que se quer agora, de combate aos incêndios, é realmente uma prova da qualidade de seus produtos, porque rivaliza com os melhores modelos da indústria aeronáutica internacional, desde o Phenom 100 – que é a menor de todas as aeronaves fabricadas pela Embraer e que é chamado de Very Light –, um pequeno transporte para executivos, até o Phenom 300 e outros modelos que são amplamente vendidos – e eu diria que até disputados no mercado da indústria das empresas de transporte aéreo internacionais. A Embraer tem muito mais aeronaves comerciais vendidas fora do Brasil do que no Brasil propriamente dito, pela qualidade, concorrendo com as fábricas mais antigas, mais tradicionais, mais fortes, no mercado da indústria aeronáutica, de forma que V. Ex^a tem toda razão quando louva essa indústria que é um modelo para o Brasil, não somente pelo sucesso tecnológico, mas também pelo sucesso econômico. A Embraer está crescendo exponencialmente todos os anos e conquistando mais e mais territórios para a venda de seus produtos, de forma que eu quero me juntar a V. Ex^a nesse reconhecimento do Senado da República, mas ressaltando que o espírito dessa indústria aeronáutica está muito ligado à personalidade do Coronel Ozires Silva, engenheiro aeronáutico, que abraçou essa causa quando a Embraer era simplesmente uma pequena indústria, entregando-a à iniciativa privada, depois de anos e anos de sucesso, da maneira como ela é hoje. É importante também dizer que o Instituto Tecnológico de Aeronáutica é um modelo moderno de ensino científico e tecnológico, que é o modelo que o Brasil deveria seguir para outras e outras atividades, outros e outros setores. Lamentavelmente, o ensino brasileiro, como regra, não aderiu ainda ao ensino do momento e, por isso, nós temos uma dependência tecnológica tão grande, como esta que está aí. Por isso você vê, nas nossas cidades brasileiras, o modelo do ensino médio representando um grande fracasso, no meu entender. O jovem que, por exemplo, conclui o segundo grau e não consegue entrar na universidade – e para a universidade vão apenas 12% dos que saem do ensino médio – é um frustrado, porque ele não tem espaço no mercado de trabalho. Isso porque o Governo brasileiro, o modelo de ensino brasileiro não qualifica os jovens estudantes para o mercado de trabalho, para este mercado de trabalho moderno que faz países outrora símbolos de atraso,



como os chamados Tigres Asiáticos ou como a China Continental mesmo, conseguirem se impor inclusive nos mercados dos países desenvolvidos do mundo. Há poucos meses, eu estive nos Estados Unidos visitando esse setor elétrico e eletrônico em uma das maiores redes de supermercado americano, e não se via outra coisa senão os produtos feitos pelos chamados Tigres Asiáticos e pela China Continental. Enquanto o Brasil não tiver a coragem de mudar esse modelo de ensino, que eu considero antiquado, nós não vamos ter outras empresas como a Embraer, outra indústria automobilística, por exemplo, que seja genuinamente brasileira, que não sejam apenas linhas de montagem que estão aí colocando motores e outros equipamentos nos carros que se fazem e que chegam aqui provenientes de outros países. O Brasil, enquanto tem o orçamento de exportação enriquecido pelo setor primário, sobretudo no campo da soja e de outras atividades agrícolas, em matéria de indústria, nós estamos ainda engatinhando e consumindo os nossos dólares sempre que importamos algum produto do exterior. Um exemplo disso – desculpe-me a extensão do aparte: o Brasil jacta-se de ter o maior número de telefones celulares. Eu não conheço um só aparelho de telefone celular que tenha o timbre "*Made in Brazil*" – "Feito no Brasil". Aqui eles são vendidos, mas aqui eles não são fabricados. E quanta mão de obra...

(Soa a campainha.)

O Sr. José Maranhão (PMDB - PB) – ... nós deixamos de empregar por conta dessa nossa incapacidade de assumir os destinos econômicos e industriais do nosso País.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Obrigado. A participação de V. Ex^a, com certeza, enriqueceu meu pronunciamento com seu conhecimento de causa.

Como aviador, como piloto, o Senador José Maranhão conhece profundamente essas questões aeronáuticas, e o ITA realmente é um instituto extraordinário, assim como a Embrapa.

Sr. Presidente, eu, o Governador Confúcio Moura, o Vice-Governador, o Secretário de Desenvolvimento, Dr. Basile, e outros estivemos hoje, às 14 horas e 30 minutos, com o Presidente da Embrapa pedindo auxílio à Embrapa para nos ajudar lá em Rondônia, um Estado grande produtor de pescados, onde a aquicultura e a pesca são muito fortes. Estivemos lá pedindo auxílio à nossa querida Embrapa, uma empresa que é orgulho do nosso País, assim como a Embraer, o ITA... E agora foi criada também a Embrapii, para a indústria, e é disto que nós precisamos, de novas tecnologias e de desenvolvimento para a nossa indústria.

Por falar nisto, Sr. Presidente, eu queria falar que participei hoje, pela manhã, com o Presidente da República, Michel Temer, da abertura do Seminário "Infraestrutura e Desenvolvimento do Brasil. Perspectivas para a economia brasileira", desenvolvido pela CNI, Confederação Nacional da Indústria, onde ele fez um extraordinário pronunciamento num auditório repleto de empresários empreendedores. Estavam lá o Ministro da Economia, Henrique Meirelles, o Ministro Moreira Franco, o Presidente do jornal *Valor Econômico* e outras autoridades, que participaram desse seminário. O Presidente da República proferiu seu pronunciamento dizendo da felicidade que ele está tendo por, em poucos meses, ter conseguido o retorno da confiança, da credibilidade da indústria brasileira, dos empresários brasileiros e – por que não dizer – também do exterior.

O Brasil já está a caminho de recuperar, Senador Waldemir Moka, o grau de investimento. Já caímos de quinhentos e tantos pontos negativos para 318 e temos a perspectiva de, no ano que vem, quando chegarmos a duzentos e poucos, voltarmos novamente ao grau de investimento. Então, o Brasil está retomando a sua confiança, a credibilidade, a pacificação, o apoio do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, o entendimento político. É isto que o Presidente Temer quer: pacificar a Nação, pacificar o País, pacificar a área política, melhorar a área econômica, para que o Brasil possa voltar a gerar empregos e renda para a nossa população.

Eu queria encerrar esta minha fala, Sr. Presidente, dizendo que eu e a Deputada Marinha Raupp estaremos logo mais no Ministério do Turismo, que amanhã, possivelmente, estaremos no Ministério da Cultura e que estivemos hoje no Ministério do Esporte, com o Ministro Leonardo Picciani, para tratar de investimento no nosso Estádio Aluízio Ferreira, em Porto Velho, com pista de atletismo, com mais lances de arquibancadas, cadeiras, cobertura, e também tratamos de pequenos estádios nas cidades de Ouro Preto do Oeste, em Guajará-Mirim, em Nova Mamoré e em outras cidades do nosso Estado.

O Governador Confúcio Moura, que está sendo um excelente governador no segundo mandato, como foi no primeiro, é um governador voltado para o desenvolvimento do Estado de Rondônia, para a melhoria na saúde, na educação, na infraestrutura, na segurança pública. Enfim, ele está sendo um excelente governador.

E nós da Bancada Federal, creio que não só eu, mas também a Deputada Maria Raupp, estamos aqui para dar apoio ao nosso Governador, porque, apoiando o Governador Confúcio Moura, estaremos apoiando, estaremos desenvolvendo o nosso Estado de Rondônia.

Havia a expectativa de uma agenda com o Presidente da República ainda esta semana, mas não foi possível devido à sua agenda extensa, mas já está marcada para o dia 22 próximo uma audiência com o



Presidente da República, em que vamos defender investimentos, recursos e apoio para a regularização fundiária, tanto a regularização fundiária rural como a regularização fundiária urbana.

(Soa a campainha.)

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Já avançamos bastante, mas precisamos ainda do apoio dos organismos federais para continuar o nosso programa, o nosso projeto de regularização fundiária.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

(Durante o discurso do Sr. Valdir Raupp, o Sr. Magno Malta deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. João Alberto Souza, Suplente de Secretário.)

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Muito obrigado, Senador Valdir Raupp.

Votação dos Requerimentos nºs 803 e 804, ambos do Senador Ciro Nogueira, e dos Requerimentos nºs 805 e 806, dos Senadores Gladson Cameli e Humberto Costa, respectivamente, que solicitam, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa para participar de missão oficial. **(Requerimentos nºs 803 a 806/2016 - Vide item 2.1.9 do sumário)**

As Sras e os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

A Secretaria de Ata individualizará as tramitações das proposições.

Eu vou conceder agora a palavra ao Senador José Medeiros, do PSD, de Mato Grosso, pela Liderança do PSD, por cinco minutos. Em seguida, eu vou conceder a palavra ao Senador Ataídes Oliveira, do PSDB, do Tocantins.

Com a palavra o Senador José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, hoje nós tivemos, na Comissão de Constituição e Justiça, um debate sobre a PEC 55, que tramita aqui no Senado e que tem sido objeto de amplo debate tanto na sociedade quanto aqui. Refere-se a uma nova dinâmica do nosso País de agora em diante na questão fiscal, na questão dos gastos públicos.

Eu tenho constantemente tratado desse assunto aqui, mas no sentido de desmentir boatos que estão criando a cada dia, dizendo que o Presidente Michel Temer quer acabar com o FGTS, que ele vai acabar com o décimo-terceiro, que ele vai acabar com a saúde, com a educação. Enfim, criam um cenário de Armagedon, de Apocalipse, para aterrorizar as pessoas, para deixar desesperados os mais humildes, os que não têm capacidade de entender esses assuntos tão complexos.

No meu Estado de Mato Grosso, tenho conversado com muitas pessoas aflitas por causa dessas mentiras contadas diuturnamente. Eu respeito a atividade política, seja ela qual for, respeito a retórica política, mas não respeito pessoas que querem usar de má-fé para enganar os outros.

Isso é pernicioso, isso vai contra tudo o que pode ser dito como ética na política.

E pasmem: são justamente esses atores que constantemente brandem a espada da justiça aqui, que cobram muito dos outros. Mas já dizia a Bíblia: "Ai de vós, hipócritas e fariseus". Já na época de Cristo, havia muitos hipócritas, os fariseus, aqueles que gostam de imputar aos outros pesados fardos, mas que não se atrevem nem a tocar com os dedos; aqueles que gostam de cobrar, de apontar o dedo. Eu fico muito desconfiado quando o sujeito gosta de apontar o dedo para os outros Senadores, Presidente João Alberto. Quando se vê muita fé, até me lembro de um filme do saudoso – saudoso não, ele ainda está trabalhando –, do Steve Martin, chamado Fé Demais Não Cheira Bem.

Essa turma que está batendo aí contra a PEC teve, Senador Moka, 13 anos – 13 anos! – de oportunidade para consertar tudo, para fazer essa taxação do andar de cima, para taxar dividendos. Tiveram toda a oportunidade do mundo, mas voltaram a fazer o que sempre fizeram melhor: falar mal dos outros. Isso me faz lembrar também daquela parábola, a porca lavada volta ao chiqueiro. Esse tem sido o comportamento. Ninguém presta mais neste País se não for dos partidos alinhados com o entendimento deles. Sobre todos nós, é como se fôssemos entreguistas, golpistas, fascistas, essas inflamações todas, todos esses "istas" possíveis. Você passa nos aeroportos e estão os papagaios constantemente gritando todos esses impropérios.

Mas por que falo isso? Porque são teleguiados aqui da tribuna.

E concedo o aparte ao Senador Moka.

O Sr. Waldemir Moka (PMDB - MS) – Senador José Medeiros, aí está faltando um pouco de autocrítica, porque os resultados das últimas eleições municipais deixaram isso muito claro para o País inteiro. Então, isso para mim é uma retórica. É evidente hoje...



(Soa a campainha.)

O Sr. Waldemir Moka (PMDB - MS) – Lá, um dos palestrantes era militante e disse que nós estávamos rasgando a Constituição. Aí, a Senadora Ana Amélia, mui apropriadamente, disse que ele tinha que rasgar o diploma dele de economista, porque o Ministro Fux...

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Barroso.

A Srª Ana Amélia (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. *Fora do microfone.*) – Roberto Barroso.

O Sr. Waldemir Moka (PMDB - MS) – ... Roberto Barroso disse, ao não conceder aquela liminar, que é mais do que legítima essa limitação e essa alteração proposta por essa PEC.

(Soa a campainha.)

O Sr. Waldemir Moka (PMDB - MS) – Portanto, eu acho que essa discussão é a retórica daqueles que perderam aqui, perderam nas urnas e estão aí meio desnorteados. Perderam o rumo, na verdade, não é, Senador?

(Soa a campainha.)

O Sr. Waldemir Moka (PMDB - MS) – E é claro que esse discurso vai continuar até que a gente vote aqui a PEC 241, todas as matérias do ajuste, ajuste necessário. Ninguém está votando isso alegremente aqui, porque realmente são medidas impopulares, porém necessárias e que precisam ser votadas.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Eu agradeço o aparte, Senador Moka. Por falar em militante – já indo para o final, Sr. Presidente –, eles estão apregoando que a Consultoria do Senado disse que essa PEC é inconstitucional. Eu quero rememorar o que eu disse ontem e dizer a todos que o parecer desse consultor do Senado tem de ser entendido como uma opinião que vem através do viés político, porque ele era um dos que ficavam naquele Salão Verde gritando “fascistas não passarão”. Respeito a opinião política dele, assim como respeito a...

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – ... quer dizer que essa é a opinião da Consultoria do Senado Federal. Ela tem de ser entendida de acordo com o caldo e o contexto político ao qual pertence esse consultor; não pode ser tomada para se sair por aí dizendo que a PEC é inconstitucional porque a Consultoria do Senado diz, assim como aquele parecer da ONU era de um dos membros da ONU, não podendo ser tomado como sendo da ONU em si.

No mais, muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância.

Não tenho dúvida de que vamos avançar e, em breve, ter uma saída para o País.

(Durante o discurso do Sr. José Medeiros, o Sr. João Alberto Souza, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Eu vou conceder a palavra ao último orador antes de começarmos a Ordem do Dia. Logo em seguida começaremos a Ordem do Dia.

Quero fazer um apelo aos Senadores que estão em outras dependências da Casa para que, por favor, venham ao plenário. Hoje vamos votar várias autoridades e, se houver acordo, vamos votar o projeto que trata da audiência de custódia, uma matéria muito importante que está sendo cobrada pela sociedade. Nós entendemos que chegou a hora de entregarmos essa matéria importante à sociedade brasileira. Eu queria comunicar ao Plenário que ontem tive a satisfação de indicar para relatar essa matéria em plenário a Senadora Simone Tebet. Fiquei de conversar com os Líderes no sentido de que possamos avaliar se essa matéria já está em condições de ser apreciada.

Amanhã nós trataremos da reforma política, conforme anunciado. A reforma, inclusive, será ponto único da pauta. Amanhã à tarde trataremos apenas da reforma política, ponto único da pauta deliberativa de amanhã.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Hoje, votaremos algumas autoridades, várias autoridades, e, se for o caso, apreciaremos o projeto que trata da audiência de custódia.

Concedo a palavra ao Senador Ataídes. V. Ex^a dispõe de dez minutos para sua intervenção.

E, mais uma vez, com a aquiescência do Senador Ataídes, peço aos Senadores e Senadoras que estão em outras dependências da Casa que venham ao plenário. Daqui a dez minutos vamos começar a Ordem do Dia.



Com a palavra V. Ex^a.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Presidente Renan.

Presidente Renan, em 2011, quando cheguei a esta Casa, ainda como suplente, eu percebi que o Brasil tinha milhares de obras, de toda natureza, paradas, paralisadas. Eu, então, fui buscar informações sobre essas obras paralisadas no Brasil em 2011. Procurei o Ministério do Desenvolvimento, o TCU, a CGU e outros órgãos. Infelizmente, não tive êxito, não tive informações sobre essas obras. Nessa mesma época, em 2011, eu, então, protocolizei o Projeto de Lei nº 538/11, que cria uma carteira dessas obras inacabadas ou paralisadas no País. Lamentavelmente, Senador Medeiros, esse projeto andou muito pouco nesses cinco anos. Graças a Deus, agora está na Mesa para ser votado. E eu, hoje, inclusive, peço ao Presidente Renan que faça o desapensamento desse Projeto nº 538/11 dos demais projetos que se encontram na Casa para que ele seja aprovado o mais rápido possível.

Ontem, Presidente Renan, eu tive o prazer de participar de uma reunião ministerial, a convite do Presidente Temer, para tratar exatamente sobre o assunto das obras paralisadas. E lá eu tive a grata satisfação de ouvir do Presidente Temer que serão imediatamente reiniciadas 1,6 mil obras no Brasil – obras que demandam de R\$500 a R\$10 milhões para serem concluídas. E o Presidente Temer começou a sua fala dizendo, inclusive, que esta decisão nasceu de uma reivindicação nossa. Isso me deixou realmente muito contente. E hoje eu fiquei muito feliz, porque, Presidente Renan, nós tivemos a primeira reunião da Comissão Especial do Senado Federal que irá acompanhar e fiscalizar as obras inacabadas e paralisadas no Brasil. Eu acredito que esta Comissão contribuirá muito com o Governo Federal. Acho importante registrar aqui que o Presidente Temer fez questão de assinalar, volto a dizer, que foi uma demanda do Congresso Nacional.

O encontro de ontem deixou clara a disposição do Governo de acabar de vez com os chamados “esqueletos” de infraestrutura que se multiplicam de norte a sul do nosso País. O ponto de partida é a retomada de 1,6 mil obras federais, sendo 721 delas já nos próximos 90 dias e mais 400 até junho do ano que vem. São creches, pré-escolas, centros de arte, quadras esportivas, unidades básicas de saúde, redes de saneamento, obras de urbanização, de infraestrutura turística, de prevenção em áreas de risco e até aeroportos – obras distribuídas em 1.071 Municípios, que vão movimentar a construção civil, gerar milhares de empregos e melhorar a qualidade de vida da população.

A expectativa é que todas essas obras, avaliadas entre R\$510 milhões cada uma, estejam concluídas até o final de 2018 – pelo menos metade até junho de 2018. Para isso, o Governo vai investir R\$2,073 bilhões, recursos já previstos na Lei Orçamentária de 2017, segundo o Ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira.

Vale destacar também, Sr. Presidente, o lançamento de um aplicativo chamado Desenvolve Brasil, por meio do qual cada cidadão poderá acompanhar e monitorar o andamento das obras retomadas. Olha que coisa maravilhosa! Agora, até o povo brasileiro, qualquer brasileiro pode acompanhar qualquer obra, Senador Deca, em qualquer canto do nosso País, através desse aplicativo Desenvolve Brasil. Olha que coisa maravilhosa! Estamos jogando aqui luz, que nós sabemos que é o melhor desinfetante contra a corrupção, não é? Essa é uma iniciativa importantíssima – volto a repetir – para garantir a transparência do processo e a melhor fiscalização por parte da sociedade.

A retomada dessas obras de menor porte por parte do Governo Federal e a instalação da Comissão Especial do Senado Federal são iniciativas fundamentais para acabar com o cemitério de obras, que já rendeu prejuízos bilionários para os cofres públicos.

É bom lembrar que o abandono das obras ocorre pelos mais diversos motivos. Eu vou colocar aqui tão somente cinco, mas são diversos, por exemplo: falhas técnicas, problemas com o licenciamento ambiental, desapropriação, planejamento inadequado ou até mesmo falta de recursos. Não importa; a população não pode pagar a conta pela irresponsabilidade ou pela má gestão dos recursos públicos. A Comissão Especial instalada hoje assume o compromisso de fazer um levantamento preciso de todas as obras federais abandonadas ou paralisadas, de avaliar causas e responsabilidades pela situação de cada uma delas e de propor medidas legislativas para tentar sanar o problema e evitar que novas obras sejam paralisadas.

Pois bem, Sr. Presidente, eu percebo que a retomada dessas 1,6 mil obras cuja retomada imediata o Presidente Temer pediu... eu vejo que, primeiro, vai devolver ou vai dar à sociedade essa obra que, com certeza, será de muita importância – primeiro. Segundo, irá recuperar esses bilhões já investidos nessas obras, que hoje estão a céu aberto, sendo depredadas e acabadas. E terceiro, esses R\$2,073 bilhões que serão investidos nessas 1,6 mil obras irão, evidentemente, gerar emprego e renda nesses 1.071 Municípios no País. Mas o Presidente Temer disse também, ontem, que não serão só essas obras: ele também vai olhar obras acima de R\$10 milhões.

Evidentemente, o momento que o Brasil está atravessando é muito delicado. A fatura que o Presidente



Temer assumiu é uma fatura pesada, mas essas obras paralisadas no Brasil passaram a ser, para o Presidente – eu percebi ontem – uma preocupação enorme. E outra coisa interessante também são as obras empenhadas e não iniciadas – obras empenhadas e não iniciadas –, que são centenas de obras, empenhadas e não iniciadas. Como? O governo anterior, o governo do PT lançava uma obra, por exemplo, de R\$1 bilhão e tinha como orçamento R\$10 milhões, Senador Deca...

(Soa a campainha.)

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – ... só para fazer um fato político, só para enganar o povo. Repito: lançavam uma obra, faziam um projeto, uma obra com um custo final de R\$1 bilhão, por exemplo, e tinham R\$5 milhões para iniciar a obra. Evidentemente, essa obra nunca sairia do papel.

Eu acredito que o Presidente Temer deverá baixar um decreto extinguindo esses fantasmas, essas obras fantasmas que o PT criou para permanecer no poder.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O Sr. Aloysio Nunes Ferreira (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Infelizmente, eu ia pedir um aparte, mas já...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Com a palavra V. Ex^a.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Para mim é um orgulho.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Com a palavra V. Ex^a, para um aparte ainda.

Senador José Agripino.

O Sr. Aloysio Nunes Ferreira (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Senador Ataídes, eu quero cumprimentá-lo...

(Soa a campainha.)

O Sr. Aloysio Nunes Ferreira (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – ... não apenas pelo seu discurso – aliás, o senhor vem se distinguindo como um dos Senadores mais presentes na tribuna, e sempre tratando com muita propriedade dos temas mais relevantes –, mas pela iniciativa que o senhor teve junto ao Presidente Renan Calheiros e ao Presidente Michel Temer: a iniciativa de criar, criar todo esse movimento de apoio do Senado da República à conclusão das obras inacabadas, estabelecer essa prioridade. Não podemos deixar uma obra que começou parada, porque é desperdício de dinheiro público, é frustração de expectativas, é dispersão de energias, e V. Ex^a foi um batalhador desta causa, a causa de se concluir aquilo que se começou. Eu quero lhe dar os parabéns por isso. E o Presidente Michel Temer, hoje, ainda fez questão de lembrar...

(Interrupção do som.)

O Sr. Aloysio Nunes Ferreira (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Fez questão de lembrar o Presidente Michel Temer que essa iniciativa do Governo à qual o senhor se refere tem a sua marca, a marca do seu estímulo e do seu impulsionamento. E eu penso, também, se V. Ex^a me permitir ainda, de maneira lateral, observar que, se o Congresso, o Senado aprovar a chamada PEC que limita os gastos públicos, isso vai servir como um antídoto a essa doença orçamentária que é própria do nosso Congresso há muito tempo, que é a de criar janelas para se iniciar determinadas obras sem recursos suficientes para concluí-las. A aprovação da PEC do teto dos gastos vai nos levar, a nós Congressistas, a trabalhar no Orçamento de uma maneira mais séria, de uma maneira mais realista, não inventando receitas que não acontecerão para encaixar obras que serão fadadas a ficar paradas.

De modo que eu penso, meu caro Senador Ataídes, que essa iniciativa do Governo e essa aspiração sua se completam com o aperfeiçoamento do regime fiscal brasileiro, que terá, como consequência inevitável, o aprimoramento da metodologia do Congresso ao elaborar o Orçamento da República. Muito obrigado.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Permita-me?

Muito obrigado, Senador Aloysio, como sempre. V. Ex^a sabe que, quando eu cheguei à Casa definitivamente, V. Ex^a era meu Líder e continua meu Líder.

Eu quero consertar aqui, corrigir um erro que eu estava esquecendo, Presidente Renan. V. Ex^a foi um dos protagonistas dessa preocupação com as obras paralisadas no Brasil, e eu estava me esquecendo...

(Soa a campainha.)

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – ... de parabenizá-lo.

Quanto à PEC 241, ela será aprovada, acredito eu, e vai estabelecer um novo marco na gestão pública do Brasil.



Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Sr^{as}s e Srs. Senadores, antes de começarmos a Ordem do Dia, permitam-me, Senador Eunício Oliveira, Senador Paulo Paim, Senador Aloysio Nunes Ferreira, Senadora Simone Tebet, Senador Deca, Senador Aécio Neves, eu quero cumprimentar o prefeito eleito de Porto Alegre. É uma honra muito grande, Marchezan, tê-lo aqui, no Senado Federal. Parabéns pela vitória significativa do ponto de vista daquela capital tão querida por todos nós. É uma honra grande tê-lo aqui.

Eu queria, Sr^{as}s Senadoras, Srs. Senadores, como estamos reiterando há quatro anos, duas palavrinhas para fazermos um balanço e tentarmos encadear uma sequência de decisões legislativas que deveremos tomar até o próximo dia 15 de dezembro, quando encerraremos os nossos trabalhos legislativos.

Como estamos reiterando há quatro anos, Senador Aloysio, Senador Eunício Oliveira, Senador Aécio, a atual Mesa Diretora do Senado Federal, quando eleita, definiu sua atuação no trinômio eficiência, economia e transparéncia. Ainda que pese o fato de restarem três meses para a conclusão desse ciclo, na verdade não são três meses. Na verdade, os nossos trabalhos se encerrarão no dia 15 de dezembro, porque teremos recesso do dia 16 de dezembro ao dia 1º, quando acontecerá a eleição do Senado Federal.

Eu entendo que este momento em que aguardamos os Senadores para iniciarmos a Ordem do Dia, é um momento importante, Senador Aloysio, Senador Eunício, Senadora Simone, para aprofundar conceitos de que o que se fez aqui, no Senado, nesses últimos quatro anos, é um caminho sem volta para o Parlamento brasileiro. Antes mesmo de a crise castigar todo o País, o Senado Federal inaugurou um padrão administrativo para reduzir despesas sem prejuízo das missões constitucionais, que são de legislar e fiscalizar.

Dessa forma, eu gostaria de rapidamente mostrar à Casa e ao País dados preliminares de como iremos fechar esses quatro anos de gestão no Senado Federal. Longe de ser uma autopromoção, como já disse anteriormente, é uma prestação de contas, como fizemos anualmente nesse período em que nos preparamos para encerrar os trabalhos de cada ano legislativo.

Até o mês de outubro, alcançamos uma economia, no Senado Federal, de R\$637 milhões, valor alcançado com medidas como: racionalização da estrutura administrativa, redução dos contratos, reformulação do modelo de assistência à saúde, novas diretrizes para compras e contratações, diminuição de pessoal, eficiência no uso dos recursos públicos e redução das funções comissionadas.

Entre mais de 200 medidas adotadas pela Mesa Diretora do Senado Federal internamente, pudemos destacar as economias mais expressivas, Senador Moka, Senador José Medeiros: o corte de 25% das funções comissionadas; a extinção de oito secretarias da Diretoria-Geral; o fim de 24 funções de chefia na Gráfica; a fusão, Senador, Bandeira, entre ILB, Interlegis e Universidade do Legislativo; o aumento da jornada corrida para 7 horas; a unificação dos oito almoxarifados existentes; o fim do Hospital do Senado – privilégio indefensável; o fim de 14 contratos desnecessários; a redução de 25% dos contratos de vigilância; a redução de terminais DDD e DDI; a redução de 50% nas tiragens do Conselho Editorial.

Também considero oportuno, Srs. Senadores, Sr^{as}s Senadoras, ressaltar alguns percentuais de materiais de consumo permanentes, apontando para uma mudança de cultura da própria Casa. Houve uma redução, Senador Eunício Oliveira, Senador Aloysio, de 43% no uso de chapas para a impressão na Gráfica; o gasto com tintas de impressão caiu 29%; a utilização de papel foi reduzida à metade, 53%; o custo com combustíveis foi diminuído em 43%; os gastos com Correios apresentaram uma queda de 57%; e até o consumo de água – sem que ninguém tenha se desidratado – caiu 34%; as contratações emergenciais foram reduzidas em 66%; a dispensa de licitações apresentou uma queda de 94%.

Por esses fatores, o Senado Federal foi apontado, pelo Tribunal de Contas da União, em 2016, como a referência em contratações públicas no Brasil. A economia possibilitou, ao lado de outras medidas administrativas, como a venda da folha de pagamento e o aumento dos investimentos internos, dessa forma, modernizarmos os elevadores, digitalizarmos em 100% a TV Senado, incluirmos o sistema de votação eletrônica nas comissões, expandirmos a acessibilidade e reformarmos gabinetes e áreas administrativas. Ao contrário da presunção, não se trata de gastança, mas de preservação e conservação do patrimônio público.

Na transparéncia, Srs. Senadores, Sr^{as}s Senadoras, todos sabem que criamos, sem custos, a Secretaria e o Conselho de Transparéncia e Controle Social, único entre as instituições públicas a contar com o conselho, inclusive com a participação da sociedade. Não por outro motivo, o Senado Federal foi apontado pela Fundação Getúlio Vargas como a instituição pública 100% transparente. Aqui o que não é protegido por sigilo legal, pela lei, é público e acessível pela internet.

Seguindo essas premissas, eu gostaria de informar que a Mesa Diretora aprovou, em sua última reunião, novos enxugamentos sem nenhum prejuízo para outras atividades do Senado Federal. Estamos reduzindo, por desuso, 20% da franquia de cotas para correspondência. Além disso, sem nenhum custo, apenas com remanejamentos, estamos criando as condições para implementarmos, até o final de novembro, a instituição



fiscal independente, limitando o fracionamento de cargos em comissão, nos gabinetes, para 50. Quando tomamos posse aqui, há quatro anos, praticamente nós reduzimos a fragmentação da estrutura de gabinete para 55 cargos e agora estamos novamente reduzindo essa fragmentação para 50 cargos e funções, fracionadas a partir da estrutura mínima existente. Quando assumimos, esse teto chegava a 79 cargos fracionados. Nós reduzimos, repito, para 55 e agora para 50, como todos sabem, reduzindo custos adicionais com encargos trabalhistas para o Senado Federal.

Quanto à agenda legislativa, Sras Senadoras, Srs. Senadores, com apenas seis semanas para o final do ano, começaremos amanhã com uma sessão exclusiva para a reforma política, tão ansiada e necessária, e ainda iremos votar a nova lei de licitações, as propostas para desburocratizar o País, a securitização das dívidas e a própria regulamentação dos jogos. Como também já é do conhecimento público, estaremos propondo uma nova rodada para adesão ao programa de repatriação de recursos, ampliando a segurança jurídica e fixando novos prazos para que aqueles que ainda não fizeram tenham, com ela, mais elementos para uma nova oportunidade de adesão ao programa.

Eu queria lembrar, com a autoridade de quem esteve sentado nesta cadeira durante os momentos mais complicados e dolorosos do processo de afastamento da Presidente da República, que, quando a Presidente da República propôs ao Congresso Nacional criar a CPMF, eu estive com a Presidente da República dizendo que a repatriação de ativos de brasileiros no exterior significaria, pelo menos, duas CPMFs, e não precisávamos onerar ainda mais o brasileiro contribuinte com a elevação da carga tributária.

A Presidente, no dia seguinte, chamou-me ao Palácio e me disse: "Olha, Renan, eu queria te pedir uma coisa. Estou recebendo uma demanda do então Presidente da Câmara dos Deputados no sentido de que essa matéria comece a tramitar pela Câmara dos Deputados." Áí eu disse: "Presidente, deixe-me só lembrar: nós não estamos começando a tramitar, nós já tivemos um debate de mais de um ano com relação a essa matéria, nós estamos terminando a tramitação no Senado Federal." E ela disse: "É, mas eu tenho uma exigência do Presidente da Câmara de que essa matéria venha primeiro para tramitar por aqui, e eu acho que o Presidente do Senado não vai colocar nenhuma dificuldade." Eu não só não coloquei dificuldade, como fiz questão, Srs. Senadores e Sras Senadoras, de comunicar ao Plenário que havia recebido um pedido da Presidente da República para não pautar a votação da repatriação de ativos, porque havia uma exigência para que ela começasse a tramitar pela Câmara dos Deputados. Deu no que deu. Isso atrasou um ano e meio a repatriação, e, mesmo assim, nós tivemos duas CPMFs, porque a CPMF, Senador Ataídes, estava prevista para ser de pouco mais de 20 bilhões e nós quase que tivemos 60 bilhões nesta primeira leva da repatriação de ativos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Eu darei a palavra já a V. Ex^a.

Eu gostaria de, por fim, anunciar que reinstalamos aqui, no Senado Federal, e tenho muita satisfação, a obra Alumbramento, da artista plástica Marianne Peretti. São também de sua autoria, como todos sabem, os vitrais da Catedral de Brasília, que, ao lado da arquitetura de Oscar Niemeyer, tornam-na um dos monumentos mais conhecidos internacionalmente.

A obra Alumbramento, da Marianne Peretti, que foi doada pela autora ao Senado Federal, Senador José Agripino, na década de 80, após uma década de exposição e o consequente desgaste natural, teve de ser desmontada para a devida restauração. E estava sendo restaurada, há vinte anos, aqui, no Senado Federal. Hoje nós tivemos a satisfação de entregar essa obra ao acesso da população, num ato que realizamos aqui com o Presidente da Câmara dos Deputados.

Outra informação que eu considero muito importante trazer para o Senado Federal é que nós recebemos, Srs. Senadores, Sras Senadoras, na manhã de hoje, das mãos do Ministro Mauro Campbell, Presidente da Comissão de Juristas da Desburocratização, a proposta de anteprojeto de lei complementar destinada a alterar o Código Tributário Nacional. O condão, Senador Eduardo Braga, da presente proposta – que obviamente estará sujeita a aprimoramentos dos Srs. Senadores e Senadoras – é simplificar e racionalizar nossa babel tributária. É mais uma contribuição da Comissão de Juristas, criada no início da atual gestão da Mesa Diretora, para eliminar a burocracia.

A mudança objetiva ampliar a segurança jurídica, gerando tranquilidade e evitando surpresas para o contribuinte. São várias propostas de alteração do Código Tributário, mas algumas, Srs. Senadores, Sras Senadoras, em especial, merecem um destaque por estabelecer uma isonomia, um equilíbrio já muito cobrado pela sociedade brasileira.

A proposta elimina a regra pela qual a Fazenda Pública corrige seus créditos em hipótese de atraso do contribuinte, sem garantir o mesmo tratamento quando se inverte a equação, e trata de restituir créditos de tributos pagos em excesso ou de devolução por imposição legal. Ou seja, sobre os valores das restituições decorrentes de pagamentos indevidos incidirão os mesmos índices de correção aplicados aos pagamentos de



tributos em atraso. Isso será aplicável à compensação ou à devolução de qualquer tributo no Brasil.

Ainda, o projeto prevê, Srs Senadoras, Srs. Senadores, que obrigação acessória que implique sanção somente poderá ser instituída por lei, respeitados os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, respeitada a capacidade colaborativa dos sujeitos passivos e vedadas exigências abusivas. Estabelece os critérios para fins de imputação de responsabilidades aos sócios em caso de dissolução e irregular da pessoa jurídica.

A proposta assegura ainda que a pessoa detentora de qualquer crédito de origem tributária possa compensá-lo com débitos vencidos ou vencendos relativos a qualquer tributo ou contribuição do respectivo ente federativo. A chamada compensação tributária, pelo projeto, também será estendida aos Estados e aos Municípios brasileiros.

Esse projeto de lei complementar alia-se a uma PEC que igualmente se destina à simplificação de procedimentos e desburocratização.

A PEC sugerida pela Comissão de Juristas e encampada pela Mesa do Senado Federal determina, Sras Senadoras, Srs. Senadores, que lei complementar definirá o que é pequeno Município e normas mais simplificadas aplicáveis a eles no que se refere a prestação de contas e balancetes e permite delegação de competência ao Estado ao qual o Município pertence para cobrança e fiscalização de tributos. Ainda, Senador José Pimentel, remete a lei complementar às normas gerais relativas ao processo administrativo fiscal, à substituição tributária, à eficiência tributária, à moralidade tributária e à vedação de confisco.

A PEC propõe a introdução da regra da anterioridade plena, na qual um tributo só pode ser cobrado em um exercício se instituído ou majorado até junho do exercício anterior, antecedendo, portanto, o encaminhamento da proposta orçamentária.

Determina que normas de caráter geral aplicáveis às empresas deverão observar obrigatoriamente tratamento diferenciado e simplificado em relação às microempresas e às empresas de pequeno porte.

Enfim, como se trata de matérias complexas e, certamente, muito controversas, elas inciarão sua tramitação hoje, como projeto de autoria da Mesa Diretora do Senado Federal, e, como sempre, todos os atores envolvidos serão ouvidos pelo Congresso Nacional. Reitero que o trabalho da Comissão de Juristas da Desburocratização se propõe a subsidiar os Parlamentares, sem jamais substituí-los.

Portanto, nós estamos apresentando esses projetos que foram aprovados para tramitarem rapidamente pela Mesa Diretora do Senado Federal.

Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente, V. Ex^a me concede?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Eu agradeço a todos pelas informações.

Com a palavra V. Ex^a.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP. Sem revisão do orador.) – Presidente, permita-me só corroborar com V. Ex^a no tema relativo à repatriação. Nunca é demais destacar, e eu falarei disso, da autoridade de ter sido o autor do PLS nº 298, de 2015, que tramitou aqui, no Senado.

A origem desse projeto se deu exatamente no dia 30 de abril de 2015, em uma audiência pública ocorrida na CPI do HSBC, que foi presidida, então, pelo Senador Paulo Rocha, relatada pelo Senador Ricardo Ferraço. Dessa audiência pública participou o Prof. Heleno Torres, reconhecido tributarista, e foi dessa audiência pública que surgiu a ideia da repatriação de ativos, de que derivou o nosso Projeto de Lei – que já mencionei – nº 298, de 2015.

Logo em seguida, V. Ex^a encaminhou esse projeto para uma reunião de Líderes, que concordaram em colocá-lo de imediato em apreciação aqui, no plenário do Senado.

O projeto foi aprovado com celeridade – nunca é demais destacar, Presidente. Antes do recesso de 2015, no mês de julho, nós votamos o projeto e, como se tratava de lei complementar, votamos em primeiro turno. Nesse intervalo – aí me permita, Presidente – ocorreu o que o senhor descreveu aí, que eu trato como uma chantagem – não há outro nome –, uma chantagem feita pelo então Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Eduardo Cunha, para que o projeto tramitasse lá pela Câmara dos Deputados. Ocorre que isso não retirou em nada a iniciativa deste Plenário do Senado, a inauguração desse debate.

E eu concordo com V. Ex^a: a repatriação provou que valeu e vale muito mais do que três ou quatro CPMFs reunidas. Ou seja, nós podemos encontrar alternativas para a resolução do problema fiscal do brasileiro, ou melhor, do Brasil – perdão – que não seja única e exclusivamente a cobrança de tributos daqueles que já pagam muitos tributos, que é o cidadão brasileiro.

Então, eu queria, Sr. Presidente, só ressaltar, destacar o histórico do debate dessa matéria aqui, no plenário do Senado, para reforçar o que foi dito por V. Ex^a. O protagonismo desse tema, sem dúvida alguma,



foi daqui, do Senado da República, foi deste Plenário. E, obviamente, se o curso tivesse ocorrido normalmente, teria, inclusive, sido aprovado com antecedência, e melhores resultados do que já houve, com certeza, teriam sido trazidos para o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Eduardo Braga. Na sequência, Senador José Pimentel e vamos começar a Ordem do Dia.

Com a palavra V. Ex^a.

O SR. EDUARDO BRAGA (PMDB - AM. Sem revisão do orador.) – Presidente, primeiro cumprimento-o pelo pronunciamento de ainda há pouco, um misto de prestação de contas e de um horizonte para os próximos meses de trabalho aqui, no Senado da República, em um ano, repito, cheio de desafios, mas um ano também em que, mais uma vez, as instituições demonstraram como a nossa democracia funciona. E creio que esse exemplo da repatriação, Sr. Presidente, é um bom exemplo nessa direção, de como a nossa democracia funciona.

Ainda há pouco, pude subscrever a nova PEC, que trata da apresentação de uma versão 2.0 com relação à repatriação, dando oportunidades a brasileiros que ainda não o fizeram quando da primeira alternativa, a da primeira PEC.

E aqui, Sr. Presidente, quero fazer um apelo, porque subscrevi o texto e vi que o prazo para a adesão ao programa seria de 1º de fevereiro até junho. Creio que poderíamos, Sr. Presidente – e aqui faço um apelo a V. Ex^a –, porque, com um prazo tão longo, e nós acabamos de ver recentemente, no último episódio, os contribuintes tendem a esperar para a última semana. Portanto, se pudéssemos ter, nesta nova versão, os avanços necessários para a questão do Pacto Federativo, os avanços necessários com relação ao aprimoramento da lei, mas, ao mesmo tempo, não perdêssemos de vista um prazo menor para que a adesão acontecesse sem que houvesse frustração de receita inicial do Orçamento do ano que vem. Isso eu falo inclusive na condição de Relator-Geral, Sr. Presidente, porque, graças à apresentação dessa nova PEC, vai ser possível ao relator de receitas fazer uma previsão com relação a essas novas receitas para o ano que vem, o que equacionaria boa parte dos problemas que estamos tendo hoje para a construção de um projeto viável para o País e um projeto com viabilidade de aprovação no Parlamento brasileiro. Portanto, quem sabe, uma proposta de 1º de fevereiro até 15 de março, para que tivéssemos 45 dias de prazo.

Fica aqui essa sugestão, mais uma vez cumprimentando e parabenizando o Senado e a condução que V. Ex^a dá na tarde de hoje, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Eu queria agradecer a sugestão do Senador Eduardo Braga. Quero dizer que concordo com ela em gênero, número e grau. Para tanto, como essa matéria já foi exaustivamente debatida aqui no Senado Federal, vou conversar com os Líderes, na próxima semana – não é PEC; é um projeto de lei do Senado Federal –, para que nós possamos votar essa matéria na próxima semana, sem a redundância de ter que rediscuti-la por quase um ano, o que acabou acontecendo naquela experiência que não me canso de enfatizar, que aconteceu no governo passado.

Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, também quero parabenizá-lo pelo comunicado feito, especialmente quando trata da Lei de Execução Fiscal, que ainda é dos anos 70. E uma das conclusões da CPI do Carf foi exatamente a necessidade de nós reformularmos essa parte tributária, dando mais celeridade e mais transparência.

Ali, naquele processo, ficou comprovado que nós temos em torno de R\$1,2 trilhão em dívida ativa ajuizada e pendente de solução. Isso é quase um terço do Produto Interno Bruto brasileiro. E, da mesma forma, no Carf, há em torno de R\$550 bilhões pendentes da sua decisão para depois ir para a cobrança judicial.

Em outras palavras, temos algo em torno de R\$2 trilhões entre o Carf, da Receita Federal, e as cobranças judiciais a favor da sociedade brasileira. Isso leva, em média, oito anos no Carf e mais 12 anos tramitando na Justiça Federal, algo em torno de vinte anos, enquanto o contribuinte honesto, o micro e o pequeno contribuinte, esses todos, as pessoas físicas, pagam rigorosamente dentro dos prazos, em detrimento daqueles que fazem planejamento tributário, que contratam grandes escritórios de advocacia e lesam os interesses do Brasil.

Por isso, quero parabenizá-lo e registrar que, se eu tiver oportunidade, quero estar também fazendo parte desse processo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – A sua participação será fundamental para que nós possamos, no tempo certo, chegar à conclusão e à apreciação dessas matérias, que são, como disse V. Ex^a, muito importantes para o Brasil.



ORDEM DO DIA

Eu peço aos Senadores e às Senadoras que estão em outras dependências da Casa que, por favor, venham ao plenário.

Mensagem nº 88, pela qual o Senhor Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal, a indicação da Srª Maria Nazareth Farani Azevêdo, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegada Permanente do Brasil em Genebra.

(É a seguinte a matéria apreciada:

MENSAGEM N° 88, DE 2016

Discussão, em turno único, da Mensagem nº 88, de 2016, pela qual o Senhor Presidente da República submete à apreciação do Senado a indicação da Senhora MARIA NAZARETH FARANI AZEVÊDO, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegada Permanente do Brasil em Genebra.) (Parecer nº 885, de 2016 - CRE)

Eu peço à Secretaria-Geral da Mesa que, por favor, prepare o painel.
As Senadoras e Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Nós estamos apreciando a indicação da Srª Maria Nazareth Farani Azevêdo, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegada Permanente do Brasil em Genebra.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero cumprimentar V. Exª pelas medidas de austeridade, pelo trabalho que V. Exª vem fazendo aqui, no Senado Federal.

V. Exª acabou de fazer um relatório de todas essas medidas que só nos orgulham, porque essa visão que o TCU tem é uma visão correta. A economicidade que o nosso Senado tem feito é muito grande. V. Exª sabe o esforço que representam todas essas ações de economia. Nós compreendemos isso também e aqui só temos que nos alegrar, porque V. Exª, mais uma vez, está dando um exemplo para o Brasil, para todos, de que é necessário todos também fazerem a sua tarefa de apertar e fazer economia.

Então, muito obrigado.

Parabéns ao senhor por tudo!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Agradeço ao Senador Hélio José.

Outra coisa que eu acho importante comunicar ao Plenário, no momento em que aguardamos quórum para encerrar a votação e proclamar o resultado, é que não haverá convocação do Congresso Nacional em janeiro.

A imprensa hoje está repleta de informações no sentido de que nós vamos convocar o Congresso Nacional. Nós não vamos convocar o Congresso Nacional.

Pelo contrário. Nós produzimos aqui, no Senado Federal, um calendário para apreciação da PEC do gasto público. Foi a primeira vez na história do Legislativo que isso aconteceu, com data para votação na CCJ, no primeiro e no segundo turnos no Plenário do Senado Federal. E, se for aprovada em segundo turno, eu irei promulgar a PEC no dia 15 de dezembro.

Portanto, esse calendário, que foi duramente construído e conquistado, será mantido e respeitado. Quanto mais as pessoas acenam com a possibilidade de convocar o Congresso em janeiro, mais isso torna vulnerável uma tramitação que não está vulnerável, que tem começo, meio e fim. O Senado Federal nunca faltou ao Brasil e não faltará ao Brasil também nessa oportunidade. (Pausa.)

Eu também queria comunicar aos Senadores que nós vamos designar um novo Relator para o projeto de lei de abuso de autoridade. O Senador Romero Jucá me procurou hoje e me informou que deverá, nos próximos dias, cumprir uma nova função. Portanto, é fundamental sua substituição para que essa matéria, que foi reapresentada a pedido do Supremo Tribunal Federal, possa ser apreciada até o final dos nossos trabalhos legislativos. (Pausa.)

Se todos já votaram, vamos encerrar a votação e proclamar o resultado.

(Intervenção fora do microfone.)



O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Telmário Mota.

Senador Flexa Ribeiro.

Senador Wilder Morais.

Senadora Rose de Freitas.

Senadora Fernando Bezerra.

Senador Garibaldi Alves Filho.

Senador Raimundo Lira. (Pausa.)

Senador Waldemir Moka, com a palavra V. Ex^a.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em nome, tenho certeza, do Partido, eu queria parabenizar V. Ex^a pela prestação de contas, pelo excelente trabalho que fez nesse tempo todo e dizer que, para nós, são realmente um motivo de orgulho todas essas economias que o Senado fez e continua fazendo, avançando cada vez mais. Eu acho que a sociedade, cada vez mais, espera isso dos seus representantes. Então, eu gostaria muito de parabenizar V. Ex^a pelo trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Agradeço muito, Senador Waldemir Moka.

Nós vamos encerrar a votação e proclamar o resultado.

(Procede-se à apuração.) (Lista de votação - Vide item 2.2.1 do sumário)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – SIM, 50; NÃO, 02.

Uma abstenção.

Está, portanto, aprovado o nome da Sr^a Maria Nazareth Farani Azevêdo para exercer o cargo de Delegada Permanente do Brasil em Genebra.

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República. (Pausa.)

Parecer nº 804, que teve como Relator o Senador Ricardo Ferraço, sobre o Ofício nº S/13, de 2016, de Líderes partidários, submetendo à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Henrique de Almeida Ávila para compor o Conselho Nacional de Justiça, nos termos do art. 103-B da Constituição Federal.

A matéria, como todos sabem, depende, para sua aprovação, do voto favorável da maioria absoluta da Casa. (Pausa.)

O Parecer nº 804 aprecia a indicação do Sr. Henrique de Almeida Ávila para compor o Conselho Nacional de Justiça, nos termos do art. 103-B da Constituição Federal.

As Senadoras e Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação.)

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

Só para justificar. Eu não votei na votação passada e quero justificar meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – A Ata registrará a manifestação de V. Ex^a, Senadora Gleisi.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP. Sem revisão do orador.) – Só um esclarecimento da Mesa, se V. Ex^a me permite. Nós temos, salvo engano, dois candidatos a essa vaga no Conselho Nacional de Justiça. Perfeito? O primeiro é o Dr. Henrique, e o segundo candidato é o Dr. Octavio. São dois candidatos ao CNJ. O procedimento vai ser qual? Votando neste, rejeita-se... Tendo maioria favorável ao Dr. Henrique, rejeita-se o Dr. Octavio? Ou a votação é um confrontando com o outro? Só um esclarecimento ao Plenário, que tem dúvida sobre o procedimento.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Quero só comunicar ao Senador Randolfe e aos demais Senadores que nós estamos apreciando o Parecer nº 804. O parecer referido por V. Ex^a é o 805.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Não, perfeito, Presidente, mas a dúvida é a seguinte: são dois candidatos para uma vaga. Obviamente, só um esclarecimento. Aprovado este parecer, este é o indicado ao CNJ, em prejuízo do parecer seguinte, perfeito?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Se for aprovado pela exigência constitucional, é evidente que prejudica a outra indicação, porque dois corpos não podem ocupar o mesmo espaço.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Exatamente. Era esse o esclarecimento que eu queria que V. Ex^a fizesse, porque o Plenário tem conhecimento de que há dois nomes e,



obviamente, o Plenário não estava esclarecido que o nome posterior será prejudicado se esse primeiro nome for aprovado.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Eu queria que V. Ex^a pudesse comunicar ao Plenário qual é o critério, porque na Comissão de Constituição e Justiça nós votamos os dois nomes simultaneamente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – É o Regimento, Senadora.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Pois é. Nós votamos lá os dois nomes simultaneamente, não houve votação primeiro de um e depois de outro. V. Ex^a diz que é o Regimento. Então, que nos dissesse onde o Regimento indica a ordem, apenas para esclarecer o Plenário. Esse é o único objetivo.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – O Regimento diz que é por antiguidade. Aprecia-se um, o 804, e depois aprecia-se o 805. A ordem foi estabelecida pela entrega das propostas de candidatura.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP. Sem revisão do orador.) – V. Ex^a me permite, Presidente? Quero trazer aqui votação anterior que houve, ainda sob a direção do Presidente José Sarney, em uma situação idêntica, em que tínhamos dois candidatos à vaga no Conselho Nacional de Justiça. Naquela situação, foram colocados simultaneamente os dois nomes: o nome do Dr. Bruno Dantas Nascimento, que obteve 43 votos, contra o nome do Dr. Marcelo da Costa Pinto Neves, que teve 26 votos. Ou seja, naquela situação, na votação anterior de vaga do Senado Federal para o Conselho Nacional de Justiça, sob a presidência do Presidente Sarney, o precedente indica que uma candidatura foi confrontada com a outra. V. Ex^a deve ter conhecimento disso, mas só para esclarecer à Mesa e ao Plenário que já houve precedente de votação de um parecer *versus* outro, Sr. Presidente. Por isso a dúvida do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Eu queria agradecer a intervenção do Senador Randolfe, que, anos depois, invoca que a Mesa cumpra um encaminhamento feito lá atrás pelo Presidente José Sarney. Eu queria só lembrar que, naquela oportunidade, nós fazímos a votação em cédula, não era pelo painel eletrônico. Portanto, são questões distintas, absolutamente distintas.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, na Comissão de Constituição e Justiça, nós votamos também em painel. Lá nos foi dada a opção de votar simultaneamente, primeiro em um, levando-se em consideração essa exata ordem que V. Ex^a coloca, e, na sequência, no outro. No final, apura-se o voto de ambos. Foi assim. Não poderíamos proceder dessa forma aqui? Não haverá prejuízo.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senadora Vanessa, nós estamos apreciando o primeiro nome indicado. Eu estou seguindo a ordem da indicação. A senhora está querendo que nós aprovemos dois nomes para ocupar o mesmo cargo.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Não. Aqui, no caso, o nome com mais votos é o que seria aprovado, Sr. Presidente, no plenário.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Por favor, não é esse o padrão democrático de votações do processo legislativo.

A SR^a ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – Sr. Presidente, é necessário – o senhor me desculpe – esclarecer a dúvida levantada pelo Randolfe, pela Vanessa e agora por mim.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Eu já esclareci.

A SR^a ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – O senhor já esclareceu?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Já, já esclareci.

A SR^a ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – Mas nós não estamos entendendo. Então, não está esclarecido.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Sr. Presidente, permita-me.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Aécio Neves.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Social Democrata/PSDB - MG. Sem revisão do orador.) – Já que acredito ter compreendido com muita clareza e concordo com o encaminhamento dado por V. Ex^a, ficou claro aqui no plenário que existe um primeiro nome que, pela ordem do seu parecer, é submetido em primeiro lugar. Obviamente, se esse nome não alcança a maioria absoluta dos votos – entendo eu –, V. Ex^a submeteria o segundo nome. Obviamente, se esse primeiro nome alcança a maioria absoluta dos votos, o segundo nome está prejudicado.

Parece-me algo claro, e o encaminhamento adequado, porque os Parlamentares não estão obrigados a votar favoravelmente nesse nome, mas, como são duas indicações para uma vaga, se houver a maioria a favor desse nome é porque não haverá em torno do segundo nome. Parece-me um encaminhamento absolutamente correto e adequado.



O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Foi exatamente isso que foi respondido.

Matéria vencida, Senadora Vanessa.

Nós vamos encerrar a votação e proclamar o resultado.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Pela ordem, Sr. Presidente. Pela ordem, Presidente Renan.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Ataídes, com a palavra V. Ex^a pela ordem.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

– Requeiro, Presidente Renan, que se digne à votação de um requerimento que está sobre a mesa, o Requerimento nº 409, de 2016, que desapensa o Projeto de Lei do Senado nº 538/11, para que ele possa, Sr. Presidente, tramitar normalmente noutras Comissões. Esse é o meu requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – V. Ex^a será atendido nos termos regimentais.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Medeiros, Senador Flexa Ribeiro, Senador Moka.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Ataídes.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Acho que eu fiz aqui uma confusão aqui no meu voto. Eu queria registrar o voto “sim” para o CNJ, do Dr. Henrique Ávila.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Sr. Presidente. Sr. Presidente, peça para alguém, um técnico da Mesa, auxiliar aqui porque o painel do Senador Ataídes está com dificuldade para ele alterar o voto.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Com a palavra V. Ex^a.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Só para avisar da chegada, em breve, do Senador Zeze e do Senador Ferraço, que estão chegando para votar.

O SR. PASTOR VALADARES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Sr. Presidente, na última votação o meu voto é “sim”. Eu gostaria que registrasse, na anterior.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – A Ata registrará a manifestação de V. Ex^a.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pela ordem, Presidente Renan Calheiros. Presidente Renan.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Se possível, colocar na Ordem do Dia o SDC, o Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 15, de 2015, uma matéria muito importante. Os prefeitos municipais reeleitos ou eleitos estão em Brasília numa mobilização, agora da Região Sul, e essa matéria é muito importante, Presidente. Então, se for possível, colocar em votação o Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 15, de 2015.

Muito grata.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Eu queria comunicar à Senadora Ana Amélia que esse item já está pautado. É o quinto item da nossa pauta de hoje.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Presidente. Presidente Renan.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Aécio Neves, com a palavra V. Ex^a.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Social Democrata/PSDB - MG. Sem revisão do orador.) – Apenas enquanto aguardamos aqui, uma questão não política, eminentemente técnica; nós, aqui, acabamos tendo conhecimento dela agora. Diferentemente do voto aberto, em que há possibilidade – em razão de um equívoco, ou mesmo um esclarecimento inadequado de determinada questão – de alterar o voto, obviamente antes da sua proclamação, no voto secreto os técnicos nos informam que não é possível fazer essa alteração. É algo confuso, porque um engano, ou mesmo uma informação equivocada antes de o painel abrir impede que haja a correção do voto, o que aconteceu aqui com alguns Senadores. Apenas para reflexão da Mesa, se isso não é algo que pode ser aprimorado no nosso sistema, porque os equívocos ocorrem – antes da abertura do painel, obviamente. Apenas para uma reflexão futura, sem nenhuma imposição maior.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Eu quero aceitar a ponderação do Senador Aécio Neves e quero, também, aceitar a ponderação do Senador Ataídes de Oliveira, que indicou claramente que queria modificar o voto e não conseguiu.

Como essa matéria é uma matéria muito importante e depende de um quórum qualificado, que nós não estamos conseguindo até agora – nós estamos apenas com 63 Senadores que votaram; um deles tentou modificar o voto e evidentemente não conseguiu –, para uma economia processual eu vou retirar essa matéria da pauta e vou colocar uma outra matéria para que nós possamos seguir na nossa Ordem do Dia.



Recomendo à Mesa Diretora, em casos semelhantes ao que aconteceu com o Senador Ataídes Oliveira, o que devemos fazer para implementar uma modificação enquanto perdurar a votação.

Está, portanto, cancelada a votação.

O próximo item da pauta.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente, permita-me.

A votação foi suspensa? (Pausa.)

Desculpe-me, qual a razão?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Cancelei a votação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Sim, Presidente, mas qual foi a razão?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – A razão é que os Senadores aqui tentaram modificar o voto e não conseguiram, em função do novo processo eletrônico.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Entendido, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – E como o quórum está muito baixo, talvez seja mais prudente repetirmos essa votação em uma próxima oportunidade.

Mensagem 93, pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Denis Fontes de Souza Pinto para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Canadá.

(É a seguinte a matéria apreciada:

MENSAGEM Nº 93, DE 2016

Discussão, em turno único, da Mensagem nº 93, de 2016, pela qual a Presidência da República submete à apreciação do Senado a indicação do Senhor Denis Fontes de Souza Pinto, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Canadá. (Parecer nº 886, de 2016 - CRE)

As Senadoras e Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Sr. Presidente, Senador Wellington Fagundes. Quero registrar o voto "sim" na votação anterior.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Telmário Mota, com a palavra V. Ex^a.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pela ordem.

Sr. Presidente, hoje, o PDT faz parte do Bloco da Minoria. Mas hoje, em uma reunião partidária, Sr. Presidente, os Senadores do Partido fizeram uma opção, a grande maioria, no sentido de que o PDT saia do Bloco da Minoria.

Então, estou comunicando a V. Ex^a que, a partir de hoje, o PDT não faz mais parte do Bloco da Minoria.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Vamos encerrar a votação e proclamar o resultado.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – A minoria ficou minoritária.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Nós vamos encerrar a votação e proclamar o resultado.

(Procede-se à apuração.) (Lista de Votação - Vide item 2.2.2 do sumário)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – SIM, 51; NÃO, 02.

Uma abstenção.

Está, portanto, aprovado o nome do Sr. Denis Fontes de Souza Pinto para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Canadá.

Será feita a devida comunicação à Presidência da República.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Dário Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB – SC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a palavra só para V. Ex^a registrar o meu voto nas autoridades anteriores. Infelizmente, eu não estava presente, mas queria registrar o voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – A Ata registrará a manifestação de V. Ex^a.



O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Eu queria lembrar aos Senadores e às Senadoras que amanhã nós teremos a Ordem do Dia com tema único, com um ponto único da pauta, que é a reforma política.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Sr. Presidente, nós teremos outra autoridade nesta sessão?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Não.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Está encerrada a Ordem do Dia.

Amanhã, nós repetiremos a votação que tentamos fazer hoje e não concluímos, e votaremos o ponto único da pauta.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Sr. Presidente Renan.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Aécio Neves.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Social Democrata/PSDB - MG. Sem revisão do orador.) – Apenas para registrar que V. Ex^a, mais uma vez, cumpre aqui o entendimento firmado por vários dos Líderes desta Casa, em razão da importância daquilo que será submetido amanhã ao Plenário.

Portanto, faço coro com V. Ex^a convocando os Parlamentares para aqui estarem, solicitando de V. Ex^a, Senador Renan, que possamos iniciar um pouco mais cedo do que o habitual a Ordem do Dia amanhã. É um tema que mexe com a vida do Parlamento, com a vida da política brasileira, e certamente os debates serão muitos. Se V. Ex^a pudesse começar entre 16 horas e, no máximo, 17 horas, nós teríamos a garantia de encerramento ainda amanhã, em tempo razoável, desta proposta extremamente importante para a racionalização da vida pública no Brasil.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Eu quero dizer que aceito de bom grado a sugestão de encaminhamento do Senador Aécio Neves e que nós começaremos excepcionalmente a Ordem do Dia amanhã às 15h.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Com um item único da pauta.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito bem, Sr. Presidente, Ordem do Dia às 15h, amanhã.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sr. Presidente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES. Sem revisão do orador.) – Eu gostaria que V. Ex^a justificasse os meus votos nas votações anteriores. Em razão de uma agenda administrativa que tive acompanhando o prefeito eleito de Vila Velha, o Prefeito Max Filho, Deputado Federal, acompanhado também do Senador Magno Malta, eu não tive a oportunidade de votar nas votações anteriores. Mas se aqui eu estivesse, obviamente, estaria votando de acordo com o encaminhamento feito pelo Líder do meu Partido, o Senador Paulo Bauer. Peço a V. Ex^a, portanto, que justifique o meu voto nas votações anteriores.

É cumprimento V. Ex^a pela decisão em razão do apelo feito pelo Líder Aécio Neves para que nós possamos iniciar esse debate amanhã mais cedo, considerando a relevância desse tema para que nós possamos organizar o sistema político-partidário em nosso País e possamos incorporar racionalidade na representação político-partidária.

É o apelo que faço a V. Ex^a, registrando o meu voto nas votações anteriores.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sr. Presidente.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES. Sem revisão do orador.) – Pela ordem, Sr. Presidente, para registrar o meu voto.

Sr. Presidente, a exemplo do Senador Ricardo Ferraço, eu também estava numa agenda do Prefeito eleito de Vila Velha, Max Filho, com o Presidente da República. Mesmo assim, tive a oportunidade de ouvir uma parte e de assistir a outra parte, pela televisão, do registro que V. Ex^a fez dando conta dos seus mandatos à frente desta Casa, e cumprimento V. Ex^a. E o meu registro vai acompanhado desse registro em que V. Ex^a prestou conta, porque o homem público não faz nada mais que a sua obrigação em prestar conta daquilo que lhe é confiado.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Agradeço muito.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senadora Fátima Bezerra.



A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, apenas quero que V. Ex^a registre que, nas votações anteriores, segui a orientação do meu Partido em razão de que me encontrava no Conselho Nacional de Educação representando a Comissão de Educação aqui da nossa Casa, da qual sou Vice-Presidente.

É só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – A Ata registrará a manifestação de V. Ex^a.

A SR^a ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senadora Rose de Freitas. Senador Aloysio na sequência.

A SR^a ROSE DE FREITAS (PMDB - ES. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu queria fazer uma solicitação a V. Ex^a. Eu fiz um requerimento à Mesa para que pudéssemos fazer uma sessão especial em homenagem ao Professor Nota 10, que foi destacado no Brasil inteiro pelas suas atividades dentro da escola, pela produtividade das suas ações criativas em relação à educação, e ainda não foi deferido por V. Ex^a. É para que nós pudéssemos fazer uma sessão de homenagem a esse professor, que servirá de exemplo para muitos outros no Brasil.

Gostaria que V. Ex^a pudesse colocá-lo em votação ou despachá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu pediria a V. Ex^a que considerasse a possibilidade de incluir na pauta dos nossos trabalhos uma proposta de emenda à Constituição que foi apresentada pelo atual Governador do Distrito Federal quando Senador, o Senador Rollemberg, que recebeu aprovação da Comissão de Constituição e Justiça da Casa a partir de um relatório da Senadora Angela Portela.

O objetivo dessa proposta, Sr. Presidente, é incluir entre os direitos sociais que estão elencados no art. 6º da Constituição Federal – educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, lazer, segurança, Previdência, proteção à maternidade e à infância, assistência aos desamparados –, garantir algo que, no meu entender, é cada vez mais decisivo, vital para que as pessoas se inteirem do que acontece na sua cidade, no mundo, no seu País. É uma troca de opiniões. É um espaço para o debate público. É o espaço para mensagens de afeto. É o acesso à rede mundial de computadores.

O nosso atual Governador, então Senador, propôs a emenda constitucional de acrescentar o acesso à rede mundial de computadores em um país em que a exclusão digital ainda é, infelizmente, uma realidade. E eu penso que, diante dessa realidade triste, essa emenda constitucional não terá, por si só, o condão de mudar a realidade, mas, de qualquer maneira, é algo que coloca em evidência o empenho que tem o Senado e o Congresso Nacional em impulsionar o acesso à inclusão digital.

Peço a V. Ex^a que considere a possibilidade de incluir na Ordem do Dia dos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Faremos isso, Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Quero só aproveitar esta oportunidade aqui. Eu acabo de assinar o projeto de lei que altera a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, que dispõe sobre a política e as instituições monetárias, bancárias e creditícias, cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências, para limitar os juros de cartão de crédito.

Art.1º.....

.....

Art. 53-A O custo efetivo total de empréstimo concedido na modalidade de cartão de crédito não poderá exceder em duas vezes a taxa do Certificado de Depósito Interbancário.

E, ao mesmo tempo, a justificativa: O enriquecimento sem causa deve ser combatido continuamente. No que diz respeito aos juros do cartão de crédito no Brasil, o cenário hoje é extremamente favorável ao ganho fácil por parte dos bancos, pois a outra ponta, a do tomador de recursos, a do consumidor de serviços financeiros, está extremamente vulnerável e desprotegida.

A sociedade brasileira, Sr. Presidente, tem demonstrado elevada preocupação com a taxa de juro cobradas exorbitantemente.

De acordo com os dados divulgados pelo Banco Central, no cartão de crédito, as taxas atingem percentuais próximos de 480% ao ano para as concessões a pessoas físicas, e a 250% para empresas. Se considerarmos um CDI de 14% ao ano, a taxa máxima cobrada seria de 28% ao ano. Os bancos teriam um lucro bruto de 100% do custo captado. Portanto, o limite proposto é móvel e bastante amplo.



Portanto, teremos a oportunidade, Sr. Presidente, com esse Projeto de Lei Complementar, de uma vez por todas, para toda a sociedade brasileira, para aqueles que precisam do cartão de crédito e estão devendo aos bancos, que são explorados, são roubados e assaltados, que tenham um limite, no máximo, de 28%, que é o CDI. Ao mesmo tempo, com isso, haverá mais dinheiro para circulação, para consumo e para girar nossa economia.

Portanto, acabo de assinar o projeto, que já está na Casa. E espero que meus nobres colegas Senadores aprovem esse projeto de lei para ajudar o povo brasileiro.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senadora Lídice da Mata.

Voltamos à lista de oradores.

Com a palavra V. Ex^a.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje, durante a manhã e o início da tarde, Presidente, a CCJ e a CAE fizeram conjuntamente uma audiência pública para debatermos no Senado a PEC 55 (PEC 241 na Câmara).

Dois especialistas, economistas, vinculados ao Ministério do Planejamento e da Fazenda, se não me engano, e dois economistas que apenas participam do debate institucional e são professores de universidade, ambos, se não me engano, de São Paulo, participaram desse debate nacional, desta reunião extremamente produtiva, enriquecedora e especialmente esclarecedora.

Na minha opinião, Sr. Presidente, isso ficou muito claro. E eles quatro tiveram o mérito de ser extremamente sinceros em relação as suas posições, não deixando posicionamentos velados. Um deles, o Dr. Samuel, por exemplo, começa dizendo que, após a Constituição de 88, o Brasil começou a viver suas experiências negativas em economia. Ele dizia: "Viveu a hiperinflação." E é claro que esse posicionamento tem uma origem clara: a Constituição, chamada cidadã por Dr. Ulysses Guimarães.

E o PMDB, durante tantos anos, foi o partido que mais capitalizou a existência de uma Constituição com as características que teve a nossa Constituição, por ter sido a Bancada do PMDB a Bancada majoritária na Constituição e por ter sido liderada, coordenada, pelo grande Presidente da Câmara dos Deputados e Presidente daquela Constituinte, o centenário Ulysses Guimarães.

Durante muito tempo, o PMDB, portanto, trouxe para si o patrimônio de ter sido o grande partido promotor do consenso, ou melhor, do pacto nacional em torno da Constituinte. Esta Constituição é uma Constituição que tem raízes na ideia de que era possível um capitalismo nacional, de que eram possíveis regras de proteção ao capital nacional e de que era possível, portanto, garantir-se na Constituição o que lá está escrito até hoje, que são os direitos sociais. Por isso ela é cidadã? Não. Não apenas por isso, mas pela intensa participação popular, que fez com que ela se transformasse na Constituição que foi capaz de dar ao Brasil – digamos assim – um desenho de um projeto de Estado de bem-estar social para o seu povo.

E este momento constitucional é claramente negado por esse senhor, ao afirmar que, a partir da Constituição de 88, essas regras levaram a que o País vivesse a situação em que está. E defendia, como defendeu, a atual medida da PEC como a grande e única solução para nós enfrentarmos a situação que vive hoje o País, de grande e grave crise social, que, segundo ele, só tem uma saída, e essa saída passa necessariamente pela aprovação desta PEC, a PEC 55, que é uma PEC extremamente danosa à população brasileira.

E é danosa por quê? Porque, na verdade, quando, por diversas vezes, um deles falava que era preciso, que era necessária a PEC para focalizar, ele não dizia qual era o foco. O foco, na verdade, está dado: eles vão focar em parcela dos pobres brasileiros, em parte da pobreza brasileira, para tentar manter os direitos ou os benefícios sociais, deixando os outros à míngua. É isso que não se quer revelar e que está nas entrelinhas da PEC 55.

Não é possível dizer também, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que a PEC 55 altera claramente o processo democrático no Brasil, porque ela rompe o pacto nacional que foi capaz de viabilizar a Constituição de 88. Ela rompe esse pacto nacional. Ela entrega o coração do PMDB e coloca no corpo do PSDB. Ela faz com que o PMDB assuma o programa do PSDB e o imponha à Nação através da PEC, de cima para baixo, impedindo os próximos cinco Presidentes da República de discutir com a Nação brasileira sobre o seu pensamento para a saída da crise. Está-se cassando o voto do povo brasileiro por mais 20 anos, d'agora em diante.

Os Estados Unidos vivem, neste momento, a eleição presidencial considerada por alguns – ou quase todos os meios de comunicação – como o mais violento ou o mais virulento confronto entre duas posições. O que está a discutir cada um dos candidatos a Presidente dos Estados Unidos? Que rumo, que caminho deve ter aquele país na sua economia, nas relações internacionais, inclusive nas relações com os imigrantes, nas suas relações exteriores e assim por diante? Estão discutindo livremente, porque ninguém



colocou na Constituição dos Estados Unidos uma proposta de ajuste fiscal transitória e que está embutida na Constituição para fazer com que ninguém mais possa mudar o rumo da nação.

Também a Europa, hoje, vive um grande debate a respeito dos seus caminhos econômicos. Não fosse isso, nós não teríamos um plebiscito no Reino Unido que terminou fazendo com que aquele povo rejeitasse o Mercado Comum Europeu, com sérias, graves consequências para a economia do Reino Unido, no entanto, sem retirar do povo a decisão sobre os caminhos que o país deve traçar.

Aqui no Brasil não! O que se pretende com a PEC 55 é cassar o direito do povo brasileiro de escolher que caminho ele vai traçar para sua economia a partir de agora.

Reuniram-se no Governo Federal aqueles que impediram o mandato da Presidente Dilma e colocaram uma espada na cabeça do Presidente – que é do PMDB –, para que ele traísse os compromissos do seu partido, ele traísse os compromissos de um partido que foi responsável, ao longo da história do Brasil, por desempenhar o papel de centro democrático, de negociador entre posições diversas e passasse a aderir ao projeto de um partido que hoje, claramente, tenta implantar no Brasil um projeto neoliberal de Estado mínimo. E não se dá a ninguém mais o direito de discordar.

A Câmara aprovou quase sem debate essa PEC, e o Senado quase quis impedir que aqui nós tivéssemos esse debate.

Nós fomos até o Presidente, em comissão, para pedir que houvesse sessões especiais, para pedir que houvesse audiência pública. Mesmo assim, na audiência pública, tivemos pouca presença de Senadores do Governo, porque era preciso dar pouco tempo a essa discussão que é central para a vida do povo brasileiro hoje – refiro-me à discussão da PEC.

Não me venham com essa história de que só existe a PEC como caminho para tratar da crise pela qual a economia passa hoje no Brasil. Aliás, ficaram claros, na audiência pública, diversos outros caminhos que são possíveis para aumentar a receita, para combater, para efetivamente fazer uma reforma tributária, uma reforma fiscal, um novo projeto, um novo modelo fiscal para o Brasil que não fosse a permanência dos privilégios de alguns e a manutenção daqueles que mais precisam na dependência do Estado brasileiro.

Chegou a dizer alguém que a PEC tratava de um projeto que era o único caminho e que ele tinha que ser por 20 anos, porque, se não fosse por 20 anos, um deles achava que, em dez anos, esse assunto não estaria resolvido. Ou seja, alguns poucos técnicos reunidos na Secretaria da Fazenda substituem a representação do povo, substituem o povo brasileiro e decidem qual é o melhor caminho a seguir para a economia. É aquela velha história: parece que nós voltamos ao tempo dos déspotas esclarecidos, que, com o seu conhecimento, achavam que podiam dirigir os destinos da nação.

Eu quero dizer, caro Senador, que sinto que esta PEC encerra a vida do seu partido, o PMDB; encerra a vida do PMDB com a função que o PMDB teve na história política desta Nação; subordina o PMDB ao compromisso econômico neoliberal do PSDB, que não é o PMDB, que não tem a formação, que não teve o papel que teve o PMDB na Constituição deste País, na Constituinte, nem é herdeiro daquele papel central que o PMDB desenvolveu.

Portanto, eu sinto muito que o PMDB tenha se prestado a esse papel, neste momento político, ao papel de se suicidar, assumindo um programa de governo que não é seu, para, como consequência, em dois anos, acabar o Governo de Michel Temer, do PMDB, e entregar – quem sabe – a bola da vez para um governante de outro partido, porque certamente não será o PMDB a alternativa política que surgirá das urnas, depois de comandar esse processo que é de verdadeira camisa de força sobre a economia do Brasil.

O caminho que esta PEC apresenta é o caminho que levará à diminuição dos recursos da educação e da saúde, daquilo que hoje já está tão precarizado na vida nacional, daquilo que é a prioridade da agenda do povo brasileiro: a saúde, que vai passar a receber menos recursos com esta PEC no seu desenvolvimento.

Eu quero ver o que dirão a Câmara dos Deputados e o Senado Federal, se votarem essa proposta, daqui a um ano ou dois, aos prefeitos e governadores que vivem do Fundo de Participação dos Estados, que vivem do Fundo de Participação dos Municípios, com uma PEC que é incapaz de responder à necessidade de crescimento da economia brasileira e que, portanto, vai manter baixo o índice de receita e de capacidade, portanto, de repasse aos Estados e Municípios.

Estranho que alguns que se dizem defensores do municipalismo possam apoiar uma PEC tão danosa às receitas municipais e estaduais! É realmente voltar a ter que debater nesta Casa, com um receituário de Estado mínimo neoliberal, com um receituário que indica que devemos apenas estar voltados para o corte de receitas. Eles só falam em corte, eles só falam em Estado mínimo. Eles não falam nos milhares de famintos que este País deixou de ter e que vai voltar a ter!

Eles não falam na economia nordestina, porque agora é fácil chegarem aqui os economistas do Ministério da Fazenda, para dizer que houve um excesso de renúncia fiscal. Eu também acho que houve. Fui



crítica do excesso de renúncia fiscal do governo da Presidente Dilma, mas a Presidente Dilma fez isso – e eu me lembro bem – com o aplauso de muitos Senadores, especialmente do Sul e do Sudeste, porque a Fiesp vinha aqui para esta Casa e para o Congresso Nacional. O Presidente da Fiesp quase chorando no Conselho de Desenvolvimento Social, para dizer que, ou se concedia a renúncia fiscal para as empresas, para as fábricas e para a indústria de São Paulo, ou então o País não tinha como crescer, ou então era o fim da industrialização do País.

Foi essa mesma Fiesp que, aliás, nunca deu a menor importância à industrialização do Nordeste; que nem uma vírgula de esforço faz ou tem para pensar a vida do conjunto do Brasil; que, no dia seguinte após conquistar essa renúncia fiscal, que tanto a beneficia, não transformou tal renúncia conquistada em manutenção de emprego nem em garantias de salário, mas sim em aumento do seu próprio lucro, para ir à porta do Congresso Nacional exigir o *impeachment* da Presidente e para gastar dinheiro, pagando anúncio nos principais jornais do Nordeste brasileiro, para agradecer o voto dos Deputados do Nordeste, a fim de garantir o seu próprio enriquecimento.

É uma coisa impressionante que a Federação das Indústrias de São Paulo seja grata aos Deputados do Nordeste que votaram para beneficiar a si mesmos, e não ao povo nordestino. Digo isso porque essa PEC, que vai incidir de forma tão perversa sobre a vida do povo brasileiro, certamente, Senadora Fátima Bezerra, vai atingir muito mais o povo nordestino e o povo do Norte deste País, que já, há muitos anos, vem enfrentando, com tanta dificuldade, as possibilidades do seu desenvolvimento.

Hoje, com esse receituário neoliberal, com esse receituário que amordaça o crescimento do nosso País, que o coloca sob a direção de apenas um Ministro da Fazenda, que decidiu que é um despota esclarecido, que sabe mais do que o conjunto do País, tomou para si a representação do povo brasileiro, que, aliás, não lhe deu nem um voto, nem aos diversos técnicos do Ministério do Planejamento, para falar em seu nome. Por isso, aliás, sou parlamentarista, diferente de muitos companheiros, inclusive da esquerda, concordando com outros da esquerda e da direita.

Sr. Presidente – e já vou lhe conceder um aparte, Senadora –, quero deixar aqui a minha decisão, que já existia antes, mas que, a partir do enriquecimento do nosso debate, eu pude ter mais convicção ainda de que é preciso dizer não a uma PEC que trará, como consequência, tanto sofrimento ao nosso povo. Sem dúvida nenhuma, está claro, que essa PEC não manterá os aumentos, hoje possíveis, do salário mínimo para o trabalhador brasileiro, mas ela não fala, em nenhum minuto, em mexer com a renúncia fiscal, em mexer com os beneficiamentos dos grandes empresários nacionais, das grandes fortunas deste País. Em nenhum momento, ela pretende fazer isso. Ela pretende apenas o ajuste fiscal por 20 anos, que retira o povo brasileiro...

(Soa a campainha.)

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – ... do debate sobre os seus próprios destinos e retira a possibilidade de os próximos candidatos a Presidente da República discutirem um novo caminho para o Brasil.

Senadora Fátima Bezerra, concedo-lhe um aparte.

A Sr^a Fátima Bezerra (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senadora Lídice, primeiro, quero aqui cumprimentá-la pelo importante pronunciamento que V. Ex^a faz, pelo desabafo, pelo grito que V. Ex^a traz hoje para a tribuna da nossa Casa, o grito que expressa todo o seu descontentamento, o seu inconformismo, a sua revolta, diante do que está acontecendo no nosso País. Eu, assim como V. Ex^a, participei da audiência na CCJ sobre a PEC 241, agora 55. Aliás, a única audiência pública que haverá aqui, no Senado, sobre uma matéria tão importante, uma matéria tão relevante...

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Já houve várias.

A Sr^a Fátima Bezerra (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... uma matéria que vai impactar o presente e o futuro da vida de milhões de trabalhadores, da vida do povo brasileiro, porque...

(Interrupção do som.)

A Sr^a Fátima Bezerra (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Presidente, o som aqui para mim, por favor. Senadora Lídice, acho que a CNBB definiu muito bem o olhar dela sobre essa proposta de emenda à Constituição, que quer estabelecer, instituir um novo regime fiscal, o congelamento de gastos por 20 anos, portanto, com redução drástica de recursos para as áreas sociais, com teto para as áreas sociais. Entretanto, teto para as despesas financeiras não existe. O céu é o limite...

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – O céu é o limite para pagar os juros da dívida.



A Srª Fátima Bezerra (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... para pagar os juros da dívida. Por isso que a CNBB colocou claramente que essa PEC escolheu exatamente os mais pobres, os trabalhadores, para pagar a conta do suposto descontrole fiscal, da desorganização da economia, repito, na medida em que são exatamente os trabalhadores e o povo mais pobre deste País que serão penalizados com o congelamento, com a redução drástica de recursos para as áreas sociais. Enquanto isso, os juros para pagamento da dívida pública continuam aí, exatamente liberados; enquanto isso, o andar de cima permanece intocável. Nenhuma medida com relação ao sistema tributário regressivo que nós temos; nenhuma medida, por exemplo, para a taxação de grandes fortunas, grandes heranças, dividendos, grandes lucros das empresas. Não! Não! O chicote está sendo dado no lombo, nas costas dos trabalhadores e do povo pobre deste País. De que forma? Quando eles vão, por 20 anos, se a PEC for aprovada, anular uma das maiores conquistas que nós tivemos, que foram as chamadas vinculações constitucionais. Ou seja, garantir piso mínimo para a educação, como 18% que a União é obrigada a aplicar, piso mínimo na área da saúde, piso mínimo na área da assistência social. A PEC simplesmente anula todo o período, toda a regra de vinculação constitucional, a ponto, Senadora Lídice, de projeções já terem sido feitas por especialistas quando mostram que, com a desvinculação constitucional, nós vamos sair dos atuais 18% – que é o que a Constituição no mínimo prevê, embora o governo Dilma já tenha investido mais de 23% –, para daqui a oito anos, cairmos para um patamar de 13%, 14%. E aqui eu concludo dizendo o seguinte: e o Plano Nacional de Educação? Como fazer para colocar 3,8 milhões de crianças de zero a três anos nas creches? Como fazer para garantir a educação em tempo integral? Como fazer para garantir o acesso a 1,6 milhão de jovens que precisam adentrar na educação profissional e tecnológica? Como fazer para sair dos atuais 17%, que é a taxa hoje dos estudantes em idade escolarizável ao ensino superior, e sairmos dessa taxa de 17% para 33%, como preconiza exatamente o Plano Nacional de Educação? Como fazer, Senadora Lídice, para avançar na Meta 17 do Plano Nacional de Educação...

(Soa a campainha.)

A Srª Fátima Bezerra (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... que prevê, nesses próximos seis anos, a implementação do novo piso salarial do magistério? Então, na verdade, nós não estamos aqui tratando de uma agenda qualquer. É uma agenda decisiva e estratégica para qualquer projeto de nação que se pretenda ser generosa, inclusiva, distribuidora renda, geradora de emprego. Por isso, Senadora, nós temos que continuar aqui firmemente, resistindo, lutando até o fim contra essa proposta, porque ela é por demais nociva aos interesses da maioria do povo brasileiro. E nunca é demais repetir que certamente um pacote de maldades desses, uma crueldade como essa PEC 55, com tanta desigualdade, com tanta injustiça que ela simboliza, uma PEC dessa só poderia hoje estar aqui sendo objeto porque vem de um Governo que não tem legitimidade popular, que não tem um voto sequer. Vem de um processo que violou a soberania do voto, a soberania popular. Só isso explica, repito, uma insanidade, uma medida tão desumana como essa ser hoje objeto de debate no Congresso Nacional. Congratulo-me com V. Exª e vamos continuar sintonizados com as ruas, nos locais de trabalho, vamos continuar resistindo...

(Soa a campainha.)

A Srª Fátima Bezerra (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... e lutando contra a PEC 55.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Conclua, Senadora Fátima.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Muito obrigada, Senadora. Eu quero incorporar inteiramente o aparte de V. Exª.

Para finalizar, digo que eu espero que esse debate prossiga, que nós tenhamos condições de levar a mais e mais homens e mulheres deste País a discussão a respeito da PEC 55. Que o povo brasileiro não se engane, será a PEC... Hoje o Presidente já fez o apelo para a reforma da Previdência, que, pelo que já está nos jornais, vai fazer com que aquele pequeno que recebe salário mínimo também volte a pagar e a contribuir com a Previdência. Vai continuar no seu caminho de reforma trabalhista e vai continuar, portanto, no rumo do receituário neoliberal...

(Soa a campainha.)

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – ... contra o direito do trabalhador, os direitos sociais, que é o que está se tentando fazer, como receituário no mundo inteiro.

E não venham com essa história de que, na França, foi assim, até porque o Estado de bem-estar social da França é profundamente mais avançado do que no Brasil. As condições de vida de um trabalhador francês



não se referem realmente, não têm comparação com a do trabalhador brasileiro. E, ainda assim, é uma traição o que um governo que se diz de partido socialista proponha à nação, como propôs agora o François Hollande, na França. Nós vamos ver o que vai significar para a economia daquele país, cada vez mais voltada para as crises insolúveis, sem conseguir dar conta da necessidade que tem de fazer com que a grande parte dos imigrantes que vieram das antigas colônias...

(*Interrupção do som.*)

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Não à PEC 241 e 55.

O povo brasileiro cobrará, sem dúvida, em muito pouco tempo, de cada um dos senhores que votar a favor daquilo que vai ser extremamente danoso à vida do povo brasileiro, especialmente no Nordeste e no Norte deste País.

Muito obrigada.

(Durante o discurso da Sr^a Lídice da Mata, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. José Medeiros.)

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Sr. Presidente, eu queria registrar meu voto “sim” na votação nominal que ocorreu, já que eu não estava presente. Portanto, eu gostaria de registrar o meu voto “sim”. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – A Mesa registrará.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Fale, Corregedor.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC. Sem revisão do orador.) – Presidente, José Medeiros, quero primeiramente parabenizá-lo por V. Ex^a estar comandando hoje os trabalhos da Mesa. Eu queria também justificar meus votos. Nas votações anteriores, votei “sim”.

Eu estava, em meu gabinete, recebendo lideranças sindicais, o Sr. José Calixto Ramos, que é da CNTI. Ontem estivemos em São Paulo, conversando com o Presidente da UGT, Ricardo Patah, sobre o nosso projeto, que V. Ex^a apoia, que trata sobre a contribuição sindical, para acabar com esse negócio de obrigatoriedade da contribuição sindical. Se é contribuição, não é obrigado.

Esse é um debate que nós queremos fazer com muita tranquilidade. Não tenho interesse nenhum em prejudicar as centrais. Agora, não pode ficar é como está. O Brasil passa por um momento de dificuldades. Para o senhor ter uma ideia, Presidente, o Senado colocou o nosso projeto no Portal do Senado e pediu para que a população se manifestasse. Mais de 50 mil pessoas já se posicionaram a favor do projeto e apenas 700 pessoas disseram que são contra o projeto.

Então, fica aqui o meu apelo, convocando todos os Senadores, para que nós possamos nos engajar nessa luta e, se Deus quiser, encontrar uma melhor medida, porque, como está, não pode ficar. Esse negócio de imposto sindical obrigatório não pode ser. Se o trabalhador quiser dar o seu salário todinho, que ele dê, mas ele não pode ser é obrigado a contribuir.

Justifique minhas faltas, Presidente, por favor.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – A Mesa registrará os votos do Senador e, com a aquiescência da Senadora, porque ela está com a palavra...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES) – Senadora Rose.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – ... teremos a fala do Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Moderador/PR - ES. Sem revisão do orador.) – Senadora Rose, que é a Líder do Governo no Congresso Nacional, quero fazer um registro e não sei se... Com esse meu registro, vou tirar parte do discurso dela. É até para fazer um contraponto com o discurso da nossa colega que saiu da tribuna dizendo que o povo brasileiro não vai perdoar quem votar nessa PEC.

Eu quero saber qual povo brasileiro. É esse mesmo povo que os enxotou pela porta dos fundos na eleição agora? Então, é muito pouca gente, porque o povo os mandou sair pela porta dos fundos, derrotou-os de maneira esmagadora, essa esquerda esquerdopata, perdulária. Estão falando em 20 anos. Eles levaram 13 anos para destruir o Brasil. Na verdade, tinham que levar 130 anos para reconstruir o que eles fizeram em 13.

É igual, Senadora Rose, a uma história de um cidadão que pega a casa dele, dá para um amigo tomar conta, viaja com os oito filhos e diz: “Olha, tem um dinheirinho debaixo do colchão aí, que eu deixei guardado. Minha casa está arrumadinha.” Voltou, a casa não tinha porta, não tinha telhado, roubaram a geladeira, o



dinheiro não estava mais debaixo do colchão e o nome dele estava endividado. Ele chamou os filhos e falou: "Olha aí, não tem telhado, não tem nada na nossa casa. Acabaram com tudo." Os vasos estavam entupidos. "Acabaram com tudo. Para eu reconstruir essa casa, meus filhos, vocês não vão tomar mais Danone, não tem mais internet, não tem mais videogame, não tem escola particular, porque eu só ganho R\$2 mil. É R\$1 mil para comer e R\$1 mil para pagar as contas. Isso vai levar dez anos." O menino chorou: "Mas, pai, dez anos?" Ele falou: "É, ou, então, nós vamos morar no tempo." Esse cara é a figura do PT – destruiu a casa. Agora, eles estão dizendo assim: "Está vendo? Vai cortar a internet dos meninos. Pobrezinhos dos meninos, não vão nem tomar iogurte mais nem vão jogar mais videogame. Isso é uma covardia." Covardia é o que vocês fizeram com a Nação brasileira.

Quando eu escuto esse tipo de discurso: "Ah, vai cortar da educação"... Acabou a eleição, Dilma cortou R\$15 bilhões. Acabou a eleição, ela contou R\$15 bilhões da educação, R\$10 bilhões da saúde. "Vai tirar de educação e saúde." Eu gostaria que até algum deles levantasse um microfone para poder contraditar. Contraditar o quê? O povo não vai perdoar. Que povo? Que mandaram vocês saírem pela porta dos fundos no processo eleitoral? Engana-me que eu gosto ou, então, morde aqui para ver se sai leite.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Com a palavra a Senadora Rose de Freitas.

A SR^a ROSE DE FREITAS (PMDB - ES. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, quero só lembrar que sobre a mesa há um requerimento, ainda para homenagear o Professor Nota 10, que foi destaque no Brasil inteiro pela forma criativa, incentivadora e de união, até, entre o corpo docente e os alunos. Ele foi destaque nacional, recebendo o prêmio, inclusive, em São Paulo. Eu pediria a V. Ex^a para colocar o requerimento...

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Se V. Ex^a quiser, eu já faço agora.

A SR^a ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Em sessão anterior foi lido o Requerimento nº 792, de 2016, da Senadora Rose de Freitas e outros Senadores, solicitando a realização de Sessão Especial no dia 10 de novembro, destinada a homenagear os "Professores nota 10", em especial o professor Wemerson da Silva Nogueira, da Universidade Federal do Espírito Santo.

Em votação o requerimento.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

Aproveito, Senadora, para ler este outro requerimento aqui.

Requerimento nº 811, de 2016, da Sra Kátia Abreu, solicitando aditamento ao Requerimento nº 780, licença dos trabalhos da Casa para representar o Senado Federal na COP 22, anteriormente concedida no período de 12 a 18 de novembro de 2016, para os dias 12 a 20 de novembro do mesmo período.

Comunica que, nos termos do art. 39, inciso I, do Regimento Interno, estará ausente do País no mesmo período. (**Requerimento nº 811/2016 - Vide item 2.1.9 do sumário**)

As Srs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

Com a palavra a Senadora Rose de Freitas.

A SR^a ROSE DE FREITAS (PMDB - ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu agradeço e digo que é muito importante aqui, como autora, ao lado da Senadora Ana Amélia, que nós venhamos registrar que essa luz que ilumina o Congresso Nacional brasileiro desde o dia primeiro deste Novembro Azul é um gesto de mobilização popular, de conscientização, representado por este Parlamento, e que tenho certeza de que vai, assim como o nosso Outubro Rosa, demonstrar ao País a preocupação, a luta pela vida, o simbolismo da esperança de muitos homens e o alerta dos Parlamentares do Congresso Nacional, também alertando todas as mulheres, que estão empenhados na luta da prevenção e combate do câncer de próstata. Todos enlaçados pelo laço azul, que mundialmente representa a causa que aqui nós aprovamos.

O Novembro Azul, Sr. Presidente, destaca, exatamente, o fomento de ações que venham despertar o interesse das pessoas em buscar a prevenção, ainda com um certo preconceito a ser tratada publicamente, e a iniciativa que, muitas vezes, fica restrita ao sentimento ou à chamada que o médico tem que fazer sobre o seu paciente sobre a necessidade de buscar a prevenção e ter um diagnóstico que precocemente possa falar e prevenir sobre esse tipo de câncer.



Era isso que eu queria dizer.

Mas eu queria dizer também que é preciso ir além da questão da consciência que eu, já em outras oportunidades, frisei aqui, que é relevante: nós precisamos chegar à prática do exame; o exame para a saúde masculina, especialmente a partir dos 50 anos, e que agora já se passa a alertar que não somente a partir dos 50 anos, porque casos estão sendo registrados a partir de 40 anos.

Um dos principais problemas é que o homem descobre muito tarde essa doença – muito tarde! – muitas vezes por conta dessa resistência que ele tem em fazer um exame que é simples. Agora, com toda a campanha que está sendo feita, ele quer fazer somente o PSA, e esse exame do PSA não é suficiente. Ele sozinho não vai dar o diagnóstico necessário para que o médico possa identificar, ainda bem precocemente, o câncer. É preciso fazer o exame de toque, que, aí sim, junto com o PSA, vai, com precisão, identificar a doença.

O Instituto Nacional do Câncer fez um alerta importante e participou conosco, quando nós aprovamos essa lei aqui na Casa, participou de todos os atos, de todos os debates, mostrando à população que o câncer de próstata é o segundo mais incidente entre os homens, ficando atrás apenas do câncer de pele, que em algumas regiões no Brasil causa uma situação extremamente grave. Ele é ainda mais delicado quando se constata que cerca de três quartos dos casos no mundo afetam homens a partir dos 65 anos, um índice alarmante.

Eu ainda queria dizer que, de acordo com o Inca, no Brasil, o aumento dos casos pode ser explicado pela evolução dos métodos de diagnóstico, pela melhoria da qualidade do sistema de informações, que é o que nós estamos fazendo aqui com o alerta do Novembro Azul. Exatamente pelo aumento da expectativa de vida, as pessoas se preocupam menos em fazer esse exame, em procurar um médico, em sanar as suas dúvidas e, sobretudo, em abandonar o preconceito. O preconceito a lutar para preservar a sua vida não é uma atitude inteligente.

Somente no ano de 2016, estima-se que serão diagnosticados 61,2 mil novos casos, Senador Aloysio, da doença no País, ou seja, 28,6% de novos casos. Em 2014 e 2015, foram 68 mil novos casos. Em 2014, 70% dos diagnósticos de câncer em homens brasileiros eram na próstata. Esses números precisam estar na cabeça de cada um. Para termos uma ideia do que estamos falando, no ano anterior, em 2013, o Inca confirmou a morte de nada menos do que 13.772 pacientes por câncer de próstata.

Médicos especialistas alertam que alguns tumores podem crescer rapidamente, o que compromete os demais órgãos do corpo, podendo levar até à morte. Por outro lado, boa parte desses tumores cresce lentamente e leva até 15 anos para atingir apenas 1cm, sem apresentar qualquer sinal, qualquer incômodo, durante a sua vida, o que pode não representar uma ameaça à saúde do ponto de vista pessoal. Nunca é bom esperar!

Por isso, estou nesta tribuna para registrar dados importantes, como os do Centro de Referência da Saúde do Homem, no Estado de São Paulo, por exemplo, Senador Aloysio – Estado mais rico da Nação –, que revela que 60% dos homens só procuram tratamento quando a doença já está em estágio avançado. Isso em São Paulo, onde a notícia é farta, os meios de comunicação, onde a metodologia da informação está ao alcance de todos e em qualquer lugar.

Um estudo científico apresentado em 2013 e 2014 pelo médico uro-oncologista Sergio Riguete Zacchi, Mestre em Saúde Coletiva pela Universidade do Espírito Santo (Ufes), revelou que o Espírito Santo, meu Estado, encontra-se entre os sete Estados brasileiros com a maior incidência de câncer de próstata, com estimativa de 1.580 casos de câncer de próstata por ano, refletindo uma taxa de incidência de 88,72% em cada 100 mil habitantes.

Na capital do Estado, Vitória, presume-se, Senador, que essa taxa seja de 107,21 a cada 100 mil habitantes, correspondendo a 170 casos.

Pesquisas mostram que cerca de 6 em cada 10 casos são diagnosticados antes dos 40 anos de idade, com homens com mais de 65 anos, e, agora, raramente, como citei antes, já se encontra na faixa dos 40 anos de idade.

O exame físico que citei há pouco, que sofre maior resistência e maior preconceito, também conhecido como exame de toque, dura de 10 a 15 segundos. Não há nenhuma justificativa. Não há porque ter vergonha, preconceito ou criar algumas histórias na cabeça de que aquilo afeta a masculinidade de alguém. Esse exame é indispesável. É preciso consultar o médico, procurá-lo para diagnosticar se não existem lesões que precisam ser observadas e acompanhadas de perto.

Por isso, a conscientização de que estamos falando sobre a gravidade da doença é muito importante, é necessária, Sr. Presidente, para acabar com esse preconceito ainda existente na sociedade. Ainda existem muitos homens que, apenas com a menção ao exame, reagem um pouco raivosamente, dizendo que jamais o farão. De acordo com a Sociedade Brasileira de Urologia, estima-se que 25% dos doentes portadores do câncer de próstata ainda morrem devido à doença, o que equivale a dizer que essas pessoas não vão ao



médico, não fazem o exame e resistem, até a sua própria morte.

Outros 20% dos portadores de doenças são diagnosticados em estado avençado, o que citei como sendo o que gera o óbito, porque quando se chega ao médico já não é mais possível fazer o tratamento, só restando a internação e o diagnóstico final.

Apesar do declínio citado e percebido nas últimas décadas, principalmente por conta de políticas de rastreamento da doença que ainda não têm a divulgação que merecem, a maior conscientização na população masculina se faz absolutamente necessária.

É preciso também que as mulheres conheçam do assunto para que tenham a oportunidade de tratar do assunto em família, perguntando a seu pai, a seu esposo, a seu filho a respeito.

Portanto, quero dar esta contribuição que estou dando agora. A contribuição de quando aprovamos a lei, divulgamos e começando a fazer em Brasília essa campanha. E hoje, nacionalmente, tive até a oportunidade de ver no Jornal Nacional a divulgação da importância de se fazer o exame.

Temos essa vontade de que tudo isso cresça na proporção necessária, para a conscientização das pessoas, não apenas dos homens, mas de todo País, desta Casa, do Brasil, com a participação das mulheres, filhas, mães, avós. Que todas as companheiras não deixem que seus maridos, companheiros, irmãos abracem o preconceito; que eles tenham vontade de preservar a vida e, jogando esse preconceito fora, tenham vontade de vencer, vencer a doença, vencer a resistência e fazer o exame.

A prevenção, como já está escrito em todos os lugares, é o melhor remédio para todos os males, principalmente para esse. E cabe a todos nós fazer a nossa parte em busca da qualidade de vida.

Eu quero registrar também que há o compromisso, que deve ser público e deve estar dentro do Poder Executivo, nas administrações, de estar todo dia procurando motivação para colocar esse assunto não só nas faculdades, como também nas comunidades, como também nos postos de saúde o material ao alcance das pessoas para que elas possam falar: "Câncer de próstata: precisamos tocar nesse assunto". Essa é a nossa campanha. Não há por que nós nos omitirmos.

E eu ocupo esta tribuna, Sr. Presidente, exatamente para lembrar que as luzes do Congresso Nacional estão acesas. Espero que todos os Parlamentares desta Casa possam levar para os seus Estados essa campanha e conscientizar a população do risco que se corre ao não prestar atenção aos exames que têm de ser feitos, tanto o de toque, como o exame PSA, que é o exame de sangue, para que se possa detectar essa doença o quanto antes e, assim, salvar a própria vida.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Parabéns, Senadora Rose de Freitas, por esse alerta, um alerta importante, porque muitas pessoas acabam perdendo a vida por não observarem, não fazerem o exame preventivo. Realmente, já passou da hora de perder-se esse preconceito e de ater-se à saúde masculina também.

Com a palavra o Senador Wellington Fagundes, pela Liderança do Partido da República (PR).

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Senador José Medeiros, companheiro do meu Estado, eu quero aqui, fazendo uso desta tribuna, fazer um registro muito triste para mim e também para toda a minha família. Tenho certeza de que V. Exª também, que é de Rondonópolis, sofreu por aquilo que vou registrar, que foi o falecimento de um dos homens mais íntegros que já conheci na minha vida.

Trata-se de Lamartine da Nóbrega, ex-funcionário da Receita Federal que chegou a Rondonópolis, a minha cidade natal, ainda na década de 1960, transferido do Mato Grosso do Sul. Ele, que foi nascido em Xapuri no Acre, chegou a Rondonópolis quando a cidade ainda era muito carente de infraestrutura, mas não desanimou, enfrentou todas as adversidades e estruturou, naquela cidade, uma família que hoje se dedica a honrar o nome de Rondonópolis como uma das cidades que mais cresce no Brasil.

O Sr. Lamartine era apaixonado por política e dividiu, naquela época, essa paixão com meu pai, João Baiano, de quem era muito amigo desde a sua chegada a Rondonópolis, tanto que chegou a disputar uma eleição para prefeito em 1988 pelo PDC (Partido Democrata Cristão).

O Sr. Lamartine costumava andar pela cidade, na sua Belina verde, cumprimentando a todos e...

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Buzinando.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – ... buzinando em todas as esquinas.

Gostava de dar conselhos aos mais novos. Eu mesmo, Sr. Presidente, fui privilegiado com vários desses conselhos, inclusive quando iniciei minha carreira política no começo dos anos 1990. Ele foi uma das pessoas que esteve comigo andando nos bairros, conversando com as pessoas, junto com meu pai, João Baiano, mostrando para as pessoas que ali poderia nascer uma liderança política.

E avalizando também o meu nome para aquelas pessoas que ainda não me conheciam, apesar de



ter nascido em Rondonópolis, mas fui estudar fora, e, logo quando voltei, ele foi uma das pessoas que me incentivaram muito para que eu fosse candidato a Deputado Federal. E foi o meu primeiro desafio, aliás, antes disso, também como Presidente da Associação Comercial e Industrial de Rondonópolis. O Sr. Lamartine foi uma das pessoas que a gente chama de general eleitoral. Ele foi lá, no meu comércio: "Olha, Wellington, precisamos soerguer a associação comercial. Você é jovem, está começando, tem que também enfrentar esses desafios". Daí foi o meu primeiro passo, como Presidente da Associação Comercial e Industrial de Rondonópolis, depois veio a candidatura como Deputado Federal. E ele me incentivando, me acompanhando e me orientando principalmente.

Quero aqui dizer também, Sr. Presidente, que outra paixão do Sr. Lamartine era o futebol. Ele foi o fundador do União Esporte Clube, time ao qual dedicou muitos anos de sua vida, esperando aproximadamente 37 anos para ver o União Esporte Clube campeão do Estado de Mato Grosso. Mas ele estava lá, sempre presente, ajudando. Inclusive, também foi um dos primeiros a me visitar na minha empresa, a AgroBoi, para que eu fosse o primeiro patrocinador, aliás, a empresa fosse a primeira patrocinadora do União Esporte Clube, colocando o nome da AgroBoi, então, na camiseta do União. E o Sr. Lamartine: "Olha, tem que investir no esporte, porque o esporte também é a forma de você trazer mais qualidade de vida à população".

Na verdade, o Sr. Lamartine começou ainda atuando no esporte amador, que era composto por vários times de diferentes bairros da cidade. Ele foi em cada um desses times, procurou um, ele mesmo sendo técnico, para escalar, escalar também o novo time profissional que surgia na cidade, que era o União Esporte Clube: praticamente uma seleção da cidade, todos os jogadores amadores, daí surgindo o União Esporte Clube. O União é hoje um dos poucos times de Mato Grosso que nunca deixaram de participar de um campeonato estadual, claro, isso incentivado pelo Sr. Lamartine, que, até pouco tempo também – sempre foi membro do Conselho –, até agora há pouco, já nos seus últimos dias, ainda adoentado, ele participava do conselho deliberativo do União Esporte Clube.

E ele também era uma pessoa atuante na sociedade, em todas as áreas. Como Presidente do Rotary Club, foi um dos incentivadores para começar a construção da Santa Casa de Misericórdia de Rondonópolis, junto com o Beda e tantos outros, o meu cunhado, que também já faleceu, o Dr. Wanderley. Eu me lembro do lançamento da pedra fundamental. Lá estava o Sr. Lamartine incentivando as pessoas inclusive a ajudarem a doar financeiramente, para iniciar a construção da Santa Casa de Misericórdia, que hoje é um dos grandes hospitais da região sul de Mato Grosso, que serve inclusive como base para o curso de medicina que criamos há pouco tempo.

Hoje, em Rondonópolis, a universidade federal já tem o curso de medicina – aliás, uma luta nossa, com o apoio de V. Ex^a. Espero que, ainda este ano, possamos concluir a aprovação do projeto de criação da universidade federal da região sudeste de Mato Grosso, com sede em Rondonópolis, que é o *campus* mais antigo. Esse projeto está tramitando, já na fase final, na Câmara dos Deputados. Aqui, no Senado, haveremos de trabalhar os três Senadores – eu, V. Ex^a, o Senador Blairo, que hoje é Ministro, mas, com certeza, também apoiou – e estaremos apoiando aqui também para a criação da universidade.

Por isso, quero aqui registrar, mais ainda, aqui já praticamente ao final do nosso pronunciamento, essa homenagem ao Sr. Lamartine, e dizer que uma das paixões do Sr. Lamartine foi a sua esposa, D. Adela Negrette da Nóbrega, uma boliviana que ele conheceu lá em Santa Cruz. E ele me contava isso: olha, fui lá na Bolívia, em Santa Cruz, para conhecer a minha paixão, a D. Adela, a minha querida Adela. E com ela formou uma grande família, uma família com cinco filhos, 11 netos e 17 bisnetos.

Eu quero registrar também, já faleceu, uma das lideranças mais importantes, que era genro do Sr. Lamartine, o nosso companheiro Clóvis Balsalobre de Queiroz, que também participou muito da minha vida. Portanto, toda família do Sr. Lamartine teve parte nisso.

Da minha parte, espero que os exemplos de integridade e dedicação ao esporte, à política e à família, sejam seguidos por todos nós, que ainda temos muita coisa a construir em benefício da nossa cidade, nossa querida Rondonópolis, do nosso Estado e do nosso País.

E quero também dizer que o Sr. Lamartine foi chefe da Receita Federal da nossa cidade, Rondonópolis, por mais de 25 anos, uma pessoa íntegra estando à frente da Receita Federal, sempre, não a punir, não para procurar a punição, mas, sim, aconselhando os comerciantes. Tanto é que ele era um membro ativo da associação comercial, presente lá, sendo o chefe da Receita Federal da cidade.

Por isso, quero aqui deixar os meus pêsames a toda a família e a todos os amigos que ele construiu na nossa cidade.

Infelizmente, Sr. Presidente, quero aqui também, temos que registrar ainda, falando em futebol, o passamento também, o nosso Estado perdeu agora o ex-Presidente da Federação Mato-grossense de Futebol, Carlos Orione. Ele era advogado, natural de Guiratinga, cidade bem próxima ali de Rondonópolis, na região



sudeste. Ele também foi procurador de Justiça na década de 70. Nesse período, foi nomeado pela CBF como interventor na Federação de Futebol, cargo que ocupou até 1979. Já em 1986, foi eleito pela primeira vez ao cargo de Presidente da Federação Mato-grossense de Desportos. Por mais de 30 anos, ele se dedicou a esse cargo, que deixou no começo deste ano, alegando problemas de saúde.

E aí quero homenagear toda a família Orione, seu irmão, o ex-Deputado Eduino Orione, a sua esposa, cunhada do Carlos Orione, que foi prefeita da cidade de Guiratinga, D. Célia Orione.

(Soa a campainha.)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR-MT) – E finalizando este momento de sentimento, quero registrar aqui também o passamento de outro companheiro da cidade de Guiratinga, Francelino Pedro da Silva Filho, o Francinha, ex-prefeito de Guiratinga, que estava ocupando o cargo de vereador agora. Um político muito atuante e dedicado à cidade. Tinha apenas 61 anos, mas vinha lutando contra um câncer.

Então, quero aqui registrar o passamento dessas três pessoas que eu considerava muito, assim como a família de todos eles. Todos foram importantes no meu projeto político eleitoral.

Ainda, Sr. Presidente, quero aqui registrar que hoje tivemos um evento muito importante na CNI (Confederação Nacional da Indústria), com a presença do Presidente Michel Temer. Lá, junto com toda a sua equipe, ele anunciou um grande programa, que é a retomada de 1.600 mil obras que se encontram paralisadas em todo o Brasil.

Como Relator da LDO, quero aqui amanhã ainda registrar esse pronunciamento, porque não quero abusar do tempo, mas fiquei muito entusiasmado ao ouvir e ver o Presidente falando das obras inacabadas. Esse foi um detalhe muito importante a que nos dedicamos na relatoria da LDO de 2017, porque hoje, infelizmente, nós temos mais de 20 mil obras inacabadas no Brasil, sejam todas elas obras públicas – de prefeituras, de governos de Estado e também do Governo Federal.

E o Governo Federal toma essa iniciativa agora de procurar priorizar a conclusão das obras inacabadas. Isso é muito importante, porque tenho dito que uma obra inacabada não serve para nada. Aliás, serve para o prejuízo maior da população, porque uma obra inacabada, além do custo da sua manutenção, ela também, na sua retomada, acaba levando a uma série de consequências. Infelizmente, nós temos a cultura, no Brasil, de que muitos, ao ganhar uma eleição, resolvem falar: "Não, não vou concluir as obras do político do passado, porque isso vai levar o nome do prefeito ou do governador ou do presidente anterior". Quem perde com isso? A sociedade, de modo geral, porque o prejuízo é muito grande. A população não tem o benefício daquelas obras em que foram investidos recursos públicos, e o retorno para a sociedade fica a desejar.

Por isso, quero aqui parabenizar essa iniciativa do Presidente e aproveitar também, neste momento em que tivemos eleições municipais, para dizer a todos os prefeitos eleitos que temos de concluir essas obras. Por isso, na relatoria da LDO, nós colocamos, neste capítulo...

(Soa a campainha.)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – ... a exigência de que não se poderá começar, em 2017, nenhuma obra, em nenhum Município, da mesma natureza de uma obra inacabada. Além disso, é claro, para se começarem novas obras, nós teremos que ter projeto executivo e também o projeto de viabilidade técnico-econômica, exatamente para não redundar em começar novas obras e ficarem inacabadas.

Por isso, Sr. Presidente, quero dizer, concluindo, que se fala muito em crise no Brasil, mas nós somos uma potência. O Brasil é muito rico. O maior problema, a nosso ver, é exatamente a gestão do recurso público, é a aplicação inadequada do recurso público. Além das obras inacabadas, nós temos também, no Brasil, a cultura dos elefantes brancos. Ou seja, faz-se uma obra e não se conversa com a comunidade. Esse é outro mal que acontece muito no Brasil. Às vezes se faz uma obra gigantesca, e a população quer ali uma obra pequena que vai resolver o dia a dia da sociedade, como uma creche, uma escola ou outra obra mais necessária.

Por isso, Sr. Presidente, quero aqui concluir dizendo que acredito muito. Vamos aqui discutir a questão da PEC, que é exatamente a melhoria na eficácia da aplicação dos recursos públicos, pois esse é o grande problema. Espero que a gente possa também – e aqui quero convocar todos e pedir o empenho do Presidente – convocar sessão do Congresso Nacional e votar também o relatório final da LDO, porque faltam dois destaques apenas. Já estamos discutindo o Orçamento, que já começou na Comissão Mista de Orçamento, e até agora não tivemos a conclusão da votação da LDO.

Não podemos fazer como aconteceu no ano passado: votar a LDO junto com o Orçamento, no mês de dezembro. Isso representa uma falta de planejamento. Se queremos falar aqui em planejamento e melhoria da qualidade dos gastos públicos, temos também que ter as votações nos momentos certos e adequados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Parabéns, Senador Wellington!

Antes de passar a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares, eu quero também deixar meus sentimentos às famílias do Francinha e do saudoso Lamartine, mato-grossenses históricos que deixaram grande contribuição para o nosso Estado.

Muito obrigado.

Com a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares, pela Liderança do PSB.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, eu quero comunicar à Casa, notadamente ao povo do nosso querido Estado de Sergipe, que, no dia de hoje, tivemos duas audiências importantes, nós três Senadores, eu, o Senador Eduardo Amorim e o Senador Pastor Virgílio, pela tarde, por volta das 17h, com o Presidente da República, Michel Temer, e às 18h30, com o Ministro da Justiça, Alexandre de Moraes, para levarmos juntos a essas autoridades nossas preocupações em face do índice de criminalidade que está atingindo todo o Estado de Sergipe, ao ponto de, no Anuário Brasileiro de Segurança Pública, nosso Estado, infelizmente, ter recebido a taça de Estado mais violento do Brasil.

Então, nossa presença, minha, do Senador Eduardo Amorim e do Senador Pastor Virgílio, nessas duas audiências teve como objetivo principal levar às autoridades competentes do nosso País essa preocupação fundamental da sociedade sergipana. E posso dizer, Senador Eduardo Amorim e Senador Pastor Virgílio, que estão aqui no plenário conosco, que tivemos êxito, porque o Presidente da República, sensível a esse assunto e sabedor dos tormentos por que estão passando as famílias de Aracaju e do interior do Estado, foi favorável a que o Ministro da Justiça nos atendesse de imediato.

E, lá na audiência com o Ministro Alexandre de Moraes, ele foi afirmativo e peremptório quando disse que o Governo estará lançando, no próximo ano, um programa de segurança pública nacional, começando pelas capitais mais violentas. E, em face do nosso pleito, que foi entregue por escrito ao Ministro da Justiça, pleito assinado pelos três Senadores de Sergipe, o Dr. Alexandre de Moraes resolveu incluir a capital de Sergipe, Aracaju, no novo sistema de assistência, através do seu programa de segurança pública, para combater a violência que vem assolando o território sergipano.

Cidadão nenhum pode sair tranquilamente à noite. As famílias ficam apavoradas quando os filhos saem à noite, e ficam aguardando e pedindo a Deus que voltem em paz. Os restaurantes, as farmácias e até os postos de saúde são invadidos por meliantes para praticarem ações criminosas. Além disso, crimes bárbaros estão sendo cometidos; quase que diariamente, empresários são assassinados impiedosamente no nosso Estado de Sergipe, na nossa capital.

Infelizmente, tudo isso que está acontecendo no Estado de Sergipe não tem sido – como deveria ser – a preocupação fundamental, a prioridade número um do Governo do nosso Estado.

Concedo um aparte, com muito prazer, ao Senador Eduardo Amorim.

O Sr. Eduardo Amorim (Bloco Moderador/PSC - SE) – Senador Valadares, Senador Pastor Virgílio, demais colegas Senadores aqui presentes, quero também agradecer ao Presidente Temer pela sensibilidade e pela compreensão, e ao Ministro Alexandre de Moraes, que, de imediato, entendeu o nosso apelo, o nosso pedido, o nosso inconformismo em ver o nosso pequeno Estado de Sergipe tornar-se o Estado mais violento do Brasil e um dos cantos mais violentos do mundo. É algo inimaginável; é algo, de certa forma, estarrecedor, inaceitável e incompreensível por todas as famílias sergipanas. É difícil a gente entender como Sergipe se tornou o Estado mais violento do Brasil. Segundo o 10º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, publicado na semana passada, em 2015 foram mais de 1,2 mil homicídios – portanto, mais de 57 homicídios por 100 mil habitantes, taxa realmente estarrecedora, taxa de guerra. Não dá para aceitar e não dá para se conformar que já em 2015 Sergipe era esse Estado. E se forem vistos, Senador Valadares, os dados de hoje, de 2016, são piores ainda; são piores ainda. Por isso nos unimos aqui, fomos até o Presidente da República e o Ministro Alexandre de Moraes, que, de forma muito sensibilizada e com muito compromisso e cidadania, entendeu o nosso apelo e incluiu Aracaju entre as capitais que inicialmente terão aí essa força-tarefa da segurança nacional. Estavam previstos Natal e Porto Alegre, e, portanto, a partir de hoje, Aracaju também. É lógico que é uma parceria do Governo Federal que também tem de contar com a participação do Governo do Estado, das comunidades, da Prefeitura Municipal de Aracaju no combate ao crime organizado. Lá, ninguém tem segurança: nem o cobrador de ônibus – não é, Pastor Virgílio? –, nem o feirante, nem o comerciante – donos de restaurante têm sido abatidos nas portas dos seus estabelecimentos –, nem jornalistas, e nem mesmo delegados. Aqueles que são responsáveis pela nossa segurança têm sido mortos, abatidos. Ou seja, realmente, é inaceitável – e imaginar que Sergipe era um dos cantos mais tranquilos do Brasil até anos atrás. Isso é a falência da segurança pública, não só no nosso País. Há Estados que têm diminuído os seus índices, a curva tem sido para baixo, mas,



infelizmente, por conta do desgoverno que temos lá, por conta da falta de compromisso do governante que a gente tem, infelizmente, sem nenhum plano de segurança, sergipanos têm perdido suas vidas não só pela falta de segurança, mas também nas portas dos nossos hospitais. Mas, graças a Deus, o presente é o Ministro Alexandre de Moraes, mais uma esperança trazida e devolvida para nós sergipanos. Tomara que, a partir de 1º de janeiro, a Força Nacional esteja lá, o Governo Federal esteja lá presente, para que Aracaju volte a ser a cidade pacífica e pacata que sempre foi.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Como V. Ex^a afirmou, esse programa novo do Governo Federal para coibir a violência em todo o Brasil começará pelas três capitais a que me referi: Aracaju, Natal e Porto Alegre. Esse programa será desenvolvido com a participação das forças militares locais e também da Defesa Civil. Naturalmente, o Governo Federal vai proporcionar às capitais envolvidas, notadamente aos governos estaduais, recursos financeiros para dar sustentabilidade a essa ação do Governo Federal, objetivando diminuir os índices de criminalidade em todo o Brasil.

Quero dizer, Senador Eduardo Amorim, Senador Pastor Virgílio, que essa é uma grande vitória do Senado Federal, daqueles homens públicos que representam os Estados. Os Senadores representam os seus Estados e não podem estar ausentes, omissos, diante da violência que invadiu o Estado de Sergipe, antes uma ilha de paz, que hoje, sem dúvida alguma, é motivo de preocupação não só nossa, que vivemos lá, mas também do Governo Federal, que reconhece que está faltando algo lá em Sergipe. Em face disso, vamos juntar as nossas forças – a força federal, que se fará presente lá com a sua experiência, com a sua credibilidade, com o seu treinamento, juntando-se às forças locais, para evitar esse sofrimento avassalador que vem acontecendo de manhã, de tarde e à noite na capital do Estado de Sergipe.

O Estado de Sergipe é o menor Estado da Federação brasileira. V. Ex^a mesmo disse o índice: são 57 crimes violentos por cada 100 mil habitantes. O maior Estado da Federação, em termos econômicos e populacionais, é São Paulo, onde esse índice é de 11 por 100 mil habitantes, para que se faça a comparação do que está acontecendo com o Estado de Sergipe. É preciso que algo...

(Soa a campainha.)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – ... seja feito em benefício da tranquilidade da nossa sociedade, do nosso povo.

E agimos como homens públicos responsáveis. Sabemos que o Governador nos ataca, nos agride diariamente nas rádios, nos canais de televisão. Tornou-se não nosso adversário, mas inimigo público de três Senadores da República. Veja se isso é possível! Mas a resposta que nós damos ao povo de Sergipe é que, apesar desse comportamento atrabiliário do Governador do Estado, nós estamos somados à sociedade. Queremos devolver a paz e o sossego às famílias do nosso Estado. Por essa razão, aproveito para agradecer também, Pastor Virgílio, ao Presidente da República, pela sua sensibilidade e compromisso com a segurança pública do Brasil...

(Soa a campainha.)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – ... e ao Ministro, que nos atendeu de forma tão cordial, que foi muito positivo ao dizer que Aracaju será, ao lado de Natal e de Porto Alegre, também uma capital beneficiada com o nosso novo programa, o Programa Nacional de Segurança Pública, com a inclusão da força pública nacional no nosso Estado de Sergipe, na nossa capital.

Agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Parabéns pelas palavras, Senador Antonio Carlos Valadares.

Agora, com a palavra, o Senador Eduardo Amorim, também de Sergipe. *(Pausa.)*

Não havendo mais orador inscrito, encerramos a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 09 minutos.)



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 165^a SESSÃO**EXPEDIENTE****Aviso do Ministro de Estado da Saúde**

A Presidência do Senado Federal recebeu o Aviso nº 591/2016, de 4 de novembro de 2016, do Ministro de Estado da Saúde, em resposta ao Requerimento de Informações nº 381, de 2016, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin.

O Requerimento vai ao Arquivo.

Aviso do Tribunal de Contas da União

- nº 816, de 2016, na origem, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão nº 2.750/2016, proferido nos autos do TC 016.187/2016-4, com informações atinentes ao Requerimento nº 378, de 2016, do Senador Ricardo Ferraço.

As informações foram encaminhadas, em cópia, ao Requerente.

O Requerimento vai ao Arquivo.



Comunicações



Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões
Coordenação de Apoio às Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito

Memorando nº 001/2016 – CEOI

Em 08 de novembro de 2016

A Sua Excelência o Senhor
Senador Renan Calheiros
 Presidente do Senado Federal

à publicação

Assunto: **Instalação da CEOI**

À Publicação
Em 8/11/2016

Senhor Presidente,

J. Oliveira

Informo a Vossa Excelência que, na presente data, foi instalada a Comissão Temporária criada pelo RQS 584/2016, destinada a **“acompanhar e fiscalizar as obras inacabadas financiadas, direta ou indiretamente, por recursos federais, bem como aquelas que, embora empenhadas, não tenham sido iniciadas; listar os empreendimentos mais importantes nessas condições, apontando suas causas e identificando, se possível, responsabilidades; e propor medidas legislativas que possam corrigir os problemas existentes e evitar novas ocorrências”**.

Por fim, esclareço que, na oportunidade, o Senador Ataídes Oliveira foi eleito por aclamação presidente da Comissão.

Respeitosamente,

Ataídes Oliveira
Senador Ataídes Oliveira
Presidente

Data: 08/11/2016
 Assinatura: Sophia A.
 Rúbrica: Sophia Araújo
 Assinante: SISP
 Data: 08/11/2016
 Hora: 12:08





SENADO FEDERAL
Bloco Moderador

OF. N° 0062/2016-BLOMOD

*Designo.
à publicação.
Cm 8/11/2016*
Brasília, 08 de novembro de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Cumprimentando Vossa Excelência, indico o Senador **Wellington Fagundes (PR/MT)**, para compor, como membro **Suplente**, a **Comissão Especial das Obras Inacabadas – CEOI**.

Atenciosamente,

Fábio
Senador **FERNANDO COLLOR**
Líder do Bloco Moderador
PTB – PR – PSC – PRB – PTC

Nome: Fábio Collor
Rubrica: F. Collor
Matrícula: SEN 5
Data: 08/11/2016
Hora: 15:52





SENADO FEDERAL
Gabinete do Líder do PMDB e da Maioria

OF. GLPMDB nº 179 / 2016

Brasília, 07 de novembro de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente do Senado Federal
70.165-900 - Brasília - DF

Designo o Senador Valdir Raupp como suplente na Comissão. Em 08/11/16.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Ao cumprimentar cordialmente Vossa Excelência, comunico, nos termos regimentais, a indicação do Senador Valdir Raupp – PMDB/RO para compor, como membro suplente, a Comissão Especial das Obras Inacabadas – CEOI, em vaga existente do Bloco da Maioria.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração.

Senador Eunício Oliveira
Líder do PMDB e da Maioria

Recebido em 07/11/2016
Hora: 17:59
Marcos
Marcos Helder Crisóstomo Damasceno
Matrícula 267858
SLGF/SGM





SENADO FEDERAL
Bloco Socialismo e Democracia
PSB - PPS - PCdoB - Rede

GLBSD- Memo. 64/2016

*Dirigido.
 à Publicação.
 Em 8/11/2016
 [Signature]*

Brasília, 8 de novembro de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
 Presidente do Senado Federal

Assunto: Substituição em Comissão Temporária

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, solicito a Vossa Excelência a indicação do **Senador Cristovam Buarque** para compor a Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional – CDN na condição de membro suplente.

Respeitosamente,

[Signature]
Senador Randolfe Rodrigues
 Líder do Bloco Socialismo e Democracia

Recebido em 08/11/16
 Hora: 18:50

[Signature]
 Renata Bressan Saldanha - Mat. 315749
 8GM/BLSF

Discursos encaminhados

DISCURSOS NA ÍNTegra ENCaminhados PELO SR. SENADOR PAULO PAIM EM SEU PRONUNCIAMENTO.



SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP

COORDENAÇÃO DE REDAÇÃO E MONTAGEM – COREM

SF - 1

08/11/2016

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, amanhã, dia 9, o Supremo Tribunal Federal julgará a Súmula 331, do Tribunal Superior do Trabalho, que não admite a terceirização nas atividades-fim.

Caso o Supremo admita todos os tipos de terceirização, não há dúvida alguma que será um retrocesso nas relações de trabalho no Brasil.

Os trabalhadores terceirizados ficarão fragilizados, pois cada vez mais assistimos as empresas terceiradas não pagarem direitos a esses trabalhadores.

Muitas delas encerram as suas atividades sem cumprir as obrigatoriedades sociais e trabalhistas. Elas somem e deixam os funcionários com uma mão na frente e outra atrás.

O Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait) aponta que em cada dez acidentes de trabalho, oito acontecem em empresas terceirizadas; de cada cinco mortes, quatro são em empresas terceirizadas.

O salário do trabalhador terceirizado é 30% inferior ao normal. Os terceirizados trabalham, em média, três horas semanais a mais e permanecem menos tempo no emprego: 2,5 anos, ao passo que os demais permanecem seis anos, em média.

Sr. Presidente, a Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho (Anamatra), entidade representativa dos mais de 3.500 (três mil e quinhentos) juízes do Trabalho do Brasil, em seu Estatuto, afirma a sua atuação em defesa dos interesses da sociedade, em especial pela valorização do trabalho humano, pelo respeito à cidadania e pela implementação da justiça social.

A Anamatra é contra a terceirização, contra o Projeto de Lei de número 30 de 2015, e que este Senador que fala é o Relator.

A pretexto de regulamentar a terceirização, esse projeto, na verdade expande essa prática precarizante para todas as atividades econômicas, com risco de causar sérios danos aos trabalhadores brasileiros, pela ruptura da rede de proteção trabalhista garantida na CLT e na Constituição Cidadã de 1988.

Não há sequer nesse projeto a responsabilidade solidária do empregador de forma efetiva.

Conforme a Anamatra, abre aspas: "A terceirização constitui manobra econômica destinada a reduzir custos de pessoal na empresa, pelo rebaixamento de salários e de encargos sociais, que tem trazido uma elevada conta para o país, inclusive no que se refere aos acidentes de trabalho, uma vez que em segmentos importantes da atividade econômica os índices de infortúnios são significativamente mais elevados", fecha aspas.

Entendo, senhoras e senhores, que se o STF se decidir por aceitar a terceirização em todas as atividades, inclusive, e, aqui é o mais grave, na atividade-fim poderá influenciar nos julgamentos do próprio Tribunal do Trabalho.

Entendo também que a nossa missão é criar leis que resguardem e incluam os trabalhadores nos direitos sociais e trabalhistas; não o contrário, ou seja, retirando direitos e garantias sociais da nossa gente.

Eu tenho percorrido o Brasil, o interior do Rio Grande do Sul, levando o debate sobre, não só a terceirização, mas sobre o negociado acima do legislado, sobre a PEC 55 dos gastos públicos, reforma trabalhista, sobre a reforma do ensino médio proposto pelo governo federal, e as pessoas estão assustadas com o que está acontecendo no país. Perguntam: mas Paim, e a tal da reforma da previdência? O que vai acontecer com a minha vida?

Há uma enxurrada de ataques aos direitos sociais da nossa gente: trabalhadores com carteira assinada, autônomos, terceirizados, estudantes...

Essa situação requer muita reflexão, empenho e mobilização do povo brasileiro.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REDAÇÃO E MONTAGEM – COREM

SF - 2

08/11/2016

Portanto, reiteramos: amanhã, o Supremo Tribunal Federal – STF – vai julgar o Recurso Extraordinário 958.252, que questiona a constitucionalidade da Súmula 331, do Tribunal Superior do Trabalho – TST.

É, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, um dia decisivo para os trabalhadores e para o povo brasileiro.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nos últimos dias eu cumprí uma série de agendas no Rio Grande do Sul.

Participei ao lado de representantes de centrais sindicais, confederações, federações, sindicatos de base, movimentos sociais, trabalhadores do campo e da cidade, do setor público e privado, pequenos e médios empreendedores, de audiências públicas em duas importantes cidades: Canoas e Caxias do Sul.

No dia 24 de outubro estive na sede do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Canoas e Nova Santa Rita, sindicato que fui presidente na década de 80.

Os temas abordados naquele encontro foram: os mais de 65 projetos de lei que tramitam no Congresso Nacional com o objetivo de retirar direitos sociais e trabalhistas; as reformas previdenciária e trabalhista do governo federal; a terceirização, o negociado acima do legislado, a PEC 55, CLT, privatização, desemprego, enfim, uma vasta pauta de interesse dos brasileiros.

O encontro em Caxias do Sul também foi com este mesmo teor e assuntos aqui citados. A preocupação da sociedade é enorme. Há muito questionamentos e aflição pelo futuro que se avizinha.

Esses dois encontros também foram preparatórios para a mobilização nacional em defesa dos direitos dos trabalhadores "Nenhum direito a menos" - do próximo dia 11 de novembro, nesta sexta-feira.

Sr. Presidente, um assunto que está sendo muito discutido lá no meu estado é a questão dos servidores públicos, e a onda de violência, que, como falamos por lá "campeia por todos os lados".

Os servidores do Estado estão há meses com salários atrasados e parcelados. Num dia o governo estadual deposita 400 reais, passa uns dias, mais 150 reais e assim isso ocorre por meses a fio.

Chamo a atenção para a onda de violência que vive o Rio Grande do Sul. O meu gabinete, aqui em Brasília, tem recebido centenas de e-mails dando relatos sobre essa situação.

Senhoras e Senhores, no domingo, como já falei aqui, autografei o meu décimo segundo livro, na feira do livro de Porto Alegre, a maior feira do livro ao ar livre da América Latina.

O carinho e o reconhecimento do nosso trabalho pelas pessoas que foram até lá foram emocionantes. Foram mais de 4 horas. Obrigado do fundo do coração.

"O martelo a pedra e o fogo" – trata de democracia, liberdade e cidadania, o livro traz reflexões para a construção de uma nova sociedade, mais humana, fraterna e igualitária.

Eu utilizo a simbologia para falar sobre esses assuntos. Faço algumas indagações: "O que o Brasil precisa para se tornar efetivamente uma nação? Que país é este? Por que a população demora ir às ruas para reivindicar seus direitos?

O livro tem distribuição gratuita, pois a impressão é na minha conta de divulgação do mandato.

D:\USERS\lgeovani\AppData\Local\Microsoft\Windows\Temporary Internet Files\Content.Outlook\Q0D0IVNT\08-11 -
Íntegra Sen Paulo Paim.doc 08/11/16 18:48





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REDAÇÃO E MONTAGEM – COREM

SF - 3

08/11/2016

Também pode ser acessado em versão digital e acessível através do meu site senadorpaim.com.br, no facebook, no twitter, enfim, nas minhas redes sociais.

Era o que tinha a dizer.

D:\USERS\tgeovani\AppData\Local\Microsoft\Windows\Temporary Internet Files\Content.Outlook\Q0D0IVNT\08-11 -
Integra Sen Paulo Paim.doc 08/11/16 18:48



Mensagens do Presidente da República

Mensagem nº 597

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 66 da Constituição, comunico a Vossas Excelências que acabo de sancionar o projeto de lei que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios dos Transportes, Portos e Aviação Civil e da Defesa, crédito especial no valor de R\$ 2.100.000,00, para os fins que especifica”. Para o arquivo do Congresso Nacional, restituo, nesta oportunidade, dois autógrafos do texto ora convertido na Lei nº 13.354 , de 7 de novembro de 2016.

Brasília, 7 de novembro de 2016.

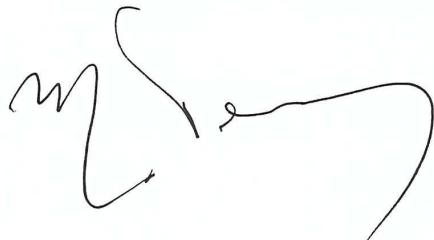


Mensagem nº 598

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 66 da Constituição, comunico a Vossas Excelências que acabo de sancionar o projeto de lei que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de diversos órgãos do Poder Judiciário, crédito suplementar no valor de R\$ 187.864.849,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”. Para o arquivo do Congresso Nacional, restituo, nesta oportunidade, dois autógrafos do texto ora convertido na Lei nº 13.355, de 7 de novembro de 2016.

Brasília, 7 de novembro de 2016.

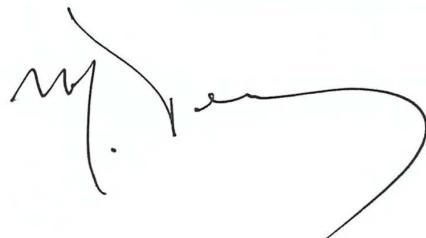


Mensagem nº 599

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 66 da Constituição, comunico a Vossas Excelências que acabo de sancionar o projeto de lei que “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Saúde, do Trabalho e Previdência Social e das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos, crédito suplementar no valor de R\$ 58.958.100,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”. Para o arquivo do Congresso Nacional, restituo, nesta oportunidade, dois autógrafos do texto ora convertido na Lei nº 13.356 , de 7 de novembro de 2016.

Brasília, 7 de novembro de 2016.

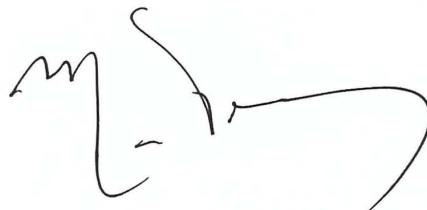


Mensagem nº 600

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 66 da Constituição, comunico a Vossas Excelências que acabo de sancionar o projeto de lei que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Fazenda e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, crédito suplementar no valor de R\$ 4.855.433,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”. Para o arquivo do Congresso Nacional, restituo, nesta oportunidade, dois autógrafos do texto ora convertido na Lei nº 13.357 , de 7 de novembro de 2016.

Brasília, 7 de novembro de 2016.

A handwritten signature in black ink, appearing to be a stylized 'M' or a similar initial, followed by a more fluid, cursive script.

Mensagem nº 601

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 66 da Constituição, comunico a Vossas Excelências que acabo de sancionar o projeto de lei que “Dispõe sobre a instituição do Biênio da Matemática 2017-2018 Gomes de Sousa”. Para o arquivo do Congresso Nacional, restituo, nesta oportunidade, dois autógrafos do texto ora convertido na Lei nº 13.358, de 7 de novembro de 2016.

Brasília, 7 de novembro de 2016.



Ofícios da Câmara dos Deputados



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. n. 107/2016/PS-GSE

Brasília, 7 de novembro de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
 Senador VICENTINHO ALVES
 Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: Arquivamento de Projeto de Lei

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, a fim de levar ao conhecimento do Senado Federal, que, de acordo com o art. 133 do Regimento Interno desta Casa, a Presidência da Câmara dos Deputados decidiu pelo arquivamento, em virtude de rejeição, do Projeto de Lei nº 4.822, de 2016, do Senado Federal (PLS nº 10, de 2012, na Casa de origem), que “Acrescenta parágrafo único ao art. 15 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para regular a extinção de unidades escolares públicas de educação básica, a reestruturação de sua oferta de escolarização e o destino de seu patrimônio”.

Atenciosamente,


 Deputado BETO MANSUR
 Primeiro-Secretário

Recebido em 07/11/16
 Hora: 16:01


 Renato Dressen Saldanha - Mat. 315749
 SGM/SLSF
 24.579 (JUN/13)



Junte-se ao processado do
Projeto de Lei do Senado
 nº 406, de 2011
 Em 11/11/2016

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 108/2016/PS-GSE

Brasília, 8 de novembro de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
 Senador VICENTINHO ALVES
 Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: **Comunica envio de PL à sanção**

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que foi aprovado, sem alterações, o Projeto de Lei nº 3.595, de 2012, do Senado Federal (PLS nº 406, de 2011, na Casa de origem), que "Altera a Lei nº 11.664, de 29 de abril de 2008, que 'dispõe sobre a efetivação de ações de saúde que assegurem a prevenção, a detecção, o tratamento e o seguimento dos cânceres do colo uterino e de mama, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS', para assegurar o atendimento às mulheres com deficiência".

Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que a referida proposição foi enviada à sanção em 8.11.16.

Atenciosamente,


 Deputado BETO MANSUR

Primeiro-Secretário

Nome legível: Sophia A.
 Rubrica: Sophia A.
 Matrícula: 513F
 Data: 08/11/2016
 Hora: 10:31



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 106/2016/PS-GSE

Brasília, 7 de novembro de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
 Senador VICENTINHO ALVES
 Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: **Encaminha autógrafo de Projeto de Lei sancionado**

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, para os devidos fins, que o Projeto de Lei nº 5.230, de 2013, da Câmara dos Deputados (PLC nº 133, de 2015, nessa Casa), que “Altera a Lei nº 12.592, de 18 de janeiro 2012, para dispor sobre o contrato de parceria entre os profissionais que exercem as atividades de Cabeleireiro, Barbeiro, Esteticista, Manicure, Pedicure, Depilador e Maquiador e pessoas jurídicas registradas como salão de beleza”, foi sancionado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, e convertido na Lei nº 13.352, de 27 de outubro de 2016.

Na oportunidade, remeto a essa Casa uma via dos autógrafos do referido projeto, bem como cópia da Mensagem e do texto da Lei em que se converteu a proposição ora encaminhada.

Atenciosamente,


 Deputado BETO MANSUR
 Primeiro-Secretário

Recebido em 07/11/16
 Hora: 16:01

Renato Dressan Saldanha - Mat. 315749
 SGM/BSF

24.579 (JUN/13)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 109/2016/PS-GSE

Brasília, 7 de novembro de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
 Senador VICENTINHO ALVES
 Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: Encaminha autógrafo de Projeto de Lei sancionado

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, para os devidos fins, que o Projeto de Lei nº 2.713, de 2011, do Senado Federal (PLS nº 191, de 2006, nessa Casa), que “Altera a Lei Complementar nº 70, de 30 de dezembro de 1991, as Leis nºs 9.532, de 10 de dezembro de 1997, e 8.894, de 21 de junho de 1994, e a Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, para conceder isenções tributárias à Academia Brasileira de Letras, à Associação Brasileira de Imprensa e ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; concede remissão e anistia de débitos fiscais dessas instituições; e dá outras providências”, foi sancionado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, e convertido na Lei nº 13.353, de 3 de novembro de 2016.

Na oportunidade, remeto a essa Casa uma via dos autógrafos do referido projeto, bem como cópia da Mensagem e do texto da Lei em que se converteu a proposição ora encaminhada.

Atenciosamente,

Deputado BETO MANSUR
 Primeiro-Secretário

Recebido em 07/11/16
 Hora: 16.01

Renata Dressler Saldanha - Mat. 315749
 SGM/SLSF

24.579 (AGO/16)

Projetos de Lei do Senado

SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 403, DE 2016

Projeto de Lei do Senado Nº , DE 2016 Altera a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências, para assegurar atendimento prioritário a pessoas com neoplasia maligna que estejam se submetendo a quimioterapia ou radioterapia.

AUTORIA: Senador Romário

DESPACHO: À Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em decisão terminativa



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL
Gabinete Senador **ROMÁRIO** – PSB/RJ

SBF16609.26667-05

PROJETO DE LEI DO SENADO N° , DE 2016

PROJETO DE LEI DO SENADO N° , DE 2016

Altera a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que *dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências, para assegurar atendimento prioritário a pessoas com neoplasia maligna que estejam se submetendo a quimioterapia ou radioterapia.*

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Os arts. 1º e 3º da Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, passam a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 1º** As pessoas com deficiência, os idosos com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, as gestantes, as lactantes, as pessoas com crianças de colo, os obesos e os pacientes com neoplasia maligna que estejam se submetendo a quimioterapia ou radioterapia terão atendimento prioritário, nos termos desta Lei.” (NR)

“**Art. 3º** As empresas públicas de transporte e as concessionárias de transporte coletivo reservarão assentos, devidamente identificados, aos idosos, às gestantes, às lactantes, às pessoas portadoras de deficiência, às pessoas acompanhadas por



crianças de colo e aos pacientes com neoplasia maligna que estejam se submetendo a quimioterapia ou radioterapia.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que *dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências*, representou importante avanço no âmbito da prestação de serviços às pessoas com necessidade, temporária ou permanente, de acolhimento diferenciado. Atualmente, o legislador brasileiro reconhece que merecem tal amparo as pessoas com deficiência, com crianças de colo, idosos com mais de 60 anos de idade, gestantes, lactantes e obesos.

Todavia, a lei não contempla indivíduos que estejam se submetendo a sessões de quimioterapia ou de radioterapia para tratamento do câncer. Tal omissão deve ser corrigida, visto que, há previsão de acentuado aumento da incidência dos vários tipos de câncer. Com efeito, as neoplasias malignas já são a segunda maior causa de mortalidade no Brasil.

Além do forte impacto emocional a que estão submetidos, esses pacientes frequentemente evoluem com efeitos colaterais decorrentes das referidas terapias, a saber: astenia, mal-estar, náusea, vômito, diarreia, deficiência imunológica, entre outros. Desse modo, por estarem sem condições físicas para enfrentarem demoradas filas, acreditamos ser também justa a concessão de direito a atendimento prioritário às pessoas que estejam submetendo-se aos tratamentos em questão.

Portanto, apresentamos proposição legislativa para assegurar atendimento prioritário a pessoas com neoplasia maligna que estejam se submetendo a quimioterapia ou radioterapia. Esperamos que tal medida contribua para melhorar a qualidade de vida e para abrandar o sofrimento desses pacientes.

Sala das Sessões,

Senador ROMÁRIO - PSB/RJ



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 10.048, de 8 de Novembro de 2000 - Lei do Atendimento Prioritário; Lei da Prioridade - 10048/00

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2000;10048>

- artigo 1º

- artigo 3º





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 404, DE 2016

Acrescenta o § 2º ao art. 927 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para vedar a responsabilização direta de agentes públicos por danos causados a terceiros, salvo em ação de regresso, nos casos de dolo ou culpa.

AUTORIA: Senador José Medeiros

DESPACHO: À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador José Medeiros

PROJETO DE LEI DO SENADO N° , DE 2016

Acrescenta o § 2º ao art. 927 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para vedar a responsabilização direta de agentes públicos por danos causados a terceiros, salvo em ação de regresso, nos casos de dolo ou culpa.



SF/16353.96693-14

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 927 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º, renumerando-se o parágrafo único para § 1º:

“Art. 927.

 § 1º

§ 2º É vedada a responsabilização de agentes de pessoas jurídicas de direito público e de direito privado prestadoras de serviços públicos, nessa qualidade, pelos danos causados a terceiros, exceto em ação regressiva movida por essas entidades, nos casos de dolo ou culpa.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O objetivo deste projeto de lei é de inscrever em texto legal o procedimento pelo qual os agentes públicos podem ser levados a responder pelos danos causados a terceiros decorrentes de atos praticados no exercício de suas funções. Trata-se aqui de explicitar o conteúdo do § 6º do art. 37 da Constituição Federal, que determina a responsabilização objetiva das pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de



serviços públicos pelos danos causados por seus agentes a terceiros, assegurando a essas entidades o direito de regresso contra o responsável, sempre que se verificar dolo ou culpa na conduta do agente.

É importante observar que o Supremo Tribunal Federal (STF) já vem manifestando entendimento no sentido de que o agente público não pode ser açãoado diretamente pelo particular atingido por um dano decorrente da ação estatal para reparação do dano. É exemplar o julgamento proferido pela Primeira Turma do STF no Recurso Extraordinário nº 327.904, Relator o Ministro Carlos Ayres Britto, (Diário da Justiça – DJ, de 08.09.2006):

Vê-se, então, que o § 6º do art. 37 da Constituição Federal consagra uma dupla garantia: uma, em favor do particular, possibilitando-lhe ação indenizatória contra a pessoa jurídica de direito público, ou de direito privado que preste serviço público, dado que bem maior, praticamente certa, a possibilidade de pagamento do dano objetivamente sofrido. **Outra garantia, no entanto, em prol do servidor estatal, que somente responde administrativa e civilmente, perante a pessoa jurídica a cujo quadro funcional se vincular.** (grifamos)

Esta proposição, portanto, regula a aplicação de um importante dispositivo constitucional, em linha com a orientação oferecida pela Corte Constitucional. Por essa razão, solicitamos às Senhoras Senadoras e aos Senhores Senadores o apoio ao projeto.

Sala das Sessões,

Senador JOSÉ MEDEIROS



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - 1988/88

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

 - parágrafo 6º do artigo 37

- Lei nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002 - Código Civil (2002) - 10406/02

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2002;10406>

 - artigo 927





À CCJ.

[Handwritten signature]

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 405, DE 2016 (DA COMISSÃO DIRETORA)

Concede novo prazo para adesão ao Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária (RERCT) de que trata a Lei nº 13.254, de 13 de janeiro de 2016.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O prazo para adesão ao Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária (RERCT) de que trata a Lei nº 13.254, de 13 de janeiro de 2016, será reaberto em 1º de fevereiro de 2017 e se encerrará em 30 de junho de 2017.

Art. 2º Para as adesões ocorridas no período previsto no art. 1º desta Lei, a alíquota do imposto de renda de que trata o art. 6º da Lei nº 13.254, de 2016, será de 17,5% (dezessete inteiros e cinco décimos por cento).

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



JUSTIFICAÇÃO

O Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária (RERCT) da Lei nº 13.254, de 13 de janeiro de 2016, revelou-se instrumento bem sucedido de regularização de recursos, bens e valores, de origem lícita, cuja existência não tenha sido declarada em tempo aos órgãos públicos brasileiros. Diversos setores do mercado reconhecem o bom desempenho do programa que logrou recuperar aos cofres públicos cerca de cinquenta bilhões de reais a título de imposto de renda e multa.

Todavia, especialistas do tema entendem que o regime poderia ter tido ainda mais sucesso no que diz respeito ao número de adesões. De fato, contribuintes alegaram possuir dúvidas em relação à abrangência e ao funcionamento do programa, não sanadas em tempo pela Secretaria da Receita Federal do Brasil. Além disso, as incertezas em relação à eventual prorrogação do prazo de adesão e em torno da base de cálculo do imposto de renda e da multa – se “foto” ou se “filme” – fizeram com que alguns contribuintes perdessem a oportunidade de aderir ao regime.

Diante deste cenário, é razoável admitir-se a concessão de prazo para novas adesões ao RERCT, tendo em vista, ademais, a importante arrecadação de valores que a reabertura do prazo possibilitará em tempos de grave crise financeira no País.

Importante lembrar que a arrecadação do imposto já é partilhada, por expressa previsão constitucional.

Também é salutar a majoração da alíquota do imposto de renda prevista no projeto original – de 15% para 17,5% –, pois traduz medida de justiça e correção em relação àqueles contribuintes que aderiram ao programa em seu primeiro termo e busca não beneficiar aqueles que tardaram na escolha. Como a multa corresponde a 100% do valor do imposto devido, a percentual total a ser pago pelo declarante que aderir ao RERCT durante o novo prazo será de 35%.

Senado Federal
Protocolo Legislativo
016-0005-12016



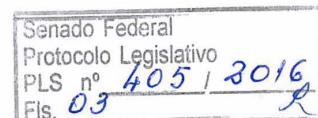
ASSINATURA DE AUTORES

Certo que contribuímos para o reforço da segurança jurídica no âmbito do RERCT e que os novos recursos advindos auxiliarão na superação da crise que assola a sociedade brasileira, apresentamos à apreciação dos nobres pares este projeto de lei.

Sala da Comissão Diretora,
8 de novembro de 2016.

(GILSON CAMELI)
 (RENAN CALHEIROS)
 (ZÉZÉ PEREIRA)
 (JOÃO ALBERTO SOUTO)
 (POMPEU JÚNIOR)
 (WILLIAM)

rb2016-09374



PROJETO DE LEI DO SENADO N° 406, DE 2016
(COMPLEMENTAR)
DA COMISSÃO DIRETORA

Altera dispositivos da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), determina a reformulação do cadastro de que trata o inciso II do art. 37 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte
Lei:

Art. 1º A Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional) passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art.113.....

§ 4º É vedada a exigência de obrigação acessória instituída ou ampliada após 30 de junho do mesmo exercício.

§ 5º Obrigações acessórias que impliquem sanções somente poderão ser instituídas mediante lei.

§ 6º As obrigações acessórias deverão ser pautadas pelos princípios da proporcionalidade e razoabilidade, respeitada a capacidade colaborativa dos respectivos sujeitos passivos e vedadas exigências abusivas.” (NR)



“Art. 135-A. A dissolução irregular da pessoa jurídica, para fins de imputação de responsabilidade aos sócios, somente poderá ser reconhecida se a pessoa jurídica:

I – deixar de apresentar à autoridade fiscal as declarações exigidas, por dois anos consecutivos, e não for localizada no endereço declarado à autoridade fiscal e, tendo sido notificada por edital para informar o endereço, não o fizer no prazo de trinta dias, contado da data da publicação do edital; ou

II – for inexistente de fato.”

“Art.142.....

§ 1º Sempre que, na atividade de lançamento, se verificar a ocorrência de infração que implique responsabilidade tributária de terceiro pelo crédito tributário constituído, deverão ser descritos os respectivos fatos, apontado o fundamento legal da responsabilidade e notificado o responsável para defender-se.

§ 2º O responsável poderá apresentar impugnação e recurso quanto ao vínculo de responsabilidade e quanto ao crédito tributário.

§ 3º O nome do responsável só poderá constar da inscrição em dívida ativa e da respectiva certidão, bem como só poderá ele ser notificado de protesto ou citado em execução fiscal, se a sua responsabilidade tiver sido apurada administrativamente, nos termos nos § 1º e 2º, respeitado o devido processo legal.” (NR)

“Art. 167. O crédito do sujeito passivo, decorrente do pagamento indevido de tributos, será atualizado, desde a data do pagamento até a da restituição, em conformidade com os mesmos índices aplicáveis ao crédito tributário em mora.

Parágrafo único. O disposto no *caput* aplica-se à compensação ou à devolução a qualquer título de créditos, relativos a tributos, inclusive os decorrentes de condenações judiciais da Fazenda Pública.” (NR)



“Art.170.....

§ 1º Sendo vincendo o crédito do sujeito passivo, a redução do seu montante não poderá ser maior do que 1% (um por cento) ao mês pelo tempo a decorrer entre a data da compensação e a do vencimento.

§ 2º A compensação de que trata o *caput* abrangerá indistintamente todos os tributos do sujeito passivo da competência da respectiva Fazenda Pública.

§ 3º A compensação será feita pelo próprio sujeito passivo e obrigatoriamente declarada à autoridade administrativa, na forma da lei, sob pena de nulidade.

§ 4º Somente serão admitidas exigências administrativas para o exercício do direito de compensar, se previstas em lei.

§ 5º A compensação declarada pelo sujeito passivo extingue o crédito tributário, sob condição resolutória de não homologação expressa ou tácita pela Fazenda Pública, ou de ser por ela considerada não declarada, no prazo de cinco anos, contado da data da declaração.

§ 6º Os precatórios, próprios ou adquiridos de terceiros, são compensáveis com créditos inscritos em Dívida Ativa, no âmbito do respectivo ente federativo.” (NR)

Art. 196–A. A fiscalização será precedida obrigatoriamente de ordem fundamentada e específica expedida pela administração tributária.

§ 1º A ordem conterá obrigatoriamente os seguintes elementos:

I – numeração de identificação e controle;



- II – dados identificadores do sujeito passivo;
- III – competências e tributos a serem fiscalizados;
- IV – prazo para realização do procedimento fiscal;
- V – nome e matrícula das autoridades fiscais responsáveis pelo procedimento fiscais e seus respectivos telefone e endereço funcional, para contato, bem como da autoridade fiscal responsável pela expedição da ordem.

§ 2º Excetuam-se da regra disposta no *caput* exclusivamente os casos de flagrante de contrabando, descaminho ou de outra prática de infração à legislação tributária e aduaneira, em que haja risco de subtração da prova.

“Art. 205. A situação fiscal do contribuinte, quando por ele solicitada, será atestada pelo órgão competente por meio de certidão que contenha todas as informações necessárias à sua identificação, seu domicílio fiscal e ramo de negócio ou atividade, e indique o período certificado.

Parágrafo único. A certidão deve estar disponível por meio eletrônico e em ambiente virtual e, quando solicitada diretamente ao órgão competente, será expedida no prazo de 24 horas.” (NR)

“Art. 206. A certidão não incluirá créditos não vencidos, objeto de execução fiscal com penhora ou garantia ou com exigibilidade suspensa.” (NR)

“Art. 207. Independentemente de disposição legal permissiva, será dispensada a prova de quitação de tributos, ou o seu suprimento, quando se tratar de prática de ato indispensável para evitar a caducidade de direito, respondendo, porém, todos os participantes no ato pelo tributo porventura devido, juros de mora e penalidades cabíveis, exceto as relativas a infrações cuja responsabilidade seja pessoal ao infrator.” (NR)



Art. 207-A. A existência de débitos tributários não impedirá o contribuinte de participar de licitações ou de contratar com a administração pública direta ou indireta, nem de praticar atos ou realizar negócios com pessoas físicas ou jurídicas de direito privado.

Parágrafo único. O disposto neste artigo:

I – não se aplica aos contribuintes declarados inaptos, na forma da lei, nem afasta a exigência de regularidade fiscal para as atividades para as quais a legislação exija registro especial de funcionamento;

II – não exclui a possibilidade de a Administração Pública proceder à retenção de recursos ou exigir garantias na execução do contrato, visando à quitação do débito, observado os termos do respectivo edital.

“Art. 210.....

§ 1º Os prazos só se iniciam ou vencem em dia de expediente na repartição em que ocorra o processo ou deva ser praticado o ato.

§ 2º Ressalvadas as matérias disciplinadas no processo administrativo fiscal, as decisões administrativas proferidas em petições ou recursos administrativos do contribuinte deverão ser proferidas no prazo máximo de 365 dias, contado da data do respectivo protocolo.

§ 3º Decorrido o prazo de que trata o § 2º sem que seja proferida decisão administrativa, considera-se deferido ou homologado tacitamente o pleito do contribuinte, salvo em hipótese comprovada de dolo, fraude ou simulação, e sem prejuízo da apuração da responsabilidade de quem deu causa ao descumprimento do prazo.” (NR)

“Art. 212. Os Poderes Executivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios consolidarão, por decreto, até o último dia



útil do exercício de entrada em vigor desta Lei, a legislação vigente, relativa a cada um dos tributos, repetindo-se esta providência até o dia 31 de dezembro de cada ano.

Parágrafo único. O descumprimento do disposto neste artigo configura crime de responsabilidade, nos termos da legislação aplicável.” (NR)

“Art. 213. O Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) será o único cadastro fiscal de pessoas jurídicas da administração tributária da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, sendo vedada a exigência de inscrição, para fins fiscais, em qualquer outro cadastro.

Parágrafo único. O CNPJ observará as seguintes regras:

I - a inscrição da pessoa jurídica somente será negada, cancelada ou suspensa nos casos expressamente previstos em lei;

II - o pedido de cancelamento da inscrição será obrigatoriamente deferido, sem prejuízo da responsabilidade pelo cumprimento das obrigações tributárias remanescentes, especialmente o pagamento dos tributos devidos;

III - é vedada a exigência de documento ou de formalidade restritiva ou condicionante que exceda os requisitos indispensáveis à inscrição ou ao cancelamento, inclusive autorizações ou registros em órgãos estranhos à administração tributária;

IV - a inscrição não afasta outras exigências estabelecidas em lei, necessárias ao funcionamento da atividade econômica a ser explorada;

V – sua gestão será disciplinada em lei federal.” (NR)

Art. 2º O cadastro de que trata o inciso II do art. 37 da Lei n.º 9.250, de 26 de dezembro de 1995, será reformulado para incorporar informações de interesse das administrações tributárias dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.



Parágrafo único. A reformulação de que trata o *caput* observará o disposto em lei federal, observado prazo de 365 dias, contado de 1º janeiro do exercício subsequente ao da publicação desta Lei, para sua implantação.

Art. 3º Revoga-se o art. 191-A da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A Comissão Diretora aprovou a formalização do Projeto de Lei Complementar sobre a alteração do Código Tributário Nacional, apresentada pela Comissão de Juristas para Desburocratização, instituída pelo Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, submetendo-a às Senhoras Senadoras e aos Senhores Senadores. Adota, ainda, a justificação da dnota Comissão de Juristas.

O projeto de Lei Complementar tem por finalidade alterar dispositivos do Código Tributário Nacional – CTN (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), tendo em vista simplificar e racionalizar o Sistema Tributário Nacional, na perspectiva da Comissão de Juristas para Desburocratização, instituída pelo Senado Federal.

A alteração do art. 113 do CTN objetiva vedar a instituição e a exigência, no mesmo exercício, de obrigação acessória instituída ou ampliada após 30 de junho de cada ano.

A mudança tem por objetivo prestigiar o princípio da segurança jurídica, gerando tranquilidade para o contribuinte administrar sua vida fiscal



sem surpresas. Impede-se, também, que a Fazenda Pública estabeleça exigências novas, sem previsão legal, quando elas impliquem sanções para o contribuinte.

Ademais, essas exigências devem estar pautadas pelos princípios da proporcionalidade e razoabilidade, afastada a abusividade e respeitada a capacidade colaborativa dos sujeitos passivos por elas alcançados.

O art. 135-A cuida do disciplinamento da dissolução irregular da pessoa jurídica para fins de imputação de responsabilidade aos sócios. Procura-se, no caso, estabelecer as hipóteses de aplicação desse instituto, reproduzindo *mutatis mutandis* o que hoje a legislação ordinária fixa como requisitos para qualificação de um contribuinte como inapto.

Os propostos §§ 1º a 3º do art. 142 cuida da responsabilidade tributária de terceiro, dispensando à matéria tratamento que observa a regra constitucional do devido processo legal.

É certo que hoje, em virtude de norma infralegal, o fisco federal já trilha procedimento que se coaduna com essa proposição. A intenção da proposta é incorporar a regra ao CTN, com vistas não só de torná-la menos vulnerável aos humores da administração, mas de ampliar seu âmbito normativo para os Estados e Municípios.

Propõe-se dar nova redação ao art. 167 do CTN de forma a assegurar que, sobre os valores das restituições decorrentes do pagamento indevido incidam os mesmos índices de atualização aplicáveis ao pagamento em atraso dos tributos e contribuições.

Essa regra se aplicará à compensação ou à devolução a qualquer título, de créditos relativos a todas as espécies de tributos, inclusive os decorrentes de condenações judiciais da Fazenda Pública.



ARTIGO DE OPINIÃO

É imperioso afastar a regra discriminatória que permite à Fazenda Pública corrigir seus créditos na hipótese de mora do contribuinte, sem garantir igual tratamento quando, por exemplo, tem o dever de restituir créditos decorrentes de tributos pagos em excesso ou de devolvê-los por imposição legal.

A medida interromperá, definitivamente, uma longa e exaustiva batalha contra o enriquecimento ilícito da Fazenda Pública, às custas do empobrecimento ilegítimo do contribuinte.

A proposta de alteração do art. 170 do CTN pretende assegurar ao sujeito passivo, detentor de crédito de origem tributária contra a Fazenda Pública, o direito de compensá-lo com débitos, vencidos ou vincendos, relativos a quaisquer tributos e contribuições da competência do respectivo ente federativo.

A restrição ao âmbito de cada ente evitará desnecessárias polêmicas acerca da possibilidade de compensação de créditos de diferentes Fazendas Públicas.

Mantém-se a regra do parágrafo único, renumerado para § 1º, do mesmo art. 170, que limita, no caso de vincendo o crédito do sujeito passivo, a redução do seu montante a 1% (um por cento) ao mês pelo tempo a decorrer entre a data da compensação e a do vencimento.

O § 2º do art. 170 estabelece que a compensação de que trata o *caput* abrangerá indistintamente todos os tributos e contribuições do sujeito passivo da competência da respectiva Fazenda Pública. Essa regra já existe na legislação federal, ressalva a inexplicável restrição à compensação com as contribuições previdenciárias, mas é imperioso estendê-la aos Estados e Municípios.



A medida encontra fundamento constitucional no art. 146, III, vez que se trata de norma geral em matéria de legislação tributária.

O § 3º determina que compensação seja feita pelo próprio sujeito passivo, porém com a obrigação de declará-la à Fazenda Pública, nos termos da legislação, sob pena de nulidade.

O propósito é alterar a forma como é feita a compensação, para que o sujeito passivo a faça, ele mesmo, sem a insegurança e as dificuldades burocráticas a que hoje é submetido.

No propósito de assegurar a compensação tributária, fica a administração pública impedida de criar exigências e procedimentos administrativos que, de uma forma ou de outra, restrinja o exercício do direito pelo compensar. É o que se propõe com a inclusão do § 4º no art. 170.

No § 5º, consta que a compensação feita pelo sujeito passivo e declarada formalmente à autoridade administrativa extingue o crédito tributário sob condição resolutória, até que a autoridade administrativa a homologue expressamente, ou decorra o prazo de cinco anos da data da declaração, sem a referida homologação.

Com a regra proposta no § 6º do art. 170 pretende-se permitir a compensação de títulos públicos e precatórios, inclusive adquiridos de terceiros, com créditos inscritos em Dívida Ativa.

Quantos aos precatórios adquiridos de terceiros, não há razão para a restrição quando a propriedade do crédito foi transferida integralmente ao sujeito passivo nos termos da lei.

A vedação, hoje vigente, agride ao princípio que norteia o art. 110 do CTN ao alterar o alcance dos efeitos da transferência de propriedade, nos termos definido pela legislação civil e processual civil.



PROPOSTA DE LEI FEDERAL

A introdução do art. 196 - A do CTN visa fixar exigência para que a fiscalização, no âmbito das Fazendas Públicas, somente tenha início por meio de ordem específica e devidamente fundamentada.

Foram excetuados da regra apenas os casos de flagrante constatação de contrabando, descaminho ou qualquer outra prática de infração à legislação tributária, em que o retardamento do início do procedimento fiscal coloque em risco os interesses da Fazenda Pública, pela possibilidade de subtração de prova.

Os arts. 205 a 207 do CTN devem ser alterados para dar natureza meramente informativa à certidão de débitos tributários, que deverá ser disponibilizada na rede mundial de computadores (*internet*) e, quando solicitada no órgão da administração tributária competente, ser expedida em até 24 horas.

Da certidão não poderão constar créditos não vencidos, garantidos na execução fiscal ou com exigibilidade suspensa.

A existência de débitos não impedirá o contribuinte de participar de licitações, de contratar com a administração pública nem de realizar outros negócios jurídicos.

As restrições à realização de negócios e à participação em procedimentos licitatórios serão mantidas apenas em relação aos contribuintes declarados inaptos e aqueles cujas atividades dependam de registro especial de funcionamento.

A exigência de certidões negativas é meio ilegítimo de coagir o contribuinte ao pagamento do tributo.

Tal procedimento tem merecido o repúdio do Supremo Tribunal Federal (cf. voto do Ministro Celso de Mello no RE nº 413.782):



(...) O Supremo Tribunal Federal, tendo presentes os postulados constitucionais que asseguram a livre prática de atividades econômicas lícitas (CF, art. 170, parágrafo único), de um lado, e de outro a liberdade de exercício profissional (CF, art. 5º, XIII), de outro – e considerando, ainda, que o Poder Público dispõe de meios legítimos que lhe permitem tornar efetivos os créditos tributários -, firmou orientação jurisprudencial, hoje consubstanciada em enunciados sumulares (Súmulas 70, 323 e 547), no sentido de que a imposição, pela autoridade fiscal, de restrições de índole punitiva, quando motivada tal limitação pela mera inadimplência do contribuinte, revela-se contrária às liberdades públicas ora referidas...

Ao fim e ao cabo, o legislador deve garantir aos contribuintes em dificuldade financeira, no mínimo, os meios de que dispõem os demais para continuar seus negócios, evitando-se o encerramento prematuro de suas atividades e o aumento dos níveis de desemprego.

Essa restrição ao exercício empresarial e profissional vai de encontro, inclusive, aos objetivos sociais e econômicos da lei de recuperação de empresas e de falência (Lei nº 11.101, de 2005), que assegura a retomada das atividades produtivas e a manutenção dos empregos.

A introdução dos §§ 1º a 3º do art. 210 cuida de disciplinar os prazos aplicáveis aos processos administrativos em tramitação na administração tributária, ressalvadas as matérias especificamente tratadas no processo administrativo fiscal, suprindo lacuna, hoje existente, que torna imprevisível, na perspectiva do contribuinte, o desfecho dos processos e desatende ao dever da presteza que se deduz do princípio da eficiência, que força de mandamento constitucional deve ser observado pela administração pública.

O art. 212 do Código Tributário Nacional foi alterado para tornar obrigatória a consolidação da legislação relativa a cada tributo até 31 de dezembro de cada ano, tornando mais racional, transparente e seguro o



cumprimento das obrigações tributárias.

O conflito de normas, em regra, agrava a situação do contribuinte e aumenta as exigências burocráticas para o pagamento do tributo ou para o cumprimento de outros encargos. A inobservância desse preceito passa a configurar crime de responsabilidade.

Propõe-se alterar o art. 213 do CTN para estabelecer que o Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas (CNPJ), instituído pela Lei nº 9.250, de 26 dezembro de 1995, também se aplica aos demais entes federativos, sendo vedada a exigência de inscrição, para fins fiscais, em qualquer outro cadastro.

No mesmo art. 213 consta a proposta de regras para os CNPJ, tais como: a inscrição da pessoa jurídica somente ser negada, cancelada ou suspensa nos casos expressamente previstos em lei; o pedido de cancelamento ser obrigatoriamente deferido, sem prejuízo da responsabilidade pelo cumprimento das obrigações tributárias remanescentes; ser vedada a exigência de documento ou de formalidade restritiva ou condicionante que exceda os requisitos indispensáveis à inscrição ou ao cancelamento, como autorizações ou registros em órgãos estranhos à administração tributária.

Não é despiciendo assinalar que o tempo necessário para a abertura e o fechamento de empresas são fatores fundamentais para a aferição do ambiente de negócio em um país.

A *Doing Business* (pesquisa anualmente realizada pelo Banco Mundial, no âmbito de 183 países, com o objetivo de avaliar a facilidade para fazer negócios), posiciona o Brasil, ano após ano, no terço inferior dos países avaliados, quando se considera a facilidade para abrir e fechar empresas no País.

Essa medíocre condição decorre estreitamente das burocráticas



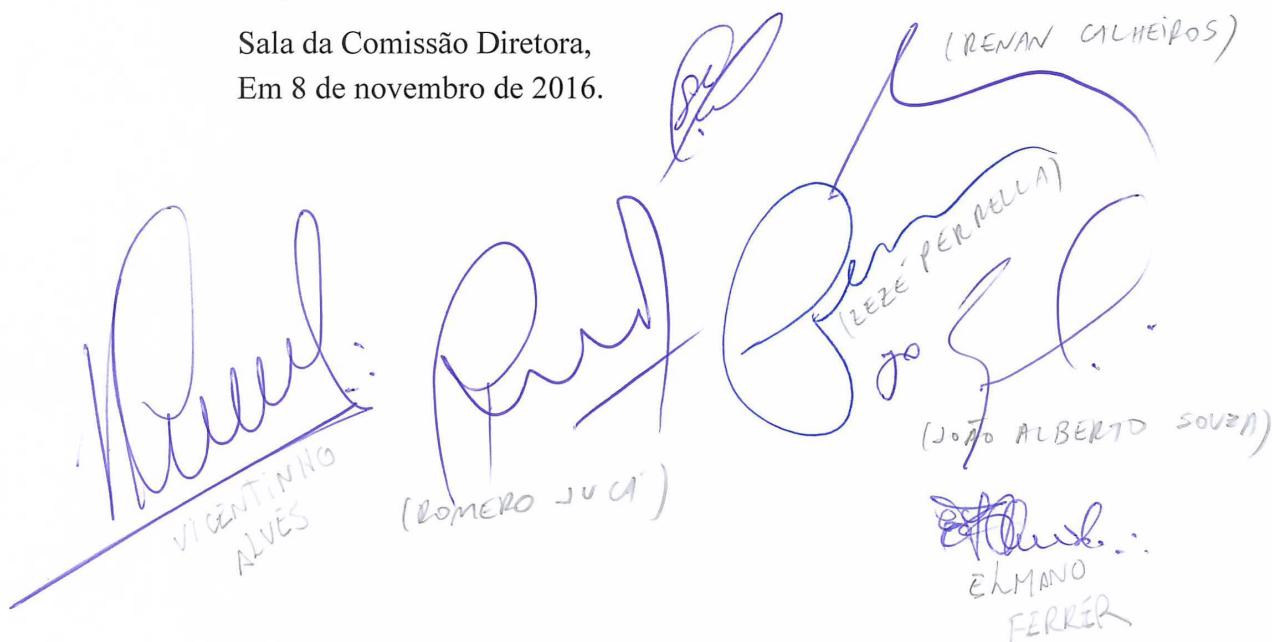
restrições das administrações fiscais dos entes federativos, que essa proposição pretende enfrentar.

Um dos passos decisivos para vencer esse déficit de eficiência é a unificação de cadastros informatizados das empresas até o objetivo final de permitir que o contribuinte abra ou feche uma um empreendimento dirigindo-se a um único local onde todos os órgãos estejam interligados e permitam a prática dos atos necessários em um curto espaço de tempo.

São essas as razões que justificam a apresentação do presente projeto de lei complementar.

(GLADSON CAMELI)

Sala da Comissão Diretora,
Em 8 de novembro de 2016.



Handwritten signatures of several senators and their names written below them:

- VICENTINO ALVES (Signature: VICENTINO ALVES)
- ROMERO JUCA (Signature: ROMERO JUCA)
- RENAN CALHEIROS (Signature: RENAN CALHEIROS)
- BRÉZÉ PERINELLA (Signature: BRÉZÉ PERINELLA)
- JOÃO ALBERTO SOUZA (Signature: JOÃO ALBERTO SOUZA)
- ELMANO FERRER (Signature: ELMANO FERRER)





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 407, DE 2016 (Complementar)

Altera a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, que dispõe sobre a política e as instituições monetárias, bancárias e creditícias, cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências, para limitar os juros de cartão de crédito.

AUTORIA: Senador Ivo Cassol

DESPACHO: À Comissão de Assuntos Econômicos



[Página da matéria](#)

PROJETO DE LEI DO SENADO N° , DE 2016 - Complementar


SF16249-20711-32

Altera a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, que dispõe sobre a política e as instituições monetárias, bancárias e creditícias, cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências, para limitar os juros de cartão de crédito.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, passa a vigorar acrescida do seguinte dispositivo:

“**Art. 53-A** O custo efetivo total de empréstimo concedido na modalidade de cartão de crédito não poderá exceder em duas vezes a taxa do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).”

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O enriquecimento sem causa deve ser combatido continuamente. No que diz respeito aos juros do cartão de crédito no Brasil, o cenário hoje é extremamente favorável ao ganho fácil por parte dos bancos, pois a outra ponta, a do tomador de recursos, a do consumidor de serviços financeiros, está extremamente vulnerável e desprotegida.




SF16249-20711-32

A sociedade brasileira tem demonstrado elevada preocupação com as taxas de juros cobradas pelas operadoras de cartões de crédito. No Senado Federal, essa preocupação transforma-se em vários projetos de lei com abordagens diferentes desta que apresentamos no presente projeto, mas com o mesmo objetivo de limitar a usura desmedida.

A nosso ver, os juros abusivos exigem limites regulatórios. A despeito de alguns esforços que foram feitos, consideramos as taxas de juros ainda exorbitantes, especialmente as cobradas em empréstimos na modalidade do rotativo do cartão de crédito.

De acordo com os dados divulgados pelo Banco Central, no cartão de crédito, as taxas atingem a percentuais próximos de 400% ao ano para as concessões a pessoas físicas, e a 250% para empresas. Se considerarmos um CDI de 14% ao ano, a taxa máxima cobrada seria de 28% ao ano. Os bancos teriam um lucro bruto de 100% do custo captado. Portanto, o limite proposto é móvel e bastante amplo.

Tendo em vista o exposto, conto com o apoio de meus ilustres pares para a aprovação da matéria.

Sala das Sessões,

Senador IVO CASSOL



Legislação

LEI N° 4.595, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1964
SF16249.20711-32

Dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....

Art. 53. (*Revogado pela Lei nº 4.829, de 5/11/1965*)



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 4.595, de 31 de Dezembro de 1964 - Lei da Reforma Bancária; Lei do Sistema Financeiro Nacional - 4595/64
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1964;4595>
- Lei nº 4.829, de 5 de Novembro de 1965 - 4829/65
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1965;4829>





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 408, DE 2016

Acrescenta os §§ 1º e 2º ao art. 578 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para vedar ao sindicato da categoria profissional a imposição compulsória de quaisquer contribuições, salvo o imposto sindical, aos trabalhadores a ele não filiados.

AUTORIA: Senador Ivo Cassol

DESPACHO: À Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa



[Página da matéria](#)

PROJETO DE LEI DO SENADO N° , DE 2016

SF/16189.99445-09

Acrescenta os §§ 1º e 2º ao art. 578 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para vedar ao sindicato da categoria profissional a imposição compulsória de quaisquer contribuições, salvo o imposto sindical, aos trabalhadores a ele não filiados.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 578 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 1º e 2º:

“Art. 578.

§ 1º Ressalvado o tributo de que trata o *caput* deste artigo, nenhuma outra contribuição, sob qualquer título, poderá ser exigida compulsoriamente de trabalhadores que não sejam filiados ao sindicato da categoria profissional.

§ 2º O trabalhador não filiado ao sindicato da categoria profissional somente pagará, salvo o tributo de que trata o *caput* deste artigo, as contribuições que, previamente ao desconto, concordar que incidam sobre os seus rendimentos.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Nos termos do art. 8º, IV, da Constituição Federal, somente a contribuição prevista em lei pode ser exigida compulsoriamente de todos os membros de determinada categoria profissional, mesmo daqueles não filiados a qualquer sindicato.

Em face disso, inviável exigir de trabalhadores não sindicalizados o pagamento de qualquer outra contribuição, senão a sindical. Trata-se, pois, de atitude contrária ao disposto no art. 8º, I e IV, da Carta Magna, por ofender a liberdade sindical prevista no Diploma Fundamental de nosso País.

Infelizmente, verifica-se que muitos sindicatos, sob o argumento de fortalecer o sistema sindical exigem de trabalhadores a eles não filiados o pagamento de diversas contribuições, sob os mais diversos títulos (confederativa, assistencial etc.).

Assim, cabe a este Parlamento coibir tal prática, mediante a apresentação de proposição legislativa que garanta ao trabalhador não sindicalizado o direito de somente pagar a contribuição sindical e aquelas cujo desconto em seu salário anuir previamente.

Anda-se, com isso, em compasso com a jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho (Precedente Normativo nº 119) e do Supremo Tribunal Federal (Súmula Vinculante nº 40), no intuito de garantir os direitos fundamentais do trabalhador brasileiro.

Solicita-se, então, apoio dos meus nobres pares na aprovação integral da presente proposta legislativa.

Sala das Sessões,

Senador



Legislação**DECRETO-LEI N° 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943**

Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.


SF16189.99445-09

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição,

DECRETA:

.....

**CAPITULO II
DO IMPOSTO SINDICAL****Seção I****Da fixação do recolhimento do Imposto Sindical**

Art. 578. As contribuições devidas aos sindicatos pelos que participem das categorias econômicas ou profissionais ou das profissões liberais representadas pelas referidas entidades, serão, sob a denominação do "Imposto Sindical", pagas, recolhidas e aplicadas na forma estabelecida neste capítulo.



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - 1988/88

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- artigo 180

- Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de Maio de 1943 - Legislação Trabalhista; CLT - 5452/43

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto.lei:1943;5452>

- artigo 578

- urn:lex:br:federal:lei:1943;5452

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1943;5452>



Propostas de Emenda à Constituição**SENADO FEDERAL**
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 56, DE 2016

Altera a redação do §6º do art. 66 da Constituição para excluir o sobrerestamento do exame de outras proposições pelo Congresso Nacional quando da apreciação de voto presidencial.

AUTORIA: Senadora Rose de Freitas (1^a signatária), Senador Aécio Neves, Senador Alvaro Dias, Senadora Ana Amélia, Senador Antonio Anastasia, Senador Antonio Carlos Valadares, Senador Ataídes Oliveira, Senador Deca, Senador Edison Lobão, Senador Elmano Férrer, Senador Eunício Oliveira, Senador Flexa Ribeiro, Senador Hélio José, Senador João Capiberibe, Senador José Agripino, Senador José Aníbal, Senador José Medeiros, Senador Marcelo Crivella, Senador Otto Alencar, Senador Pastor Valadares, Senador Paulo Bauer, Senador Randolfe Rodrigues, Senador Ricardo Ferraço, Senador Roberto Muniz, Senador Sérgio Petecão, Senadora Simone Tebet, Senador Tasso Jereissati, Senador Virginio de Carvalho, Senador Wilder Moraes

DESPACHO: À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania



[Página da matéria](#)

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° DE 2016

Altera a redação do §6º do art. 66 da Constituição para excluir o sobrerestamento do exame de outras proposições pelo Congresso Nacional quando da apreciação de veto presidencial.


SF/16617.83656-80

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O parágrafo 6º do art. 66 da Constituição passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 66.

.....
§ 6º Esgotado sem deliberação o prazo estabelecido no § 4º, o voto será colocado na ordem do dia da sessão imediata, até sua votação final, observada a ordem cronológica.

.....” (NR)

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A Emenda Constitucional nº 32, de 2011, que determinou um novo rito à edição pelo Poder Executivo e ao exame pelo Congresso Nacional de medidas provisórias, contemplou também o tema do exame dos vetos presidenciais pelo Congresso Nacional.

SF/16617.83856-80

Ao fazê-lo, determinou que o exame de um voto presidencial aposto a projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional, ou parte dele, caso não seja apreciado “dentro de trinta dias a contar de seu recebimento”, como determina o § 4º do art. 66 da Constituição, implicaria, a partir de então, o “sobrestamento de todas as demais proposições”, até a votação final.

Fazia sentido a edição de tal norma, porque, tal como a edição de medidas provisórias pelo Presidente da República, o exame dos vetos presidenciais apostos a proposições legislativas aprovadas pelo Congresso Nacional se insere no âmbito de complexo e importante tema das relações entre os poderes da República, o chamado sistema de freios e contrapesos.

Entretanto, ao dispor sobre o exame dos vetos presidenciais, a Emenda Constitucional nº 32, de 2011, incidiu em equívoco, a nosso juízo, por impor ao Congresso Nacional uma severa restrição à sua autonomia para decisão sobre sua pauta. O simples decurso de prazo para o exame de voto pelo plenário do Congresso Nacional tem o condão trancar a pauta do Poder Legislativo brasileiro e impedir o seu funcionamento regular, em uma restrição auto imposta que nos parece exagerada, ou, quando menos, desproporcional e desprovida de razoabilidade.

Entendemos que a soberania do Congresso Nacional para a definição de sua pauta não deve ser mitigada pelo legislador constituinte derivado, e que essa regra carece de alteração, para determinar que o não exame de um voto presidencial não pode ter o condão de sobrestar o exame das demais matérias, ou seja, na linguagem cotidiana do processo legislativo, de “trancar a pauta” do Congresso Nacional.

Essa matéria, ademais, nos parece muito mais adequada à disciplina regimental do que ao engessamento mediante emenda à Constituição. Para corrigir essa que nos parece ser uma impropriedade técnica e um grave erro político-institucional, submetemos a presente Proposta de Emenda Constitucional ao exame dos eminentes pares.

Sala das Sessões,

Senadora ROSE DE FREITAS

LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - 1988/88

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- parágrafo 3º do artigo 60

- parágrafo 4º do artigo 66

- parágrafo 6º do artigo 66

- urn:lex:br:federal:emenda.constitucional:2011;32

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:emenda.constitucional:2011;32>



ccs

À Comissão de Constituição, Justiça
e Cidadania.

EM 8 / 11 / 2016.

57, DE 2016

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N°

Altera os arts. 30, 37, 146, 150, 179 e 195 da Constituição Federal para prever que lei complementar conceituará pequeno Município, poderá disciplinar os princípios da Administração Pública e as normas gerais aplicáveis ao processo administrativo fiscal, à substituição tributária, à moralidade tributária, à eficiência tributária e à vedação de confisco, e ao estabelecimento do estatuto de defesa dos direitos contribuintes; dá nova disciplina ao princípio da anterioridade; elimina a exigência de certidão negativa dos débitos previdenciários para participação em procedimentos licitatórios e contratação com o setor público; e fixa a obrigatoriedade de especificação de tratamento diferenciado e simplificado das microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito das normas de caráter geral aplicáveis às empresas.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º Os arts. 30, 37, 146, 150, 179 e 195 da Constituição passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 30. *ver*

Parágrafo único. Lei complementar definirá pequeno Município e as normas a eles aplicáveis, diferenciadas e simplificadas, especialmente em relação a:

I – balancetes e prestações de contas, inclusive as relativas a convênios de cooperação técnica e financeira com outros entes federativos;

II – delegação de competência ao Estado em que estiver localizado, no que concerne à cobrança e à fiscalização de tributos, e ao processo administrativo fiscal.” (NR)



“Art. 37.

.....
XXIII- Os princípios de que trata o *caput* poderão ser disciplinados por leis complementares.” (NR)

“Art. 62.

.....
§ 2º Medida Provisória que implique instituição ou majoração de tributos deverá observar o disposto no art. 150, III e seu § 1º.” (NR)

“Art. 146.

.....
III -

-
.....
e) processo administrativo fiscal;
f) substituição tributária;
g) eficiência tributária;
h) moralidade tributária;
i) confisco.

IV – estabelecer estatuto de defesa dos direitos do contribuinte da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

.....
.....
§ 2º As normas de que trata este artigo, as relativas ao federalismo fiscal e as leis complementares aplicáveis a tributos e a que se refere o art. 146-A deverão preferencialmente ser incorporadas ao Código Tributário Nacional.” (NR)

“Art. 150.

.....
.....
b) no exercício financeiro se o ato que os instituiu ou aumentou houver sido publicado após 30 de junho do exercício anterior;

.....
.....
c) (REVOGADO).



§ 1º As vedações da alínea *b* do inciso III não se aplicam aos tributos previstos nos arts. 148, I, 153, I, II e V, e 154, II.

.....” (NR)

“Art. 179.

Parágrafo único. Normas de caráter geral aplicáveis às empresas deverão observar obrigatoriamente tratamento diferenciado e simplificado em relação às microempresas e empresas de pequeno porte.” (NR)

“Art.195.

.....
§ 3º (REVOGADO)

.....
§ 6º Aplicam-se às contribuições sociais de que trata este artigo o disposto no inciso III do art. 150

.....”. (NR)

Art. 2º O atual parágrafo único do art. 146 passa a ser renumerado como § 1º.

Art. 3º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro do ano subsequente ao de sua promulgação.

JUSTIFICAÇÃO

A Comissão Diretora aprovou a formalização da presente Proposta de Emenda à Constituição apresentada pela Comissão de Juristas para Desburocratização, instituída pelo Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, submetendo-a às Senhoras Senadoras e aos Senhores Senadores. Adota, ainda, a justificação da dnota Comissão de Juristas.



A proposta de introdução do parágrafo único no art. 30 tem por objetivo simplificar o tratamento dos pequenos municípios, conceituados em lei complementar, especialmente no que concerne à apresentação de balancetes e às prestações de contas, inclusive no que se refere a convênios de cooperação técnica e financeira com outros entes federados, além de prever a delegação de competência ao Estado em que estiver localizado o pequeno município, no tocante à cobrança e fiscalização de tributos de sua competência e à prática de atos previstos no processo administrativo fiscal.

Essa proposição corresponde ao reconhecimento das enormes diferenças entre os municípios brasileiros, particularmente no que diz respeito à capacidade operacional.

A introdução do inciso IV no art. 37 de que trata esta Proposta de Emenda à Constituição pretende fixar parâmetros de abrangência nacional, estruturados em lei complementar, que confirmam maior operacionalidade aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, que regem a administração pública.

No caso específico do princípio da eficiência, essa nova regra constitucional permitiria a adoção de uma lei complementar que reunisse normas de desburocratização a serem observadas por todos os entes federativos.

Já a introdução das alíneas *e* a *i* no inciso III do art. 146 pretende remeter à lei complementar as normas gerais relativas ao processo administrativo fiscal, à substituição tributária, à eficiência tributária, à moralidade tributária e à vedação de confisco, com vistas a conferir maior especificação e melhor



harmonização de institutos e princípios que informam o sistema tributário nacional.

A proposta do inciso IV do art. 146 tem por objetivo instituir regras de alcance nacional relativamente aos direitos dos contribuintes, consubstanciando-as em estatuto.

No mesmo art. 146, a proposta de introdução do § 2º é de estabelecer norma de caráter programático visando a sistematizar, no Código Tributário Nacional, todas as normas que demandam lei complementar em virtude dos arts. 146 e 146-A da Constituição, e as relativas ao federalismo fiscal.

A fim de racionalizar a proposta orçamentária anual, no que concerne à enumeração dos tributos e suas respectivas bases de cálculo e alíquotas, é que se propõe a introdução da regra da anterioridade plena, em virtude da qual um tributo só pode ser cobrado em um exercício se instituído ou majorado até junho do exercício anterior, antecedendo, portanto, o encaminhamento da proposta orçamentária. Para tal, se propõem alterações nas alíneas *b* e *c* do art. 150 da Constituição, bem como no § 1º do mesmo art. 150, no § 2º do art. 62 e no § 6º do art. 195.

A proposta de revogação do § 3º do art. 195 tem por finalidade remeter as exigências relativas as certidões negativas de tributos à legislação infraconstitucional.

No propósito de dar maior concretude ao disposto no art. 179 da Constituição, é que se propõe a exigência de diferenciação, pautada pela simplificação, para microempresas e empresas de pequeno porte, no âmbito de normas gerais aplicáveis às empresas.



Dada a relevância do tema, rogamos o apoio dos parlamentares para aprovação desta Proposta de Emenda à Constituição.

Sala da Comissão Diretora,
Em 8 de novembro de 2016.



Requerimentos



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador CIRO NOGUEIRA

*Apresentado
em 8/11/16
C.N.*

REQUERIMENTO N° 803, DE 2016

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 40, § 1º, inciso II, alínea a, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que seja considerada como missão política de interesse parlamentar, minha ausência dos trabalhos da Casa, no período de 17 a 19 de novembro do corrente ano, quando estarei participando do Workshop: “Consumo inteligente e Responsável de Bebidas Alcoólicas, no campus da Georgetown University, em Washington.

A propósito do disposto no Art. 39, inciso I do Regimento Interno, informo a Vossa Excelência que estarei ausente do País no período de 17 a 22 de novembro de 2016.

Sala das Sessões, em

Ciro Nogueira
Senador CIRO NOGUEIRA

27/11/16
Recebido em _____
Hora _____
Debora Rodrigues Matos - Mat. 257695
SGM - Senado Federal



00100.167992/2016-00 (VIA 001) - 00100.168727/2016-31 (VIA 001)



SENADO FEDERAL
Presidência

MEMO. N° 053 /2016-PRESID.

Brasília, 26 de OUTUBRO de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **CIRO NOGUEIRA**
Senado Federal

Senhor Presidente,

Nos termos da solicitação constante no Ofício GSCNOG nº 00046/16, datado de 30 de agosto de 2016, autorizo a participação de Vossa Excelência no "Workshop – Consumo Inteligente e Responsável de Bebidas Alcoólicas: Desafios e Oportunidades em Busca do Sonho de Reduzir 10% do Consumo Nocivo de Álcool até 2025", a ser realizado entre os dias 17 e 19 de novembro de 2016, na cidade de Washington, EUA, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal.

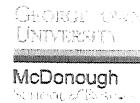
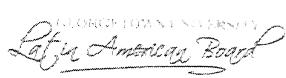
Atenciosamente,

Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente do Senado Federal



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 21D48E1F0014D67E
CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>





Washington, October 03, 2016

Dear Senator
Ciro Nogueira
Senate

Ref: Letter of Invitation: Georgetown University, Washington D.C. Workshop "SmartDrinking and Responsible Consumption of Alcohol: Challenges and Opportunities to Reduce 10% of the Harmful Use of Alcohol by 2025."

Dear Senator,

On behalf of Georgetown University and the Center for Public Leadership (CPL), we are very pleased to invite you to participate in a high-level workshop titled, "*Smart Drinking and Responsible Consumption of Alcohol: Challenges and Opportunities to Reduce 10% of the Harmful Use of Alcohol by 2025.*"

The workshop objective is to discuss new solutions for Brazil to achieve the World Health Organization (WHO) goal to reduce by 10% of the harmful use of alcohol by 2025, considering the results already achieved to date.

The workshop is organized by Georgetown University's Latin American Board in partnership with the Center for Public Leadership and will take place at Georgetown University's campus in Washington, D.C., from November 17-19, 2016. The event is sponsored by Anheuser-Busch InBev (AB InBev) and Ambev, who will also cover travel and subsistence costs for all participants.

This invitation is personal and not transferable and if you cannot accept it because of any applicable legal restrictions we would please ask you to decline at your earliest convenience so we can offer the opportunity to another participant.

We are looking forward to your response and to your continued participation in this important dialogue. Please contact Ms. Luiza Murakami by phone 55 11 2364-9518 or by mail at georgetown_seminar@clp.org.br at CPL with any questions or concerns, and to confirm your participation.

Sincerely,

Ricardo Ernst
Managing Director, Latin American Board
Georgetown University

Luiz Felipe d'Avila
Director President
Center for Public Leadership



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5246DD710014CD73.
CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>



00100.167992/2016-00 (VIA 001)



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Ciro Nogueira

OF. GSCNOG Nº 00046/2016

Brasília-DF, 25 de outubro de 2016.

6187

A Sua Excelência o Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
 Presidente do Senado Federal
Brasília – DF

Senhor Presidente,

Cumprimentando cordialmente Vossa Excelência, tenho a honra de informar que será realizado em Washington, Estados Unidos da América, entre os dias 17 e 19 de novembro de 2016, no campus da *Georgetown University* o Workshop: **“Consumo inteligente e Responsável de Bebidas Alcoólicas: Desafios e Oportunidades em Busca do sonho de reduzir 10% do Consumo nocivo de Álcool até 2025”**, conforme convite, em anexo.

Muito agradeceria a Vossa Excelência a gentileza de autorizar-me a participar deste importante evento na forma da alínea “a” inciso II do art. 40 do Regimento Interno do Senado.

Agradecendo, antecipadamente, a atenção dispensada, colho do ensejo para renovar os meus mais sinceros protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Senador CIRO NOGUEIRA

Endereço: Senado Federal - Anexo I - 3º Andar - 70165-900 - Telefone: 3303.6185 - Fax: 3303.6192

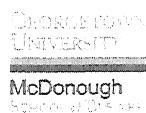


ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5246DD100140073.
 CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 00E61872001540CC.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>



Washington, 03 de outubro de 2016

Exmo Sr. Senador
Ciro Nogueira
Senado Federal

Ref: Carta-convite. Georgetown University, Washington, D.C. Workshop: "Consumo Inteligente e Responsável de Bebidas Alcoólicas: Desafios e Oportunidades em Busca do Sonho de Reduzir 10% do Consumo Nocivo de Álcool até 2025".

Prezado Senador,

Em nome da Georgetown University e do Centro de Liderança Pública (CLP), é com grande satisfação que convidamos Vossa Excelência para participar do Workshop "Consumo Inteligente e Responsável de Bebidas Alcoólicas: Desafios e Oportunidades em Busca do Sonho de Reduzir 10% do Consumo Nocivo de Álcool até 2025".

O objetivo do seminário é debater, em alto nível, novas soluções para que o país alcance a meta, sugerida pela Organização Mundial de Saúde (OMS), de reduzir 10% do consumo nocivo de álcool até 2025, levando em conta os resultados já alcançados pelo Brasil.

O programa do seminário será oferecido e gerenciado pela parceria entre a Georgetown University's Latin American Board e o CLP em sessões que ocorrerão entre os dias 17 e 19 de novembro de 2016, no campus da Georgetown University em Washington, DC. O evento conta com o patrocínio da Anheuser-Busch InBev (AB InBev) e da Ambev, que arcão também com os custos logísticos dos convidados.

É importante ressaltar que o convite é pessoal e intransferível e caso Vossa Excelência não possa aceitá-lo em razão de Regulamentos e/ou Leis aplicáveis, pedimos que o recuse para que possamos redirecioná-lo.

Esperamos contar com sua valiosa contribuição nessa iniciativa, solicitamos que confirme seu interesse com a sra. Luiza Murakami por telefone (11) 2364-9518 ou por e-mail através do georgetown.seminar@clp.org.br no CLP. Ficamos à disposição para outros esclarecimentos e informações que se façam necessários.

Cordialmente,

Ricardo Ernst
Managing Director, Latin American Board
Georgetown University

Luiz Felipe d'Avila
Presidente
Centro de Liderança Pública



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 5246DD710014CD73.
CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 00E61872001540CC.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador CIRO NOGUEIRA

Anexo
em 01/11/16
R.F.

REQUERIMENTO N° 804, DE 2016

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 40, § 1º, inciso II, alínea a, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que seja considerada como missão política de interesse parlamentar, minha ausência dos trabalhos da Casa, no período de 10 a 16 de novembro do corrente ano, quando estarei, juntamente com outros parlamentares, integrando a delegação brasileira que participará da Conferencia das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, que será realizado em Marraquexe, Marrocos.

Sala das Sessões, em


Senador CIRO NOGUEIRA

Recebido em 01/11/16
Hora 17:10

Débora Rodrigues Mates - Mat. 257600
SGM - Senado Federal





SENADO FEDERAL
Presidência

MEMO. Nº 060 /2016-PRESID.

Brasília, 1º de NOVEMBRO de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **CIRO NOGUEIRA**
Presidente do Grupo Brasileiro da União Interparlamentar

Senhor Presidente,

Nos termos da solicitação constante no Ofício nº 058/16, datado de 10 de outubro de 2016, autorizo a participação de Vossa Excelência, bem como a dos Senadores **GLADSON CAMELI** e **PAULO BAUER** na Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas – COP 22, que incluirá Reunião Parlamentar organizada pela União Interparlamentar e o Parlamento do Marrocos, a ser realizado em Marrakesh, no Marrocos, no período dia 13 de novembro de 2016, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal.

Atenciosamente,

Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente do Senado Federal



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D5B5F8630014FD3F.
CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>



*Apurado
em 8/11/16
RGC*

REQUERIMENTO N° 805, de 2016

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do artigo 40 inciso II, alínea “a” do Regimento Interno, autorização para desempenhar missão no exterior, por indicação desta Presidência, para participar, como representante do Senado Federal, da Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP22/CMP12) de 07 a 18 de novembro do corrente ano, bem como da Reunião Parlamentar organizada pela União Interparlamentar e o Parlamento do Marrocos no dia 13 de novembro, em Marraqueche, Marrocos.

Na oportunidade, comunico a Vossa Excelência em cumprimento ao disposto do Artigo 39, inciso I, c/c o Artigo 13 do Regimento Interno, que me ausentarei do País no período de 10 a 15 de novembro do corrente ano, para o desempenho desta missão.


Senador Gladson Cameli
PP-AC



00100.171954/2016-43 (VIA 002)



SENADO FEDERAL
Presidência

MEMO. Nº 060 /2016-PRESID.

Brasília, 1º de novembro de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **CIRO NOGUEIRA**
Presidente do Grupo Brasileiro da União Interparlamentar

Senhor Presidente,

Nos termos da solicitação constante no Ofício nº 058/16, datado de 10 de outubro de 2016, autorizo a participação de Vossa Excelência, bem como a dos Senadores **GLADSON CAMELI** e **PAULO BAUER** na Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas – COP 22, que incluirá Reunião Parlamentar organizada pela União Interparlamentar e o Parlamento do Marrocos, a ser realizado em Marrakesh, no Marrocos, no período dia 13 de novembro de 2016, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal.

Atenciosamente,

Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente do Senado Federal



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: D589F3630014FD3F.
CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>





GRUPO BRASILEIRO DA UNIÃO INTERPARLAMENTAR

Ofício 058/16

Brasília, 10 de outubro de 2016

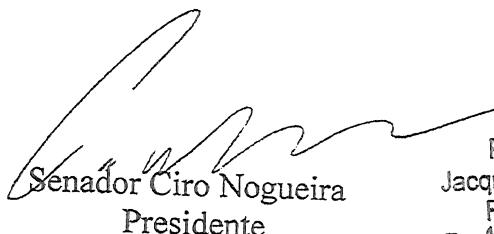
Ao
 Exmo. Senhor
 Senador Renan Calheiros
 Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Tenho a honra de informar Vossa Excelência que será realizado em Marraqueche, Marrocos, de 7 a 18 de novembro do corrente ano, a Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP22/CMP12), que incluirá Reunião Parlamentar organizada pela União Interparlamentar e o Parlamento de Marrocos no dia 13 de novembro.

Muito agradeceria a Vossa Excelência a gentileza de autorizar, na forma da alínea “a” inciso II do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, a participação dos Senadores relacionados em anexo que integrarão a delegação brasileira da União Interparlamentar no referido evento.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração.


 Senador Ciro Nogueira
 Presidente

Presidência do Senado
 Jacqueline de Souza, Mat. 300618
 RECEBI O ORIGINAL
 Em 11 Nov 2016 Hora 16:28

GRUPO BRASILEIRO DA UNIÃO INTERPARLAMENTAR
 Senado Federal – Anexo I, 19º Andar, Salas 09 e 10
 +55 61 3303-3859/3834 – E-mail: gbuip@senado.gov.br



GRUPO BRASILEIRO DA UNIÃO INTERPARLAMENTAR

**REUNIÃO PARLAMENTAR POR OCASIÃO DA
CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE
MUDANÇAS CLIMÁTICAS**

MARRAQUECHE, MARROCOS, 7 a 18 de NOVEMBRO de 2016

DELEGAÇÃO

SENADORES: 1. Ciro Nogueira – Chefe da Delegação

2. Gladson Cameli

3. Paulo Bauer

GRUPO BRASILEIRO DA UNIÃO INTERPARLAMENTAR
Senado Federal – Anexo I, 19º Andar, Salas 09 e 10
+55 61 3303-3859/3834 – E-mail: gbiup@senado.gov.br



TRADUÇÃO

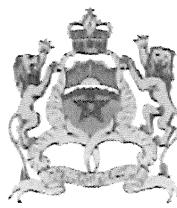


Inter-Parliamentary Union

PARLIAMENTARY MEETING
ON THE OCCASION OF THE UNITED NATIONS
CLIMATE CHANGE CONFERENCE

Marrakech (Morocco), 13 November 2016

Organized jointly by the Inter-Parliamentary Union
and the Parliament of Morocco

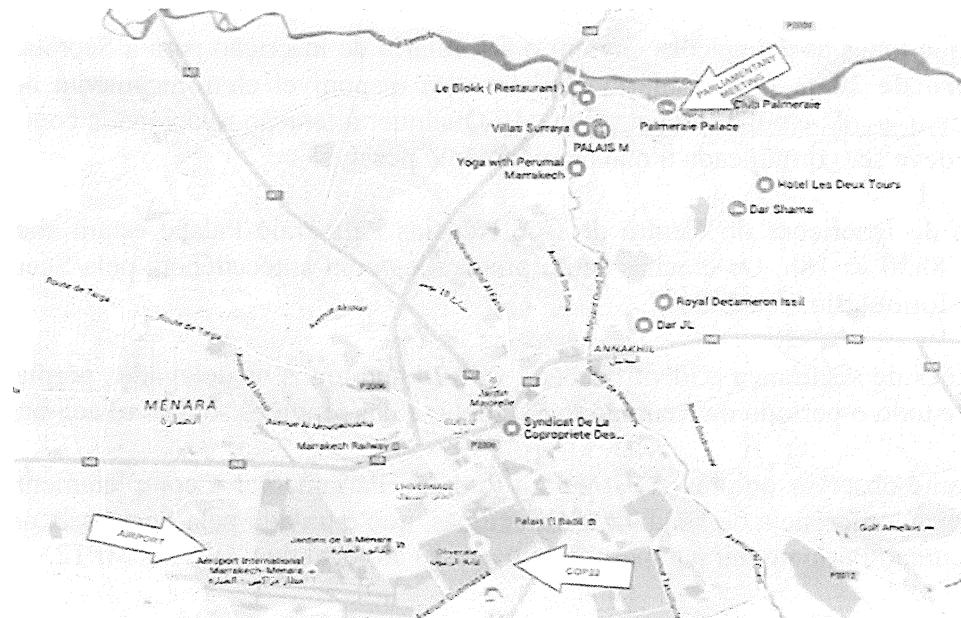


Local da Reunião

1. A Reunião Parlamentar por ocasião da Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP22/CMP12) será organizada em conjunto pela UIP e o Parlamento de Marrocos. Ela será a única atividade parlamentar oficial no âmbito da Conferência da ONU. A Reunião acontecerá no dia 13 de novembro de 2016 no Centro de Conferência do Palmeraie Palace em Marrakech.

Palmeraie Palace
Circuit de la Palmeraie
40000 Marrakech
Morocco
Tel.: + 212 (0) 524 36 87 60
E-mail: sales@palmeraieresorts.com
Website: <http://www.palmeraiemarrakech.com/congres-evenements>

2. O Palmeraie Palace é de fácil acesso do local principal Conferência da ONU e de todos os hoteis oficiais da COP22/CMP12 em Marrakech, incluindo o serviço de transporte gratuito fornecido pelos anfitriões marroquinos. Para maiores informações sobre o transporte em Marrakech durante a COP22/CMP12, favor consultar o site do país anfitrião (<http://www.cop22-morocco.com/>).



Serviço de
Tradução:
GBUIP

Traduzido por: S. Cabral
Versão original: inglês

Programação de Trabalho

3. A Reunião terá duas sessões no domingo, 13 de novembro, de 10h às 13h, e de 15h às 18h. Terá início com a cerimônia inaugural, seguido de duas sessões de trabalho. Será servido almoço para todos os participantes no Centro de Conferência Palmeraie Palace. No encerramento, haverá uma programação cultural oferecida pelos anfitriões.
4. Mais detalhes da programação serão colocados no site da UIP <HTTP://www.ipu.org/splz-e/cop22.htm>).
5. A COP22/CMP12 acontecerá de 7 a 18 de novembro, além do dia 13 de novembro, e os parlamentares terão a oportunidade de participar de várias atividades no local da Conferência. Será organizado um evento especificamente para parlamentares. Detalhes deste evento serão anunciados posteriormente.

Participação e inscrição

6. Como em outras ocasiões, a Reunião é para parlamentares que participarão da COP22/CMP12 em Marrakech como membros de suas delegações nacionais, ou como observadores representando organizações da sociedade civil. Para assegurar o sucesso da Reunião, é de extrema importância que os parlamentares designados estejam envolvidos com a proteção ambiental e mudanças climáticas.
7. Recomenda-se que os delegados que participarão da Reunião Parlamentar viajem para Marrakech como membros das delegações nacionais da COP22/CMP12. Esta é a forma mais fácil para assegurar que transporte, visto e acomodação necessários serão tratados de forma centralizada. Mais importante é que esses delegados estarão automaticamente acreditados para a Conferência da ONU e receberão crachá de identificação que permitirá acesso irrestrito ao local da COP22/CMP12.
8. Devido a capacidade limitada de lugares na sala de reunião do Centro de Conferência Palmeraie Palace, o número de parlamentares por delegação não deve exceder quatro pessoas. Delegações de observadores serão limitadas a duas pessoas. Os parlamentos devem procurar montar suas delegações com base na equidade de gênero.
9. Pedimos que todas as delegações enviem o formulário de inscrição para a Secretaria da UIP até **20 de outubro de 2016**. O formulário também está disponível eletronicamente no site da UIP <http://www.ipu.org/splz-e/cop22/registration.pdf>. Qualquer alteração relacionada com a composição da delegação deve ser comunicada o mais rapidamente possível.
10. O Balcão de Inscrições do Centro de Conferências Palmeraie Palace estará aberto no dia 13 novembro de 8h30 às 18h. Os crachás serão preparados com antecedência pela Secretaria da UIP com base nos formulários recebidos.
11. Por questões de segurança e identificação, pede-se que todos os delegados permaneçam com o crachá durante todo o período da Reunião Parlamentar e das reuniões sociais relacionadas.
12. É importante observar que inscrição para a Reunião Parlamentar é completamente separada da inscrição para a Conferência de Mudanças Climáticas, que é tratada pela Secretaria da UNFCC. Os crachás da Reunião Parlamentar não permitem o acesso ao local da COP22/CMP12.

13. A UIP e o Parlamento de Marrocos não poderão auxiliar no credenciamento para a COP22/CMP12. Esse assunto deve ser tratado individualmente por cada delegação, como parte do processo de credenciamento da Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas.

Relação de Participantes

14. Uma lista de participantes provisória será distribuída no início da Reunião Parlamentar. A lista terá como base as confirmações recebidas pela Secretaria da UIP até o dia 5 de novembro. No local da reunião, as delegações poderão informar modificações no Balcão de Inscrições. A lista de participantes revisada será publicada no site da UIP após a Reunião.

Modalidade de trabalho

15. Os itens da Ordem do Dia serão tratados em plenário. A programação da Reunião inclui uma série de painéis interativos e discursos de experts e oficiais das Nações Unidas, entre outros.

16. Devido ao formato interativo da Reunião, todo esforço deve ser feito para evitar a leitura de discursos. Os delegados são convidados a participar, fazendo perguntas e/ou pequenas intervenções e sugestões. Não haverá uma lista formal de oradores e a ordem das intervenções e/ou perguntas será decidida pela Mesa.

Documento Final

17. No período que antecede a Reunião Parlamentar em Marrakech, a UIP fará diversas consultas sobre o projeto de resolução do documento a ser adotado pela Reunião. O Parlamento de Marrocos fará um projeto de resolução inicial que deverá se tornar uma declaração política sucinta dirigida para governos e parlamentos. O conteúdo e o formato deverão facilitar a adoção do projeto de resolução por todos os participantes da Reunião Parlamentar sem a necessidade de votação ou elaboração de novo projeto de resolução.

18. A UIP vai publicar o projeto de resolução inicial em inglês e francês antes da 135ª Assembleia da UIP (Genebra, 23-27 de outubro de 2016) e utilizará os mecanismos de consulta da Assembleia para receber comentários e observações sobre o documento. A versão revisada do projeto de resolução será disponibilizada no site da UIP para emendas logo após a Assembleia. O prazo para enviar emendas será até o dia 1º de novembro. Após esta data, a UIP irá finalizar o projeto de resolução e publicar no site dia 7 de novembro. Nenhuma emenda será aceita após esta data.

19. Contudo, delegados participando da Reunião Parlamentar em Marrakech poderão submeter, no local da reunião, emendas individuais que não causem impacto no escopo ou natureza do documento.

20. O documento final será apresentado no encerramento da sessão da Reunião Parlamentar para adoção por consenso.

Idioma

21. Haverá interpretação simultânea em árabe, inglês, francês e espanhol. Documentos oficiais da Reunião serão impressos somente em inglês e francês.



Documentos

22. Somente documentos oficiais da Reunião, preparados pela Secretaria, serão distribuídos na sala de reunião.
23. Caso os delegados queiram distribuir seus próprios documentos, ou outros materiais relacionados com o conteúdo da Reunião, eles poderão dispor os materiais em uma vez que estará localizada nas imediações da sala de Reunião.

Recepções Oficiais

24. O Parlamento de Marrocos vai oferecer um almoço e uma noite cultural para todos os participantes. O almoço será servido às 13h no Centro de Conferência Palmeraie Palace. O local do evento cultural será informado posteriormente.

Visto

25. Todos os delegados que necessitam de visto para entrar no Marrocos deverão fazer a solicitação com antecedência. A UIP e o Parlamento anfitrião não poderão fornecer visto de entrada para o Marrocos. Esses assuntos deverão ser tratados por cada delegação individualmente, como parte dos procedimentos de credenciamento para a Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas.

Acomodação

26. Os delegados são responsáveis pela organização de suas viagens e reservas de hotel em Marrakech. O hotel poderá ser reservado pelo serviço de reservas do país anfitrião da COP22/CMP12 no site <http://www.cop22.ma/en>. O Parlamento de Marrocos disponibilizou um serviço de reserva online com tarifas preferenciais no Palmeraie Palace Hotel, local onde acontecerá a Reunião Parlamentar. Para fazer a reserva, siga as instruções na página: <http://www.ipu.org/splz-e/cop22/Palmeraie.pdf>. O hotel só poderá garantir as tarifas preferenciais caso as reservas sejam feitas até 31 de julho de 2016.

Solicitação de informações adicionais

27. Pedidos de informações adicionais da Reunião Parlamentar por ocasião da Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas em Marrakech devem ser enviados para:

Inter-Parliamentary Union
 Chemin du Pommier 5
 Case postale 330
 1218 Le Grand-Saconnex, Geneva
 Switzerland
 Phone: +4122 919 41 50
 Fax: +4122 919 41 60
 e-mail: postbox@mail.ipu.org



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Humberto Costa

*Approved
em 07/11/16
[Signature]*



REQUERIMENTO N° 806, DE 2016 - PLEN

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro afastamento do país para participar, do Workshop –Desafios e Oportunidades para Redução do Consumo Nocivo de Álcool em 10% até 2025, a ser realizado entre os dias 17 e 19 de novembro de 2016, na cidade de Whashington-DC, EUA.

Ainda com fundamento naquele artigo(art. 40) do RISF, expresso que para tal Missão Oficial, por se tratar de viagem internacional, necessito de dois dias adicionais para o trajeto exterior, portanto, de autorização para o período de 16 ao dia 20 daquele mês.

Desse modo, se este Requerimento for aprovado, nos termos do art. 39, I, do mesmo Regimento, comunico ao Senado Federal que, para tomar parte em tal evento, deverei estar ausente de minhas atividades parlamentares no período citado.

Sala das sessões, em de novembro de 2016.

Humberto Costa
Senador HUMBERTO COSTA

Recebido em 07/11/16
Hora _____

Pauline
Pauline S. D. Koenigkan - Mat. 240841
SGM - Senado Federal

Ass. Digitais



Novembro de 2016

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

Quarta-feira 9 143

00100.170662/2016-93 (VIA 001) - 00100.171560/2016-95 (VIA 0



SENADO FEDERAL
Presidência

MEMO. Nº 061 /2016-PRESID.

Brasília, 1º de NOVEMBRO de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Senador HUMBERTO COSTA
Senado Federal

Senhor Presidente,

Nos termos da solicitação constante no Memorando – 00187/2016-GSHCST, datado de 14 de novembro de 2016, autorizo a participação de Vossa Excelência no “Workshop – Desafios e Oportunidades para Redução do Consumo Nocivo de Álcool em 10% até 2025”, a ser realizado entre os dias 17 e 19 de novembro de 2016, na cidade de Washington, EUA, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal.

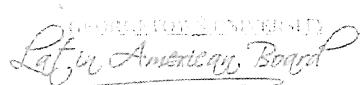
Atenciosamente,

Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: DC7D397_L00147
CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.





Georgetown
UNIVERSITY
McDonough
School of Business



Washington, 03 de outubro de 2016

Exmo Sr. Senador
Humberto Costa
Senado Federal

Ref: Carta-convite. Georgetown University, Washington, D.C. Workshop: "Consumo Inteligente e Responsável de Bebidas Alcoólicas: Desafios e Oportunidades em Busca do Sonho de Reduzir 10% do Consumo Nocivo de Álcool até 2025".

Prezado Senador,

Em nome da Georgetown University e do Centro de Liderança Pública (CLP), é com grande satisfação que convidamos Vossa Excelência para participar do Workshop "Consumo Inteligente e Responsável de Bebidas Alcoólicas: Desafios e Oportunidades em Busca do Sonho de Reduzir 10% do Consumo Nocivo de Álcool até 2025".

O objetivo do seminário é debater, em alto nível, novas soluções para que o país alcance a meta, sugerida pela Organização Mundial de Saúde (OMS), de reduzir 10% do consumo nocivo de álcool até 2025, levando em conta os resultados já alcançados pelo Brasil.

O programa do seminário será oferecido e gerenciado pela parceria entre a Georgetown University's Latin American Board e o CLP em sessões que ocorrerão entre os dias 17 e 19 de novembro de 2016, no campus da Georgetown University em Washington, DC. O evento conta com o patrocínio da Anheuser-Busch InBev (AB InBev) e da Ambev.

É importante ressaltar que o convite é pessoal e intransferível e caso Vossa Excelência não possa aceitá-lo em razão de Regulamentos e/ou Leis aplicáveis, pedimos que o recuse para que possamos redirecioná-lo.

Esperamos contar com sua valiosa contribuição nessa iniciativa, solicitamos que confirme seu interesse com a sra. Luiza Murakami por telefone (11) 2364-9518 ou por e-mail através do georgetown.seninar@clp.org.br no CLP. Ficamos à disposição para outros esclarecimentos e informações que se façam necessários.

Cordialmente,



Ricardo Ernst
Managing Director, Latin American Board
Georgetown University

Luiz Felipe d'Avila
Presidente
Centro de Liderança Pública



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: FABF8530001HEP
CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>



Georgetown University
Latin American Board

Georgetown University
Latin American Board
McDonough
School of Business



Washington, October 03, 2016

Dear Senator
Humberto Costa
Senate

Re: Letter of Invitation: Georgetown University, Washington D.C. Workshop "Smart Drinking and Responsible Consumption of Alcohol: Challenges and Opportunities to Reduce 10% of the Harmful Use of Alcohol by 2025."

Dear Senator,

On behalf of Georgetown University and the Center for Public Leadership (CPL), we are very pleased to invite you to participate in a high-level workshop titled, "Smart Drinking and Responsible Consumption of Alcohol: Challenges and Opportunities to Reduce 10% of the Harmful Use of Alcohol by 2025."

The workshop objective is to discuss new solutions for Brazil to achieve the World Health Organization (WHO) goal to reduce by 10% of the harmful use of alcohol by 2025, considering the results already achieved to date.

The workshop is organized by Georgetown University's Latin American Board in partnership with the Center for Public Leadership and will take place at Georgetown University's campus in Washington, D.C., from November 17-19, 2016. The event is sponsored by Anheuser-Busch InBev (AB InBev) and Ambev.

This invitation is personal and not transferable and if you cannot accept it because of any applicable legal restrictions we would please ask you to decline at your earliest convenience so we can offer the opportunity to another participant.

We are look forward to your response and to your continued participation in this important dialogue. Please contact Ms. Luiza Murakami by phone 55 11 2364-9518 or by mail at georgetown.seminar@cpl.org.br at CPL with any questions or concerns, and to confirm your participation.

Sincerely,

Ricardo Ernst
Managing Director, Latin American Board
Georgetown University

Luiz Felipe d'Avila
Director President
Center for Public Leadership



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 00E61872001540CC
CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO

Nº 807, DE 2016

Requer, nos termos regimentais, que a Emenda da Câmara dos Deputados nº 6, de 2016 ao Projeto de Lei do Senado nº 238, de 2008, seja apreciado pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, além das Comissões constantes no despacho inicial.

AUTORIA: Senador Aloysio Nunes Ferreira

DESPACHO: Inclua-se em Ordem do Dia oportunamente



[Página da matéria](#)

**REQUERIMENTO Nº , DE 2016.**
SF/108862.508833-12

Nos termos regimentais, requeiro que a emenda da Câmara dos Deputados 6/2016 ao PLS 238/2008, que altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações), para instituir a obrigatoriedade de as prestadoras de serviços de telecomunicações oferecerem planos de serviço para atendimento específico de pessoas com deficiência auditiva ou da fala, seja apreciado pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, além das Comissões constantes no despacho inicial.

Sala das Sessões, de outubro de 2016.

SENADOR ALOYSIO NUNES FERREIRA
Líder do Governo no Senado





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO

Nº 808, DE 2016

Requeiro, nos termos do art. 256, do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 351, de 2014, que acrescenta o §2º ao art. 15-A da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, acrescenta o §5º ao art. 22 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, e altera o inciso XI do art. 649 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código do Processo Civil.

AUTORIA: Senador Vicentinho Alves

DESPACHO: Defira-se



[Página da matéria](#)

REQUERIMENTO N° , DE 2016
SF1665663441-67

Requeiro, nos termos do art. 256, do Regimento Interno do Senado Federal, a **retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 351, de 2014**, que *acrescenta o §2º ao art. 15-A da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, acrescenta o §5º ao art. 22 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, e altera o inciso XI do art. 649 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código do Processo Civil.*

JUSTIFICAÇÃO

Ciente das atualizações legislativas que substituíram a Lei nº 5.869, de 1973 (Código de Processo Civil), comprehendo que houve perda do objeto ora tratado, sendo, portanto, desnecessária a continuidade da tramitação da referida proposição.

Sala das Sessões, 26 de outubro de 2016.

Senador **VICENTINHO ALVES**
(PR/TO)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO

Nº 809, DE 2016

Requeiro, nos termos do art. 256, do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 227, de 2014, que altera a redação do caput, do art. 621, da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil – e dá outras providências.

AUTORIA: Senador Vicentinho Alves

DESPACHO: Defira-se



[Página da matéria](#)

REQUERIMENTO N° , DE 2016


SF/16697.69919-79

Requeiro, nos termos do art. 256, do Regimento Interno do Senado Federal, a **retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 227, de 2014**, que altera a redação do caput, do art. 621, da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – *Código de Processo Civil* – e dá outras providências.

JUSTIFICAÇÃO

Ciente das atualizações legislativas que substituíram a Lei nº 5.869, de 1973 (Código de Processo Civil), comprehendo que houve perda do objeto ora tratado, sendo, portanto, desnecessária a continuidade da tramitação da referida proposição.

Sala das Sessões, 26 de outubro de 2016.

Senador **VICENTINHO ALVES**
(PR/TO)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO

Nº 810, DE 2016

Requer, nos termos do art. 218 e 221, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestados pelo Senado Federal homenagens de pesar pelo falecimento do ex-Secretário Estadual de Educação e ex-Reitor da Universidade de Tocantins, professor RUY RODRIGUES DA SILVA, bem como condolências à família.

AUTORIA: Senador Vicentinho Alves

DESPACHO: Encaminhe-se



[Página da matéria](#)

REQUERIMENTO Nº , DE 2016

SF/16736.72174-21

Requeiro, nos termos do art. 218 e 221, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestados pelo Senado Federal homenagens de pesar pelo falecimento do ex-Secretário Estadual de Educação e ex-Reitor da Universidade de Tocantins, professor RUY RODRIGUES DA SILVA, bem como condolências à família.

JUSTIFICAÇÃO

Aos 88 anos, o querido professor Ruy, filho de Porto Nacional/TO, faleceu em Goiânia/GO dia 27 de outubro passado.

Durante anos, serviu a muitos estudantes e jovens em nossa cidade, enquanto padre. Tinha o espírito empreendedor nas áreas de educação e cultura. Trabalhou arduamente para a formação de jovens na Casa Paroquial e no Centro Cultural, onde atuou junto a Dom Alano Marie Du Noday.

Ajudou a implantar o aeroclube de Porto Nacional, com meu pai, Comandante Vicente, instrutor do aeroclube. Serviu ao Tocantins, como Secretário de Educação em dois governos – tamanha era a sua competência – nos mandatos de Moisés Avelino e Siqueira Campos.

Foi reitor da Universidade do Tocantins, pioneiro na área de cultura do Estado. Sempre teve o respeito e a credibilidade da classe educacional dos Estados de Goiás e do Tocantins.

Teve uma participação importantíssima na criação da Cenog – Casa do Estudante do Norte Goiano, que contribuiu muito para a criação do estado tocantinense.

Sinto muito a ausência física, mas ele estará sempre presente nos corações de todos nós. Fica aqui a nossa homenagem. Eu, como homem de fé cristã, desejo que Deus dê o descanso merecido a esse grande guerreiro e grande brasileiro.

Nossos sentimentos estão com suas filhas Adrianne e Sofie, seu irmão Adelmo Rodrigues e toda sua família.

Sala das Sessões, 7 de novembro de 2016.

Senador VICENTINHO ALVES
(PR - TO)

Endereço: Rua 86, número 129, Setor Sul - Goiânia/GO
CEP: 74.083- 330



Aprovado em 8/11/2016

[Handwritten signature]



SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Kátia Abreu



REQUERIMENTO N° 8/11 DE 2016

Senhor Presidente do Senado Federal,

Nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro aditamento ao RQS 780, de 2016, já aprovado pelo Plenário do Senado Federal, para que seja considerado o período de 12 a 20 de novembro de 2016, como integrante da participação na delegação brasileira à Conferência das Partes da Convenção – Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas – COP 22, a ser realizado em Marrakesh, no Marrocos.

Página: 1/1 03/11/2016 18:07:45

351912bac8fb52b30daffca88259768fc938657

Sala das Sessões,

[Handwritten signature]

Senadora KÁTIA ABREU
PMDB - TO



Término de prazo

Encerrou-se no dia 7 de novembro o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Resolução nº 57, de 2016.

Não foram oferecidas emendas.

A matéria vai à CCJ, onde se encontra o Projeto de Resolução nº 17, de 2009, que institui o novo Regimento Interno do Senado Federal.



DELIBERAÇÕES DA ORDEM DO DIA

Mensagem nº 88/2016



Senado Federal
55ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Secreta**Mensagem nº 88, de 2016 - Maria Nazareth Farani Azevêdo (Genebra)**

Indicação da Senhora Maria Nazareth Farani Azevêdo, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegada Permanente do Brasil em Genebra.

Matéria MSF 88/2016

Início Votação 08/11/2016 18:05:38 Término Votação 08/11/2016 18:12:25

Sessão 165º Sessão Deliberativa Ordinária

Data Sessão 08/11/2016 07:13:27

Partido	UF	Nome Senador	Voto
PSDB	MG	Aécio Neves	SECRETO
PV	PR	Álvaro Dias	SECRETO
PSDB	MG	Antonio Anastasia	SECRETO
PSB	SE	Antonio C Valadares	SECRETO
PTB	PE	Armando Monteiro	SECRETO
PSDB	TO	Ataídes Oliveira	SECRETO
PP	AL	Benedito de Lira	SECRETO
PP	PI	Ciro Nogueira	SECRETO
PSDB	SC	Dalírio Beber	SECRETO
PSDB	PB	Deca	SECRETO
PMDB	MA	Edison Lobão	SECRETO
PSC	SE	Eduardo Amorim	SECRETO
PMDB	AM	Eduardo Braga	SECRETO
PTB	PI	Elmano Férrer	SECRETO
PMDB	CE	Eunício Oliveira	SECRETO
PSB	PE	Fernando Coelho	SECRETO
PSDB	PA	Flexa Ribeiro	SECRETO
PMDB	RN	Garibaldi Alves Filho	SECRETO
PP	AC	Gladson Cameli	SECRETO
PMDB	DF	Hélio José	SECRETO
PP	RO	Ivo Cassol	SECRETO
PMDB	MA	João Alberto Souza	SECRETO
PSB	AP	João Capiberibe	SECRETO
DEM	RN	José Agripino	SECRETO
PSDB	SP	José Aníbal	SECRETO
PSD	MT	José Medeiros	SECRETO
PT	CE	José Pimentel	SECRETO
PDT	RS	Lasier Martins	SECRETO
PSB	BA	Lídice da Mata	SECRETO
PT	RJ	Lindbergh Farias	SECRETO
PSB	GO	Lúcia Vânia	SECRETO
PSD	AM	Omar Aziz	SECRETO
PT	RS	Paulo Paim	SECRETO
PT	PA	Paulo Rocha	SECRETO
PSC	MS	Pedro Chaves	SECRETO
PMDB	PB	Raimundo Lira	SECRETO
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	SECRETO
PT	PI	Regina Sousa	SECRETO
-	DF	Reguffe	SECRETO
PP	BA	Roberto Muniz	SECRETO
PMDB	PR	Roberto Requião	SECRETO

Emissão 08/11/2016 18:12:28



Senado Federal
55^a Legislatura
2^a Sessão Legislativa Ordinária

Votação Secreta

Mensagem nº 88, de 2016 - Maria Nazareth Farani Azevêdo (Genebra)

Indicação da Senhora Maria Nazareth Farani Azevêdo, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegada Permanente do Brasil em Genebra.

Matéria MSF 88/2016 Início Votação 08/11/2016 18:05:38 Término Votação 08/11/2016 18:12:25

Sessão 165º Sessão Deliberativa Ordinária

Data Sessão 08/11/2016 07:13:27

PSB	RJ	Romário	SECRETO
PMDB	ES	Rose de Freitas	SECRETO
PMDB	MS	Simone Tebet	SECRETO
PSDB	CE	Tasso Jereissati	SECRETO
PDT	RR	Telmário Mota	SECRETO
PMDB	RO	Valdir Raupp	SECRETO
PCdoB	AM	Vanessa Grazziotin	SECRETO
PR	TO	Vicentinho Alves	SECRETO
PSC	SE	Virgílio de Carvalho	SECRETO
PMDB	MS	Waldemir Moka	SECRETO
PP	GO	Wilder Morais	SECRETO
PTB	MG	Zézé Perrella	SECRETO

Presidente: Renan Calheiros

SIM:50 NÃO:2 ABST.: 1 PRESIDENTE:0 TOTAL:53

Primeiro-Secretario

TOTAL:53

PRESIDENTE:0

ABST.: 1

SIM:50

NÃO:2

Emissão 08/11/2016 18:12:28



Mensagem nº 93/2016

Senado Federal
55^a Legislatura
2^a Sessão Legislativa Ordinária

Votação Secreta**Mensagem nº 93, de 2016 - Denis Fontes de Souza Pinto (Canadá)**

Indicação do Senhor Denis Fontes de Souza Pinto, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Canadá.

Matéria **MSF 93/2016**Início Votação **08/11/2016 18:33:18** Término Votação **08/11/2016 18:42:39**Sessão **165º Sessão Deliberativa Ordinária**Data Sessão **08/11/2016 07:13:27**

Partido	UF	Nome Senador	Voto
PSDB	MG	Aécio Neves	SECRETO
PSDB	SP	Aloysio Nunes	SECRETO
PP	RS	Ana Amélia	SECRETO
PT	RR	Ângela Portela	SECRETO
PSDB	MG	Antonio Anastasia	SECRETO
PTB	PE	Armando Monteiro	SECRETO
PP	AL	Benedito de Lira	SECRETO
PMDB	SC	Dário Berger	SECRETO
PSDB	PB	Deca	SECRETO
PMDB	MA	Edison Lobão	SECRETO
PMDB	AM	Eduardo Braga	SECRETO
PTB	PI	Elmano Férrer	SECRETO
PMDB	CE	Eunício Oliveira	SECRETO
PSB	PE	Fernando Coelho	SECRETO
PSDB	PA	Flexa Ribeiro	SECRETO
PMDB	RN	Garibaldi Alves Filho	SECRETO
PP	AC	Gladson Cameli	SECRETO
PT	PR	Gleisi Hoffmann	SECRETO
PMDB	DF	Hélio José	SECRETO
PP	RO	Ivo Cassol	SECRETO
PMDB	MA	João Alberto Souza	SECRETO
PSB	AP	João Capiberibe	SECRETO
DEM	RN	José Agripino	SECRETO
PSD	MT	José Medeiros	SECRETO
PT	CE	José Pimentel	SECRETO
PMDB	TO	Kátia Abreu	SECRETO
PDT	RS	Lasier Martins	SECRETO
PSB	BA	Lídice da Mata	SECRETO
PT	RJ	Lindbergh Farias	SECRETO
PSB	GO	Lúcia Vânia	SECRETO
PSD	AM	Omar Aziz	SECRETO
PDT	RO	Pastor Valadares	SECRETO
PSDB	SC	Paulo Bauer	SECRETO
PT	RS	Paulo Paim	SECRETO
PT	PA	Paulo Rocha	SECRETO
PSC	MS	Pedro Chaves	SECRETO
PSDB	MA	Pinto Itamaraty	SECRETO
PMDB	PB	Raimundo Lira	SECRETO
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	SECRETO
PT	PI	Regina Sousa	SECRETO
-	DF	Reguffe	SECRETO

Emissão 08/11/2016 18:42:42



Senado Federal
55^a Legislatura
2^a Sessão Legislativa Ordinária

Votação Secreta

Mensagem nº 93, de 2016 - Denis Fontes de Souza Pinto (Canadá)

Indicação do Senhor Denis Fontes de Souza Pinto, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Canadá.

Matéria MSF 93/2016 Início Votação 08/11/2016 18:33:18 Término Votação 08/11/2016 18:42:39

Sessão 165º Sessão Deliberativa Ordinária Data Sessão 08/11/2016 07:13:27

PP	BA	Roberto Muniz	SECRETO
PSB	RJ	Romário	SECRETO
PMDB	ES	Rose de Freitas	SECRETO
PMDB	MS	Simone Tebet	SECRETO
PSDB	CE	Tasso Jereissati	SECRETO
PDT	RR	Telmário Mota	SECRETO
PMDB	RO	Valdir Raupp	SECRETO
PCdoB	AM	Vanessa Grazziotin	SECRETO
PR	TO	Vicentinho Alves	SECRETO
PMDB	MS	Waldemir Moka	SECRETO
PR	MT	Wellington Fagundes	SECRETO
PP	GO	Wilder Morais	SECRETO
PTB	MG	Zézé Perrella	SECRETO

Presidente: *Renan Calheiros*

SIM:51 NÃO:2 ABST.: 1 PRESIDENTE:0 TOTAL:54

Primeiro-Secretario

Emissão 08/11/2016 18:42:42



ATAS DA COMISSÃO DIRETORA



SENADO FEDERAL

**Ata da 6ª Reunião da Comissão Diretora do Senado Federal no ano de 2016,
realizada em 1º de novembro.**

Às quinze horas e vinte e cinco minutos do dia primeiro de novembro de dois mil e dezesseis, no Gabinete da Presidência do Senado Federal, reúne-se a Comissão Diretora do Senado, sob a Presidência do Sr. Senador Renan Calheiros. Assinam também a lista de comparecimento os seguintes Senadores: Romero Jucá, Segundo Vice-Presidente; Zeze Perrella, Segundo-Secretário; Gladson Cameli, Terceiro-Secretário; João Alberto Souza, Segundo-Suplente de Secretário. Abertos os trabalhos, o Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros, agradece a presença de todos. Inicialmente, deliberou-se a pauta legislativa, disponibilizada no Portal das Comissões, no sítio eletrônico do Senado Federal, e que é parte integrante desta Ata. Dos vinte Requerimentos de Informação constantes da pauta, apenas o RQS 712, de 2016, foi indeferido, nos termos do Parecer da Comissão Diretora. Em seguida, deliberou-se a pauta administrativa, afeta à Diretoria-Geral.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

**2^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
55^a LEGISLATURA**

**Em 1 de novembro de 2016
(terça-feira)
às 15h**

**RESULTADO
6^a Reunião, Ordinária**

COMISSÃO DIRETORA - CDIR

1^a PARTE	Requerimentos de Informação
2^a PARTE	Requerimentos de Tramitação Conjunta
3^a PARTE	Escritórios de Apoio às Atividades Parlamentares
Local	Sala de Audiências da Presidência do Senado Federal



1ª PARTE

PAUTA

ITEM 1

REQUERIMENTO N° 479 de 2016

Requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), que sejam solicitadas ao Senhor Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República informações acerca da política de comunicação social do Governo Federal, nos termos que especifica.

Autoria: Senadora Gleisi Hoffmann

Relatoria: Senador Zeze Perrella

Relatório: Pelo deferimento.

Resultado: Deferido

Textos da pauta:

[Relatório](#)

[Avulso da matéria](#)

[Texto inicial](#)

ITEM 2

REQUERIMENTO N° 487 de 2016

Requer, nos termos dos arts 49, X, e 50, § 2º, da Constituição Federal, e em conformidade com os arts. 215, I, a, e 216, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Defesa dados sobre aquisição de produtos controlados (armas, coletes e munições), contratos de manutenção, falhas nesses materiais, devolução para recall e incidentes durante o uso dos equipamentos.

Autoria: Senador José Medeiros

Relatoria: Senador Jorge Viana

Relatório: Pelo deferimento.

Resultado: Deferido

Textos da pauta:

[Relatório](#)

[Avulso da matéria](#)

ITEM 3

REQUERIMENTO N° 488 de 2016

Requer, nos termos dos arts. 49, X, e 50, § 2º, da Constituição Federal, e em conformidade com os arts. 215, I, a, e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Exmo. Sr. Ministro de Estado da Justiça e Cidadania dados sobre aquisição de produtos controlados (armas, coletes e munições), contratos de manutenção, falhas nesses materiais, devolução para recall e incidentes durante o uso dos equipamentos, nos termos que especifica.

Autoria: Senador José Medeiros

Relatoria: Senador Jorge Viana

Relatório: Pelo deferimento.

Resultado da 6ª Reunião Ordinária da CDIR, em 1 de Novembro de 2016

3

Resultado: Deferido**Textos da pauta:**[Relatório](#)[Avulso da matéria](#)**ITEM 4****REQUERIMENTO Nº 492 de 2016**

Nos termos do inciso X do art. 49 da Constituição, e do disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, observado, ainda, o disposto no art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requer ao Ministro de Estado da Fazenda que seja solicitada ao Banco do Brasil informações sobre avaliação da possibilidade de instalação de caixa eletrônico de autoatendimento no município de Morro do Chapéu do Piauí (PI).

Autoria: Senador Ciro Nogueira**Relatoria:** Senador Jorge Viana**Relatório:** Pelo deferimento.**Resultado:** Deferido**Textos da pauta:**[Relatório](#)[Avulso da matéria](#)**ITEM 5****REQUERIMENTO Nº 520 de 2016**

Requer, nos termos do disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitados ao Ministro de Estado do Meio Ambiente esclarecimentos sobre as políticas públicas voltadas para a mitigação do efeito estufa, o uso da água para geração elétrica e o aumento da participação das fontes renováveis na matriz energética.

Autoria: Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI)**Relatoria:** Senadora Angela Portela**Relatório:** Pelo deferimento.**Resultado:** Deferido**Textos da pauta:**[Relatório](#)[Avulso da matéria](#)**ITEM 6****REQUERIMENTO Nº 521 de 2016**

Requer, nos termos do disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitados ao Ministro de Estado de Minas e Energia esclarecimentos sobre as políticas públicas implementadas e desenvolvidas no âmbito do Ministério referente ao Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa) e o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica (Programa Luz para Todos).

Autoria: Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI)**Relatoria:** Senadora Angela Portela**Relatório:** Pelo deferimento.

Resultado da 6ª Reunião Ordinária da CDIR, em 1 de Novembro de 2016

4

Resultado: Deferido**Textos da pauta:**[Relatório](#)[Avulso da matéria](#)**ITEM 7****REQUERIMENTO Nº 522 de 2016**

Requer, nos termos do disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitados ao Ministro de Estado das Cidades esclarecimentos sobre programas destinados a estimular a disseminação das fontes renováveis de energia, especialmente, sobre o Programa de Desenvolvimento Energético dos Estados e Municípios (Prodeem).

Autoria: Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI)

Relatoria: Senadora Angela Portela

Relatório: Pelo deferimento.

Resultado: Deferido**Textos da pauta:**[Relatório](#)[Avulso da matéria](#)**ITEM 8****REQUERIMENTO Nº 525 de 2016**

Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216, do Regimento Interno do Senado Federal, informações, a serem solicitadas ao Ministro dos Transportes, acerca da possível cobrança de pedágio na área do Porto de Manaus em decorrência de sua expansão, conforme projeto de iniciativa da Secretaria de Portos.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatoria: Senador Jorge Viana

Relatório: Pelo deferimento.

Resultado: Deferido**Textos da pauta:**[Relatório](#)[Avulso da matéria](#)**ITEM 9****REQUERIMENTO Nº 527 de 2016**

Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro da Fazenda acerca de fundos que teriam sofrido ação fiscal e intervenção da PREVIC no período de janeiro de 2013 até os dias atuais.

Autoria: Senador Paulo Rocha

Relatoria: Senador Zeze Perrella

Relatório: Pelo deferimento.

Resultado: Deferido

Textos da pauta:

[Relatório](#)
[Avulso da matéria](#)
[Texto inicial](#)

ITEM 10**REQUERIMENTO Nº 533 de 2016**

Requer, nos termos do disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Fazenda informações sobre a estimativa de perda de arrecadação, por Estado e pelo Distrito Federal, do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) caso seja aprovado o Projeto de Resolução do Senado (PRS) nº 55, de 2015.

Autoria: Senador José Aníbal

Relatoria: Senadora Angela Portela

Relatório: Pelo deferimento.

Resultado: Deferido

Textos da pauta:

[Relatório](#)
[Avulso da matéria](#)

ITEM 11**REQUERIMENTO Nº 549 de 2016**

Requer, nos termos do § 2º, do art. 50, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas pelo Senhor Ministro de Estado dos Transportes, Portos e Aviação Civil, informações sobre o andamento das obras de duplicação da BR-153, no trecho compreendido entre Anápolis/GO a Aliança/TO.

Autoria: Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI)

Relatoria: Senador Sérgio Petecão

Relatório: Pelo deferimento.

Resultado: Deferido

Textos da pauta:

[Relatório](#)
[Avulso da matéria](#)

ITEM 12**REQUERIMENTO Nº 550 de 2016**

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requer que sejam solicitadas ao Sr. Ministro dos Transportes, Portos e Aviação Civil, no âmbito da Agência Nacional de Aviação Civil —ANAC, informações relativas ao pagamento de outorga por parte dos concessionários responsáveis pela operação dos aeroportos concedidos à iniciativa privada nos últimos anos.

Autoria: Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI)

Relatoria: Senador Sérgio Petecão

Relatório: Pelo deferimento.

Resultado da 6ª Reunião Ordinária da CDIR, em 1 de Novembro de 2016

6

Resultado: Deferido**Textos da pauta:**[Relatório](#)[Avulso da matéria](#)**ITEM 13****REQUERIMENTO N° 595 de 2016**

Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitadas ao Ministro de Estado de Minas e Energia informações sobre a não prorrogação do contrato de concessão da Companhia Energética de Roraima (CERR), controlada pelo Governo do Estado.

Autoria: Senador Telmário Mota**Relatoria:** Senador Gladson Cameli**Relatório:** Pelo deferimento.**Resultado:** Deferido**Textos da pauta:**[Relatório](#)[Avulso da matéria](#)[Texto inicial](#)**ITEM 14****REQUERIMENTO N° 650 de 2016**

Requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações informações acerca do Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funttel), referentes aos últimos seis anos (2011–2016), nos termos que especifica.

Autoria: Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT)**Relatoria:** Senador Zeze Perrella**Relatório:** Pelo deferimento.**Resultado:** Deferido**Textos da pauta:**[Relatório](#)[Avulso da matéria](#)**ITEM 15****REQUERIMENTO N° 611 de 2016**

Requer, nos termos do art. 50, da Constituição Federal e dos arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro do Turismo acerca dos impactos decorrentes da exclusão de algumas cidades que compunham o mapa do turismo.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin**Relatoria:** Senador Gladson Cameli**Relatório:** Pelo deferimento.**Resultado:** Deferido

Resultado da 6ª Reunião Ordinária da CDIR, em 1 de Novembro de 2016

7

Textos da pauta:[Relatório](#)[Avulso da matéria](#)**ITEM 16****REQUERIMENTO N° 698 de 2016**

Requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216, I, Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitadas ao Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, todos os estudos, análises, avaliações, textos e outros documentos e publicações relativos às políticas de incentivo à inovação tecnológica, em especial, referentes ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e fundos setoriais vinculados, e ao Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (FUNTTEL).

Autoria: Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT)

Relatoria: Senador Gladson Cameli

Relatório: Pelo deferimento.

Resultado: Deferido

Textos da pauta:[Relatório](#)[Avulso da matéria](#)**ITEM 17****REQUERIMENTO N° 699 de 2016**

Requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações, informações relativas ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e fundos setoriais vinculados, referentes aos últimos seis anos (2011-2016).

Autoria: Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT)

Relatoria: Senador Gladson Cameli

Relatório: Pelo deferimento.

Resultado: Deferido

Textos da pauta:[Relatório](#)[Avulso da matéria](#)**ITEM 18****REQUERIMENTO N° 706 de 2016**

Requer, nos termos do artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o artigo 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, dentro do prazo constitucional, informações a respeito do sistema CRISPR, sigla em inglês para "Conjunto de Repetições Palindrômicas Regularmente Espaçadas".

Autoria: Senador Alvaro Dias

Relatoria: Senador Zeze Perrella

Relatório: Pelo deferimento.



Resultado da 6ª Reunião Ordinária da CDIR, em 1 de Novembro de 2016

B

Resultado: Deferido**Textos da pauta:**[Relatório](#)[Avulso da matéria](#)**ITEM 19****REQUERIMENTO Nº 712 de 2016**

Requer, nos termos regimentais, encaminhamento de pedido de informações ao Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República sobre pronunciamento do Exmo. Sr. Alexandre de Moraes, Ministro da Justiça, antecipando ações da Polícia Federal na Operação Lava-Jato.

Autoria: Senadora Gleisi Hoffmann**Relatoria:** Senador Gladson Cameli**Relatório:** Pela rejeição**Resultado:** Requerimento indeferido, nos termos do relatório.**Textos da pauta:**[Relatório](#)[Avulso da matéria](#)**ITEM 20****REQUERIMENTO Nº 713 de 2016**

Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e dos arts. 215, I, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, que o presente requerimento seja devidamente processado e encaminhado ao Exmo. Sr. Alexandre de Moraes, Ministro de Estado da Justiça para que providencie informações referentes ao suposto pronunciamento em evento político-eleitoral, de campanha do candidato do PSDB à Prefeitura de Ribeirão Preto, SP, Duarte Nogueira, no qual Sua Excelência teria, segundo informações da imprensa (1ª reportagem sobre o caso de Gustavo Porto e Carla Araújo, O Estado de S. Paulo 25 Setembro 2016 | 16h27), antecipado ações da Polícia Federal na 35ª fase da chamada Operação Lava-Jato.

Autoria: Senadora Gleisi Hoffmann**Relatoria:** Senador Gladson Cameli**Relatório:** Pela aprovação parcial, excluindo-se da solicitação os questionamento de nº's 5 e 6.**Resultado:** Deferido parcialmente, nos termos do relatório.**Textos da pauta:**[Relatório](#)[Avulso da matéria](#)**2ª PARTE****PAUTA****ITEM 1****REQUERIMENTO Nº 752 de 2016**

Requer, nos termos regimentais, a tramitação em conjunto dos Projetos de Lei do Senado nº 174, de 2016; 176, de 2016; e 249, de 2016, tendo em vista regularem a mesma matéria.

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Resultado da 6ª Reunião Ordinária da CDIR, em 1 de Novembro de 2016

9

Relatório: Pronto para deliberação.**Resultado:** Deferido**Textos da pauta:**[Avulso da matéria](#)[Texto inicial](#)**ITEM 2****REQUERIMENTO N° 785 de 2016**

Requer, nos termos do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação em conjunto dos Projetos de Lei do Senado nºs 581, de 2007; 466, de 2009 e 454, de 2015 (que já tramita em conjunto com os PLS 715, de 2015 e 186, de 2016).

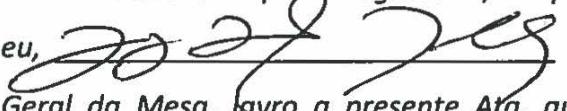
Autoria: Senadora Ana Amélia**Relatório:** Pronto para deliberação**Resultado:** Deferido**Textos da pauta:**[Avulso da matéria](#)[Texto inicial](#)**3ª PARTE****Escritórios de Apoio às Atividades Parlamentares****Finalidade:**

Comunicar endereço de escritório parlamentar nos termos do Ato da Comissão Diretora nº 16 de 2009.

Senador: Pinto Itamaraty

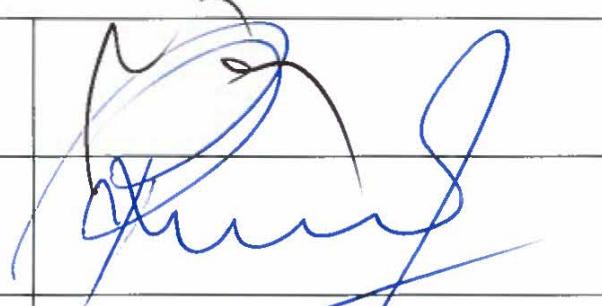
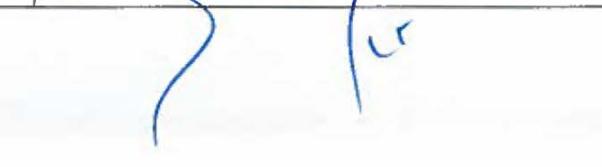
Localização: Rua da neblina, nº 30, bairro Calhau, São Luís/MA, CEP: 65071-802.

Resultado: Comunicado.

Esgotados os assuntos, e nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerra a reunião atinente à pauta legislativa, às quinze horas e quarenta minutos. E, para constar, eu,  *(Luiz Fernando Bandeira de Mello), Secretário-Geral da Mesa, lavro a presente Ata, que, após assinada pelos membros da Comissão Diretora presentes, vai à publicação no Diário do Senado Federal.*

Assinaturas – Ata da 6ª Reunião da Comissão Diretora do Senado Federal

**Sala de Sessões,
1º de novembro de 2016, às 15:00h**

Senador Renan Calheiros Presidente	
Senador Romero Jucá 2º Vice-Presidente	
Senador Zeze Perrella 2º Secretário	
Senador Gladson Cameli 3ª Secretário	
Senador João Alberto Souza 2º Suplente de Secretário	





Publique-se
20/9/2016

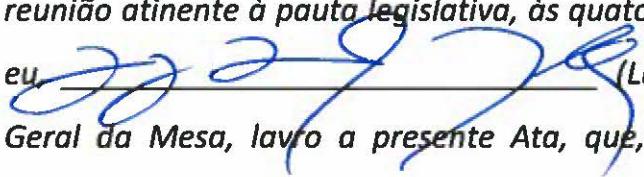
SENADO FEDERAL

**Ata da 7ª Reunião da Comissão Diretora do Senado Federal no ano de 2016,
realizada em 8 de novembro.**

Às quatorze horas e trinta minutos do dia oito de novembro de dois mil e dezesseis, no Gabinete da Presidência do Senado Federal, reúne-se a Comissão Diretora do Senado, sob a Presidência do Sr. Senador Renan Calheiros. Assinam também a lista de comparecimento os membros da Mesa listados em anexo. Abertos os trabalhos, o Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros, agradece a presença de todos. Inicialmente, como item da pauta legislativa, deliberou-se pela apresentação de Projeto de Lei do Senado, de autoria da Comissão Diretora, versando sobre a reabertura do prazo para repatriação de recursos, bens ou direitos de origem lícita, de que trata a Lei nº 13.254/2016, além da apresentação de Proposta de Emenda à Constituição e de Projeto de Lei do Senado (Complementar) apresentados pela Comissão de Juristas da Desburocratização, que dispõem sobre alterações normativas para conferir maior eficiência à Administração Pública. Em seguida, deliberou-se a pauta administrativa, afeta à Diretoria-Geral.

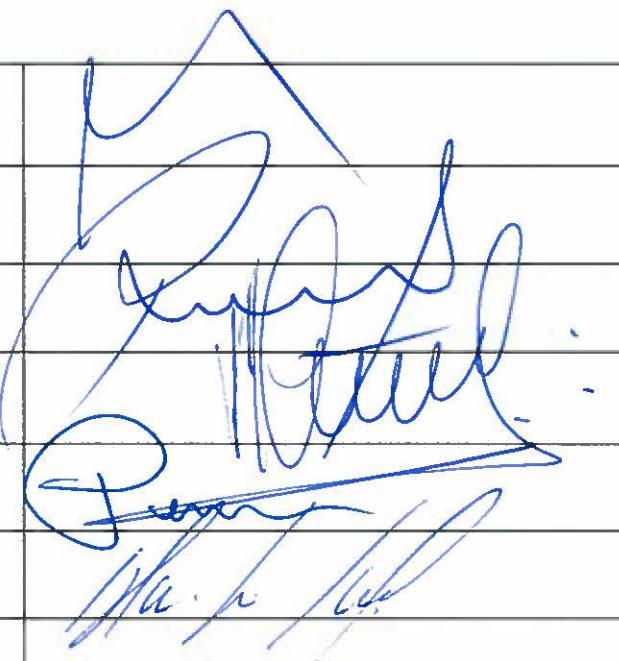
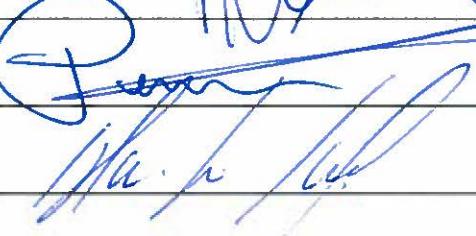
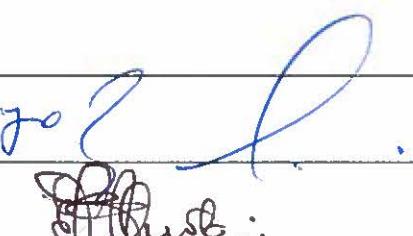
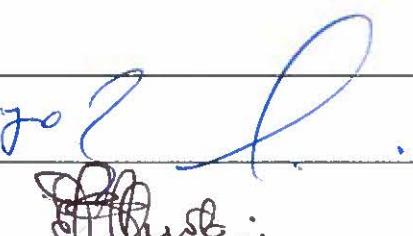
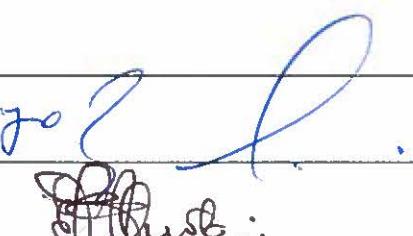
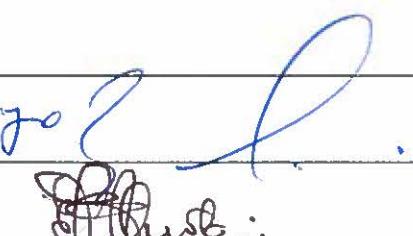


SENADO FEDERAL

Esgotados os assuntos, e nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerra a reunião atinente à pauta legislativa, às quatorze horas e quarenta minutos. E, para constar, eu,  *(Luiz Fernando Bandeira de Mello), Secretário-Geral da Mesa, lavro a presente Ata, que, após assinada pelos membros da Comissão Diretora presentes, vai à publicação no Diário do Senado Federal.*

Ata da 7ª Reunião da Comissão Diretora do Senado Federal

**Sala de Sessões,
8 de novembro de 2016, às 14:30h**

Senador Renan Calheiros Presidente	
Senador Jorge Viana 1º Vice-Presidente	
Senador Romero Jucá 2º Vice-Presidente	
Senador Vicentinho Alves 1º Secretário	
Senador Zeze Perrella 2º Secretário	
Senador Gladson Cameli 3º Secretário	
Senadora Angela Portela 4ª Secretária	
Senador Sérgio Petecão 1º Suplente de Secretário	
Senador João Alberto Souza 2º Suplente de Secretário	
Senador Elmano Férrer 3º Suplente de Secretário	



DESPACHO DO CORREGEDOR DO SENADO FEDERAL



SENADO FEDERAL
CORREGEDORIA PARLAMENTAR

DESPACHO

A Corregedoria Parlamentar do Senado Federal recebeu, em 06.07.2016, o Ofício nº 907/2016-10^a DP, datado de 28.06.2016, da lavra do Delegado Chefe da Polícia Civil do Distrito Federal, Dr. Plácido Rocha Sobrinho, comunicando a Ocorrência Policial nº 7437/2016 registrada naquela Delegacia, em face do Senador José Aníbal (PSDB-SP).

Examinando o assunto à luz da Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993, que *dispõe sobre a Corregedoria Parlamentar*, verificou-se que, embora o fato tenha envolvido um Senador da República, não ocorreu no âmbito do Senado Federal, portanto, o assunto não poderá ser resolvido neste Órgão porque foge de suas atribuições.

A Resolução nº 17, de 1993, em seu o art. 2º, incisos I e IV, e art. 5º estabelece o seguinte:

“Art. 2º Compete ao Corregedor ou Corregedor substituto:

I - promover a manutenção do decoro, da ordem e da disciplina no âmbito do Senado Federal;

(...); e

IV - fazer sindicância sobre denúncias de ilícitos no âmbito do Senado, envolvendo Senadores.

[...]

Art. 5º Em caso de delito cometido por Senador nos edifícios do Senado, caberá ao Corregedor, ou Corregedor substituto por ele designado, presidir o inquérito instaurado para apuração dos fatos.” [Grifos nossos]

Portanto, tendo em vista os dispositivos legais supracitados, que limitam a ação da Corregedoria Parlamentar às dependências dos prédios do Senado Federal, determino o arquivamento do feito.

Comunique o registro da ocorrência ao Senador José Aníbal.

Senado Federal, de julho de 2016.

Senador SÉRGIO PETECÃO
Corregedor do Senado Federal



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55^a LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PSB - Lídice da Mata*
Bloco-PP - Roberto Muniz* (S)
Bloco-PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro

Bloco-PT - Lindbergh Farias*
Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Bloco-PSB - Romário**

Maranhão

PMDB - Edison Lobão*
PMDB - João Alberto Souza*
Bloco-PSDB - Pinto Itamaraty** (S)

Pará

Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro*
PMDB - Jader Barbalho*
Bloco-PT - Paulo Rocha**

Pernambuco

Bloco-PTB - Armando Monteiro*
Bloco-PT - Humberto Costa*
Bloco-PSB - Fernando Bezerra Coelho**

São Paulo

Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira*
PMDB - Marta Suplicy*
Bloco-PSDB - José Aníbal** (S)

Minas Gerais

Bloco-PSDB - Aécio Neves*
Bloco-PTB - Zeze Perrella* (S)
Bloco-PSDB - Antonio Anastasia**

Goiás

Bloco-PSB - Lúcia Vânia*
Bloco-PP - Wilder Moraes* (S)
Bloco-DEM - Ronaldo Caiado**

Mato Grosso

Bloco-PR - Cidinho Santos* (S)
Bloco-PSD - José Medeiros* (S)
Bloco-PR - Wellington Fagundes**

Rio Grande do Sul

Bloco-PP - Ana Amélia*
Bloco-PT - Paulo Paim*
Bloco-PDT - Lasier Martins**

Ceará

PMDB - Eunício Oliveira*
Bloco-PT - José Pimentel*
Bloco-PSDB - Tasso Jereissati**

Paraíba

Bloco-PSDB - Deca* (S)
PMDB - Raimundo Lira* (S)
PMDB - José Maranhão**

Espírito Santo

Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSDB - Ricardo Ferraço*
PMDB - Rose de Freitas**

Piauí

Bloco-PP - Ciro Nogueira*
Bloco-PT - Regina Sousa* (S)
Bloco-PTB - Elmano Férrer**

Rio Grande do Norte

PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Bloco-DEM - José Agripino*
Bloco-PT - Fátima Bezerra**

Santa Catarina

Bloco-PSDB - Dalírio Beber* (S)
Bloco-PSDB - Paulo Bauer*
PMDB - Dário Berger**

Alagoas

Bloco-PP - Benedito de Lira*
PMDB - Renan Calheiros*
Bloco-PTC - Fernando Collor**

Sergipe

Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Bloco-PSC - Eduardo Amorim*
Bloco-PSC - Virginio de Carvalho** (S)

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

Amazonas

PMDB - Eduardo Braga*
Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin*
Bloco-PSD - Omar Aziz**

Paraná

Bloco-PT - Gleisi Hoffmann*
PMDB - Roberto Requião*
Bloco-PV - Alvaro Dias**

Acre

Bloco-PT - Jorge Viana*
Bloco-PSD - Sérgio Petecão*
Bloco-PP - Gladson Cameli**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PSC - Pedro Chaves* (S)
PMDB - Waldemir Moka*
PMDB - Simone Tebet**

Distrito Federal

Bloco-PPS - Cristovam Buarque*
PMDB - Hélio José* (S)
S/Partido - Reguffe**

Rondônia

Bloco-PP - Ivo Cassol*
PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PDT - Pastor Valadares** (S)

Tocantins

Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira* (S)
Bloco-PR - Vicentinho Alves*
PMDB - Kátia Abreu**

Amapá

Bloco-PSB - João Capiberibe*
Bloco-REDE - Randolfe Rodrigues*
Bloco-DEM - Davi Alcolumbre**

Roraima

Bloco-PT - Angela Portela*
PMDB - Romero Jucá*
Bloco-PDT - Telmário Mota**

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55^a LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

PMDB - 19

Dário Berger	SC
Edison Lobão	MA
Eduardo Braga	AM
Eunício Oliveira	CE
Garibaldi Alves Filho	RN
Hélio José	DF
Jader Barbalho	PA
José Maranhão	PB
João Alberto Souza	MA
Kátia Abreu	TO
Marta Suplicy	SP
Raimundo Lira	PB
Renan Calheiros	AL
Roberto Requião	PR
Romero Jucá	RR
Rose de Freitas	ES
Simone Tebet	MS
Valdir Raupp	RO
Waldemir Moka	MS

Bloco Social Democrata - 16**PSDB-12 / DEM-3 / PV-1**

Aécio Neves	PSDB / MG
Aloysio Nunes Ferreira	PSDB / SP
Alvaro Dias	PV / PR
Antonio Anastasia	PSDB / MG
Ataídes Oliveira	PSDB / TO
Dalírio Beber	PSDB / SC
Davi Alcolumbre	DEM / AP
Deca	PSDB / PB
Flexa Ribeiro	PSDB / PA
José Agripino	DEM / RN
José Aníbal	PSDB / SP
Paulo Bauer	PSDB / SC
Pinto Itamaraty	PSDB / MA
Ricardo Ferraço	PSDB / ES
Ronaldo Caiado	DEM / GO
Tasso Jereissati	PSDB / CE

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 13**PT-10 / PDT-3**

Angela Portela	PT / RR
Fátima Bezerra	PT / RN
Gleisi Hoffmann	PT / PR
Humberto Costa	PT / PE
Jorge Viana	PT / AC
José Pimentel	PT / CE
Lasier Martins	PDT / RS
Lindbergh Farias	PT / RJ
Pastor Valadares	PDT / RO
Paulo Paim	PT / RS
Paulo Rocha	PT / PA
Regina Sousa	PT / PI
Telmário Mota	PDT / RR

Bloco Moderador - 12**PTB-3 / PR-4 / PSC-3 / PRB-1****PTC-1**

Armando Monteiro	PTB / PE
Cidinho Santos	PR / MT
Eduardo Amorim	PSC / SE
Elmano Férrer	PTB / PI
Fernando Collor	PTC / AL
Magno Malta	PR / ES
Marcelo Crivella	PRB / RJ
Pedro Chaves	PSC / MS
Vicentinho Alves	PR / TO
Virginio de Carvalho	PSC / SE
Wellington Fagundes	PR / MT
Zeze Perrella	PTB / MG

Bloco Parlamentar Democracia Progressista - 11**PP-7 / PSD-4**

Ana Amélia	PP / RS
Benedito de Lira	PP / AL
Ciro Nogueira	PP / PI
Gladson Cameli	PP / AC
Ivo Cassol	PP / RO
José Medeiros	PSD / MT
Omar Aziz	PSD / AM
Otto Alencar	PSD / BA
Roberto Muniz	PP / BA
Sérgio Petecão	PSD / AC
Wilder Moraes	PP / GO

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia - 9**PSB-6 / PPS-1 / PCdoB-1 / REDE-1**

Antonio Carlos Valadares	PSB / SE
Cristovam Buarque	PPS / DF
Fernando Bezerra Coelho	PSB / PE
João Capiberibe	PSB / AP
Lídice da Mata	PSB / BA
Lúcia Vânia	PSB / GO
Randolfe Rodrigues	REDE / AP
Romário	PSB / RJ
Vanessa Grazziotin	PCdoB / AM

S/Partido - 1

Reguffe	DF
PMDB	19
Bloco Social Democrata	16
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática	13
Bloco Moderador	12
Bloco Parlamentar Democracia Progressista	11
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia	9
S/Partido	1
TOTAL	81

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55^a LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Aécio Neves* (Bloco-PSDB-MG)
 Aloysio Nunes Ferreira* (Bloco-PSDB-SP)
 Alvaro Dias** (Bloco-PV-PR)
 Ana Amélia* (Bloco-PP-RS)
 Angela Portela* (Bloco-PT-RR)
 Antonio Anastasia** (Bloco-PSDB-MG)
 Antonio Carlos Valadares* (Bloco-PSB-SE)
 Armando Monteiro* (Bloco-PTB-PE)
 Ataídes Oliveira* (Bloco-PSDB-TO)
 Benedito de Lira* (Bloco-PP-AL)
 Cidinho Santos* (Bloco-PR-MT)
 Ciro Nogueira* (Bloco-PP-PI)
 Cristovam Buarque* (Bloco-PPS-DF)
 Dalirio Beber* (Bloco-PSDB-SC)
 Dário Berger** (PMDB-SC)
 Davi Alcolumbre** (Bloco-DEM-AP)
 Deca* (Bloco-PSDB-PB)
 Edison Lobão* (PMDB-MA)
 Eduardo Amorim* (Bloco-PSC-SE)
 Eduardo Braga* (PMDB-AM)
 Elmano Férrer** (Bloco-PTB-PI)
 Eunício Oliveira* (PMDB-CE)
 Fátima Bezerra** (Bloco-PT-RN)
 Fernando Bezerra Coelho** (Bloco-PSB-PE)
 Fernando Collor** (Bloco-PTC-AL)
 Flexa Ribeiro* (Bloco-PSDB-PA)
 Garibaldi Alves Filho* (PMDB-RN)

Gladson Cameli** (Bloco-PP-AC)
 Gleisi Hoffmann* (Bloco-PT-PR)
 Hélio José* (PMDB-DF)
 Humberto Costa* (Bloco-PT-PE)
 Ivo Cassol* (Bloco-PP-RO)
 Jader Barbalho* (PMDB-PA)
 João Alberto Souza* (PMDB-MA)
 João Capiberibe* (Bloco-PSB-AP)
 Jorge Viana* (Bloco-PT-AC)
 José Agripino* (Bloco-DEM-RN)
 José Aníbal** (Bloco-PSDB-SP)
 José Maranhão** (PMDB-PB)
 José Medeiros* (Bloco-PSD-MT)
 José Pimentel* (Bloco-PT-CE)
 Kátia Abreu** (PMDB-TO)
 Lasier Martins** (Bloco-PDT-RS)
 Lídice da Mata* (Bloco-PSB-BA)
 Lindbergh Farias* (Bloco-PT-RJ)
 Lúcia Vânia* (Bloco-PSB-GO)
 Magno Malta* (Bloco-PR-ES)
 Marcelo Crivella* (Bloco-PRB-RJ)
 Marta Suplicy* (PMDB-SP)
 Omar Aziz** (Bloco-PSD-AM)
 Otto Alencar** (Bloco-PSD-BA)
 Pastor Valadares** (Bloco-PDT-RO)
 Paulo Bauer* (Bloco-PSDB-SC)
 Paulo Paim* (Bloco-PT-RS)

Paulo Rocha** (Bloco-PT-PA)
 Pedro Chaves* (Bloco-PSC-MS)
 Pinto Itamaraty** (Bloco-PSDB-MA)
 Raimundo Lira* (PMDB-PB)
 Randolfe Rodrigues* (Bloco-REDE-AP)
 Regina Sousa* (Bloco-PT-PI)
 Reguffe** (S/Partido-DF)
 Renan Calheiros* (PMDB-AL)
 Ricardo Ferraço* (Bloco-PSDB-ES)
 Roberto Muniz* (Bloco-PP-BA)
 Roberto Requião* (PMDB-PR)
 Romário** (Bloco-PSB-RJ)
 Romero Jucá* (PMDB-RR)
 Ronaldo Caiado** (Bloco-DEM-GO)
 Rose de Freitas** (PMDB-ES)
 Sérgio Petecão* (Bloco-PSD-AC)
 Simone Tebet** (PMDB-MS)
 Tasso Jereissati** (Bloco-PSDB-CE)
 Telmário Mota** (Bloco-PDT-RR)
 Valdir Raupp* (PMDB-RO)
 Vanessa Grazziotin* (Bloco-PCdoB-AM)
 Vicentinho Alves* (Bloco-PR-TO)
 Virginio de Carvalho** (Bloco-PSC-SE)
 Waldemir Moka* (PMDB-MS)
 Wellington Fagundes** (Bloco-PR-MT)
 Wilder Moraes* (Bloco-PP-GO)
 Zeze Perrella* (Bloco-PTB-MG)

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023



COMPOSIÇÃO COMISSÃO DIRETORA

PRESIDENTE

Renan Calheiros - (PMDB-AL)

1º VICE-PRESIDENTE

Jorge Viana - (PT-AC)

2º VICE-PRESIDENTE

Romero Jucá - (PMDB-RR)

1º SECRETÁRIO

Vicentinho Alves - (PR-TO)

2º SECRETÁRIO

Zeze Perrella - (PTB-MG)

3º SECRETÁRIO

Gladson Cameli - (PP-AC)

4ª SECRETÁRIA

Angela Portela - (PT-RR)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º Sérgio Petecão - (PSD-AC)

2º João Alberto Souza - (PMDB-MA)

3º Elmano Férrer - (PTB-PI)

4º - VAGO



COMPOSIÇÃO

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT/PDT) - 13 Líder Humberto Costa - PT (20,25,59,62,90,102) Vice-Líderes Lindbergh Farias (34,66,69,101) Telmário Mota (4,30,41,50,68,94) Gleisi Hoffmann (67,72,75,95) Regina Sousa (40) Líder do PT - 10 Humberto Costa (20,25,59,62,90,102) Vice-Líderes do PT Lindbergh Farias (34,66,69,101) Gleisi Hoffmann (67,72,75,95) Líder do PDT - 3 Vice-Líder do PDT Telmário Mota (4,30,41,50,68,94)	Bloco Social Democrata (PSDB/DEM/PV) - 16 Líder José Agripino - DEM (37,61) Vice-Líderes Ricardo Ferraço (89,97) Davi Alcolumbre (85,98) Ataídes Oliveira (86) Líder do PSDB - 12 Paulo Bauer (22) Vice-Líder do PSDB José Aníbal (93) Líder do DEM - 3 Ronaldo Caiado (9) Vice-Líder do DEM José Agripino (37,61) Líder do PV - 1 Alvaro Dias (19,76)	Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PCdoB/REDE) - 9 Líder Randolfe Rodrigues - REDE (24,28,103) Vice-Líderes Antonio Carlos Valadares (60,83) Vanessa Grazziotin (21,23) Líder do PSB - 6 Antonio Carlos Valadares (60,83) Vice-Líderes do PSB Fernando Bezerra Coelho (64,100) Roberto Rocha (43,63) Líder do PPS - 1 Cristovam Buarque (74,106,107) Líder do PCdoB - 1 Vanessa Grazziotin (21,23) Líder do REDE - 1 Randolfe Rodrigues (24,28,103)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP/PSD) - 11 Líder Omar Aziz - PSD (11,52) Vice-Líderes Benedito de Lira (14,16,39,51,55) Otto Alencar (58) Líder do PP - 7 Benedito de Lira (14,16,39,51,55) Líder do PSD - 4 Omar Aziz (11,52) Vice-Líder do PSD Sérgio Petecão (17)	Bloco Moderador (PTB/PR/PSC/PRB/PTC) - 12 Líder Fernando Collor - PTC (5,6,77,81) Vice-Líderes Wellington Fagundes (48,53,80) Elmano Férrer (78,82) Eduardo Amorim (79) Líder do PTB - 3 Elmano Férrer (78,82) Vice-Líder do PTB Zeze Perrella (84) Líder do PR - 4 Wellington Fagundes (48,53,80) Vice-Líder do PR Vicentinho Alves (54) Líder do PSC - 3 Eduardo Amorim (79) Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella (2,8,105) Líder do PTC - 1 Fernando Collor (5,6,77,81)	PMDB - 19 Líder Eunício Oliveira - PMDB Vice-Líderes Waldemir Moka (88) Rose de Freitas (87)
Governo Líder Aloysio Nunes Ferreira - PSDB (38,91) Vice-Líderes Fernando Bezerra Coelho (64,100) José Medeiros (10,18,27,99) Davi Alcolumbre (85,98) Hélio José (49,57,96) Ricardo Ferraço (89,97)	Minoria Líder Lindbergh Farias - PT (34,66,69,101)	



Notas:

1. Em 01.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado líder do PSB (Of. 8/2015-GLPSB)
2. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado líder do PRB (Of. 2/2015-BLUFOR).
3. Em 01.02.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
4. Em 01.02.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
5. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTB (Of. 1/2015-GLPTB).
6. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
7. Em 01.02.2015, o senador Blairo Maggi foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
8. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
9. Em 01.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado líder do DEM (Of. s/n-2015/DEM).
10. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
11. Em 03.02.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
12. Em 03.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
13. Em 03.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
14. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
15. Em 03.02.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado líder do PSDB (Of. s/n GLPSDB).
16. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado líder do PP (Of. s/n GSCN),
17. Em 03.02.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado vice-líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
18. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado líder do PPS (Of.18/2015-GSJMEDEI).
19. Em 04.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (expediente s/n).
20. Em 04.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do PT (Of. 2/2015-GLDPT).
21. Em 04.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada líder do PCdoB (Of. 1/2015-GLPCdoB).
22. Em 10.02.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado 1º vice-líder do PSDB (Of. 12/15 GLPSDB).
23. Em 24.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2ª vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
24. Em 24.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
25. Em 24.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 02/2015-GLDBAG).
26. Em 24.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD);
27. Em 24.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
28. Em 29.09.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder da REDE (Of. 67/2015/GSRRD).
29. Em 03.03.2015, o Senador José Pimentel foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
30. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
31. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
32. Em 03.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
33. Em 03.03.2015, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 4ª vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
34. Em 03.03.2015, o Senador Lindbergh Farias foi designado 3º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
35. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
36. Em 03.03.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
37. Em 04.03.2015, o Senador José Agripino foi designado vice-líder do DEM (Of. 007/2015-GLDEM).
38. Em 06.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 52/2015-GLPSDB).
39. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado 2º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (Of. 32/2015-GLDBAG).
40. Em 17.03.2015, a Senadora Regina Souza foi designada 5ª Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 32/2015-GLDBAG).
41. Em 17.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 32/2015-GLDBAG).
42. Em 17.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 3º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 32/2015-GLDBAG).
43. Em 25.03.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 30/2015-GLPSB)
44. Em 07.04.2015, o Senador Wilder Morais foi designado segundo Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
45. Em 07.04.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado terceiro Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
46. Em 28.04.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado Líder do Governo (Msg. 120/2015).
47. Em 25.08.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 2º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
48. Em 25.08.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado 3º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
49. Em 25.08.2015, o Senador Hélio José foi designado 1º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
50. Em 09.09.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º vice-líder do Governo (Mem. 46/2015-GLDGOV).
51. Em 15.10.2015, o Senador Benedito de Lira deixou de exercer a função de segundo Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em virtude da criação do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. s/n/2015-GLPP).
52. Em 03.11.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (of. 1/2015).
53. Em 19.11.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do PR (Ofício s/n - GABLIDPR).
54. Em 19.11.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado vice-líder do PR (Ofício s/n-GABLIDPR).
55. Em 24.11.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 2/2015-GLDP).
56. Em 08.12.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi reconduzido líder do PSDB para o exercício de 2016 (Of. s/n GLPSDB).
57. Em 10.12.2015, o Senador Hélio José foi designado líder do PMB (Mem. 12-193/2015-GSHJOSE).
58. Em 16.12.2015, o Senador Otto Alencar foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 003/2015).
59. Em 03.02.2016, o Senador Humberto Costa foi reconduzido à liderança do PT (Of. 1/2016-GLDPT).



60. Em 16.02.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Líder do PSB, conforme Of. nº 1/2016-GLPSB, em substituição ao Senador João Capiberibe.
61. Em 16.02.2016, o Senador José Agripino foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
62. Em 24.02.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do Governo (MSG nº 49/2016).
63. Em 01.03.2016, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 2/2016-GLPSB).
64. Em 01.03.2016, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado vice-líder do PSB (Of. 2/2016-GLPSB).
65. Em 02.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do PT, deixando de ocupar a vaga de 1º Vice-líder (Of. 3/2016-GLDPT).
66. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
67. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 4ª vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
68. Em 08.03.2016, o Senador Telmário Mota foi designado 3º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
69. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 2º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
70. Em 08.03.2016, o Senador Donizeti Nogueira foi designado 4º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
71. Em 08.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Humberto Costa (Of. 16/2016-GLDBAG).
72. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
73. Em 08.03.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 3º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
74. Em 17.03.2016, o Senador Cristovam Buarque foi designado líder do PPS (Of. 3-009/2016-GSCB).
75. Em 22.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha (Memo. 8/2016-GLDGOV).
76. Em 02.02.2016, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Partido Verde (Memo 008/16-SEN).
77. Em 30.03.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTC (Of. 1/2016-LIDPTC).
78. Em 05.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado Líder do PTB (Of. Nº 001/2016-LIDPTB)
79. Em 06.04.2016, o Senador Eduardo Amorim foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR)
80. Em 06.04.2016, o Senador Wellington Fagundes foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR)
81. Em 06.04.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR)
82. Em 06.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR)
83. Em 06.04.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Vice-Líder do Bloco Socialismo e Democracia, conforme Memo. nº 14/2016-BLSDEM.
84. Em 03.05.2016, o Senador Zeze Perrella é designado vice-líder do PTB (Of. nº 2/2016-LIDPTB).
85. Em 05.05.2016, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
86. Em 05.05.2016, o Senador Ataídes Oliveira foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
87. Em 05.05.2016, a Senadora Rose de Freita foi designada 2ª vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDB).
88. Em 05.05.2016, o Senador Waldemir Moka foi designado 1º vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDB).
89. Em 05.05.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
90. Em 12.05.2016, o Senador Humberto Costa deixou de ser líder do governo (Mensagem nº 253/2016 e Memorando nº 104/2016-GSHCST)
91. Em 01.06.2016, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado Líder do Governo (Mensagem 306/2016).
92. Em 06.06.2016, o Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB (Memo. nº 1/2016-GSEL).
93. Em 08.06.2016, o Senador José Aníbal foi designado 2º vice-líder do PSDB, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 35/2016-GLPSDB).
94. Em 10.06.2016, o Senador Telmário Mota deixa de compor a 4ª vice - liderança do Governo (Of. 49/2016-GLDBAG).
95. Em 10.06.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann deixa de compor a 2ª vice -liderança do Governo (Of. 49/2016-GLDBAG).
96. Em 14.06.2016, o Senador Hélio José foi designado 4º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
97. Em 14.06.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 5º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
98. Em 14.06.2016, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 3º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
99. Em 14.06.2016, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
100. Em 14.06.2016, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado 1º vice-líder do Governo (Memo. 17/2016-GLDGOV).
101. Em 22.06.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder da Minoria (Of. 13/2016-GLDPT).
102. Em 08.08.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do PT e do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Ofícios nº 14/2016-GLDPT e nº 77/2016-GLPRD).
103. Em 24.08.2016, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Memo. 53/2016-GLBSD).
104. O senador Cássio Cunha Lima está afastado do exercício pelo motivo "Licença Particular" no período de 08/09/2016 a 04/01/2017.
105. Em 01.10.2016, o Senador Marcelo Crivella reassume a liderança do partido (Memo nº 42/2016-GSMC).
106. O senador Cristovam Buarque está afastado do exercício pelo motivo "Licença Particular" no período de 25/10/2016 a 18/11/2016.
107. O senador Cristovam Buarque está afastado do exercício pelo motivo "Licença Particular" no período de 25/10/2016 a 18/11/2016.



COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Designação: 04/02/2014

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 3303-3492

E-mail: coceti@senado.leg.br



2) COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EXAMINAR O PLS 258, DE 2016

Finalidade: Destinada a examinar o PLS 258, de 2016, que institui o Código Brasileiro de Aeronáutica.

Número de membros: 11

PRESIDENTE: Senador Vicentinho Alves (PR-TO)

VICE-PRESIDENTE: Senador Pedro Chaves (PSC-MS)

RELATOR: Senador José Maranhão (PMDB-PB)

Designação: 22/06/2016

Leitura: 13/07/2016

Instalação: 12/07/2016

MEMBROS

Senador Vicentinho Alves (PR-TO)

Senador Pedro Chaves (PSC-MS)

Senador José Maranhão (PMDB-PB)

Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Senador Paulo Rocha (PT-PA)

Senador Lasier Martins (PDT-RS)

Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)

Senador Jorge Viana (PT-AC)

Senador Hélio José (PMDB-DF)

Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽¹⁾

CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO PROJETO DE LEI DO SENADO 258, de 2016

PRAZOS

Recebimento de emendas perante as Comissões : 13/07/2016 a 31/10/2016 (Projeto de Código - Art. 374, III, do RISF)

Relatórios Parciais : 01/11/2016 a 16/11/2016 (Projeto de Código - Art. 374, IV, do RISF)

Relatório do Relator-Geral : 17/11/2016 a 23/11/2016 (Projeto de Código - Art. 374, V, do RISF)

Parecer Final da Comissão : 24/11/2016 a 30/11/2016 (Projeto de Código - Art. 374, VI, do RISF)

Notas:

*. Em 12.07.2016, foi instalada a comissão (Memo. 001/2016-CEAERO).

**. Em 13.07.2016, prorrogado o prazo para recebimento de emendas perante a comissão para 25.08.2016 (Memo. 3/2016-CEAERO).

***. Em 04.10.2016, prorrogado o prazo para recebimento de emendas perante a comissão para 31.10.2016 (Memo. 10/2016-CEAERO).

1. Em 26.09.2016, o Senador Roberto Rocha licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 720 e 721/2016, aprovados na sessão de 04.10.2016.

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes - Maximiliano Godoy (Adjunto)

Telefone(s): 61 - 3303 3514

E-mail: coceti@senado.leg.br

3) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA

Finalidade: Acompanhar, nos termos do Requerimento nº 976, de 2015, o Programa de habitação popular Minha Casa Minha Vida.

MEMBROS



4) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA AVALIAÇÃO DA APLICAÇÃO DO ECA NOS ESTADOS E MUNICÍPIOS

Finalidade: Avaliar a aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), nos Estados e Municípios.

Requerimento nº 700, de 2015

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS

MEMBROS



5) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA TRAÇAR DIAGNÓSTICO DA CRISE HÍDRICA

Finalidade: Traçar diagnóstico da atual crise hídrica brasileira e de suas consequências e, assim, propor soluções eficazes, prazo de noventa dias.

Requerimento nº 44, de 2015

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------



6) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA PROCEDER DILIGÊNCIAS NAS OBRAS DE RESTAURAÇÃO DA BR-364

Finalidade: Proceder diligências nas obras de restauração da BR-364, no dia 07 de maio de 2015, visando tratar da qualidade dos serviços executados sob responsabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNTI.

Requerimento nº 419, de 2015

MEMBROS



7) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAMENTO DAS OBRAS DA TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras da Transposição e do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

Requerimento nº 40, de 2015

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾

Designação: 07/04/2015

Instalação: 15/04/2015

Prazo final: 15/04/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ⁽⁵⁾	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Benedito de Lira (PP-AL)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Maioria (PMDB)	
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	1.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(2,4)	
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽³⁾	
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)

Notas:

*. Em 07.04.2015, os Senadores Humberto Costa e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel e Fátima Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. 55/2015-GLDBAG).

**. Em 07.04.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a Comissão (Of. 27/2015-BLUFOR).

***. Em 07.04.2015, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular e a Senadora Lídice da Mata, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Of. 37/2015-GLBSD).

****. Em 07.04.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição para compor a Comissão (Of. 91/2015-GLPSDB).

*****. Em 07.04.2015, o Senador Raimundo Lira foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 102/2015-GLPMDB).

1. Em 15.04.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Raimundo Lira e o Senador Humberto Costa, respectivamente, Presidente e Relator deste Colegiado (Memo. 1/2015 - CTBHSF).

2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

3. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

4. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)

5. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG)

Secretário(a): Reinalson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 33035492

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br



8) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA TRATAR DAS AGÊNCIAS REGULADORAS PERTINENTES À COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

Finalidade: Visitar a Casa Civil e tratar sobre a situação atual das agências reguladoras pertinentes à Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Requerimento nº 231, de 2015

Número de membros: 3

MEMBROS



9) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA VERIFICAR "IN LOCO" A SITUAÇÃO DO GARIMPO IRREGULAR NO MUNICÍPIO DE PONTES E LACERDA (MT)

Finalidade: Verificar "in loco" a situação do garimpo irregular no município de Pontes e Lacerda, no Estado de Mato Grosso.

Requerimento nº 1.208, de 2015

Número de membros: 3

MEMBROS



10) COMISSÃO ESPECIAL DAS OBRAS INACABADAS

Finalidade: Acompanhar e fiscalizar as obras inacabadas financiadas, direta ou indiretamente, por recursos federais.

Requerimento nº 584, de 2016

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ⁽¹⁾	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. (6)
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	2. Senador José Pimentel (PT-CE)
Maioria (PMDB) ⁽³⁾	
Senador Hélio José (PMDB-DF)	1.
Senador Wilder Morais (PP-GO) ^(9,10)	2.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ⁽²⁾	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	1. Senador Pinto Itamaraty (PSDB-MA) (8)
	2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽⁷⁾	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽⁴⁾	
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	1.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD) ⁽⁵⁾	
Senador Roberto Muniz (PP-BA)	1. Senador José Medeiros (PSD-MT)

Notas:

1. Em 05.10.2016, os Senadores Humberto Costa e Telmário Mota foram designados membros titulares, e os Senadores Acir Gurgacz e José Pimentel, suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 93/2016-GLBPRD).
2. Em 05.10.2016, o Senador Ataídes Oliveira foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata (Of. 66/2016-GLPSDB).
3. Em 05.10.2016, o Senador Hélio José foi designado membro titular pelo PMDB (Of. 159/2016-GLPMDB).
4. Em 05.10.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular pelo Bloco Moderador (Of. 52/2016-BLOMOD).
5. Em 05.10.2016, o Senador Roberto Muniz foi designado membro titular e o Senador José Medeiros, suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 30/2016-BLDPRO).
6. Em 05.10.2016, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz, indicado pelo Of. 93/2016-GLBPRD, estar de licença, nos termos dos Requerimentos nºs 649 e 651/2016.
7. Em 03.11.2016, o Senador Antônio Carlos Valadares foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia (Memo. 61/2016-GLBSD).
8. Em 07.11.2016, o Senador Pinto Itamaraty foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata (Of. 74/2016-GLPSDB).
9. Em 07.11.2016, a Maioria (PMDB) cedeu vaga de titular para o Bloco Democracia Progressista (Of. 178/2016-GLPMDB).
10. Em 07.11.2016, o Senador Wilder Morais foi designado membro titular pelo Bloco Democracia Progressista, em vaga cedida pela Maioria (PMDB) (Memo. 40/2016-BLDPRO).



11) COMISSÃO PARA DISCUSSÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PARLAMENTARISMO

Finalidade: Comissão Especial, composta por 14 membros titulares e igual número de suplentes, para formular proposta de adoção de sistema de governo de matriz parlamentarista.

Requerimento nº 131, de 2016

Número de membros: 14 titulares e 14 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------



12) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010

Prazo final prorrogado: 30/09/2016

MEMBROS

Admar Gonzaga Neto
Arnaldo Versiani Leite Soares
Carlos Caputo Bastos
Carlos Mário da Silva Velloso
Edson de Resende Castro
Fernando Neves da Silva
Hamilton Carvalhido
Joelson Costa Dias
José Antonio Dias Toffoli
José Eliton de Figueiredo Júnior
Luciana Müller Chaves
Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Márcio Silva
Marcus Vinicius Furtado Coelho
Roberto Monteiro Gurgel Santos
Raimundo Cezar Britto
Torquato Lorena Jardim
Geraldo Agosti Filho
José Rollemberg Leite Neto
Walter de Almeida Guilherme
Roberto Carvalho Velloso
Henrique Neves da Silva
Ezikelly Silva Barros

Notas:

*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.

**. Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.

***. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.

****. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.

*****. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.

*****. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.

*****. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.

*****. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

*****. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.

*****. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.

*****. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.

*****. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.
*****. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.
*****. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.
*****. Em 15.07.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 19 de dezembro de 2014.
*****. Em 08.12.2015, foi publicado o Ato do Presidente nº 43, de 2015, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 17 de junho de 2016.
*****. Em 17.06.2016, foi publicado o Ato do Presidente nº 13, de 2016, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de setembro de 2016.

Secretário(a): Reinilson Prado
Telefone(s): 61 33033492
Fax: 61 33021176
E-mail: coceti@senado.leg.br



13) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE LEI GERAL DO DESPORTO BRASILEIRO

Finalidade: Apresentar, no prazo de 180 dias, anteprojeto de Lei Geral do Desporto Brasileiro, reunindo, sistematizando, e atualizando a legislação em vigor sobre o tema, e regulamentando as relações jurídicas oriundas da prática desportiva ainda pendentes de disciplina legal.

Ato do Presidente nº 39 de 2015

Número de membros: 13

PRESIDENTE: Caio Cesar Vieira Rocha

VICE-PRESIDENTE: Álvaro Melo Filho ⁽¹⁾

RELATOR: Wladimyr Vinicius de Moraes Camargos

Instalação: 29/10/2015

Prazo final: 06/06/2016

Prazo final prorrogado: 16/12/2016

MEMBROS

Caio Cesar Vieira Rocha

Wladimyr Vinicius de Moraes Camargos

Marcos Motta ⁽²⁾

Álvaro Melo Filho

Ana Paula Terra

Carlos Eugênio Lopes

Flávio Diz Zveiter

Luiz Felipe Bulos Alves Ferreira

Luiz Felipe Santoro

Pedro Trengrouse

Roberto de Acioli Roma

Marcos Santos Parente Filho

Mizael Conrado de Oliveira

Notas:

*. O Ato do Presidente nº 39, de 27 de outubro de 2015, fixa em 11 o quantitativo de membros da Comissão de Juristas, indicando os Senhores Caio César Vieira Rocha, Wladimyr Vinicius de Moraes Camargos, Alexandre Sidnei Guimarães, Álvaro Melo Filho, Ana Paula Terra, Carlos Eugênio Lopes, Flávio Diz Zveiter, Luiz Felipe Bulos Alves Ferreira, Luiz Felipe Santoro, Pedro Trengrouse e Roberto de Acioli Roma, indicando também os Senhores Caio César Vieira Rocha e Waldimyr Vinicius de Moraes Camargos, para, respectivamente, ocupar os cargos de Presidente e Relator do Colegiado.

**. O Ato do Presidente nº 40, de 11 de novembro de 2015, altera o Ato do Presidente nº 39, de 2015 para incluir os Senhores Marcos Santos Parente Filho e Mizael Conrado de Oliveira como membros integrantes deste Colegiado.

***. Em 07.06.2016, foi lido o Ato do Presidente nº 12, de 2016, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 180 dias.

1. Em 29.10.2015, foi designado Vice-Presidente o Senhor Álvaro Melo Filho (Memorando nº 01/2015-CJDB)

2. O Ato do Presidente nº 44, de 16 de dezembro de 2015, substitui o senhor Alexandre Sidnei Guimarães pelo senhor Marcos Motta.

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes

Telefone(s): (61) 3303-3514



14) COMISSÃO ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL

Finalidade: Destinada a debater e propor soluções para promover o desenvolvimento nacional.

Ato do Presidente nº 14, de 2016

Número de membros: 22 titulares e 22 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA)

Designação: 30/06/2016

Instalação: 06/07/2016

Prazo final: 22/12/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Telmário Mota (PDT-RR) (11,18)	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (1)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (1)	2. Senador Pastor Valadares (PDT-RO) (2,17)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	3. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (3)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	4. Senador Lasier Martins (PDT-RS) (4,8)
Maioria (PMDB)	
Senadora Kátia Abreu (PMDB-TO)	1. Senador Dário Berger (PMDB-SC) (7)
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	2.
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	3.
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	4.
Senador Eduardo Braga (PMDB-AM)	5.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Dalírio Beber (PSDB-SC)	1. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (5)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	2. Senador José Aníbal (PSDB-SP) (6)
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)	3.
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (9)
Senador Roberto Rocha (PSB-MA) (16)	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Armando Monteiro (PTB-PE)	1. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) (15)
Senador Cidinho Santos (PR-MT)	2.
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) (12,13)	3.
Senador Magno Malta (PR-ES) (14)	4.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (10)
Senador Roberto Muniz (PP-BA)	2. Senador Gladson Cameli (PP-AC) (10)
Senador Wilder Moraes (PP-GO)	3. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (10)

Notas:

*. O Ato do Presidente nº 14, de 30 de junho de 2016, designa os membros da Comissão, indicando os Senadores Acir Gurgacz, Armando Monteiro, Cidinho Santos, Paulo Rocha, Dalírio Beber, Eduardo Lopes, Fernando Bezerra Coelho, Flexa Ribeiro, Gleisi Hoffmann, Kátia Abreu, Lindbergh Farias, Otto Alencar, Paulo Bauer, Pedro Chaves, Roberto Muniz, Roberto Rocha, Simone Tebet, Tasso Jereissati, Valdir Raupp, Waldemir Moka e Wilder Moraes, indicando também o Senador Otto Alencar para ocupar o cargo de Presidente do Colegiado.

**. O Ato do Presidente nº 18, de 05 de julho de 2016, designa o Senador Eduardo Braga como membro da Comissão.

***. Em 06.07.2016, foi instalada a Comissão (Memorando nº 1/2016-CEDN).

1. Em 05.07.2016, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Paulo Rocha, que passa a compor a comissão como membro suplente (Of. 79/2016-GLBPRD).

2. Em 05.07.2016, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 79/2016-GLBPRD).

3. Em 05.07.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 79/2016-GLBPRD).

4. Em 05.07.2016, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 79/2016-GLBPRD).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>

5. Em 06.07.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro suplente pelo Partido da Social Democracia Brasileira (Of. 45/2016-GLPSDB).
6. Em 06.07.2016, o Senador José Aníbal foi designado membro suplente pelo Partido da Social Democracia Brasileira (Of. 45/2016-GLPSDB).
7. Em 08.07.2016, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 136/2016-GLPMDB).
8. Em 14.07.2016, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 92/2016-GLBPRD).
9. Em 22.08.2016, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia (Memo. 52/2016-GLBSD).
10. Em 01.09.2016, os Senadores Ciro Nogueira, Gladson Cameli e Sérgio Petecão foram designados membros suplentes pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 31/2016-BLDPRO).
11. Em 08.09.2016, o Senador Acir Gurgacz licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 649 a 651/2016.
12. Em 01.10.2016, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella.
13. Em 04.10.2016, o Senador Marcelo Crivella foi designado membro titular pelo Bloco Moderador (Of. 58/2016-BLOMOD).
14. Em 05.10.2016, o Senador Magno Malta foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Pedro Chaves (Of. 60/2016-BLOMOD).
15. Em 05.10.2016, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador (Of. 61/2016-BLOMOD).
16. Em 26.09.2016, o Senador Roberto Rocha licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 720 e 721/2016, aprovados na sessão de 04.10.2016.
17. Em 19.10.2016, o Senador Pastor Valadares foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Telmário Mota. (Of. 108/2016-GLPRD).
18. Em 19.10.2016, o Senador Telmário Mota foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Acir Gurgacz. (Of. 108/2016-GLPRD).

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 33033492

E-mail: coceti@senado.leg.br



15) COMISSÃO DA CONSOLIDAÇÃO DA LEGISLAÇÃO FEDERAL E REGULAMENTAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO

Finalidade: Destinada a consolidar a legislação federal e regulamentar dispositivos da Constituição Federal

Ato do Presidente nº 16, de 2016

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

RELATOR:

Designação: 30/06/2016

Instalação: 06/07/2016

Prazo final: 22/12/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador José Pimentel (PT-CE) (3)	1. Senador Jorge Viana (PT-AC) (4)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (2)	2.
Maioria (PMDB)	
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	1.
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	2.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (5)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Fernando Collor (PTC-AL) (1)	1.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	1.

Notas:

*. O Ato do Presidente nº 16, de 30 de junho de 2016, designa os membros da Comissão, indicando os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Ana Amélia, Antônio Anastasia, Jorge Viana, Randolfe Rodrigues, Romero Jucá e Simone Tebet, e indicando também o Senador Romero Jucá para ocupar o cargo de Presidente do Colegiado.

**. Em 06.07.2016, foi instalada a Comissão (Memo nº 1/2016-CECR)

1. Em 05.07.2016, o Presidente do Senado Federal designa o Senador Fernando Collor para compor a comissão (ATS nº 17/2016).

2. Em 05.07.2016, o Presidente do Senado Federal designa o Senador Paulo Rocha para compor a comissão (ATS nº 17/2016).

3. Em 06.07.2016, o Senador José Pimentel foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Jorge Viana, que passa a suplente (Of. 86/2016-GLBPRD)

4. Em 06.07.2016, o Senador Jorge Viana foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 86/2016-GLBPRD)

5. Em 07.07.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata (Of. 46/2016-GLPSDB).

Secretário(a): Eduardo do Lago de Sá - Guilherme Brandão (Adjunto)

Telefone(s): 61 - 3303 3511

E-mail: coceti@senado.leg.br

16) COMISSÃO ESPECIAL PARA O APRIMORAMENTO DO PACTO FEDERATIVO

Finalidade: Debater e propor soluções para o aprimoramento do pacto federativo
Ato do Presidente nº 15, de 2016

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)

RELATOR: Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)

Designação: 30/06/2016

Instalação: 06/07/2016

Prazo final: 22/12/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	1. Senador Telmário Mota (PDT-RR) (2)
Senador Jorge Viana (PT-AC) (1)	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (2)
 Maioria (PMDB)	
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)	1. Senador Dário Berger (PMDB-SC) (3)
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	2.
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	3.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	1. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (4)
Senador José Aníbal (PSDB-SP)	2.
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	1.
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	2.
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)	3.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1.
Senador Pedro Chaves (PSC-MS)	2.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	1.
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	2.

Notas:

*. O Ato do Presidente nº 15, de 30 de junho de 2016, designa os membros da Comissão, indicando os Senadores Ana Amélia, Antonio Anastasia, Cristovam Buarque, Eduardo Amorim, Fernando Bezerra Coelho, Garibaldi Alves Filho, José Aníbal, Lindbergh Farias, Lúcia Vânia, Omar Aziz, Paulo Paim, Pedro Chaves, Ronaldo Caiado, Valdir Raupp e Waldemir Moka, indicando também os Senadores Fernando Bezerra Coelho e Antonio Anastasia, para, respectivamente, ocupar os cargos de Presidente e Relator-Geral do Colegiado.

**. Em 06.07.2016, foi instalada a Comissão (Memorando nº 1/2016-CEAPF).

1. Em 06.07.2016, o Senador Jorge Viana foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. 85/2016-GLBPRD).

2. Em 06.07.2016, os Senadores Telmário Mota e Gleisi Hoffmann foram designados membros suplentes pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 85/2016-GLBPRD).

3. Em 08.07.2016, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 136/2016-GLPMDB).

4. Em 13.07.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata (Of. 49/2016-GLPSDB).

Secretário(a): Leandro Bueno e Donaldo Portela (Adjunto)

Telefone(s): 61 - 3303 3508

E-mail: coceti@senado.leg.br



17) COMISSÃO DE JURISTAS DA DESBUROCRATIZAÇÃO

Finalidade: Apresentar, no prazo de 180 dias, anteprojetos de Lei destinados a desburocratizar a Administração Pública Brasileira, melhorar a relação com as empresas, o trato com o cidadão e promover a revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015

Número de membros: 20

PRESIDENTE: Mauro Campbell Marques

VICE-PRESIDENTE: João Geraldo Piquet Carneiro

RELATOR: José Antonio Dias Toffoli

Leitura: 19/08/2015

Instalação: 02/09/2015

Prazo final: 11/04/2016

Prazo final prorrogado: 31/12/2016

MEMBROS

Mauro Campbell Marques

José Antonio Dias Toffoli

Paulo Rabello de Castro

João Geraldo Piquet Carneiro

Ives Gandra Martins

Otavio Luiz Rodrigues Junior

Aristóteles de Queiroz Camara

Mary Elbe Queiroz

Eumar Roberto Novacki

Gabriel Rizza Ferraz

Antonio Helder Medeiros Rebouças

Daniel Vieira Bogéa Soares

Luciana Leal Brayner

Marcello Augusto Diniz Cerqueira

Everardo de Almeida Maciel

Eduardo Maneira

Heleno Taveira Torres

Paulo Ricardo de Souza Cardoso

Cleide Regina Furlani Pompermaier

Leonardo Carneiro da Cunha

Notas:

*. O Ato da Comissão Diretora nº 13, de 20 de agosto de 2015, fixa em 10 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Mauro Campbell Marques, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otavio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz.

**. O Ato do Presidente nº 28, de 1º de setembro de 2015, fixa em 16 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Mauro Campbell Marques, José Antonio Dias Toffoli, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otavio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz, Antonio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner, Marcello Augusto Diniz Cerqueira e Everardo de Almeida Maciel para compor o colegiado. Indicando ainda os Senhores Mauro Campbell Marques, João Geraldo Piquet Carneiro e José Antonio Dias Toffoli como, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator do colegiado.

***. O Ato do Presidente nº 26, de 1º de setembro de 2015, fixa em 14 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Antônio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner e Marcello Augusto Diniz Cerqueira para compor o Colegiado.

****. O Ato do Presidente nº 31, de 14 de setembro de 2015, fixa em 17 o número de membros da Comissão, indicando o Senhor Ricardo Vital de Almeida para compor o Colegiado.

*****. O Ato do Presidente nº 37, de 6 de outubro de 2015, fixa em 20 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Leandro Paulsen, Heleno Taveira Torres e Paulo Ricardo de Souza Cardoso para compor o Colegiado; o Ato altera, ainda, a finalidade da Comissão, para acrescentar a promoção da revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

*****. O Ato do Presidente nº 46, de 15 de dezembro de 2015, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, indicando o Senhor Eduardo Maneira para compor o Colegiado.

*****. O Ato do Presidente nº 7, de 5 de abril de 2016, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, retirando da composição da Comissão Mauro Roberto Gomes de Mattos e Laendro Paulsen; e indicando Cleide Regina Furlani Pompermaier e Leonardo Carneiro da Cunha. O Ato ainda prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 31/12/2016.

Secretário(a): Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 33033501

E-mail: coceti@senado.gov.br



COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) CPI DOS FUNDOS DE PENSÃO

Finalidade: Investigar irregularidades e prejuízos ocorridos a partir de 2003 na administração de recursos financeiros em entidades fechadas de previdência complementar (Fundos de Pensão) nas sociedades de economia mista e empresas controladas direta ou indiretamente pela União

Requerimento nº 478, de 2015

Número de membros: 13 titulares e 8 suplentes

Leitura: 06/05/2015

Designação: 16/07/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ⁽¹⁰⁾	
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾	1. Senadora Angela Portela (PT-RR) ⁽¹⁾
Senador Telmário Mota (PDT-RR) ⁽¹⁾	2.
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾	
Maioria (PMDB)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1.
VAGO (6)	2.
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(4,9)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽³⁾
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽³⁾	2.
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senador João Capiberibe (PSB-AP)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽⁵⁾	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽²⁾	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(7,8)

Notas:

*. Em 16.07.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, e o Senador Blairo Maggi, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI (Of. 53/2015-BLUFOR).

**. Em 16.07.2015, os Senadores João Alberto Souza, Sandra Braga, Otto Alencar e Sérgio Petecão foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 167/2015-GLPMDB).

***. Em 16.07.2015, os Senadores Humberto Costa, José Pimentel e Gleisi Hoffmann foram designados membros titulares pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (indicação do Presidente do Senado)

****. Em 16.07.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular, e o Senador João Capiberibe, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CPI (indicação do Presidente do Senado).

*****. Em 16.07.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Ronaldo Caiado foram designados membros titulares; e o Senador Paulo Bauer, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CPI (Of. 119/2015-GLPSDB e 52/2015-GLDEM).

1. Em 17.07.2015, os Senadores Humberto Costa, Telmário Mota e Regina Sousa foram designados membros titulares e a Senadora Ângela Portela, como membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 93/2015-GLDBAG).

2. Em 05.08.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixa de compor a Comissão (Of. 54/2015-BLUFOR).

3. Em 06.08.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Of. 155/2015-GLPSDB).

4. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

5. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

6. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.

7. Em 13.05.2016, o Senador Blairo Maggi foi nomeado Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 1).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>

8. Em 17.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 19/2016-BLOMOD).
9. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
10. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(Of. 34/2016-GLDBAG)



2) CPI DO FUTEBOL - 2015

Finalidade: Investigar a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e o Comitê Organizador Local da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 (COL), no prazo de 180 dias.

Requerimento nº 616, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽⁶⁾

Leitura: 28/05/2015

Designação: 07/07/2015

Instalação: 14/07/2015

Prazo final: 22/12/2015

Prazo final prorrogado: 22/12/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ⁽²²⁾	
Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽¹³⁾	1. Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(2,13)
Senador Zeze Perrella (PTB-MG)	2. Senador Telmário Mota (PDT-RR) ^(9,11,20)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽²⁾	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ^(1,15,19,21)	
 Maioria (PMDB)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽⁷⁾	1. Senador Hélio José (PMDB-DF)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ^(16,17)	2. Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽⁸⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(12,18)	
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽⁵⁾	1. VAGO ⁽¹⁰⁾
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Romário (PSB-RJ)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ^(4,23)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁴⁾	
Senador Fernando Collor (PTC-AL)	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)

Notas:

*. Em 07.07.2015, os Senadores Humberto Costa e Zezé Perrella foram designados membros titulares; e o Senador Ciro Nogueira, membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Of. 76/2015-GLDBAG).

**. Em 07.07.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Romero Jucá e Omar Aziz foram designados membros titulares; e o Senador Hélio José, membro suplente, pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 180 e 191/2015-GLPMDB).

***. Em 07.07.2015, os Senadores Alvaro Dias e Davi Alcolumbre foram designados membros titulares pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Of. 123/2015-GLPSDB e Of. 64/2015-GLDEM).

****. Em 07.07.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membros titular; e o Senador Wellington Fagundes, membro suplente pelo Bloco União e Força, para compor a CPI (Ofs. 39 e 40/2015/BLUFOR).

*****. Em 07.07.2015, o Senador Romário foi designado membros titular; e a Senadora Lídice da Mata, membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Mem. 58/2015-BLSDEM).

*****. Em 11.11.2015, foi lido o Requerimento nº 1.288, de 2015., que prorroga o prazo da comissão por 180 dias.

*****. Em 05.07.2016, foi lido o Requerimento nº 517, de 2016, que prorroga o prazo da comissão por 180 dias.

1. Em 08.07.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 82/2015).

2. Em 08.07.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que passou a compor a comissão como titular (Of. 82/2015).

3. Em 14.07.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Romero Jucá, respectivamente, Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPICBF).

4. Em 14.07.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Memo. 68/2015-BLSDEM).

5. Em 06.08.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Alvaro Dias, que deixa de compor a Comissão (Of. 154/2015-GLPSDB).

6. Em 11.08.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Bauer Vice-Presidente deste colegiado (Memo. 3/2015-CPIDFDQ).

7. Em 01.09.2015, o Senador João Alberto Souza foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a Comissão (Of. 233/2015-GLPMDB).
8. Em 02.09.2015, o Senador Eunício Oliveira foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 235/2015-GLPMDB).
9. Em 24.09.2015, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 121/2015-GLDBAG).
10. Em 30.09.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 180/2015-GLDPSDB).
11. Em 15.10.2015, vago em virtude de o Senador Lasier Martins ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 133/2015-GLDBAG).
12. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
13. Em 08.03.2016, o Senador Gladson Cameli foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Humberto Costa, que passa a compor a Comissão como suplente (Of. nº 015/2016-GLDBAG).
14. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
15. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB)
16. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
17. Em 02.06.2016, o Senador Romero Jucá foi confirmado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 87/2016-GLPMDB).
18. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
19. Em 08.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo cedeu vaga de titular ao Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia na comissão (Of. 43/2016-GLDBAG).
20. Em 08.06.2016, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 44/2016-GLDBAG).
21. Em 14.06.2016, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 35/2016-BLSDEM).
22. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG)
23. Em 26.09.2016, o Senador Roberto Rocha licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 720 e 721/2016, aprovados na sessão de 04.10.2016.

Secretário(a): Leandro Cunha Bueno - Adjunto - Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 061 33033508/3501

E-mail: coceti@senado.leg.br



3)CPI DAS BARRAGENS

Finalidade: Apurar e analisar possíveis irregularidades na fiscalização e manutenção das barragens da Samarco Mineradora S.A., no Município de Mariana/MG, bem como para investigar responsabilidades pelo desastre ambiental causado pelo rompimento dessas barragens, ocorrido no dia 5 de novembro de 2015, além de averiguar a situação atual de outros locais de mineração em que haja risco de desastres semelhantes.

Requerimento nº 1.343, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 24/11/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ⁽⁴⁾	1. 2.
Maioria (PMDB)	1.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(1,3)	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽²⁾	1.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	1.

Notas:

1. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
2. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
3. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
4. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG)



COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ^(6,23,26)

VICE-PRESIDENTE: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(3,55)	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	1. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(25,36,46)	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	3. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ^(10,16,24,27)
Senador Jorge Viana (PT-AC) ^(49,53)	4. Senador Roberto Muniz (PP-BA) ^(46,52,54)
Senador Lasier Martins (PDT-RS) ^(24,62)	5. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽⁵⁾
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	6. VAGO ⁽⁵³⁾
Senador Benedito de Lira (PP-AL)	7. Senador Wilder Morais (PP-GO) ⁽¹⁹⁾
Senador Ciro Nogueira (PP-PI)	8. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
 Maioria (PMDB)	
Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ^(40,48)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	2. Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	3. VAGO ⁽⁵⁸⁾
Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ^(32,44)	4. Senador José Medeiros (PSD-MT) ^(7,31)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)	5. Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽⁹⁾
Senador Roberto Requião (PMDB-PR)	6. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹¹⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	7. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) ⁽¹³⁾
Senadora Kátia Abreu (PMDB-TO) ^(12,37)	8. Senador Hélio José (PMDB-DF)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(8,14,21,50)	
Senador José Agripino (DEM-RN)	1. Senador José Aníbal (PSDB-SP) ^(38,43)
VAGO ^(17,28,34,45,59)	2. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3. Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) ⁽¹⁵⁾
Senador Alvaro Dias (PV-PR) ⁽¹⁾	4. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)	5. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(2,18,20,28)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽²²⁾	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽⁶³⁾
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	3. Senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽²⁹⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽³⁰⁾	
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ^(33,35)	1. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ⁽⁴¹⁾
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ^(47,51,60,61)	2. Senador Elmano Férrer (PTB-PI)
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ^(56,57)	3. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(4,39,42)

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Douglas Cintra, Marcelo Crivella e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Amorim e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAE (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores Lídice da Mata, Roberto Rocha e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CAE (Of. 3/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Gleisi Hoffmann, Delcidio do Amaral, Lindbergh Farias, Walter Pinheiro, Reguffe e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Humberto Costa, Fátima Bezerra e Jorge Viana, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio de Apoio ao Governo, para compor a CAE (Of. 4/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Ronaldo Caiado, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores Ataídes Oliveira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Of. 13/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Gladson Camelli e Ivo Cassol membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CAE (Mem. 21 a 24/2015-GLDPP).

*****. Em 05.03.2015, os Senadores Romero Jucá, Waldemir Moka, Raimundo Lira, Sandra Braga, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Omar Aziz e Luiz Henrique foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Eunício Oliveira, José Maranhão e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria para compor a CAE (Of. 043/2015-GLPMDB).

1. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador José Serra (Of. 23/2015-GLPSDB).

2. Em 03.03.2015, o Senador José Serra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 42/2015-GLPSDB).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

5. Em 06.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Fátima Bezerra (Of. 20/2015-GLDBAG).

6. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio do Amaral e Raimundo Lira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 17/2015-CAE).

7. Em 18.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente em vaga cedida ao PSDB pelo Bloco da Maioria (Ofs. 51/2015-GLPMDB e 81/2015-GLPSDB).

8. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores José Serra, Antonio Anastasia, Ataídes Oliveira, Ronaldo Caiado e Davi Alcolumbre (Of. 89/2015-GLPSDB).

9. Em 14.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 121/2015-GLPMDB).

10. Em 05.05.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. 65/2015-GLDBAG).

11. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 142/2015-GLPMDB).

12. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

13. Em 18.05.2015, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 159/2015-GLPMDB).

14. Em 19.05.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores José Serra, Ataídes Oliveira e Antonio Anastasia (Of. 112/2015-GLPSDB).

15. Em 19.05.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia, que deixa de integrar a Comissão (Of. 112/2015-GLPSDB).

16. Em 02.07.2015, o Senador Acir Grugacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Donizeti Nogueira (Of. 90/2015-GLDBAG).

17. Em 30.09.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Morais, que deixou de compor a Comissão (Of. 109/2015-GLDEM).

18. Em 30.09.2015, vago em virtude de o Senador Davi Alcolumbre ter sido designado membro titular da comissão, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (of. 109/2015-GLDEM).

19. Em 07.10.2015, o Senador Wilder Morais foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Gladson Cameli (Of. 130/2015-GLDBAG).

20. Em 08.12.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 121/2015-GLDEM).

21. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

22. Em 17.02.2016, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Antônio Carlos Valadares (Of. 005/2016-GLBSD).

23. Em 01.03.2016, o Senador Delcídio do Amaral deixou de ocupar a Presidência da Comissão (Ofício SDA nº 003/2016).

25. Em 01.03.2016, o Senador Donizetti Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral (Of. 2/2016-GLDBAG).

24. Em 01.03.2016, o Senador Acir Gurgacz deixou de atuar como suplente, por ter sido designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Reguffe (Of. nº 013/2016-GLDBAG).

26. Em 07.03.2016, a Comissão reunida elegeu a Senadora Gleisi Hoffmann Presidenta deste colegiado (Of. nº 12/2016/CAE).

27. Em 22.03.2016, a Senadora Regina Sousa foi designada membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 22/2016-GLDBAG).

28. Em 22.03.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Davi Alcolumbre, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Of. 15/2016-GLDEM).

29. Em 06.04.2016, o Senador Antônio Carlos Valadares foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador José Medeiros (Memo. 16/2016-BLSDEM).

30. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

31. Em 14.04.2016, o Senador José Medeiros foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 053/2016-GLPMDB).

32. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.

33. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).

34. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).

35. Em 10.05.2016, o Senador Armando Monteiro foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Douglas Cintra (Of. 17/2016-BLOMOD).

36. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB).

37. Em 13.05.2016, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular pelo bloco da Maioria (Of. 068/2016-GLPMDB).
40. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
39. Em 13.05.2016, o Senador Blairo Maggi foi nomeado Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 1).
38. Em 13.05.2016, o Senador José Serra foi nomeado Ministro de Estado das Relações Exteriores (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 2).
41. Em 17.05.2016, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Eduardo Amorim (Of. 23/2016-BLOMOD).
42. Em 17.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 19/2016-BLOMOD).
43. Em 18.05.2016, o Senador José Aníbal foi designado membro suplente, pelo Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB, em substituição ao Senador José Serra (Of. 28/2016-GLPSDB)
44. Em 19.05.2016, o Senador Eduardo Braga foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 74/2016-GLPMDB)
45. Em 27.05.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 29/2016-GLDEM)
46. Em 01.06.2016, o Senador Humberto Costa foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, deixando de ocupar o cargo de suplente na comissão (Of. 36/20156-GLDBAG)
47. Em 1º.06.2016, o Senador Marcelo Crivella licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme os Requerimentos nºs 398 a 400/2016, aprovados na sessão de 02.06.2016.
48. Em 02.06.2016, o Senador Romero Jucá foi confirmado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 81/2016-GLPMDB)
49. Em 03.06.2016, o Senador Walter Pinheiro afastou-se do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia.
50. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
51. Em 07.06.2016, o Senador Eduardo Lopes foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Marcelo Crivella (Of. 36/2016-BLOMOD).
52. Em 08.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de suplente para o Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 47/2016-GLDBAG).
53. Em 09.06.2016, o Senador Jorge Viana foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo em substituição ao Senador Walter Pinheiro, deixando de ocupar o cargo de suplente na comissão (Of. 48/20156-GLDBAG)
54. Em 13.06.2016, o Senador Roberto Muniz foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Memo. nº 17/2016-BLDPRO).
55. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG)
56. Em 28.06.2016, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Wellington Fagundes (Of. 42/2016-BLOMOD)
57. Em 06.07.2016, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. 43/2016-BLOMOD)
58. Em 12.07.2016, o Senador José Maranhão declinou da sua indicação como suplente do Bloco da Maioria na Comissão (Of. 137/2016-GLPMDB)
59. Em 22.08.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 002/2016-GSMALV).
60. Em 01.10.2016, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella.
61. Em 04.10.2016, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular pelo Bloco Moderador (Of. 54/2016-BLOMOD).
62. Em 04.10.2016, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. 102/2016-GLBPRD).
63. Em 26.09.2016, o Senador Roberto Rocha licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 720 e 721/2016, aprovados na sessão de 04.10.2016.

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034544

E-mail: cae@senado.leg.br



1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽²⁾

Instalação: 16/09/2015

TITULARES		SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)		
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)		1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)
 Maioria (PMDB)		
Senador Roberto Requião (PMDB-PR)		1. Senador Hélio José (PMDB-DF) ⁽¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ⁽³⁾		
Senador Wilder Morais (PP-GO)		1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)		
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)		1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)		
VAGO (4,5)		1.

Notas:

1. Em 1º.09.2015, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 129/2015-CAE).
2. Em 16.09.2015, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Lindbergh Farias Presidente deste Colegiado (Of. 152/2015-CAE).
3. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
4. Em 07.06.2016, o Senador Eduardo Lopes foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Marcelo Crivella (Of. 36/2016-BLOMOD)
5. Em 01.10.2016, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella.
- *. Em 18.08.2015, foi lido o ofício 110/2015-CAE, que indica os senadores Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Roberto Requião, Wilder Morais, Vanessa Grazziotin, Lídice da Mata e Marcelo Crivella para comporem o colegiado.

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br



1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br



1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 12, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br



2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(7,19,34)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(4,33)	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador Pastor Valadares (PDT-RO) (11,21,37)
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (11)	3. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	4. Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA) (30)
Senadora Angela Portela (PT-RR)	5. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	6. Senador Wilder Morais (PP-GO) (40)
 Maioria (PMDB)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (10)	2. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	3. Senador Romero Jucá (PMDB-RR) (25,26,28)
Senador Dário Berger (PMDB-SC)	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) (6,10)
Senador Edison Lobão (PMDB-MA) (6)	5. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) (12)
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	6. Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) (20)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(16,31)	
VAGO (14,15,23,27,35)	1. Senador Deca (PSDB-PB) (17,36)
VAGO	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) (5,8)
Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) (13)	3.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (13)	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE) ⁽¹⁾	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (9,18)	2. Senador Romário (PSB-RJ) (9)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ^(1,22)	
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) (29,32,38,39)	1. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) (2,3)
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	2. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (24)
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (3)	3.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAS (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e Romário foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CAS (Of. 04/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Regina Sousa e Angela Portela como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Walter Pinheiro e Fátima Bezerra como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CAS (Of. 7/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Wilder Morais, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Lúcia Vânia e Tasso Jereissati foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Of. 15/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Benedito de Lira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CAS (Mem. 25 e 26/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores João Alberto Souza, Rose de Freitas, Waldemir Moka, Dário Berger, Sérgio Petecão e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CAS (Of. 010/2015-GLPMDB).

1. A partir de 25.02.2015, o Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e o Bloco Parlamentar União e Força compartilham as vagas de terceiro titular e terceiro suplente.

2. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 11/2015-BLUFOR).

3. Em 03.03.2015, o Senador Eduardo Amorim deixou a suplência e foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of.10/2015-BLUFOR).

4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 14/2015-GLDBAG).
5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 47/2015-GLPSDB).
6. Em 12.03.2015, o Senador Edison Lobão foi designado membro titular em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 53/2015-GLPMDB).
7. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Edison Lobão e Maria do Carmo Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CAS).
8. Em 18.03.2015, o Senador Tasso Jereissati deixou de integrar, como suplente, a CAS (Of. 80/2015-GLPSDB).
9. Em 14.04.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Romário, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 47/2015-GLBSD).
10. Em 14.04.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 119/2015-GLPMDB).
11. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 61/2015-GLDBAG).
12. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 143/2015-GLPMDB).
13. Em 19.05.2015, os Senadores Dalírio Beber e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 113/2015-GLPSDB).
14. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
15. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
16. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
17. Em 16.02.2016, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Moraes (Of. 004/2016-GLDEM).
18. Em 17.02.2016, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Roberto Rocha (Of. 004/2016-GLBSD).
19. Em 24.02.2016, a Comissão reunida elegeu o Senador Ricardo Franco Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 032/2016-PRESIDÊNCIA/CAS).
20. Em 24.02.2016, o Senador Eunício Oliveira foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 019/2016-GLPMDB).
21. Em 09.03.2016, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 018/2016-GLDBAG).
22. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
23. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).
24. Em 10.05.2016, o Senador Armando Monteiro foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Douglas Cintra (Of. 17/2016-BLOMOD).
25. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
26. Em 19.05.2016, o Senador Wirlande da Luz foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Romero Jucá (Of. 72/2016-GLPMDB).
27. Em 27.05.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 30/2016-GLDEM).
28. Em 02.06.2016, o Senador Romero Jucá foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Wirlande da Luz (Of. 82/2016-GLPMDB).
29. Em 1º.06.2016, o Senador Marcelo Crivella licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme os Requerimentos nºs 398 a 400/2016, aprovados na sessão de 02.06.2016.
30. Em 03.06.2016, o Senador Walter Pinheiro afastou-se do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia.
31. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata).
32. Em 07.06.2016, o Senador Eduardo Lopes foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Marcelo Crivella (Of. 36/2016-BLOMOD).
33. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG).
34. Em 22.08.2016, a vice presidência fica vaga em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 002/2016-GSMALV).
35. Em 22.08.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 002/2016-GSMALV).
36. Em 14.09.2016, o Senador Deca foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata (Of. 65/2016-GLPSDB).
37. Em 21.09.2016, o Senador Pastor Valadares foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. 98/2016-GLBPRD).
38. Em 01.10.2016, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella.
39. Em 04.10.2016, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular pelo Bloco Moderador (Of. 54/2016-BLOMOD).
40. Em 07.11.2016, o Senador Wilder Moraes foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Benedito de Lira (Memo. 39/2016-BLPRO).

Secretário(a): Patricia de Lurdes Motta de Oliveira e Oliveira

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33034608

E-mail: cas@senado.gov.br



3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador José Maranhão (PMDB-PB) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁵⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(3,51)	
Senador Jorge Viana (PT-AC) (8)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (47,50,53)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	2. Senador Lasier Martins (PDT-RS) (9,28,57,58)
Senador José Pimentel (PT-CE)	3. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	4. Senadora Angela Portela (PT-RR)
Senador Humberto Costa (PT-PE)	5. Senador Zeze Perrella (PTB-MG)
Senador Telmário Mota (PDT-RR) ⁽⁵⁷⁾	6. Senador Paulo Paim (PT-RS)
Senador Benedito de Lira (PP-AL)	7. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (25,29)	8. Senadora Ana Amélia (PP-RS)
 Maioria (PMDB)	
Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) (52,55)	1. Senador Roberto Requião (PMDB-PR)
Senador Edison Lobão (PMDB-MA)	2. Senador Romero Jucá (PMDB-RR) (33,62)
Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) (32,36)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) (6)
Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) (42,44)	4. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	5. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) (6)	6. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) (11,15)	7. Senador Hélio José (PMDB-DF) (31,37)
Senador José Maranhão (PMDB-PB)	8. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) (13)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(7,30,48)	
Senador José Agripino (DEM-RN)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) (10,16)
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	2. Senador Alvaro Dias (PV-PR)
Senador Aécio Neves (PSDB-MG) (10,16)	3. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (1,12,17,32)	4. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (26,27,39,45,56,63,64)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	5. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (2,24)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽⁶¹⁾	2. Senador João Capiberibe (PSB-AP) (14,22)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	3. Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (34,54)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽³⁵⁾	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (20,21,38,40)
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) (46,49,59,60)	2. Senador Cidinho Santos (PR-MT) (18,19,41,43)
Senador Magno Malta (PR-ES)	3. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) (23)

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Fátima Bezerra, Humberto Costa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Walter Pinheiro, Jorge Viana, Lindbergh Farias, Angela Portela, Zezé Perrella e Paulo Paim como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCJ (Of. 3/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado foram designados membros titulares; e os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Marcelo Crivella e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra, Blairo Maggi e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCJ (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Roberto Rocha e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin, João Capiberibe e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCJ (Of. 05/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Antônio Anastasia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira e Tasso Jereissati, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Of. 16/2015-GLPSDB).

- *****. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Ivo Cassol e Ana Amélia membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CCJ (Mem. 27 a 29 e 44/2015-GLDPP).
- *****. Em 04.03.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Edison Lobão, Ricardo Ferraço, Romero Jucá, Simone Tebet, Garibaldi Alves Filho, Luiz Henrique e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Omar Aziz, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Dário Berger, Rose de Freitas e Sérgio Petecão, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCJ (Of. 011/2015-GLPMDB).
1. Em 27.02.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. 25/2015-GLPSDB).
 2. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Tasso Jereissati (Of. 23/2015-GLPSDB).
 3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
 4. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Maranhão Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CCJ).
 5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Pimentel Vice-Presidente deste colegiado (Of. 2/2015-CCJ).
 6. Em 25.03.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Garibaldi Alves Filho, que passa à suplência (Of. 92/2015-GLPMDB).
 7. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Ataídes de Oliveira, Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes (Of. 87/2015-GLPSDB).
 8. Em 05.05.2015, o Senador Jorge Viana foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 62/2015-GLDBAG).
 9. Em 05.05.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Jorge Viana (Of. 62/2015-GLDBAG).
 10. Em 08.05.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que ocupava vaga de suplente, foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador Aécio Neves, que deixou de compor a Comissão (Of. 108/2015-GLPSDB).
 11. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
 12. Em 11.05.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador José Serra, que deixou de compor a Comissão (Of. 109/2015-GLPSDB).
 13. Em 12.05.2015, o Senador Raimundo Lira foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 152/2015-GLPMDB).
 14. Em 12.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador João Capiberibe, que deixou de compor a Comissão (Of. 54/2015-BLSDEM).
 15. Em 12.05.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 153/2015-GLPMDB).
 16. Em 14.05.2015, o Senador Aécio Neves foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, que passa a compor a Comissão como suplente (Of. 110/2015-GLPSDB).
 17. Em 14.05.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 111/2015-GLPSDB).
 18. Em 08.06.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Blairo Maggi, que deixou de compor a Comissão (Of. 037/2015-BLUFOR).
 19. Em 16.06.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixou de compor a Comissão (Of. 038/2015-BLUFOR).
 20. Em 18.08.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Douglas Cintra, que deixou de compor a Comissão (Of. 059/2015-BLUFOR).
 21. Em 02.09.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixou de compor a Comissão (Of. 65/2015-BLUFOR).
 22. Em 09.09.2015, o Senador João Capiberibe foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixa de compor a Comissão (Of. 80/2015-BLSDEM).
 23. Em 30.09.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que deixa de compor a Comissão (Of. 68/2015-BLUFOR).
 24. Em 30.09.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixou de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLDEM).
 25. Em 20.10.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que deixou de compor a Comissão (Of. 8/2015-GLDPP).
 26. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
 27. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
 28. Em 08.12.2015, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral (Of. 140/2015-GLDBAG).
 29. Torna-se sem efeito a indicação apresentada nos termos do Ofício nº 008/2015-GLDPP.
 30. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
 31. Em 1º.03.2016, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria, em substituição ao Senador Sérgio Petecão (Of. 024/2016-GLPMDB).
 32. Em 1º.03.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador José Serra, deixando de ocupar vaga de titular pelo Bloco da Maioria (Of. 009/2016-GLPSDB).
 33. Em 09.03.2016, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria, em substituição ao Senador Omar Aziz (Memo. 4/2016-GLPSD).
 34. Em 05.04.2016, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador José Medeiros (Memo. 13/2016-BLSDEM).
 35. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
 36. Em 14.04.2016, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 050/2016-GLPMDB).
 37. Em 04.05.2016, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 58/2016-GLPMDB).
 38. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).



39. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).
40. Em 10.05.2016, o Senador Armando Monteiro foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Douglas Cintra (Of. 17/2016-BLOMOD).
41. Em 13.05.2016, o Senador Blairo Maggi foi nomeado Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 1).
42. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
43. Em 17.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 19/2016-BLOMOD).
44. Em 19.05.2016, o Senador Eduardo Braga foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Romero Jucá (Of. 75/2016-GLPMDB).
45. Em 27.05.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 27/2016-GLDEM).
46. Em 1º.06.2016, o Senador Marcelo Crivella licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme os Requerimentos nº's 398 a 400/2016, aprovados na sessão de 02.06.2016.
47. Em 03.06.2016, o Senador Walter Pinheiro afastou-se do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia.
48. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata).
49. Em 07.06.2016, o Senador Eduardo Lopes foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Marcelo Crivella (Of. 36/2016-BLOMOD).
50. Em 08.06.2016, vago em virtude da cessão da vaga de suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo ao Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 39/2016-GLDBAG).
51. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG).
52. Em 29.06.2016, o Senador Romero Jucá foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a Comissão (Of. 127/2016-GLPMDB).
53. Em 29.06.2016, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Memo. nº 39/2016-GLBSD).
54. Em 29.06.2016, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em vaga anteriormente ocupada pela Senadora Lídice da Mata (Memo. nº 39/2016-GLBSD).
55. Em 12.07.2016, o Senador Eunício Oliveira foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Romero Jucá, que deixa de compor a Comissão (Of. 132/2016-GLPMDB).
56. Em 22.08.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 002/2016-GSMALV).
57. Em 13.09.2016, o Senador Telmário Mota foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 94/2016-GLBPRD).
58. Em 13.09.2016, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. nº 94/2016-GLBPRD).
59. Em 01.10.2016, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella.
60. Em 04.10.2016, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular pelo Bloco Moderador (Of. 54/2016-BLOMOD).
61. Em 26.09.2016, o Senador Roberto Rocha licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nº's 720 e 721/2016, aprovados na sessão de 04.10.2016.
62. Em 18.10.2016, o Senador Romero Jucá foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria, em substituição ao Senador Sérgio Petecão (Of. nº 168/2016-GLPMDB).
63. Em 19.10.2016, o Partido Democratas cede a vaga de suplente ao Partido Social Democrático (Of. nº 52/2016-GLDEM).
64. Em 19.10.2016, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente pelo Partido Social Democrático, em vaga cedida pelo Partido Democratas (Memo. nº 33/2016-GLPSD).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br



3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 61-3303-3972

Fax: 61-3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br



3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br



4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(2,32)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	1. VAGO ⁽⁸⁾
Senadora Angela Portela (PT-RR)	2. Senadora Regina Sousa (PT-PI)
VAGO ⁽²¹⁾	3. Senador Zeze Perrella (PTB-MG) ⁽⁴⁾
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	4. Senador Roberto Muniz (PP-BA) ^(28,30,31)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	5. Senador Telmário Mota (PDT-RR)
Senador Paulo Paim (PT-RS)	6. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)
Senador Wilder Morais (PP-GO) ⁽¹¹⁾	7. Senador Ciro Nogueira (PP-PI)
Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽⁵⁾	8. Senadora Ana Amélia (PP-RS)
 Maioria (PMDB)	
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
VAGO ^(18,24,27)	2. Senador Roberto Requião (PMDB-PR)
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	3. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)	4. Senador Hélio José (PMDB-DF)
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	5. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽⁹⁾
Senador Dário Berger (PMDB-SC) ⁽³⁾	6.
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽⁷⁾	7.
	8.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(16,29)	
VAGO ^(14,15,20,26,33)	1. Senador Pinto Itamaraty (PSDB-MA) ^(13,35)
Senador José Agripino (DEM-RN) ^(12,13)	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)
Senador Alvaro Dias (PV-PR)	3. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	4. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) ^(6,10)	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)
Senador Romário (PSB-RJ)	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)
Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽³⁴⁾	3. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁷⁾	
Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(22,23)	1.
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	2.
Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ^(19,25)	3.

Notas:

*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Fátima Bezerra, Ângela Portela, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, Lasier Martins e Paulo Paim como membros titulares; e os Senadores Marta Suplicy, Regina Sousa, José Pimentel, Walter Pinheiro, Telmário Mota e Lindbergh Farias como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CE (Of. 5/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Blairo Maggi, Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CE (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata, Romário e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Antônio Carlos Valadares, Randolfe Rodrigues e Fernando Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CE (Of. 06/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, Sandra Braga, João Alberto Souza, Rose de Freitas e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CE (Of. 13/2015-GLPMDB).



*****. Em 26.02.2015, os Senadores Alvaro Dias, Antônio Anastasia e Lúcia Vânia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Ataídes Oliveira, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Of. 17/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, os Senadores Ivo Cassol e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Ciro Nogueira e Ana Amélia, como membros suplentes, pelo PP, para compor a CE (Memorandos nos. 30, 31, 32 e 47/2015-GLDPP).

1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Fátima Bezerra, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CE).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015, o Senador Dário Berger foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 34/2015-GLPMDB).

4. Em 06.03.2015, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 21/2015-GLDBAG).

5. Em 17.03.2015, o Senador Galdson Cameli foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Benedito de Lira (Of. 36/2015-GLDBAG).

6. Em 24.03.2015, vago em virtude de a Senadora Lúcia Vânia ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015 - GLPSDB).

7. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 120/2015-GLPMDB).

8. Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de integrar a Comissão (Of. 64/2015-GLDBAG).

9. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 145/2015-GLPMDB).

10. Em 19.05.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 114/2015-GLPSDB).

11. Em 23.09.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. 117/2015-GLDBAG).

12. Em 23.09.2015, vago em virtude de o Senador Wilder Moraes ter sido designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 117/2015-GLDBAG).

13. Em 30.09.2015, o Senador José Agripino foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, deixando de ocupar a vaga de suplente na comissão (Of. 107/2015-GLDEM).

14. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).

15. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).

16. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

17. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

18. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.

19. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).

20. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).

21. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB)

22. Em 13.05.2016, o Senador Blairo Maggi foi nomeado Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 1).

23. Em 17.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 19/2016-BLOMOD).

24. Em 19.05.2016, o Senador Wirlande da Luz foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 70/2016-GLPMDB).

25. Em 23.05.2016, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular pelo Bloco Moderador (Of. 27/2016-BLOMOD).

27. Em 27.05.2016, vago em virtude de o Senador Wirlande da Luz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Romero Jucá (Memo. s/n/2016-GSRJ)

26. Em 27.05.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 35/2016-GLDEM)

28. Em 03.06.2016, o Senador Walter Pinheiro afastou-se do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia.

29. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)

30. Em 13.06.2016, vago em virtude da cessão da vaga ocupada pelo Senador Walter Pinheiro pelo Bloco de Apoio ao Governo ao Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 51/2016-GLDBAG)

31. Em 14.06.2016, o Senador Roberto Muniz foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Memo. 18/2016-BLDPRO).

32. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG)

33. Em 22.08.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 002/2016-GSMALV).

34. Em 26.09.2016, o Senador Roberto Rocha licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 720 e 721/2016, aprovados na sessão de 04.10.2016.

35. Em 06.10.2016, o Senador Pinto Itamaraty foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata (Of. 67/2016-GLPSDB).

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 61 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

(Requerimento Da Comissão De Educação 26, de 2000)

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br



4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Requer a criação da Subcomissão Permanente denominada Bancada do Livro, que por meio de audiências públicas, depoimentos de autoridades, diligências, ou outro meio regimental, possa analisar os problemas que envolvem a autoria, editoração, publicação e distribuição de livros no país, o sistema brasileiro de bibliotecas, a importação e exportação de livros, direitos autorais, e quaisquer outros assuntos relacionados com o livro.

(Requerimento Da Comissão De Educação 1, de 2002)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 311-3498/4604/2

Fax: 311-3121/1319



4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESPORTOS

Finalidade: Requer seja criada, no âmbito da Comissão de Educação, uma Subcomissão de Desportos, de caráter permanente, destinada a apreciar programas, planos e políticas governamentais instituídas para o setor desportivo no País.

(Requerimento 811, de 2001)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 311-3498/4604

Fax: 311-3121/1319



5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾

TITULARES		Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(2,29)		
Senador Jorge Viana (PT-AC)		1. Senador Humberto Costa (PT-PE)
VAGO (20)		2. Senadora Regina Sousa (PT-PI)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹³⁾		3. Senador Telmário Mota (PDT-RR) ^(7,13,15)
Senador Paulo Rocha (PT-PA)		4. VAGO ^(5,14)
Senador Ivo Cassol (PP-RO)		5. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽³⁾
Maioria (PMDB)		
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)		1. Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽⁹⁾		2. VAGO ⁽²²⁾
Senador Otto Alencar (PSD-BA)		3. VAGO ⁽¹⁰⁾
Senador José Medeiros (PSD-MT) ⁽¹⁷⁾		4. VAGO ^(6,18)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ^(24,26,27)		5.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(8,12,28)		
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)		1. Senador Alvaro Dias (PV-PR)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)		2. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)		3. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)		
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)		1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Senador João Capiberibe (PSB-AP)		2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽³⁰⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁶⁾		
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)		1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(4,21,23)
Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ^(19,25)		2. Senador Fernando Collor (PTC-AL) ⁽¹¹⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Davi Alcolumbre como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Reguffe e Paulo Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, Regina Souza e Lasier Martins, membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CMA (Of. 10/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CMA (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular, e o Senador Fernando Bezerro, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 10/2015-GLBSD).

*****. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e João Capiberibe foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 08/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Ataídes Oliveira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Alvaro Dias como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Of. 24/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, Sandra Braga e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CMA (Of. 16/2015-GLPMDB).

*****. Em 26.02.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular, pelo PP, para compor a CMA (Of. 37/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Otto Alencar e Ataídes Oliveira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Mem. nº 1/2015-CMA).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015 o Senador Benedito de Lira foi indicado membro suplente pelo PP (Memo. nº 52/2015-GLDPP).

4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

5. Em 17.03.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 31/2015-GLDBAG).

6. Em 17.03.2015, a Senadora Sandra Braga foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 36/2015-GLPMDB).

7. Em 24.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of. 38/2015-GLDBAG).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>

8. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes Ferreira e Davi Alcolumbre (Of. 90/2015-GLPSDB).
9. Em 14.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 122/2015-GLPMDB).
10. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
11. Em 23.06.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 42/2015-BLUFOR).
12. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
13. Em 01.03.2016, o Senador Acir Gurgacz deixou de atuar como suplente, por ter sido designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Reguffe (Of. 14/2016-GLDBAG).
14. Em 29.03.2016, o Senador Delcidio do Amaral deixa de compor a Comissão pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofícios nºs 25 a 29/2016-GLDBAG).
15. Em 30.03.2016, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 30/2016-GLDBAG).
16. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
17. Em 14.04.2016, o Senador José Medeiros foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 052/2016-GLPMDB).
18. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.
19. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
20. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB).
21. Em 13.05.2016, o Senador Blairo Maggi foi nomeado Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 1).
22. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
23. Em 17.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 19/2016-BLOMOD).
24. Em 19.05.2016, o Senador Wirlande da Luz foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 71/2016-GLPMDB).
25. Em 23.05.2016, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular pelo Bloco Moderador (Of. 27/2016-BLOMOD).
26. Em 27.05.2016, vago em virtude de o Senador Wirlande da Luz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Romero Jucá (Memo. s/n/2016-GSRJ).
27. Em 02.06.2016, o Senador Romero Jucá foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Wirlande da Luz (Of. 84/2016-GLPMDB).
28. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata).
29. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG).
30. Em 26.09.2016, o Senador Roberto Rocha licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 720 e 721/2016, aprovados na sessão de 04.10.2016.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Reuniões: Terças-Feiras 9:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: cma@senado.gov.br



5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 38, de 2009)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Designação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Jorge Viana (PT-AC)	1.
Senador Reguffe (S/Partido-DF)	2.
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1.
Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)	2.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ⁽²⁾	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ^(1,3)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1.

Notas:

1. Em 12.05.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia (Mem. 30/2015-CMA).
 2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
 3. Em 26.09.2016, o Senador Roberto Rocha licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 720 e 721/2016, aprovados na sessão de 04.10.2016.
- *. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Jorge Viana e Reguffe, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp e Sandra Braga, pelo Bloco da Maioria; Aloysio Nunes Ferreira, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; João Capiberibe, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força, na Subcomissão (Mem. 24/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br



5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 48, de 2009)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Designação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	1. Senador Delcídio do Amaral (S/Partido-MS)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2.
Senador Ivo Cassol (PP-RO)	3.
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1.
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	2.
VAGO ⁽¹⁾	3.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ⁽²⁾	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1.

Notas:

1. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa e Ivo Cassol, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp, João Alberto Souza e Luiz Henrique, pelo Bloco da Maioria; Ronaldo Caiado, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Lídice da Mata, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força. Foi designado ainda como suplente o Senador Delcídio Amaral, pelo Bloco de Apoio ao Governo, na Subcomissão (Mem. 23/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br



5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 20, de 2010)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (S/Partido-MS) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽²⁾

Designação: 15/04/2015

Instalação: 13/05/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO (5,8)	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ^(1,5)
 Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽⁴⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(6,7)	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO (9)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)

Notas:

1. Em 12.05.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Mem. 30/2015-CMA).
2. Em 13.05.2015, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro, Delcídio do Amaral e Paulo Rocha, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado (Of. 31/2015-CMA).
3. Em 19.05.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Mem. 33/2015-CMA).
4. Em 19.05.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Mem. 33/2015-CMA).
5. Em 19.05.2015, o Senador Delcídio Amaral foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha, que passou a compor a comissão como membro suplente (Mem. 33/2015-CMA).
6. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
7. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
8. Em 29.06.2016, vago em virtude de o Senador Delcídio do Amaral não exercer mais o mandato (Memo. nº 30/2016/CMA).
9. Em 29.06.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato (Memo. nº 30/2016/CMA).
- *. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Paulo Rocha, pelo Bloco de Apoio ao Governo, Valdir Raupp, pelo Bloco da Maioria, Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, Vanessa Grazziotin, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e Douglas Cintra, pelo Bloco Parlamentar União e Força. Foram designados ainda como suplentes os Senadores Lídice da Mata, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força (Memo. 25/2015-CMA).
- **. Em 15.04.2015, a CMA reunida aprovou o RMA nº 5, de 2015, que reativa esta Subcomissão, com cinco vagas para membros titulares e igual número de suplentes.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br



5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS INACABADAS

Finalidade: Acompanhamento e fiscalização de obras inacabadas.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 6, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Douglas Cintra (PTB-PE) ⁽¹⁾

Designação: 06/05/2015

Instalação: 20/05/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Telmário Mota (PDT-RR) ⁽³⁾	1. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁴⁾
 Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Senador José Medeiros (PSD-MT)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ⁽²⁾	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽⁶⁾	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽⁵⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1. VAGO

Notas:

1. Em 20.05.2015, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Ataídes Oliveira, Valdir Raupp e Douglas Cintra, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Mem. 34/2015-CMA).
2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
3. Em 31.05.2016, o Senador Telmário Mota foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol, que deixou de compor a Subcomissão (Memo 27/2016-CMA).
4. Em 31.05.2016, o Senador Humberto Costa foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Benedito de Lira, que deixou de compor a Subcomissão (Memo 27/2016-CMA).
5. Em 29.06.2016, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia na Subcomissão (Memo 31/2016-CMA).
6. Em 26.09.2016, o Senador Roberto Rocha licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nº 720 e 721/2016, aprovados na sessão de 04.10.2016.
- *. Em 06.05.2015, foram designados como titulares os Senadores Donizeti Nogueira, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp, pelo Bloco da Maioria; Ataídes Oliveira, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Roberto Rocha, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Douglas Cintra, pelo Bloco Parlamentar União e Força, na Subcomissão (Mem. 28/2015/CMA).
- **. Em 29.02.2016, foram reativados os trabalhos da Subcomissão (Memo. nº 1/2016-CMA)
- ***. Em 05.04.2016, foram designados como membros suplentes os Senadores Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força; e Ivo Cassol, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Memo. 18/2016/CMA).
- ****. Em 17.05.2016, foram designados os Senadores Ivo Cassol, como titular, e Benedito de Lira, como suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo; José Medeiros, como suplente, pelo Bloco da Maioria; e Eduardo Amorim, como titular, pelo Bloco Moderador (Memo. 26/2016/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Reuniões: Terças-Feiras 9:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: cma@senado.gov.br

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽⁶⁾

TITULARES		Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(4,28)		
Senador Paulo Paim (PT-RS)		1. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)		2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) (8,10,14)
Senadora Angela Portela (PT-RR) (8)		3. Senador Pastor Valadares (PDT-RO) (3,33)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)		4. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (2)
Senador Telmário Mota (PDT-RR) (23,32)		5. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senador Benedito de Lira (PP-AL) (14)		6. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (20)
 Maioria (PMDB)		
Senador Dário Berger (PMDB-SC)		1. Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)
Senador Hélio José (PMDB-DF)		2. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) (7,12)		3. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) (9)
Senador Omar Aziz (PSD-AM) (12)		4.
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) (13)		5.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(19,26)		
VAGO (17,18,22,24,29)		1. VAGO (16)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (11)		2.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (11)		3.
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) (11)		4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)		
Senador João Capiberibe (PSB-AP)		1. Senador Romário (PSB-RJ)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)		2. Senador José Medeiros (PSD-MT)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽²¹⁾		
Senador Magno Malta (PR-ES)		1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (5)
Senador Vicentinho Alves (PR-TO)		2. Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) (15,25,27,30,31)

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Magno Malta e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores João Capiberibe e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Romário e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDH (Of. 11/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Paulo Paim, Regina Sousa, Marta Suplicy, Fátima Bezerra e Donizetti Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Lindbergh Farias, Angela Portela, Lasier Martins, Reguffe e Humberto Costa como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDH (Of. 9/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Davia Alcolumbre, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDH (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Dário Berger, Hélio José e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Simone Tebet e Sérgio Petecão como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDH (Of. 14/2015-GLPMDB).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim Presidente deste colegiado (Of. nº 017/2015-CDH).

2. Em 03.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Reguffe (Of.15/2015).

3. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of.16/2015).

4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG)

5. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 14/2015-BLUFOR).

6. Em 24.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Capiberibe Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 24/2015-CDH).

7. Em 08.04.2015, vago em virtude de o Senador José Maranhão ter deixado de compor a Comissão (Of. 104/2015-GLPMDB).

8. Em 05.05.2015, a Senadora Angela Portela foi designada membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 63/2015-GLDBAG).

9. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 144/2015-GLPMDB).
10. Em 27.05.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 72/2015-GLDBAG).
11. Em 28.05.2015, os Senadores Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro e Cássio Cunha Lima foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 116/2015-GLPSDB).
12. Em 29.05.2015, os Senadores Rose de Freitas e Omar Aziz foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria (Of. 165/2015-GLPMDB).
13. Em 03.06.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 174/2015-GLPMDB).
14. Em 14.07.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Benedito de Lira, que passou a compor a comissão como membro titular (Of. 92/2015-GLDBAG).
15. Em 01.09.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado membro suplente pelo Bloco União e Força (Of. 64/2015-BLUFOR).
16. Em 1º.10.2015, vago em razão do Senador Davi Alcolumbre ter deixado de compor a comissão (Of. 106/2015-GLDEM).
17. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretaria Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
18. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
19. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
20. Em 16.02.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 001/2016-GLDBAG).
21. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
22. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).
23. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB).
24. Em 27.05.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 32/2016-GLDEM).
25. Em 1º.06.2016, o Senador Marcelo Crivella licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme os Requerimentos nºs 398 a 400/2016, aprovados na sessão de 02.06.2016.
26. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata).
27. Em 07.06.2016, o Senador Eduardo Lopes foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Marcelo Crivella (Of. 36/2016-BLOMOD).
28. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG).
29. Em 22.08.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 002/2016-GSMALV).
30. Em 01.10.2016, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella.
31. Em 04.10.2016, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente pelo Bloco Moderador (Of. 54/2016-BLOMOD).
32. Em 04.10.2016, o Senador Telmário Mota foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, deixando de ocupar a vaga de suplente (Of. 103/2016-GLBPRD).
33. Em 04.10.2016, o Senador Pastor Valadares foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Telmário Mota, que passa a ocupar a vaga de titular (Of. 103/2016-GLBPRD).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br



6.2) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 7, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br



6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

Finalidade: Acompanhar a conclusão e as recomendações do relatório da Comissão Nacional da Verdade.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 18, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	1. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Maioria (PMDB)	
Senador Hélio José (PMDB-DF)	1. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ⁽²⁾	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE) ⁽¹⁾	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)

Notas:

1. Vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Socialismo e Democracia e União e Força (Of. nº 34/2015 - CDH).
2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
- *. Em 14.04.2015, os Senadores Cristovam Buarque e Regina Souza foram designados membros titulares; e as Senadoras Marta Suplicy e Fátima Bezerra, membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 34/2015 - CDH).
- **. Em 14.04.2015, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, em vaga compartilhada entre os Blocos Socialismo e Democracia e União e Força (Of. nº 34/2015 - CDH).
- ***. Em 14.04.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular; e o Senador Dário Berger, membro suplente, pelo Bloco da Maioria (Of. nº 34/2015 - CDH).
- ****. Em 14.04.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco da Oposição (Of. nº 34/2015 - CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ^(3,14)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(1,26)	
Senador Jorge Viana (PT-AC)	1. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	2. Senador Telmário Mota (PDT-RR)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	3. VAGO ⁽¹⁶⁾
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	4. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	5. VAGO ⁽⁹⁾
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	6. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽⁶⁾
Maoria (PMDB)	
Senador Edison Lobão (PMDB-MA)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
Senador Roberto Requião (PMDB-PR)	2. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(10,11)	3. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹³⁾
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹²⁾	4. Senadora Kátia Abreu (PMDB-TO) ⁽¹⁸⁾
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)	5. Senador Hélio José (PMDB-DF)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(15,24)	
Senador José Agripino (DEM-RN)	1. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽²⁾	3. Senador José Aníbal (PSDB-SP) ^(19,20)
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ^(4,7)	4. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ^(2,5,8)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senador João Capiberibe (PSB-AP)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	2. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁷⁾	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ^(23,25,27,28)
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽²¹⁾	2. Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽²²⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador José Agripino foi designado membro titular e o Senador Ronaldo Caiado, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Lasier Martins e Cristovam Buarque como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Telmário Mota, Delcídio do Amaral, Humberto Costa e Marta Suplicy como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRE (Of. 8/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Crivella e Wellington Fagundes, como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRE (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores João Capiberibe e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CRE (Of. 9/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares; e os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Of. 20/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Ciro Nogueira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CRE (Mem. 35 e 36/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores Edison Lobão, Roberto Requião, Luiz Henrique, Eunício Oliveira e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Raimundo Lira, Valdir Raupp, Romero Jucá e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CRE (Of. 018/2015-GLPMDB).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antônio Anastasia, que passou a ocupar vaga de membro suplente (Of. 45/2015-GLPSDB).

3. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Luiz Henrique, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CRE).

4. Em 13.03.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 62/2015-GLPSDB).

5. Em 13.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 63/2015-GLPSDB).
6. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira (Of. 35/2015-GLDBAG).
7. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 106/2015-GLPSDB).
8. Em 05.05.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPSDB).
9. Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de compor a Comissão (Of. 66/2015-GLDBAG).
10. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
11. Em 07.07.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em vaga existente (Of. 186/2015-GLPMDB).
12. Em 30.09.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a comissão (Of. 252/2015-GLPMDB).
13. Em 30.09.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Valdir Raupp, que passa a titular (Of. 254/2015-GLPMDB).
14. Em 1º.10.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Valdir Raupp Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 44/2015-CRE).
15. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
16. Em 29.03.2016, o Senador Delcidio do Amaral deixa de compor a Comissão pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofícios nºs 25 a 29/2016-GLDBAG).
17. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
18. Em 13.05.2016, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente pelo bloco da Maioria, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 067/2016-GLPMDB).
19. Em 13.05.2016, o Senador José Serra foi nomeado Ministro de Estado das Relações Exteriores (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 2).
20. Em 18.05.2016, o Senador José Aníbal foi designado membro suplente, pelo Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB, em substituição ao Senador José Serra (Of. 29/2016-GLPSDB).
21. Em 27.05.2016, o Senador Armando Monteiro foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Magno Malta (Of. 28/2016-BLOMOD).
22. Em 27.05.2016, o Senador Magno Malta foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Wellington Fagundes (Of. 28/2016-BLOMOD).
23. Em 1º.06.2016, o Senador Marcelo Crivella licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme os Requerimentos nºs 398 a 400/2016, aprovados na sessão de 02.06.2016.
24. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata).
25. Em 07.06.2016, o Senador Eduardo Lopes foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Marcelo Crivella (Of. 36/2016-BLOMOD).
26. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG).
27. Em 01.10.2016, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella.
28. Em 04.10.2016, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente pelo Bloco Moderador (Of. 54/2016-BLOMOD).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: cre@senado.gov.br



8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(2,36)	
VAGO (22)	1. Senador Jorge Viana (PT-AC)
Senador Roberto Muniz (PP-BA) (31,34,35)	2. Senadora Angela Portela (PT-RR)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	3. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Pastor Valadares (PDT-RO) (39)	4. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	5. Senador Gladson Cameli (PP-AC) (10,13)
Senador Wilder Morais (PP-GO) (5,19)	6. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
 Maioria (PMDB)	
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)	1. Senador Edison Lobão (PMDB-MA)
Senadora Kátia Abreu (PMDB-TO) (24,27)	2. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	3. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) (7,8)	4. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) (21)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (4)	5. Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) (28,29)
Senador Hélio José (PMDB-DF)	6. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (4,9)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(20,32)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (18,33,37,38)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (17)	2. Senador José Agripino (DEM-RN)
Senador Deca (PSDB-PB) (38)	3.
Senador José Aníbal (PSDB-SP) (15,16,33)	4.
Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) (11)	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) (40)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	2.
	3.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽²³⁾	
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (3,26)	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) (25,30)
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	2. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) (1,12,14)
Senador Elmano Férrer (PTB-PI) (12,14)	3. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (3)

Notas:

*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Delcídio do Amaral, Walter Pinheiro, Lasier Martins, Acir Gurgacz e Telmário Mota como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Ângela Portela, José Pimentel, Paulo Rocha e Cristovam Buarque como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CI (Of. 6/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Douglas Cintra pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CI (Of. 04/2015-BLUFOR).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CI (Of. 07/2015-GLBSD).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Ronaldo Caiado e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e José Agripino, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro e Paulo Bauer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 21/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro titular e o Senador Ivo Cassol como membro suplente, pelo PP, para compor a CI (Memorandos nos. 33 e 34/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores Garibaldi Alves Filho, Sandra Braga, Valdir Raupp, Fernando Ribeiro, Rose de Freitas e Hélio José foram designados membros titulares; e os Senadores Edison Lobão, Waldemir Moka, Dário Berger, Eunício Oliveira e Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CI (Of. 020/2015-GLPMDB).

1. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 12/2015-BLUFOR).
2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).



3. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Eduardo Amorim que passa a ocupar vaga de suplente (Ofs. 13 e 14/2015-BLUFOR).
4. Em 10.03.2015, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passa a compor a comissão como membro suplente (Of. 52/2015-GLPMDB).
5. Em 17.03.2015, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Gladson Cameli (Of. 34/2015-GLDBAG).
6. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Garibaldi Alves Filho e Ricardo Ferraço, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste Colegiado (Of. 01/2015-CI).
7. Em 07.04.2015, vago em virtude de o Senador Fernando Ribeiro não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jader Barbalho.
8. Em 14.04.2015, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 118/2015-GLPMDB).
9. Em 04.05.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 137/2015-GLPMDB).
10. Em 05.05.2015, vago em virtude de o Senador Cristovam Buarque ter deixado de compor a Comissão (Of. 60/2015 - GLDBAG).
11. Em 16.07.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 141/2015-GLPSDB).
12. Em 05.08.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que passa a ocupar vaga de suplente (Ofs. 55 e 56/2015-BLUFOR).
13. Em 17.08.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 104/2015-GLDBAG).
14. Em 09.09.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular e o Senador Vicentinho Alves membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 67/2015-BLUFOR).
15. Em 17.09.2015, vago em virtude de o Senador Paulo Bauer ter deixado de compor a Comissão (Of. 176/2015 - GLPSDB).
16. Em 22.09.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 177/2015-GLPSDB).
18. Em 30.09.2015, vago em virtude de o Senador Davi Alcolumbre ter sido designado membro titular da comissão, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (of. 108/2015-GLDEM).
17. Em 30.09.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixou de compor a Comissão (Of. 108/2015-GLDEM).
19. Em 02.10.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que deixou de compor a Comissão (Of. 123/2015-GLDBAG).
20. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
21. Em 23.03.2016, o Senador Raimundo Lira foi designado membro suplente pelo PMDB, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que deixou de compor a Comissão (Of. 37/2016-GLMPDB).
22. Em 29.03.2016, o Senador Delcidio do Amaral deixa de compor a Comissão pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofícios nºs 25 a 29/2016-GLDBAG).
23. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
24. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.
25. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
26. Em 10.05.2016, o Senador Armando Monteiro foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 18/2016-BLOMOD).
27. Em 13.05.2016, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular pelo bloco da Maioria (Of. 069/2016-GLPMDB).
28. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
29. Em 19.05.2016, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Romero Jucá (Of. 76/2016-GLPMDB).
30. Em 23.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador (Of. 25/2016-BLOMOD).
31. Em 03.06.2016, o Senador Walter Pinheiro afastou-se do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia.
32. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
33. Em 07.06.2016, o Senador José Aníbal foi designado membro titular pelo PSDB, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que passa a integrar a comissão como membro suplente (Of. 32/2016-GLPSDB).
34. Em 08.06.2016, vago em virtude da cessão da vaga de titular pelo Bloco de Apoio ao Governo ao Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 46/2016-GLDBAG).
35. Em 13.06.2016, o Senador Roberto Muniz foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Memo. nº 16/2016-BLDPRO).
36. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG)
37. Em 12.09.2016, o Senador DECA foi designado membro suplente pelo PSDB, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima (Of. 58/2016-GLPSDB).
38. Em 14.09.2016, o Senador Deca foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Social Democrata, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro, que passa a compor a comissão como membro suplente (Of. 64/2016-GLPSDB).
39. Em 20.09.2016, o Senador Pastor Valadares foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. 97/2016-GLBPRD).
40. Em 26.09.2016, o Senador Roberto Rocha licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 720 e 721/2016, aprovados na sessão de 04.10.2016.

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Reuniões: Quartas-Feiras 8:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 6, de 2007)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br



8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 8, de 2012)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286



8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 20, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br



8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO SETOR DE MINERAÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 24/2015, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, destinada ao estudo e acompanhamento do setor de mineração no Brasil.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 24, de 2015)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wilder Morais (PP-GO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁾

Designação: 20/05/2015

Instalação: 10/06/2015

TITULARES		SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)		
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)		1. Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA) ⁽⁴⁾
 Maioria (PMDB)		
Senador Hélio José (PMDB-DF)		1. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽²⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ⁽³⁾		
Senador Wilder Morais (PP-GO)		1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Notas:

1. Em 10.06.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Wilder Morais e Sérgio Petecão, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste Colegiado (Of. 20/2015-CI).
2. Em 10.06.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado, nos termos do art. 89, IV, do RISF, membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 20/2015-CI).
3. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
4. Em 03.06.2016, o Senador Walter Pinheiro afastou-se do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia.
- *. Em 20.05.2015, foram designados como titulares os Senadores Sérgio Petecão, pelo Bloco de Apoio ao Governo, Hélio José, pelo Bloco da Maioria, Wilder Morais, pelo Bloco Parlamentar da Oposição. Foram designados ainda como suplentes os Senadores Walter Pinheiro, pelo Bloco de Apoio ao Governo e Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 16/2015-CI).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Reuniões: Quartas-Feiras 8:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽⁸⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(3,35)	
Senador José Pimentel (PT-CE)	1. Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA) (18,33)
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	2. Senadora Regina Sousa (PT-PI)
Senador Humberto Costa (PT-PE)	3. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
VAGO (18,28)	4. VAGO (1,10)
Senador Gladson Cameli (PP-AC)	5. Senador Ciro Nogueira (PP-PI)
 Maioria (PMDB)	
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	1. VAGO (24)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) (11,12)	2. Senador Hélio José (PMDB-DF) (7,15)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) (7)	4. Senador Romero Jucá (PMDB-RR) (29,32)
	5. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(21,34)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) (19,20,31)
Senador Deca (PSDB-PB) (5,16,38)	2. Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) (37,38)
VAGO (6,13,17,26,30,31,36)	3. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) (9)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador José Medeiros (PSD-MT)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	2. Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (22)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽²³⁾	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (4)
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	2. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (14,25,27)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e os Senadores Fernando Bezerra e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLBSD).

**. Em 25.02.2015, os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Humberto Costa e Walter Pinheiro foram designados membros titulares; e os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa, Fátima Bezerra e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 4/2015-BLUFOR).

*****. Em 26.02.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Of. 22/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, José Maranhão e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, João Alberto Souza, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá e Dário Berger como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDR (Of. 15/2015-GLPMDB).

*****. Em 02.03.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro titular, e o Senador Ciro Nogueira como membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CDR (Mem. 38 e 39/2015-GLDPP).

*****. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 18/2015-GLBSD).

1. Em 03.03.2015, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 17/2015-GLDBAG)

2. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado (Of. 115/2015-CDR).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG)

4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 14/2015-BLUFOR).

5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 46/2015-GLPSDB).

6. Em 06.03.2015, o Senador Antônio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 50/2015-GLPSDB).

7. Em 12.03.2015, o Senador João Alberto Souza deixa a suplência e passa a ser membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 56/2015-GLPMDB)

8. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Alberto Souza Vice-Presidente deste colegiado (Of. 153/2015-CDR).
9. Em 19.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 83/2015-GLPSDB).
10. Em 26.03.2015, vago em virtude do Senador Lasier Martins ter deixado de compor a comissão (Of. 43/2015-GLDBAG).
11. Em 08.04.2015, vago em virtude de o Senador José Maranhão ter deixado de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPMDB).
12. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 126/2015-GLPMDB).
13. Em 26.05.2015, vago em virtude de o Senador Antonio Anastasia ter deixado de compor a Comissão (Of. 113/2015-GLPSDB).
14. Em 30.06.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 44/2015-BLUFOR).
15. Em 09.07.2015, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 192/2015-GLPMDB).
16. Em 16.07.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 142/2015-GLPSDB).
17. Em 18.08.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em vaga cedida pelo PSDB ao Democratas (Ofs. 157/2015-GLPSDB e 78/2015-GLDEM).
18. Em 02.09.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Walter Pinheiro, que passa à suplência (Of. 110/2015-GLDBAG).
19. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
20. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
21. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
22. Em 17.02.2016, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. 006/2016-GLBSD).
23. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
24. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.
25. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
26. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).
27. Em 10.05.2016, o Senador Armando Monteiro foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Douglas Cintra (Of. 17/2016-BLOMOD).
28. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB).
29. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
30. Em 27.05.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 28/2016-GLDEM).
31. Em 02/03/2016, os Senadores Ricardo Franco e Ronaldo Caiado permudam suas vagas pelo Bloco Parlamentar da Oposição na Comissão, passando a titular e suplente, respectivamente (Of. nº 8/2016-GLDEM).
32. Em 02.06.2016, o Senador Romero Jucá foi confirmado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 83/2016-GLPMDB)
33. Em 03.06.2016, o Senador Walter Pinheiro afastou-se do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia.
34. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
35. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG)
36. Em 22.08.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 002/2016-GSMALV).
37. Em 12.09.2016, o Senador DECA foi designado membro suplente pelo PSDB (Of. 60/2016-GLPSDB).
38. Em 14.09.2016, o Senador Deca foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Social Democrata, em substituição ao Senador Dalírio Beber, que passa a compor a comissão como membro suplente (Of. 63/2016-GLPSDB).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 2, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627



9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627



9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amélia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 5, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627



10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(1,22)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(2,20)	
Senador Pastor Valadares (PDT-RO) ⁽²³⁾	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Roberto Muniz (PP-BA) ^(12,18,19)	2. Senador Lasier Martins (PDT-RS)
Senador Zeze Perrella (PTB-MG)	3.
VAGO ⁽⁹⁾	4.
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	5. Senador Benedito de Lira (PP-AL)
 Maioria (PMDB)	
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	1. Senador José Maranhão (PMDB-PB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Senador Dário Berger (PMDB-SC)	3. Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ^(14,16)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	4. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(5,6)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽⁴⁾	5. Senador Hélio José (PMDB-DF) ⁽⁶⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(8,17)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. Senador Wilder Moraes (PP-GO)
VAGO ^(3,7)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
	3. Senador José Medeiros (PSD-MT) ^(24,25)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽²¹⁾	1.
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽⁷⁾	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁰⁾	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	1. VAGO ⁽¹¹⁾
Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(13,15)	2. Senador Elmano Férrer (PTB-PI)

Notas:

- *. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Wilder Moraes como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).
- **. Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Blairo Maggi foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra e Elmano Férrer como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRA (Of. 4/2015-BLUFOR).
- ***. Em 25.02.2015, os Senadores Acir Gurgacz, Donizeti Nogueira, Zezé Perrella e Delcídio do Amaral foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Lasier Martins como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRA (Of. 11/2015-GLDBAG).
- ****. Em 26.02.2015, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 18/2015-GLPSDB).
- *****. Em 26.02.2015, os Senadores Waldemir Moka, Rose de Freitas, Dário Berger e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores José Maranhão, Valdir Raupp, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CRA (Of. 17/2015-GLPMDB).
- *****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular; e o Senador Benedito de Lira, como membro suplente, pelo PP, para compor a CRA (Memorandos nos. 40 e 41/2015-GLDPP).
- *****. Em 03.03.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CRA (Of. 14/2015-GLBSD).
- 1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ana Amélia e Acir Gurgacz, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 10/2015-CRA).
- 2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
- 3. Em 06.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 48/2015-GLPSDB).
- 4. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 127/2015-GLPMDB).
- 5. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
- 6. Em 24.06.2015, os Senadores Ricardo Ferraço e Hélio José foram designados membros suplentes pelo Bloco da Maioria (Of. 179/2015-GLPMDB).
- 7. Em 09.07.2015, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão como membro titular pelo Bloco da Oposição e passa a integrar como membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 140/15-GLPSDB e Memo. 63/2015-GLBSD).
- 8. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
- 9. Em 29.03.2016, o Senador Delcicio do Amaral deixa de compor a Comissão pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofícios nºs 25 a 29/2016-GLDBAG).



10. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
11. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
12. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB).
13. Em 13.05.2016, o Senador Blairo Maggi foi nomeado Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 1).
14. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
15. Em 17.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 19/2016-BLOMOD).
16. Em 02.06.2016, o Senador Romero Jucá foi confirmado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 85/2016-GLPMDB).
17. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
18. Em 14.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de titular ao Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 50/2016-GLDBAG).
19. Em 14.06.2016, o Senador Roberto Muniz foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Memo. 19/2016-BLDPRO).
20. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG)
21. Em 03.08.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador José Medeiros (Of. 49/2016-BLSDEM).
22. Em 08.09.2016, o Senador Acir Gurgacz deixou de ocupar o cargo de Vice-Presidente da comissão por licenciar-se temporariamente do exercício do mandato (RQS 651/2016).
23. Em 20.09.2016, o Senador Pastor Valadares foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. 100/2016-GLBPRD).
24. Em 05.10.2016, o Bloco Social Democrata cede vaga de suplente ao Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 61/2016-GLPSDB).
25. Em 06.10.2016, o Senador José Medeiros foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista em vaga cedida pelo Bloco Social Democrata (Memo. 33/2016-BLDPRO).

Secretário(a): Marcello Varella

Reuniões: Quintas-Feiras 8:00 horas -

Telefone(s): 3303 3506

Fax: 3303 1017

E-mail: cra@senado.gov.br



10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Finalidade: REQUERIMENTO nº 3, DE 2007 ? CRA, que requer a criação, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com 7 membros titulares e mesmo número de suplentes, com o objetivo de acompanhar o impacto e as perspectivas, para o setor agrícola brasileiro, da produção mundial de biocombustíveis.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3311-3506/3321

Fax: 3311-1017

E-mail: scomcra@senado.gov.br



11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lasier Martins (PDT-RS) ^(1,13,14)

VICE-PRESIDENTE: Senador Hélio José (PMDB-DF) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(3,26)	
VAGO	1. Senador Zeze Perrella (PTB-MG)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	2. Senador Jorge Viana (PT-AC)
Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA) (22)	3. Senador Pastor Valadares (PDT-RO) (15,29)
Senadora Angela Portela (PT-RR)	4. Senador Telmário Mota (PDT-RR)
Senador Ivo Cassol (PP-RO)	5. Senador Gladson Cameli (PP-AC)
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Senador Dário Berger (PMDB-SC) (19,25)
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	2. Senador Edison Lobão (PMDB-MA)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	3. Senador José Medeiros (PSD-MT) (8,18)
Senador Omar Aziz (PSD-AM) (5)	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)
Senador Hélio José (PMDB-DF) (6)	5.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(11,23)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1. Senador José Agripino (DEM-RN)
Senador Deca (PSDB-PB) (28)	2. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) (27,28)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3. Senador Pinto Itamaraty (PSDB-MA) (33)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (16)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (2)	2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) (9,32)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁷⁾	
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) (21,24,30,31)	1. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) (4,20)
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (10,12)	2.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCT (Of. 4/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e o Senador José Agripino como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerra, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCT (Of. 10/2015-GLBSD).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Cristovam Buarque, Lasier Martins, Walter Pinheiro e Angela Portela foram designados membros titulares; e os Senadores Zezé Perrella, Jorge Viana, Delcídio do Amaral e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCT (Of. 13/2015-GLDBAG).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Of. 19/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, João Alberto Souza, Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, Edison Lobão, Luiz Henrique e Rose de Freitas, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCT (Of. 12/2015-GLPMDB).

*****. Em 02.03.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular e o Senador Gladson Camelli membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CCT (Mem. 42 e 43/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Cristovam Buarque Presidente deste colegiado (Mem. 1/2015-CCT).

2. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia (Of. 18/2015-GLBSD)

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 14/2015-BLUFOR).

5. Em 10.03.2015, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 40/2015-GLPMDB).

6. Em 24.03.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 87/2015-GLPMDB).

7. Em 07.04.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Hélio José Vice-Presidente deste colegiado (Mem. 7/2015-CCT).

8. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

9. Em 26.05.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Mem. 57/2015-BLSDEM).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



10. Em 04.11.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Vicentinho Alves, que deixa de compor a comissão (Of. 73/2015-BLUFOR).
11. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
12. Em 16.02.2016, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que deixa de compor a comissão (Of. 01/2016-BLUFOR).
13. Em 23.02.2016, o Senador Cristovam Buarque renuncia ao cargo de Presidente da Comissão (Ofício GSCB nº 02-002/2016).
14. Em 01.03.2016, a Comissão reunida elegeu o Senador Lasier Martins Presidente deste colegiado (Mem. 8/2016-CCT).
15. Em 09.03.2016, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral, que deixa de compor a comissão (Of. 019/2016-GLDBAG).
16. Em 06.04.2016, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador José Medeiros (Memo. 017/2016-BLSDEM).
17. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
18. Em 14.04.2016, o Senador José Medeiros foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 051/2016-GLPMDB).
19. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.
20. Em 27.05.2016, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador (Of. 29/2016-BLOMOD).
21. Em 1º.06.2016, o Senador Marcelo Crivella licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme os Requerimentos nºs 398 a 400/2016, aprovados na sessão de 02.06.2016.
22. Em 03.06.2016, o Senador Walter Pinheiro afastou-se do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia.
23. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata).
24. Em 07.06.2016, o Senador Eduardo Lopes foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Marcelo Crivella (Of. 36/2016-BLOMOD).
25. Em 08.06.2016, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 105/2016-GLPMDB).
26. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG).
27. Em 12.09.2016, o Senador DECA foi designado membro suplente pelo PSDB (Of. 59/2016-GLPSDB).
28. Em 14.09.2016, o Senador Deca foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Social Democrata, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, que passa a compor a comissão como membro suplente (Of. 62/2016-GLPSDB).
29. Em 20.09.2016, o Senador Pastor Valadares foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. 96/2016-GLBPRD).
30. Em 01.10.2016, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella.
31. Em 04.10.2016, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular pelo Bloco Moderador (Of. 54/2016-BLOMOD).
32. Em 26.09.2016, o Senador Roberto Rocha licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 720 e 721/2016, aprovados na sessão de 04.10.2016.
33. Em 06.10.2016, o Senador Pinto Itamaraty foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata (Of. 68/2016-GLPSDB).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: Terças-Feiras 8h:45min -

Telefone(s): 61 3303-1120

E-mail: cct@senado.gov.br



11.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO DO MARCO LEGAL DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Finalidade: Acompanhar o processo de regulamentação e implementação da Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016, conhecida como Marco Legal da Ciência Tecnologia e Inovação (Requerimento da CCT nº 25, de 2016).

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Em 05.07.2016, é aprovada a criação da Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Regulamentação do Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação (Memo. 102/2016-CCT).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: Terças-Feiras 8h:45min -

Telefone(s): 61 3303-1120

E-mail: cct@senado.gov.br



12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽¹¹⁾

RELATOR: VAGO

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ^(1,24)	
Senador Paulo Paim (PT-RS)	1. VAGO (13,19)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	3. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Senador Gladson Cameli (PP-AC)	4. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)
 Maioria (PMDB)	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (3,6,8,10)	1. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
VAGO (4)	3. Senador Edison Lobão (PMDB-MA)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(16,23)	
VAGO (22,25)	1. VAGO (14,15,18)
	2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador José Medeiros (PSD-MT) (7,9)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (9,12)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽¹⁷⁾	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) (2,20,21)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Wilder Morais foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CSF (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CSF (Of. 04/2015-BLUFOR).

***. Em 12.03.2015, os Senadores Hélio José, Sérgio Petecão e Waldemir Moka foram designados membros titulares; os Senadores Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp e Edison Lobão, membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CSF (Of. 19/2015-GLPMDB).

****. Em 18.03.2015, os Senadores Paulo Paim, Fátima Bezerra, Cristovam Buarque e Gladson Cameli foram designados membros titulares; os Senadores Angela Portela, Paulo Rocha, Ivo Cassol e Gleisi Hoffmann, membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CSF (Of. 30/2015-GLDBAG).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

3. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Hélio José ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015-GLPMDB).

4. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Waldermir Moka ter deixado de integrar a Comissão (Of. 90/2015-GLPMDB).

5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Fagundes Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CSF).

6. Em 25.03.2015, o Senador Juiz Henrique foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 091/2015-GLPMDB)

7. Em 22.04.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 47/2015-BLSDEM)

8. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

9. Em 13.07.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Memo. 64/2015-GLBSD)

10. Em 15.07.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 197/2015-GLPMDB).

11. Em 15.07.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Cristovam Buarque Vice-Presidente deste colegiado (Of. 3/2015-CSF).

12. Em 05.08.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à senadora Vanessa Grazziotin (Mem. 71/2015-BLSDEM)

13. Em 02.09.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à senadora Angela Portela (Of. 111/2015-GLDBAG)

14. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).

15. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).

16. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

17. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

18. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).



19. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB)
20. Em 13.05.2016, o Senador Blairo Maggi foi nomeado Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 1).
21. Em 17.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 19/2016-BLOMOD).
22. Em 02.06.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Morais (Of. 33/2016-GLDEM).
23. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
24. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 34/2016-GLDBAG)
25. Em 22.08.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 002/2016-GSMALV).

Secretário(a): Waldir Bezerra Miranda

Telefone(s): 61 33031095

E-mail: csf@senado.leg.br



13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA PÚBLICA - CTG

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽²⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) ⁽¹⁴⁾	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	1. VAGO ⁽⁸⁾
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	2.
Senador Paulo Paim (PT-RS)	3.
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	4.
	5.
 Maioria (PMDB)	
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	1. VAGO ⁽⁷⁾
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP)	3. Senador Dário Berger (PMDB-SC) ⁽¹⁾
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	4.
Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ^(9,10)	5.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) ^(3,11)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	1.
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)	2.
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁵⁾	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1.
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) ⁽⁶⁾	
Senador Fernando Collor (PTC-AL)	1. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ^(4,12)
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁴⁾	2. Senador Zeze Perrella (PTB-MG) ⁽¹³⁾

Notas:

*. Em 14.10.2015, os Senadores Raimundo Lira, Garibaldi Alves Filho, Marta Suplicy, Waldemir Moka e Romero Jucá foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga e Valdir Raupp, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CTG (Of. 243/2015-GLPMDB).

**. Em 14.10.2015, os Senadores Fernando Collor e Vicentinho Alves foram designados membros titulares; e o Senador Wellington Fagundes, como membro suplentes, pelo Bloco União e Força, para compor a CTG (Of. 66/2015-BLUFOR).

***. Em 14.10.2015, os Senadores Antônio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares, pelo Bloco da Oposição, para compor a CTG (Of. 165/2015-GLPSDB).

****. Em 14.10.2015, os Senadores Cristovam Buarque, Fátima Bezerra, Paulo Paim e Telmário Mota foram designados membros titulares; e o Senador Donizeti Nogueira, como membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CTG (Of. 125/2015-GLDBAG).

*****. Em 14.10.2015, os Senadores João Capiberibe e Lúcia Vânia foram designados membros titulares, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CTG (Of. 85/2015-BLSDEM).

1. Em 22.10.2015, foi designado o Senador Dário Berger como membro suplente pelo Bloco da Maioria, para compor a Comissão (Ofício nº 266/2015-GLPMDB)

2. Em 17.11.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Paulo Bauer e João Capiberibe, respectivamente, Presidente e Vice-presidente deste Colegiado (Of. 1/2015-CTG).

3. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

4. Em 01.03.2016, o Senador Wellington Fagundes deixou de atuar como suplente, por ter sido designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 6/2016-BLUFOR)

5. Em 16.03.2016, foi designado o Senador Ronaldo Caiado como membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a Comissão (Ofício nº 16/2016-GLDEM)

6. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

7. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.

8. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB)

9. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).

10. Em 02.06.2016, o Senador Romero Jucá foi confirmado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 86/2016-GLPMDB).

11. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
12. Em 07.06.2016, o Senador Pedro Chaves foi designado como membro suplente pelo Bloco Moderador (Ofício nº 34/2016-BLOMOD).
13. Em 07.06.2016, o Senador Zezé Perrella foi designado como membro suplente pelo Bloco Moderador (Ofício nº 34/2016-BLOMOD).
14. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(Of. 34/2016-GLDBAG)

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Terças-Feiras 14h30 -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: ctg@senado.leg.br



CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁾	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 28/06/2016

Notas:

1. Em 22.12.2014, o Senador Vital do Rêgo renuncia ao mandato para assumir o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União (Of. 23/2014DL-GSVREG).
2. O Senador Sérgio Petecão foi eleito Corregedor do Senado Federal, em sessão plenária de 28.06.2016.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽³⁾

1^a Eleição Geral: 19/04/1995

6^a Eleição Geral: 06/03/2007

2^a Eleição Geral: 30/06/1999

7^a Eleição Geral: 14/07/2009

3^a Eleição Geral: 27/06/2001

8^a Eleição Geral: 26/04/2011

4^a Eleição Geral: 13/03/2003

9^a Eleição Geral: 06/03/2013

5^a Eleição Geral: 23/11/2005

10^a Eleição Geral: 02/06/2015

TITULARES

SUPLENTES

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)

Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Telmário Mota (PDT-RR) ^(1,20)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁴⁾

Maoria (PMDB)

Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽¹⁹⁾
Senador Otto Alencar (PSD-BA)
VAGO ⁽²⁴⁾

1. Senadora Angela Portela (PT-RR)
2. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ^(4,21)
3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)
4.

Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)

Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(10,11)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽²⁾
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽⁶⁾

1. VAGO ^(5,6,18)
2. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ^(6,25)
3. Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) ^(7,8)

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)

Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)
Senador João Capiberibe (PSB-AP)

1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) ⁽⁹⁾
2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁹⁾

Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)

Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ^(12,13,15,22)
Senador Zeze Perrella (PTB-MG) ^(14,16,17,23)

1.
2.

Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)

Senador Sérgio Petecão (PSD/AC) ⁽²⁴⁾

Atualização: 08/09/2016

Notas:

- *. Eleito na Sessão do Senado Federal do dia 02/06/2015.
- 1. A Senadora Regina Sousa renunciou à vaga de membro titular, nos termos do Ofício nº 016/16-GSRSOUSA, datado de 21.06.2016, lido na sessão plenária de 22.06.2016.
- 2. Eleito na Sessão do Senado Federal do dia 11/06/2015.
- 3. Eleitos na 1^a reunião do Conselho realizada em 16/06/2015.
- 4. Em 16/06/2015, o Senador Paulo Rocha deixa a suplência e é eleito membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 075/2015-GLDBAG).
- 5. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracajú/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.
- 6. Eleito na Sessão do Senado Federal do dia 01/12/2015.
- 7. O Senador Flexa Ribeiro comunica renúncia a suplência em vaga destinada ao PSDB, conforme ofício lido na sessão plenária de 1º.12.2015.
- 8. O Senador Dalírio Beber foi eleito para ocupar a suplência em vaga destinada ao PSDB, conforme Ofício nº 206/2015 GLPSDB, lido na sessão plenária de 1º.12.2015.
- 9. Eleitos na Sessão do Senado Federal do dia 09/12/2015.
- 10. Em 15.12.2015, foi lido em Plenário Ofício nº 323/2015 - GSWMOR, do Senador Wilder Moraes, comunicando renúncia como titular do Conselho em vaga destinada ao Bloco da Parlamentar da Oposição.
- 11. O Senador Davi Alcolumbre foi eleito na sessão plenária de 16.12.2015, para ocupar vaga de titular do Bloco Parlamentar da Oposição, conforme Ofício nº 122/2015, do Líder do Democratas.



12. O Senador Elmano Férrer comunica renúncia como membro titular do Conselho, na vaga destinada ao PTB, conforme o MEMO nº 110/2015-GSEFFERRE, datado e lido na sessão Plenária do dia 17.12.2015.
13. O Senador Douglas Cintra foi eleito membro titular para ocupar a vaga destinada ao PTB, conforme Ofício nº 0004/2016-BLUFOR, do Líder do Bloco Parlamentar União e Força, lido na sessão plenária nesta data.
14. Nos termos do Of.º 0005/2016-BLUFOR, datado de 25.02.2016, o Líder do Bloco Parlamentar União e Força cede vaga de membro titular deste bloco para o Partido Democrático Trabalhista - PDT.
15. O Senador Douglas Cintra deixou de exercer o mandato parlamentar em 08.05.2016, em virtude de retorno do titular, Senador Armando Monteiro.
16. O Senador Telmário Mota foi eleito membro titular, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar União e Força ao PDT, na sessão plenária de 01/03/2016.
17. O Senador Telmário Mota passou a ocupar vaga de titular do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição à Senadora Regina Souza, nos termos do Ofício nº 73/2016 - GLDBAG, do Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, Senador Paulo Rocha, datado de 21.06.2016, lido na sessão plenária de 22.06.2016.
18. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).
19. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
20. O Senador Telmário Mota passou a ocupar vaga de titular do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, nos termos do Ofício nº 73/2016 - GLDBAG, do Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, Senador Paulo Rocha, datado de 21.06.2016, lido na sessão plenária de 22.06.2016.
21. A Senadora Regina Sousa foi indicada para ocupar a vaga de membro suplente, nos termos Ofício nº 074/2016 - GLDBAG, do Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, Senador Paulo Rocha, datado de 21.06.2016, lido e aprovado na sessão plenária de 22.06.2016.
22. O Senador Pedro Chaves foi indicado para ocupar a vaga de titular, em substituição ao Senador Douglas Cintra, nos termos do Ofício nº 039/2016-BLOMOD, do Líder do Bloco Moderador, Senador Fernando Collor, datado de 14.06.2016, lido e aprovado na sessão plenária de 22.06.2016.
23. O Senador Zezé Perrella foi indicado para a vaga de titular, em substituição ao Senador Telmário Mota, nos termos do Ofício nº 039/2016-BLOMOD, do Líder do Bloco Moderador, Senador Fernando Collor, datado de 14.06.2016, lido e aprovado na sessão plenária de 22.06.2016.
24. O Senador Sérgio Petecão foi eleito Corregedor do Senado, em sessão plenária do dia 28.06.2016.
25. O Senador Cássio Cunha Lima licenciou-se por 119 dias, nos termos do art. 43, inciso II, do RISF e art. 56, inciso II, da Constituição Federal, a partir do dia 08 de setembro de 2016, conforme Requerimento nº 646, de 2016, deferido em 06.09.2016.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



3) CONSELHO DO DIPLOMA BERTHA LUTZ*(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) ⁽¹⁾

1^a Designação: 03/12/2001
2^a Designação: 26/02/2003
3^a Designação: 03/04/2007
4^a Designação: 12/02/2009
5^a Designação: 11/02/2011
6^a Designação: 11/03/2013
7^a Designação: 26/11/2015

MEMBROS**PMDB**

Senadora Simone Tebet (MS)

PT

Senadora Fátima Bezerra (RN)

PSDB

Senador Antonio Anastasia (MG)

PSB

Senadora Lúcia Vânia (GO)

PDT

Senador Lasier Martins (RS)

PR

Senador Wellington Fagundes (MT)

PSD

Senador Hélio José (PMDB-DF)

DEM

Senador José Agripino (RN)

PP

Senadora Ana Amélia (RS)

PTB

Senador Fernando Collor (PTC-AL)

PPS

Senador José Medeiros (PSD-MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

REDE

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRBSenador Marcelo Crivella (RJ) ^(2,3,4,5)**Atualização:** 26/11/2015**Notas:**

- *. Designado pelo Ato do Presidente nº 41, de 2015, em 26/11/2015.
- 1. Designada para ocupar o cargo de Presidente do Conselho pelo Ato do Presidente nº 41, de 2015, em 26/11/2015.
- 2. Designado para ocupar a vaga através do Of.nº 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
- 3. O Senador Eduardo Lopes, em virtude do retorno do titular, Senador Marcelo Crivella, deixou de ocupar a vaga conforme o Of. N º 54/2016-BLOMOD.

4. O Senador Marcelo Crivella voltou a ocupar a vaga, conforme Of. nº 54/2016-BLOMOD, datado de 04/10/2016.
5. O Senador Marcelo Crivella voltou a ocupar a vaga em 04/10/2016, conforme Of.º 0054/2016-BLOMOD.



4) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS*(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, e Portaria do Presidente nº 8, de 2015)***PRESIDENTE:**Senador Fernando Collor (PTC-AL)**MEMBROS****PTB**

Senador Fernando Collor (PTC-AL)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PMDB

Senador Romero Jucá (RR)

(1)

Notas:

1. O Senador Jader Barbalho licenciou-se do Senado Federal.



5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador José Agripino (DEM-RN) ^(3,4,5,6)

VICE-PRESIDENTE: ⁽³⁾

1^a Designação: 23/03/2010

2^a Designação: 14/03/2011

3^a Designação: 11/03/2013

4^a Designação: 04/03/2015

MEMBROS

PMDB

Senador Eunício Oliveira (CE)

PT

VAGO ⁽²⁾

PSDB

Senador Tasso Jereissati (CE)

PSB

Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)

PDT

Senador Acir Gurgacz (RO)

PR

Senador Cidinho Santos (MT) ⁽⁷⁾

PSD

Senador Otto Alencar (BA)

DEM

Senador José Agripino (RN)

PP

Senador Ciro Nogueira (PI)

PTB

VAGO ^(4,6)

PPS

Senador José Medeiros (PSD-MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRB

Senador Marcelo Crivella (RJ) ^(1,8,9,10)

REDE

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 01/06/2017

Notas:

1. Substituído conforme Of. nº 0036/2016-BLOMOD.
2. O Senador Delcídio do Amaral Gomez perdeu o mandato em 10 de maio de 2016, nos termos da Resolução do Senado Federal nº 21, de 2016, que ? Decreta a perda do mandato do Senador Delcídio do Amaral Gomez?, publicada no Diário Oficial da União. Seção 1. 11/05/2016. p. 4.
3. Eleitos na 1^a reunião de 2015, realizada em 18.03.2015.
4. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).

5. O Senador José Agripino sucedeu ao cargo de Presidente em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
6. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
7. O Senador Cidinho Santos foi designado para ocupar a vaga do PR, em substituição ao Senador Blairo Maggi, conforme Ato do Presidente nº 11, de 2016, lido nesta data.
8. Designado para ocupar a vaga através do Of.nº 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
9. O Senador Eduardo Lopes, em virtude do retorno do titular, Senador Marcelo Crivella, deixou de ocupar a vaga conforme o Of. N º 54/2016-BLOMOD.
10. O Senador Marcelo Crivella voltou a ocupar a vaga, conforme Of. nº 54/2016-BLOMOD, datado de 04/10/2016.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

6) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 15 titulares

VICE-PRESIDENTE: ⁽²⁾

1^a Designação: 30/11/2010
2^a Designação: 14/03/2011
3^a Designação: 21/03/2012
4^a Designação: 11/03/2013
5^a Designação: 20/05/2014
6^a Designação: 04/03/2015

MEMBROS

PMDB

Senador Garibaldi Alves Filho (RN)

PT

Senador Paulo Paim (RS)

PSDB

Senador Flexa Ribeiro (PA)

PSB

Senadora Lídice da Mata (BA)

PDT

Senador Lasier Martins (RS)

PR

Senador Magno Malta (ES)

PSD

Senador Sérgio Petecão (AC)

DEM

VAGO ⁽³⁾

PP

Senador Gladson Cameli (AC)

PTB

Senador Fernando Collor (PTC-AL)

PPS

Senador José Medeiros (PSD-MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRB

Senador Marcelo Crivella (RJ) ^(1,4,5,6)

REDE

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 11/11/2015

Notas:

1. Substituído conforme o Of. nº 0037/2016-BLOMOD.
2. Eleitos na 1^a reunião de 2015, realizada em 17.03.2015.
3. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracajú/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.

4. O Senador Eduardo Lopes foi designado para ocupar a vaga através do Of.nº 0037/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
5. O Senador Eduardo Lopes, em virtude do retorno do titular, Senador Marcelo Crivella, deixou de ocupar a vaga, conforme Of. nº 0054/2016, datado de 04/10/2016.
6. O Senador Marcelo Crivella voltou a ocupar a vaga em 04/10/2016, conforme Of.nº 0054/2016-BLOMOD.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



7) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL

(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)

Número de membros: 18 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1^a Designação: 12/09/2012

2^a Designação: 11/03/2013

MEMBROS

PMDB

VAGO

PT

VAGO

PSDB

PTB

VAGO

PP

VAGO

PDT

PSB

VAGO

DEM

VAGO

PR

VAGO

PSD

VAGO

PCdoB

VAGO

PV

VAGO

PRB

VAGO

PSC

VAGO

PSOL

VAGO

Representante da sociedade civil organizada

VAGO

Pesquisador com produção científica relevante

VAGO

Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente

VAGO

Atualização: 31/01/2015



SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303.5258**Fax:** 3303.5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

8) CONSELHO DA COMENDA DORINA DE GOUVÉA NOWILL

(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) ⁽³⁾

1^a Designação: 22/08/2013

2^a Designação: 01/07/2015

MEMBROS

PMDB

Senador Garibaldi Alves Filho (RN)

PT

Senador Lindbergh Farias (RJ)

PSDB

Senador Cássio Cunha Lima (PB)

PSB

Senadora Lídice da Mata (BA)

PDT

Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)

PR

Senador Magno Malta (ES)

PSD

Senador Otto Alencar (BA)

DEM

Senador José Agripino (RN)

PP

Senadora Ana Amélia (RS)

PTB

Senador Elmano Férrer (PI)

PPS

Senador José Medeiros (PSD-MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRB

Senador Marcelo Crivella (RJ) ^(2,4,5)

PSOL

Senador Romário (PSB-RJ) ⁽¹⁾

Atualização: 18/10/2016

Notas:

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 19, de 2015, em 01/07/2015

1. O Senador Romário (PSB/RJ) ocupa a vaga por indicação do PSOL.

2. Substituído através do Of. nº 0036/2016-BLOMOD.

3. Eleitos na 1^a Reunião do Conselho, em 07/07/2015.

4. Designado para ocupar a vaga através do Of. nº 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

5. O Senador Marcelo Crivella retornou ao exercício do mandato, conforme Of. nº 54/2016-BLOMOD, datado de 04/10/2016.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

9) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO*(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽²⁾**1^a Designação:** 20/12/2013**2^a Designação:** 16/09/2015**MEMBROS****PMDB**

Senadora Simone Tebet (MS)

PT

Senador Paulo Paim (RS)

PSDB

Senador Cássio Cunha Lima (PB)

PSB

Senadora Lídice da Mata (BA)

PDT

Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)

PR

Senador Vicentinho Alves (TO)

PSD

Senador Otto Alencar (BA)

DEMVAGO ⁽³⁾**PP**

Senadora Ana Amélia (RS)

PTB

Senador Elmano Férrer (PI)

PPS

Senador José Medeiros (PSD-MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRBSenador Marcelo Crivella (RJ) ^(1,4,5,6)**REDE**

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 11/11/2015**Notas:**

*. Designados conforme Ato do Presidente nº 34, de 2015, publicado no DSF de 17.09.2015.

1. Substituído conforme o Of. 0036/2016-BLOMOD.

2. Eleitos na 1^a Reunião de 2015, realizada em 07.10.2015.

3. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracaju/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.

4. Designado para ocupar a vaga de através do Of.º 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

5. O Senador Eduardo Lopes, em virtude do retorno do titular, Senador Marcelo Crivella, deixou de ocupar a vaga conforme o Of. N º 54/2016-BLOMOD.

6. O Senador Marcelo Crivella voltou a ocupar a vaga, conforme Of. nº 54/2016-BLOMOD, datado de 04/10/2016.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

10) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

COORDENADOR: Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)

1^a Designação: 16/11/1995
2^a Designação: 30/06/1999
3^a Designação: 27/06/2001
4^a Designação: 25/09/2003
5^a Designação: 26/04/2011
6^a Designação: 21/02/2013
7^a Designação: 06/05/2015

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE) ⁽¹⁾	PMDB
Senadora Simone Tebet (PMDB/MS)	PMDB
Senador Jorge Viana (PT/AC)	PT
Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG)	PSDB
Senador Otto Alencar (PSD/BA)	PSD

Atualização: 06/05/2015

Notas:

*. Designados conforme o Ato do Presidente nº 7, de 2015, publicado no Diário no Senado Federal do dia 06/05/2015.

1. Designado Coordenador conforme o Ato do Presidente nº 7, de 2015, publicado no Diário no Senado Federal do dia 06/05/2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



11) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER

(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾	PROCURADORA

Atualização: 31/01/2015

Notas:

1. A Senadora Vanessa Grazziotin foi designada Procuradora Especial da Mulher, conforme ato do Presidente do Senado no. 02, de 2015, publicado no BASF em 12/02/2015.

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61) 3303-5255

Fax: (61) 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br



12) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)	OUVIDORA-GERAL

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br



13) CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽²⁾

1^a Designação: 14/03/2011

2^a Designação: 21/03/2012

3^a Designação: 11/03/2013

4^a Designação: 26/03/2014

5^a Designação: 01/07/2015

MEMBROS

PMDB

Senadora Simone Tebet (MS)

PT

Senadora Fátima Bezerra (RN)

PSDB

Senador Antonio Anastasia (MG)

PSB

Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)

PDT

Senador Reguffe (S/Partido-DF)

PR

Senador Wellington Fagundes (MT)

PSD

Senador Sérgio Petecão (AC)

DEM

Senador Wilder Morais (PP-GO)

PP

Senadora Ana Amélia (RS)

PTB

Senador Douglas Cintra (PE)

PPS

Senador José Medeiros (PSD-MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRB

Senador Marcelo Crivella (RJ) ^(1,3,4,5)

REDE

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 03/11/2015

Notas:

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 18, de 2015, em 01/07/2015

1. Substituído conforme Of. nº 0036/2016-BLOMOD.

2. Eleitos na 1^a Reunião do Conselho, em 28/10/2015.

3. Designado para ocupar a vaga de através do Of.º 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

4. O Senador Eduardo Lopes, em virtude do retorno do titular, Senador Marcelo Crivella, deixou de ocupar a vaga conforme o Of. N º 54/2016-BLOMOD.

5. O Senador Marcelo Crivella voltou a ocupar a vaga, conforme Of. nº 54/2016-BLOMOD, datado de 04/10/2016.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61)3303-5255

Fax: (61)3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



14) CONSELHO DO PRÊMIO SENADO FEDERAL DE HISTÓRIA DO BRASIL

(Resolução do Senado Federal nº 36, de 2008)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

**PRESIDENTE (art. 88, § 3º do
RISF):**



15) CONSELHO DA COMENDA DO MÉRITO ESPORTIVO

(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

PRESIDENTE (art. 88, § 3º do

RISF):



16) CONSELHO DO PRÊMIO JOVEM EMPREENDEDOR

(Resolução do Senado Federal nº 31, de 2016)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:



**17) CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA
ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO**
(*Resolução do Senado Federal nº 08, de 2009*)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽²⁾

1ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS

DEM

Senador José Agripino (RN)

PCdoB

Senador Lasier Martins (PDT-RS) ⁽¹⁾

PDT

Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)

PMDB

Senador Jader Barbalho (PA)

PP

Senadora Ana Amélia (RS)

PPS

Senador José Medeiros (PSD-MT)

PR

Senador Cidinho Santos (MT) ⁽³⁾

PRB

Senador Marcelo Crivella (RJ) ^(4,5,6)

PSB

Senador Roberto Rocha (MA)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PSD

Senador Omar Aziz (AM)

PSDB

Senador Tasso Jereissati (CE)

PT

Senador Jorge Viana (AC)

PTB

Senador Fernando Collor (PTC-AL)

REDE

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 01/06/2016

Notas:

- *. Designado pelo Ato do Presidente nº 17, de 2015, em 01/07/2015.
- 1. O Senador Lasier Martins (PDT/RS) ocupa a vaga por indicação do PCdoB.
- 2. Eleitos na 1ª Reunião de 2015, em 04.08.2015.
- 3. O Senador Cidinho Santos foi designado para ocupar a vaga do PR, em substituição ao Senador Blairo Maggi, conforme Ato do Presidente nº 11, de 2016, lido nesta data.
- 4. Designado para ocupar a vaga de através do Of.nº 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
- 5. O Senador Eduardo Lopes, em virtude do retorno do titular, Senador Marcelo Crivella, deixou de ocupar a vaga conforme o Of. N º 54/2016-BLOMOD.
- 6. O Senador Marcelo Crivella voltou a ocupar a vaga, conforme Of. nº 54/2016-BLOMOD, datado de 04/10/2016.

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP**Endereço:** Anexo II, térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

SENADO
FEDERAL

